



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA**

**BRUNO QUEIROZ MARCHETTO**

**Por um Punhado de Dólares ou Em busca do ouro? Uma  
crítica às abordagens predominantes sobre o futuro do  
sistema monetário internacional.**

**Campinas  
2020**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA**

**BRUNO QUEIROZ MARCHETTO**

**Por um Punhado de Dólares ou Em busca do ouro? Uma crítica às abordagens predominantes sobre o futuro do sistema monetário internacional.**

**Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti – orientador**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico, na área de História Econômica.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL  
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO  
BRUNO QUEIROZ MARCHETTO, ORIENTADO PELO  
PROF. DR. EDUARDO BARROS MARIUTTI.**

**Campinas**  
**2020**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Economia  
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

M332p Marchetto, Bruno Queiroz, 1984-  
Por um punhado de dólares ou em busca do ouro? : uma crítica às abordagens predominantes sobre o futuro do sistema monetário internacional / Bruno Queiroz Marchetto. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Eduardo Barros Mariutti.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Moeda. 2. Dolar. 3. Padrão-ouro. 4. Mercados. 5. Política. I. Mariutti, Eduardo Barros. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** A fistfull of dollars or the gold rush? : a critique on the prevailing approaches regarding the future of the international monetary system

**Palavras-chave em inglês:**

Money

Dollar

Gold Standard

Markets

Politics

**Área de concentração:** História Econômica

**Titulação:** Doutor em Desenvolvimento Econômico

**Banca examinadora:**

Eduardo Barros Mariutti [Orientador]

Bruno Martarello de Conti

Alex Wilhans Antonio Palludeto

Norberto Montani Martins

Pedro Antonio Vieira

**Data de defesa:** 20-10-2020

**Programa de Pós-Graduação:** Desenvolvimento Econômico

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-8384-1109>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/0117003108265738>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA**

**BRUNO QUEIROZ MARCHETTO**

**Por um Punhado de Dólares ou Em busca do ouro? Uma crítica às abordagens predominantes sobre o futuro do sistema monetário internacional.**

**Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti – orientador**

**Defendida em 20/10/2020**

**COMISSÃO JULGADORA**

**Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti - PRESIDENTE  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. Bruno Martarello de Conti  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. Alex Wilhans Antonio Palludeto  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. Norberto Montani Martins  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**

**Prof. Dr. Pedro Antonio Vieira  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

*Para Maria Alice, em memória.*

## AGRADECIMENTOS

Esta tese de doutorado é a conclusão uma longa etapa de formação acadêmica que teve início em 2005 nos cursos de graduação em Relações Internacionais e Economia na Facamp, com prosseguimento nos programas de pós-graduação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Todos esses anos iniciais de vida acadêmica não poderiam ter deixado de produzir uma lista extensa de pessoas a se agradecer, registro este que, contudo, seria inviável de ser feito de maneira extensiva. Faço-o, portanto, de uma forma inevitavelmente mais restrita.

Em primeiro lugar, devo agradecer ao professor Dr. Eduardo Barros Mariutti, a quem coube minha orientação não apenas nesta tese, mas também nos trabalhos de conclusão dos cursos de graduação e do mestrado. Sempre solícito e aberto ao debate livre, contar com sua orientação ao longo desses anos teve e continuará tendo um valor inestimável em minha trajetória intelectual.

Agradeço, também, aos professores que generosamente aceitaram compor a banca de avaliação desta tese. São eles: os professores do IE/UNICAMP, Dr. Alex Wilhans Antonio Palludeto e Dr. Bruno Martarello de Conti; o professor do IE/UFRJ, Dr. Norberto Montani Martins; e o professor do PPGRI/UFSC, Dr. Pedro Antonio Vieira. Suas observações críticas renderam uma proveitosa conversa ao longo da defesa, contribuindo tanto para o aprimoramento da tese como para ideias de futuros trabalhos.

Registro, também, meus agradecimentos a esta importante instituição pública, sem a qual este e os trabalhos de muitos outros pesquisadores seriam inviáveis. Assim, sou muito grato à Universidade Estadual de Campinas e seu Instituto de Economia por propiciarem uma estrutura acadêmica de excelência e um ambiente intelectual sempre instigante, fundamentais ao desenvolvimento de pesquisas de maior fôlego.

Para além do universo acadêmico, gostaria de registrar meu agradecimento aos amigos de São José do Rio Preto, Campinas e Rio de Janeiro, cujo companheirismo e parceria tenho a sorte de desfrutar.

Agradeço, também, à todos meus familiares, em especial meus pais, Helio e Maria Angela, por todo apoio incondicional aos longo dos anos.

Por fim, registro um agradecimento especial para a Fernanda, afetuosa companheira de todos os dias, que me acompanhou e apoiou por toda a trajetória desta tese, além de muitas outras jornadas.

...

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

***O racionalismo econômico do século XIX foi descendente direto do racionalismo político do século XVIII. Foi tão irrealista quanto o seu predecessor, se não mais. Ambos permaneceram alheios aos fatos da história e à natureza das instituições políticas. Os utopistas políticos ignoravam a economia, enquanto os utopistas do mercado não tomavam conhecimento da política. “A falácia economicista”, Karl Polanyi (2012)***

## Resumo

As discussões acerca do futuro do sistema monetário internacional (SMI) têm sido recorrentes ao menos desde os anos 1970, alternando períodos mais mornos com outros marcados por debates mais acalorados. É notório, contudo, em que pese as transformações conjunturais ocorridas desde então, que as argumentações acabam se restringindo a um universo de possibilidades delimitado pelo aparato conceitual da ciência econômica, de forma que o debate parece não avançar. A nosso ver, isso ocorre pela dificuldade em se transpor as barreiras formais entre as ciências sociais, de modo que a economia pudesse ser reintegrada, organicamente, ao todo social, trazendo um maior potencial para notarmos as transformações conjunturais mais profundas e as particularidades de cada período ou momento histórico. Contudo, quanto à temática do futuro do SMI, podemos dizer que estamos presos ao padrão-ouro clássico, cujo modelo ideal de funcionamento ainda continua, mesmo que tacitamente ou na essência, a constituir nosso gabarito de avaliação da realidade monetária internacional. Para tentarmos deixar isso mais claro, esta tese buscará, então, avaliar a forma com que importantes representantes da chamada Economia Política Internacional abordam o debate sobre as tendências colocadas para o futuro do SMI. Tal avaliação nos abrirá, na sequência, uma porta para a discussão de uma questão mais geral, a do economicismo, que, como destacaremos, persiste até mesmo naquelas abordagens que buscam incorporar um maior ecletismo em suas análises. O resultado disso é a maior dificuldade de se capturar as particularidades de cada época ou momento histórico e, partir disso, pensar as suas possibilidades de futuro.

**Palavras-chave:** 1 – Moeda, 2 – Dólar, 3 – Padrão-ouro, 4 – Mercados.

# Abstract

Discussions regarding the future of international monetary system (IMS) has been recurrent at least since 1970's, alternating quietly periods with more intense ones. However, despite the great conjuncture transformations observed since then, it's clear that the debate has been kept stuck into the universe of possibilities given by the economics as a social Science, so that it seems not moving towards anything new. In our view, that occurs for the difficult to overpass the formal boundaries of the different social Sciences, in a way that the economics could be reintegrated, organically, into the social totality, which could create a bigger potential for us to notice and understand the more deep conjuncture transformations. Notwithstanding, when it comes to the IMS future, it seems that we are stuck to the classical gold standard in a way that its ideal model of operation, even though tacitly or essentially, still conform the template which we use to evaluate the international monetary reality. In order to try to make this clearer, this thesis will then seek to assess the way in which important representatives of the so-called International Political Economy approach the debate on the trends posed for the future of IMS. Then, such an evaluation will open us a door to the discussion of a more general question, that of economism, which, as we will highlight, persists even in those approaches that seek to incorporate a greater eclecticism in their analyzes. The result of this is the greater difficulty in capturing the particularities of each epoch or historical moment and, from there, thinking about its possibilities for the future.

**Keywords:** 1 – Money, 2 – Dollar, 3 – Gold Standard, 4 – Markets.

# Sumário

<b>POR UM PUNHADO DE DÓLARES: CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E O DEBATE EM TORNO DO FUTURO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL</b>	<b>20</b>
<b>1.1 – AS LINHAS GERAIS DE INTERPRETAÇÃO SOBRE O FUTURO DO SMI E DO DÓLAR</b>	<b>20</b>
<b>1.2 – A CENTRALIDADE DOS MERCADOS</b>	<b>22</b>
1.2.1 – HAROLD JAMES: AS TRANSFORMAÇÕES NOS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS NO PLANO MUNDIAL	24
1.2.2 – HERMAN SCHWARTZ: DINAMISMO A PARTIR DAS FINANÇAS IMOBILIÁRIAS	33
1.2.3 – BENJAMIN COHEN: UMA COMPETIÇÃO SEM FAVORITOS CLAROS	41
<b>1.3 – O PRIVILÉGIO CONFERIDO ÀS POLÍTICAS DE GOVERNO: A PERSPECTIVA INSTRUMENTAL</b>	<b>54</b>
1.3.1 – RONALD MCKINNON: O “MONETARISMO” DE ESTADO	56
<b>1.4 – A ABORDAGEM GEOPOLÍTICA</b>	<b>62</b>
1.4.1 – DAVID CALLEO: O ECONÔMICO À SOMBRA DAS OSCILAÇÕES POLÍTICAS	63
1.4.2 – JONATHAN KIRSHNER: OS IMPACTOS GEOPOLÍTICOS DA QUEDA DO DÓLAR	71
<b>1.5 – A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E O INELUTÁVEL DESCOLAMENTO DA ECONOMIA</b>	<b>75</b>
<b>CAPÍTULO 2 - A MOEDA E O DESENRAIZAMENTO DA ECONOMIA</b>	<b>77</b>
<b>2.1 – KARL POLANYI E A IDEIA DE DESENRAIZAMENTO DA ECONOMIA</b>	<b>77</b>
<b>2.2 – A NOÇÃO DE MOEDA EM KARL POLANYI</b>	<b>94</b>
<b>2.3 – A VIOLÊNCIA COMO ELEMENTO FUNDADOR DAS MOEDAS COMERCIAIS EM DAVID GRAEBER</b>	<b>106</b>
<b>2.4 – O DESENRAIZAMENTO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL</b>	<b>123</b>
<b>CAPÍTULO 3 - A FORMAÇÃO DA ORDEM LIBERAL BURGUESA E O PADRÃO-OURO CLÁSSICO</b>	<b>126</b>
<b>3.1 – OS IMPASSES DO ENTREGUERRAS E O FETICHE DO OURO</b>	<b>127</b>
<b>3.2 – OS ELEMENTOS MAIS IMEDIATOS NA AUTONOMIZAÇÃO DO ECONÔMICO NO SÉCULO XIX</b>	<b>132</b>
<b>3.3 – AS LINHAS GERAIS DO PROCESSO DE ENRAIZAMENTO DA ORDEM INTERNACIONAL NO ECONÔMICO</b>	<b>148</b>
<b>3.4 – OS 4 PILARES DA ORDEM LIBERAL BURGUESA DO SÉCULO XIX</b>	<b>166</b>
3.4.1 – A CENTRALIDADE INGLESA EM MEIO A UMA CONJUNTURA HETEROGÊNEA	167
3.4.2 – MERCADO AUTORREGULADO E ESTADOS LIBERAIS	180
3.4.3 – O EQUILÍBRIO DE PODER INTERNACIONAL	185
3.4.4 – PADRÃO-OURO CLÁSSICO	186
<b>3.5 – O SÉCULO XIX E A LINHAS DE CONEXÃO ENTRE A ECONOMIA E A POLÍTICA</b>	<b>201</b>
<b>EM BUSCA DO OURO: NOTAS CONCLUSIVAS</b>	<b>204</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>209</b>

## Por um Punhado de Dólares: considerações introdutórias

Esta tese de doutorado tem como objeto mais imediato, ou mesmo inicial, o debate que se desenrola acerca do futuro do sistema monetário internacional (SMI) e de sua moeda-chave, o dólar. No entanto, nosso objetivo não é embarcar de forma direta nessa discussão, senão lançar um olhar crítico para a *forma* como importantes vozes acadêmicas têm buscado pensar a dinâmica desse sistema e os seus possíveis desdobramentos para além do curto prazo. Desse modo, não estaremos, nesse trabalho, preocupados em apresentar cenários plausíveis para o SMI e o dólar. A intenção é dar um passo atrás e, então, mantendo um relativo distanciamento, buscar entender como e dentro de que limites a discussão tem sido travada.

Este tema – o SMI e o dólar – tem sido, sem dúvida, objeto de ampla pesquisa de diferentes disciplinas acadêmicas e correntes de pensamento, de forma que seria inviável promover uma avaliação mais geral de suas contribuições. Assim, iremos restringir o estudo a um conjunto de autores que integram a vertente americana da chamada economia política internacional (EPI). O foco na EPI se justifica pelo papel central que as discussões acerca do sistema monetário internacional possuem na própria formação e nos desdobramentos desta disciplina até os dias atuais. Já a escolha da dita vertente americana se deve ao fato de que ela é composta por verdadeiras lideranças intelectuais, alojadas em importantes instituições acadêmicas americanas e que, assim, são detentoras de elevado potencial de disseminação de ideias e interpretações. Por fim, podemos ainda ressaltar que a escolha dos autores da EPI como foco de nossa avaliação reside no fato de que tal disciplina nasceu e se desenvolveu impulsionada por uma necessidade intelectual que se tornou patente no bojo do tensionamento da ordem internacional nos anos 1970: a ideia de que, para entender as transformações conjunturais seria necessário, em alguma medida, promover uma melhor conciliação entre economia e política.

Esta última razão tem uma importância especial quando o assunto em tela é justamente o debate sobre o futuro do SMI. Compartilhamos o entendimento de que o movimento das conjunturas deve ser pensado de uma perspectiva que extrapole as

disciplinas acadêmicas clássicas, abrindo espaço para que as teorias se conectem com a realidade de uma forma menos rígida. Especificamente para os pensadores oriundos do campo da economia, o desafio é conseguir se desvencilhar do reino absoluto das ditas leis econômicas. Porém, promover esta articulação mais fluida de disciplinas não é tarefa trivial, de modo que a pergunta que segue é: em que medida a EPI tem, de fato, se distanciado do economicismo? Conforme se notará no grupo de autores aqui considerados, pensamos que este maior ecletismo tem sido feito de forma pouco orgânica, isto é, tem sido colocado em prática nas análises mais como justaposições, que antes reforçam do que superam o domínio da economia.

Este primeiro diagnóstico acerca das discussões sobre o futuro do SMI e do dólar nos abre espaço – e também a necessidade – de promover uma discussão ligada a um tema mais geral: o próprio economicismo, que constitui uma forma de enxergar a realidade que se desenvolve a partir do século XIX e que tem nos dificultado a produção de interpretações complexas, isto é, menos ortodoxas e mais afeitas ao entendimento dos movimentos da história, domínio da totalidade e não das segmentações estáticas. Ora, como pensar as tendências econômicas e políticas mais gerais, ou também as mais específicas como o SMI e o dólar, se não submetemos nossas interpretações teóricas ao teste da história? A realidade se transforma na sua totalidade e não em partes. Assim, evitar ajustar contas com a história faz com que tendamos a adotar explicações que, na essência, possam se aplicar a qualquer situação ou período, qualquer conjuntura, sem muitas mediações. Por exemplo, em que medida podemos estar avaliando as tendências para o futuro do SMI e do dólar com o mesmo gabarito teórico com que avaliamos o papel desempenhado pelo padrão-ouro no século XIX? Apenas como um indicativo de resposta, poderíamos dar destaque para a existência de propostas que defendem o próprio retorno a um regime monetário internacional nos moldes do padrão-ouro clássico. Na discussão sobre o futuro do SMI e do dólar, superar o economicismo implicaria darmos atenção, de fato, às particularidades históricas que marcam nossa época, buscando descortinar as tensões e tendências que produzem seu movimento.

Mas, do que estamos falando, que particularidades poderiam ser essas? Vejamos, por exemplo, um encaminhamento *possível*. O dólar americano tem exercido a função de principal moeda internacional desde o desfecho da Segunda Guerra Mundial. Esta posição, contudo, mantém-se não sem sobressaltos e

mutações, conforme os desdobramentos históricos vão, de forma inescapável, determinando a sucessão das conjunturas internacionais, em cuja base está a própria forma de reprodução do sistema capitalista mundial, sempre mutável. Isto sinaliza, desde logo, para posicionamentos teóricos importantes. Trata-se, em primeiro lugar, de tomar o capitalismo e suas formas de acumulação como a unidade ou referência básica de análise, que confere, *em última instância*, sentido aos objetos estudados: nesse caso, e de forma mais direta, o dólar e o sistema monetário e financeiro internacional. Em segundo lugar, tem-se a abordagem histórica, isto é, o capitalismo entendido como um sistema historicamente determinado e em constante transformação, de modo que o sentido e a disposição de seus elementos constituintes também estão sujeitos a transfigurações.

A primazia do dólar representou aspecto central na constituição tanto da hegemonia americana do pós-guerra como, de uma perspectiva mais ampla, dos assim chamados “anos dourados do capitalismo”, fase de expansão e consolidação do regime fordista de acumulação. Com efeito, após o desfecho do conflito mundial, marcado pela vitória dos aliados, a moeda americana assume o lugar da libra esterlina como divisa-chave do sistema monetário e financeiro internacional (no âmbito do bloco ocidental, é claro). Este fato se mostrou central para a reorganização e estabilização das relações monetárias tanto no plano internacional como no plano doméstico dos países centrais, após os traumáticos anos que sucederam ao colapso do padrão ouro-libra. Os anos 20, especialmente, foram marcados por tentativas frustradas de se reestabelecer regimes monetários nos moldes do antigo padrão-ouro clássico, sempre sob a tentativa de liderança britânica e o desinteresse americano em promover, naquele momento, o dólar como moeda internacional. Os resultados são amplamente conhecidos: episódios trágicos de hiperinflação, fugas maciças de capitais, guerras cambiais, retrações econômicas agudas etc. Contudo, a difusão do dólar e da correlata hegemonia americana no pós-guerra colocaram fim a essas indefinições e, aos poucos, abriram caminho para uma nova conjuntura de estabilidade e crescimento, principalmente para os países centrais, mas com espaço para o avanço de alguns países periféricos, que então passaram a formar o clube dos países “em desenvolvimento”. Estabilidade, claro, porém entendida em um certo sentido específico, relacionado à mitigação das tensões sociais e econômicas características da primeira metade do século XX. Isso porque, de outro modo, os “anos

dourados” foram um período de transformação e avanço extraordinário do capitalismo e de seu modo de sociabilidade, como retrata Eric Hobsbawm em sua obra-prima *A Era dos Extremos: o curto século XX*.<sup>1</sup> Foi, nesse sentido, um período de transformação acelerada como em poucos momentos se assistiu na história da humanidade. A visão mais conspícua desse período do pós-guerra, dominada por questões de avanço das redes de proteção social, maior distribuição de renda, controle de capitais e crescimento econômico sustentado, acaba apenas tangenciando esse outro aspecto da questão, que na verdade constitui o substrato em que ocorriam as mais profundas transformações históricas do período.

Nesse contexto, o dólar assumiu um papel central, difundindo-se por meio da internacionalização das funções elementares de meio de troca, reserva de valor e unidade de conta. Os acordos de Bretton Woods, de 1944, foram o episódio mais emblemático nesse processo, ainda que, na prática, uma estabilização de fato das finanças e das relações monetárias internacionais tenha ocorrido apenas alguns anos mais tarde, exigindo uma mudança de postura por parte dos EUA; algo que se refletiu, entre outras coisas, no famoso Plano Marshall, de 1949. A estruturação de um sistema monetário internacional ancorado no dólar foi a base para a reorganização paulatina das moedas europeias e pavimentou o caminho para o início de um amplo processo de transferências de recursos produtivos para o continente europeu, capitaneados pela primeira onda de internacionalização de grandes empresas do século XX, as grandes corporações americanas. Esse movimento foi a ponta de lança do fordismo americano para o resto do mundo ocidental.

Entretanto, afirmar que o dólar se internacionaliza ao extrapolar as funções clássicas da moeda para além das fronteiras de seu Estado emissor requer cautela, para não dar margem à reprodução implícita do bastante difundido *mito do escambo*. Como explicita David Graeber em trabalho antropológico de grande importância,<sup>2</sup> a ciência econômica, originalmente, está fundada no axioma da propensão às trocas do

---

<sup>1</sup> O capítulo que trata mais diretamente do assunto é o capítulo 9 “Os Anos Dourados”.

<sup>2</sup> O próprio Graeber ressalta que aspectos essenciais do argumento que ele desenvolve já haviam sido apresentados por outros antropólogos muito antes dele, com o que os economistas não poderiam alegar ignorância sobre o tema. Isto é, o mito não é um mero artifício, sem maior importância, para cobrir uma lacuna de conhecimento (GRAEBER, 2012: 40-1). Entretanto, quando o tema é trazido à tona, a frase em geral é quase sempre a mesma: “*before money, there was only barter (...)*” (COHEN, 1998: 11). A *invenção* da moeda, então, não poderia deixar de ser apresentada como algo revolucionário: “*The invention of money was one of the most important steps in the evolution of human civilization – ‘comparable’, one writer suggested, ‘with the domestication of animals, the cultivation of land, and the harnessing of power’*” (COHEN, 1998, 11).

*homo economicus*. Simplificando um pouco as coisas, podemos dizer que tal inclinação natural às trocas teria dado lugar a mercados cada vez mais desenvolvidos e, no limite, ao próprio capitalismo. Por esse artifício, toda a riqueza e complexidade histórica pode ser colocada de escanteio, e o processo de desenvolvimento então se traduz em uma sucessão de marchas e contramarchas na criação das instituições que pudessem dar vasão àquele citado aspecto natureza humana. Dentre essas instituições – a segurança dos contratos e da propriedade privada, por exemplo – está a moeda, que teria permitido superar a condição primitiva do escambo, potencializando o alcance dos mercados. Assim, a moeda se transforma num epifenômeno, uma decorrência lógico-econômica, e aparece apenas para azeitar a sempre latente máquina dos mercados. No limite, a moeda é apresentada não como uma relação social complexa, historicamente determinada, mas uma coisa, (inicialmente) uma mercadoria dotada de características específicas que promovem a fluidez das trocas, estas sim o verdadeiro impulso social. Ocorre que, como exaustivamente demonstra Graeber, jamais houve sociedades em que a troca de bens ou serviços fosse em geral organizada por meio de escambo. E, mais ainda, as trocas nunca foram limitadas de qualquer maneira pela falta de moeda,<sup>3</sup> dado que relações de débito e crédito de vários tipos supriam tal necessidade de forma amplamente satisfatória. Nesse caso, desafio é entender a própria disseminação de um sistema de trocas, isto é, a formação de sociedades em que prevaleciam as relações de mercado. Já o surgimento da moeda como a conhecemos hoje, isto é, uma relação de crédito *quantificável* (*I owe you*), envolveu muito mais do que os determinantes econômicos de troca de bens, extrapolando para a esfera da política e da violência. Na origem na moeda, está não o escambo, mas sim a noção de obrigação social, que eventualmente passou a ser precisamente quantificada, transformando-se em dívida por um processo um tanto quanto distante de algo natural: “(...) *the real origins of money are to be found in crime and recompense, war and slavery, honor, debt, and redemption* (...)” (GRAEBER, 2012: 18-9).

Em outros momentos dessa tese, poderemos desenvolver um pouco mais a argumentação de Graeber – que, de resto, é muito mais rica do que os breves

---

<sup>3</sup> A decorrência é que sociedades assentadas economicamente em mercados nunca foram uma necessidade histórica inexorável, como de resto também notaram, por outras vias, os mais argutos representantes das vertentes originais do neoliberalismo; F. A. Hayek entre eles. Sobre esse tema do neoliberalismo original, ver FOUCAULT (2004), DARDOT e LAVAL (2016).

apontamentos feitos acima, e nos fornecem um conjunto amplo de *insights* que podem ser explorados em pontos diversos do tema aqui proposto. Porém, já fica sinalizado o principal, isto é, que na essência original de nossas modernas moedas estavam, como ainda estão, bem mais do que a mera expressão natural de relações puramente econômicas. E a internacionalização do dólar, como da libra esterlina no século XIX, também deveria ser estudada por esse prisma mais amplo, pesando suas distintas particularidades históricas.

A interpretação de Graeber nos possibilita, então, entender a centralidade do dólar na conjuntura do pós-guerra de uma perspectiva ainda pouco usual. Na verdade, o autor impõe que abandonemos uma abordagem simplista centrada na média do cálculo econômico dos agentes de mercado. Por essa via tradicional, a ascensão do dólar – e de qualquer outra moeda – ao topo da pirâmide monetária internacional poderia ser explicada apenas pelo seu primor em garantir aspectos como segurança, liquidez e baixos custos de transação. E isso poderia ser atingido, por sua vez, por meio da *boa e austera gestão do sistema monetário doméstico*. Sempre, em última instância, o veredito dos mercados. Absolutamente nada mais longe da realidade. Não é que cálculos econômicos relacionados aos citados aspectos não sejam importantes, uma vez que eles de fato fazem parte da racionalidade específica dos agentes de mercado. Mas ocorre que, na própria base desses aspectos, não está puramente, ou em última instância, apenas uma *objetividade econômica*, senão um emaranhado historicamente mutável de relações em que a economia se entrelaça com a política e outras esferas da existência.<sup>4</sup> Com efeito, todo o sistema monetário internacional está fundado em uma base muito mais complexa e rica do que geralmente podemos encontrar nas análises mais difundidas. A questão pede, de fato, uma abordagem que se liberte do economicismo, sem necessariamente ter que abrir mão, por paradoxal que possa parecer, das contribuições da ciência econômica.

De volta à trajetória da economia política do século XX, os desdobramentos históricos que posteriormente solaparam a conjuntura do pós-guerra – algo que ficou mais evidente a partir dos anos 1970 – trouxeram consequências profundas que remodelaram as próprias bases de acumulação do capitalismo mundial, que então

---

<sup>4</sup> Política aqui entendida em seu sentido forte, do poder, da dominação, da hegemonia, do uso da força, da violência, e não política econômica, política monetária, política fiscal; *Politics* e não *Policy*.

passou a se assentar em um processo que ficou conhecido como “financeirização”.<sup>5</sup> Esta etapa se consolida e gera seus principais frutos a partir dos anos 1990, entrando em crise posteriormente com os colapsos financeiros desencadeados em 2007-08 a partir dos mercados de hipotecas americanos. Vivemos ainda essa crise, buscando entender sua verdadeira dimensão, bem como os cenários futuros mais prováveis para o médio prazo. Há evidências de que passamos por uma nova fase de transição, em que a etapa da financeirização encontrou os seus limites como mola propulsora, o que não implica de modo algum o desaparecimento de seus principais elementos. O capitalismo avança para novas fronteiras de valorização, transformando e imprimindo novos significados e papéis para os elementos do passado. Escrevendo ainda nos anos 1990 – isto é, ainda em meio ao “salto para frente” da financeirização –, Laymert Garcia dos Santos já havia notado que a difusão da tecnociência da esfera militar para a civil, especialmente após o fim da Guerra Fria, impactaria de maneira brutal nossas formas de sociabilidade, dando abertura à fase da “aceleração total”. É o advento, segundo argumenta o autor, do processo de virtualização do real, de avanço da valorização do capital para a esfera do informacional, a esfera da antecipação, conformando uma *economia do sublime*. Nesse processo, a chamada financeirização não é colocada de lado, mas, sim, mantém-se como veículo fundamental, elemento promotor da transformação. Assim, por exemplo,

Por meio da indústria de derivativos, o sistema financeiro global despede-se do mundo atual e ruma para o mundo virtual, o mundo do futuro, da invenção, e da antecipação. Como se a riqueza estivesse abandonando a matéria e a energia, passando a valorizar eminentemente a informação, que deve ajudar a decifrar o futuro dos mercados e, em consequência, ajudar a tomar decisões no presente (...) na tela dos computadores, a posição dos derivativos mudam a cada minuto, o futuro [o virtual, o que não é] modelando o presente (GARCIA DOS SANTOS, 2011: 18-9).

Nesse sentido, além de representar a “liquefação” máxima das formas de propriedade privada sobre os veículos de valorização do capital, o capital financeiro atua para a difusão de novas formas de reprodução social, uma nova racionalidade ou forma de cálculo, marcada pela necessidade de antecipação recorrente das possibilidades de futuro. Baseando-se na reavaliação contínua sobre as possibilidades de futuro, o capital se descola dos ditos fundamentos, com o que

---

<sup>5</sup> O significado desse termo não é consensual, existindo diversas interpretações entre os estudiosos do tema.

fortunas são criadas e destruídas a reboque de conjecturas que podem jamais se concretizar; e sem a necessariamente terem que fazê-lo. Os instrumentos derivativos são a exasperação desse fenômeno no âmbito das finanças. J. M. Keynes resume esse ponto específico, na essência:

Na ausência de bolsa de valores não há motivo para se procurar, com frequência, reavaliar os investimentos que fazemos. Mas a bolsa de valores reavalia, todos os dias, os investimentos e estas reavaliações proporcionam a oportunidade frequente a cada indivíduo (embora isso não ocorra para a comunidade como um todo) de rever suas aplicações. É como se um agricultor, examinando seu barômetro após o café da manhã, pudesse decidir retirar seu capital da atividade agrícola entre as dez e as onze da manhã, para reconsiderar se deveria investi-lo mais tarde, durante a semana (KEYNES, 1992: 126).

A mencionada economia do sublime, no conceito de Laymert, conforma-se com o avanço da fronteira de valorização para o nível da informação mais elementar (a genética, por exemplo), apoiada nos já tradicionais veículos financeiros, em que pese as constantes inovações nesse campo. Com isso, o capitalismo passa por uma transformação significativa ao final do século XX e início do XXI, o que implica alterações na disposição, nas formas de conexão e de funcionamento de seus elementos constituintes.

Contudo, nas discussões predominantes sobre o futuro do sistema monetário internacional – certamente um elemento fundamental da constituição do capitalismo mundial –, tais transformações parecem não estar sendo captadas ou consideradas de forma adequada, presas que estão a um economicismo que se mostra bastante arraigado. Isso persiste até mesmo naquelas abordagens que se dispõem a incorporar um maior ecletismo em suas análises, caso do já referido grupo de autores reunidos sob o manto da Economia Política Internacional. Com efeito, o economicismo tende a fazer com que a discussão não avance, ficando presa a um conjunto limitado de possibilidades, restringidas pelas ditas leis econômicas. A impressão que fica é que se discute as possibilidades de futuro do SMI apoiando-se num certo modelo ideal de funcionamento que, sintomaticamente, também está presente nas avaliações sobre o chamado padrão-ouro clássico do século XIX. É bastante crítico notar que o debate que se desenvolve atualmente sobre o futuro do sistema monetário internacional poderia ser transposto para as discussões sobre a replantação do

padrão-ouro no período do entreguerras, sem que grandes ajustes de argumentação tenham que ser feitos.

Para tentarmos deixar este ponto de vista mais claro, esta tese se organiza em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro deles, buscamos realizar uma avaliação da argumentação de alguns autores que podem ser tomados como importantes representantes da chamada vertente americana da EPI. São eles, pela ordem em que são discutidos: Harold James, Herman Schwartz, Benjamin Cohen, Ronald McKinnon, David Calleo e Jonnathan Kirshner. Como dissemos, o objetivo não será ingressar no debate promovido por esses autores, mas sim avaliá-los de fora, buscando jogar alguma luz sobre a forma como se busca conectar a economia com outros domínios, com destaque para a política. As conclusões desse capítulo nos abrirão as portas para a discussão mais geral do chamado economicismo e sua relação com as discussões sobre a moeda, que realizaremos de forma mais direta no segundo capítulo. A base deste segundo capítulo será as contribuições de dois autores que buscaram olhar para a economia de uma perspectiva externa à ciência econômica. São eles Karl Polanyi e David Graeber. No terceiro capítulo, nossa atenção se volta para o século XIX, que instituiu historicamente as chamadas economias de mercado, com o que buscaremos trabalhar a ideia de que o surgimento, o desenvolvimento e a reprodução dos ditos mercados autorregulados dependeram de uma forte injunção da política para que se firmassem. Será interessante notar que os grandes pilares desse período envolveram um papel ativo da política para se constituírem. Dentre esses pilares, está certamente o padrão-ouro clássico, que, contudo, é em geral tomado como um elemento central na estruturação de um liberalismo econômico entendido como a segregação entre economia e política. O padrão-ouro se tornou, então, um dos símbolos máximos do liberalismo econômico do século XIX, por ter supostamente se constituindo como uma instituição promotora do desenvolvimento dos mercados ao lograr isolá-los das irracionalidades da política. Essa visão, porém, se desenvolve *à posteriori*, e não faz jus ao papel ativo e orgânico que a política desempenhou, de uma maneira mais geral, no século XIX. Será importante notar que, num plano mais essencial, a lógica que descola o padrão-ouro da realidade em que ele se desenvolveu é a mesma que hoje se usa para discutir o futuro do sistema monetário internacional atual.

# Capítulo 1

## A Economia Política Internacional e o Debate em torno do Futuro do Sistema Monetário Internacional

### 1.1 – As linhas gerais de interpretação sobre o futuro do SMI e do Dólar

Esta breve incursão na interpretação da chamada Economia Política Internacional (EPI) sobre a condição atual do dólar e do sistema monetário internacional, e de suas tendências, será baseada no livro *The Future of the Dollar*, organizado por Eric Helleiner e Jonathan Kirshner. Publicado 2009, ainda sob a sombra dos primeiros efeitos da catástrofe econômica desencadeada pelos mercados de hipotecas *subprime*, este livro foi o resultado de uma série de palestras e de um *workshop* que ocorreram à época entre a *Cornell University* (Ithaca, NY) e o *Centre of International Governance Innovation* (Waterloo, ON). Trata-se de um conjunto de artigos de alguns dos principais estudiosos que participaram desses eventos, complementados pelas avaliações gerais do debate feitas pela dupla de organizadores.<sup>6</sup>

Fato curioso, o projeto que culminou na produção do livro em questão foi lançado pouco antes dos primeiros eventos que colapsaram o sistema financeiro mundial, de modo que as discussões acabaram se desenrolando no calor dos acontecimentos e em meio à abrupta renovação do interesse – acadêmico, jornalístico e de analistas profissionais em geral – pelas questões ligadas ao futuro do sistema monetário e financeiro internacional, bem como do papel do dólar nesses sistemas. Aliás, essa oscilação entre maior e menor interesse pelo tema, acompanhando os ciclos de crise e recuperação financeira, tem sido o padrão desde os anos 1970. A

---

<sup>6</sup> De fato, pode-se argumentar que é uma amostra muito pequena do universo da EPI, mesmo quando consideramos apenas a sua vertente americana. Porém, estão representados aí autores de grande destaque, verdadeiras lideranças intelectuais, que ajudam a determinar as tendências dessa corrente de pensamento. Além disso, minha intenção não é fazer uma análise crítica mais completa sobre a EPI, nem mesmo de seu subgrupo americano, senão que destilar algumas impressões gerais sobre traços de sua forma de pensamento que, penso, são disseminados em um conjunto mais amplo de autores, influenciando as análises até mesmo fora da EPI.

EPI, no entanto, sempre manteve um alto interesse pela matéria, que esteve, ademais, intimamente ligada à sua própria origem enquanto disciplina.

Iremos, então, dedicar algumas páginas para reconstituir os principais argumentos e abordagens contidos no *The Future of the Dollar (...)*. A ideia é que este panorama geral constitua uma base relativamente atualizada e abrangente sobre o pensamento da EPI, a partir do que possamos desenvolver uma avaliação crítica e, assim, abrir o caminho para a discussão de alguns pontos que julgamos serem importantes para avanço do debate. Segundo ressaltam Helleiner e Kirshner na abertura da discussão, o livro apresenta um conjunto de visões *significativamente distintas*. Dizem os autores ainda no prefácio,

The answers [para a questão sobre futuro do dólar] proved much more interesting than we had anticipated. Many of these scholars had studied the dollar's international role over several decades, but they disagreed – often profoundly – about its future (2009: xi).

E algumas páginas à frente, já no primeiro capítulo:

These disagreements, we suggest, stem from the fact that analysts draw on distinct underlying theoretical models that employ *quite different sets of assumptions* about the mechanisms by which currencies achieve and maintain an international position (ibid.: 2, *grifo meu*).

De uma maneira geral, Helleiner e Kirshner classificam essas diferenças “de modelos teóricos” em dois grandes níveis. Em primeiro lugar, estão as grandes fontes que, segundo cada visão, impulsionam a ascensão de uma determinada moeda ao topo do sistema monetário internacional. Tais grandes fontes são o mercado, as escolhas governamentais de políticas (no sentido de *policy*) e, por fim, a geopolítica (no sentido de *politics*). Já no segundo nível, está o peso que as diferentes abordagens conferem a cada uma das três funções básicas da moeda quando se trata de seu papel no plano internacional: unidade de conta, meio de troca e reserva de valor. Iremos, neste trabalho, privilegiar as argumentações relacionadas às fontes do primeiro nível, pois é onde fica clara a questão da segregação das esferas da realidade.

## 1.2 – A centralidade dos mercados

As abordagens que se apoiam nos mecanismos de mercado tendem a assumir que a relevância internacional de uma moeda deriva, em última instância, da resultante dos cálculos racionais dos agentes de mercado no que concerne a atratividade econômica de uma moeda frente às suas concorrentes. Basicamente, essa atratividade é gerada conforme o grau em que determinada moeda satisfaz os desejos desses agentes por segurança (*confidence*), liquidez e baixos custos de transação. Passemos por esses elementos, de forma bastante direta, conforme aparece no livro.

A *segurança* se fundaria, de maneira concreta, em elementos como um bom histórico de gestão do ambiente monetário doméstico, fundamentos macroeconômicos estáveis e equilibrados (*sound fundamentals*), bem como, nas palavras dos autores, aspectos políticos “mais intangíveis” como a estabilidade política no país emissor e seu poder global (Ibid.: 7). A inclusão de elementos extraeconômicos não prejudica a pureza da classificação, já que o que importa aqui é o veredito final, sempre concedido aos mercados. No limite, o poder global é relevante na medida em que ele é útil para obter algo como uma boa avaliação de crédito para o país emissor da moeda, que contemporaneamente poderia se refletir numa nota de *investment grade* concedida por agências de *rating* ou em baixos preços nos *Credit Default Swaps* (CDS) dos títulos soberanos do país.

O critério de *liquidez* é garantido na medida em que o Estado emissor da moeda conte com mercados financeiros desenvolvidos e dotados de ampla liberdade de circulação de recursos, tanto no plano doméstico como nos fluxos para dentro e para fora do país. Mercados financeiros desenvolvidos muitas vezes são tratados como mercados “amplos e profundos”, que é um modo de dizer que os gestores de riqueza financeira podem contar com uma extensa e sofisticada gama de produtos e ativos financeiros, os quais podem ser negociados em mercados secundários volumosos. Nessas praças financeiras desenvolvidas, atualmente vigora o que Dominique Plihon (1995) chamou de “descompartmentalização” (*décloisonnement des marches*) isto é, uma grande facilidade em migrar de um mercado a outro, transferindo recursos de uma parte a outra, zerando rapidamente posições em um ativo, para assumir posições em outros ou mesmo construindo posições casadas entre esses mercados. Em suma,

as fronteiras entre os distintos mercados foram tornadas significativamente mais porosas, para não dizer insignificantes. Não se trata, evidentemente, apenas de ativos e facilidade de circulação, mas também de atores diversificados, com diferentes portes e estratégias de atuação, além de um banco central forte.

O terceiro critério de avaliação dentro da perspectiva dos mercados é a dos *custos de transação*, que se relaciona com a extensão das “redes transacionais” estabelecidas pela economia de um país com o resto do mundo. Em outras palavras, refere-se ao grau de interconexão entre as atividades econômicas domésticas do país emissor da moeda com o resto do mundo, por meio de relações comerciais, de investimento produtivo, aplicações financeiras e outras relações que envolvam transferências de recursos financeiros. Esse aspecto *tende* a se correlacionar positivamente com o tamanho da economia de um país, seu grau de abertura e a projeção externa de sua economia. Quanto mais extenso é esse alcance da rede transacional de um país, menor tendem a ser os custos de transação envolvidos na utilização de sua moeda por terceiros, seja como reserva de valor, denominação de contratos ou compensação de transações. Esse é o mecanismo que produz as chamadas externalidades em rede, que gerariam uma demanda quase inercial por uma moeda específica, inclusive com potencial descolamento dos seus fundamentos originários. Nesse sentido, Helleiner e Kirshner afirmam que:

These network externalities mean that an international currency can assume a global role that is well out of proportion to the issuing country's size in the world economy. They may also lead a currency to retain its international standing for a long time after the issuing country's position in the world economy has contracted (Ibid.: 10).

Feita essa primeira exposição dos fundamentos que sustentam a força de uma moeda, podemos passar a explorar as argumentações dos autores que, em *The Future of Dollar (...)*, são classificados como representantes da ótica dos mercados. Nossa dupla de organizadores, Helleiner e Kirshner, ressalta que o enquadramento dos autores que colaboraram no livro não deve ser tomado de forma exageradamente rígida, dado que a maior parte deles transita entre as diferentes perspectivas consideradas, apenas dando maior ênfase a uma delas. Isto é, a grande maioria dos autores, em maior ou menor medida, não deixa de incluir em suas análises aspectos ligados aos mercados, às políticas de governo e à geopolítica. São, na verdade, as

diferenças de combinação e de ênfase que os distingue e cria, na visão dos organizadores, a pluralidade de análises (Ibid.: 23). Dito isso, os autores mais identificados à ótica dos mercados são Harold James, Herman Schwartz e Benjamin Cohen. Passemos pelos seus principais argumentos, individualmente.

### *1.2.1 – Harold James: as transformações nos fundamentos econômicos no plano mundial*

A chave para o entendimento da condição atual do dólar, para Harold James, está em atentar para algumas mudanças nos fundamentos econômicos ocorridas com a crise da conjuntura do pós-guerra,<sup>7</sup> principalmente a partir dos anos 1970. Contudo, centrar as atenções nos anos 1970 e nos seus desdobramentos, como o momento crucial para entender as bases atuais e as tendências do sistema monetário internacional e do dólar, não é o que diferencia esse autor dos demais colaboradores do debate promovido em *The Future of Dollar (...)*. James deixa claro, logo no início de sua argumentação, que pretende apresentar uma visão que se distancia das abordagens que privilegiam as disputas de poder (a política, *power politics*) como elemento explicativo para o entendimento do futuro do dólar. São os fundamentos econômicos que jogaram o papel crucial, e o elemento de destaque, nesse caso, coube ao forte aumento na poupança mundial (fora dos EUA), especialmente após o fim da Guerra Fria. De modo complementar, tais fundamentos econômicos também foram transformados pelo avanço da liberalização financeira. Importante ressaltar que aspectos políticos, até mesmo no sentido mais explícito de estratégia (poder militar), não estão completamente ausentes da análise que o autor apresenta. Porém, como veremos, estes aspectos são inseridos de passagem e apenas como variáveis externas, implicando, na verdade, *um reforço da lógica econômica*. Ademais, vale destacar, desde logo, o tipo de mudança econômica que o autor privilegia em sua análise ao olhar para os desdobramentos da crise do pós-guerra: basicamente uma mudança geográfica nos fluxos de geração de poupança.

---

<sup>7</sup> O termo conjuntura é utilizado por diversas vezes nesse trabalho e devemos fazer uma rápida definição do mesmo, ainda que certamente pouco rigorosa. Quando falamos em conjuntura, queremos remeter à imagem de uma amarração específica de elementos da realidade, que extrapolam os limites das esferas da existência social (economia, política, cultura etc.) e que possuem uma estabilidade no tempo, podendo, assim, definir períodos ou momentos históricos de curto e médio prazo.

A perspectiva “histórica” em que James se apoia visa contrapor o que ele considera uma explicação mais estrutural às recorrentes explicações contingentes para a paradoxal sustentação do dólar como principal moeda do SMI. Toda a discussão se origina em uma aparente contradição frente às teorias econômicas mais convencionais. Não faria sentido os fluxos de capitais continuarem a suportar a moeda americana, enquanto o mais lógico – pela teoria econômica dominante – seria um direcionamento *tendencial* desses recursos para países mais pobres, onde o capital seria mais escasso e, portanto, haveria maiores oportunidades de rentabilidade. Mas, o fato é que, a partir dos anos 1980, quando o processo de globalização realmente ganha impulso, são os EUA que passam a se endividar fortemente, recebendo amplos influxos de capital. Diz o autor:

The large and apparently counterintuitive inflow of capital to the United States was at first explained by many analysts as an idiosyncratic response to the Latin American debt crisis of the early 1980's, which appeared to reverse the direction of capital flows. Subsequently other essentially short-term reasons have been given: the attractions of the U.S. stock Market, then the real estate boom. They also reflected massive private capital flows: in the 1990's, apparently as a response to the buoyancy of the U.S. stock market, but also as consequence of a preference of some investors for security. *The phenomenon has been in existence for such a relatively long term (over twenty years) that some more structural explanation might be called for, rather than the concatenation of a series of more or less chance influences* (JAMES, 2009: 33, *grifo meu*)

O ponto do autor, com razão, é: desde as últimas décadas do século XX, o dólar tem se apoiado em fluxos estáveis de capitais para dentro dos EUA, e esse movimento não pode ser explicado por elementos fortuitos e de ocasião. Há, então, que se averiguar o que há de verdadeiramente novo nesse final de século no que diz respeito ao sistema monetário e financeiro internacional, apresentando seus elementos mais estruturais. Esta investigação, conforme propõe James, deve descortinar as duas variáveis centrais da equação, isto é, a origem da oferta desses recursos financeiros (a poupança) e os fundamentos da demanda por ativos transacionados no mercado americano.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Vale ressaltar, nesse ponto, uma observação interessante sobre o conjunto de autores analisados. Nenhum deles inclui como elemento de análise as tecnicidades relacionadas ao mercado cambial (mercados de *forex*), nem mesmo de maneira superficial. O que importa, no fim, é o jogo de oferta e demanda, e a forma como esta

Veja-se que o autor está absolutamente certo em sua crítica inicial: após aproximadamente quarenta anos (à época em que o livro foi escrito) dos primeiros questionamentos ao dólar, já é hora de se abandonar as explicações contingentes e lançar o olhar para os aspectos e as transformações mais estruturais. E, por um momento, ao remeter aos desdobramentos da crise dos anos do pós-guerra, James nos faz acreditar que, mesmo tecendo uma avaliação pelo prisma econômico, buscará um aprofundamento histórico mínimo que tocará em transformações mais profundas entre as diferentes conjunturas. Contudo, tal expectativa é frustrada quando o elemento central da análise entra em cena: uma questão de transformação posicional no equilíbrio geográfico entre níveis de poupança. Nesse sentido, ao apontar para a necessidade de se entender as transformações ocorridas a partir dos anos 1970, o próprio elemento que autor elege como central em sua análise já sinaliza para uma avaliação de tipo estática, isto é, que preserva o econômico intacto, oscilando apenas suas variáveis. Se o objetivo é pensar as tendências de médio e longo prazo para a principal moeda do sistema monetário atual, partir de um base estática não gera uma perspectiva muito animadora. E o risco é voltarmos às explicações contingentes. Mas, continuemos pela trilha argumentativa do autor, explorando sua explicação sobre os níveis de poupança.

Primeiro, pelo lado da oferta, tem-se a nova etapa de desenvolvimento econômico de países periféricos iniciada aproximadamente nos 1980 e capitaneada principalmente pelos países do leste asiático. Este surto prolongado de crescimento em ondas sucessivas (os tigres de primeira e segunda geração, depois a China) gerou em seu processo montantes crescentes de poupança acumulada em busca por oportunidades de valorização. Como o próprio autor cita, os níveis de poupança nesses países, nos anos 1990, ultrapassavam 30% do PIB. Um aspecto central da argumentação de James é que tais níveis colossais de poupança foram fruto tanto do dinamismo econômico que elevava a renda das famílias como da concomitante

---

conciliação de materializa na prática nos mercados de *forex* parece não ter relevância alguma. Contudo, tais mercados operam atualmente por meio de mecanismos altamente sofisticados, envolvendo contratos derivativos e complicadas montagens de posicionamento por parte de gestores de riqueza em praças financeiras *on e off-shore* que, na prática, negociam volumes de moeda muitas vezes maiores do que os determinados pelas trocas comerciais entre os países. Tais tecnicidades, como demonstra Rossi (2016), tem influência significativa no comportamento das moedas e na determinação das tendências de suas taxas de juros. Nesse sentido, seria um aspecto que enriqueceria significativamente as avaliações acerca do SMI, especialmente nas suas abordagens “de mercado”.

instabilidade política que vigorava nesses países. A insegurança fez com que a população, incerta quanto ao futuro, aumentasse seus níveis de poupança sobre a renda disponível, ainda que o consumo real também se elevasse. Assim, este comportamento defensivo, em conjunto com um alto nível de poupança também por parte dos governos e das empresas, redundou em saldos externos correntes estruturalmente superavitários por parte dos *Newly Industrialized Countries* ou *NICs* (Ibid.: 34-5).

Pelo lado da demanda, a explicação deriva diretamente daquilo que fundamenta a oferta: a procura por ativos nos EUA é fruto da busca por segurança e *não por taxas mais elevadas de retorno*. No sistema monetário e financeiro internacional, é o mercado financeiro americano que constitui, aos olhos dos detentores de riqueza, o principal porto seguro. E este é o ponto fundamental na explicação do autor para a força da moeda americana e seu potencial de se manter no topo da pirâmide monetária internacional. Em decorrência, os investidores residentes nos EUA, mesmo com os déficits estruturais em conta corrente dos EUA, são capazes de receber maiores taxas de retorno em recursos aplicados no exterior do que os não residentes recebem por alocações em ativos americanos. E esse *spread*, que já era observado nos anos do pós-guerra, como demonstra James, tornou-se ainda maior após os anos 1970, mesmo com o colapso dos regimes de Bretton Woods.<sup>9</sup>

A percepção de segurança proporcionada pelos EUA tem origem num conjunto de fatores. Em primeiro lugar, aponta James, está a inigualável profundidade do mercado financeiro americano, que, como já dito aqui, ajuda a conferir uma elevada liquidez para os ativos financeiros em mercados secundários volumosos. Em complemento a isso, está a percepção de segurança oriunda de sua estabilidade política e o elevado respeito à propriedade privada. Tais características imprimiriam

---

<sup>9</sup> "(...) the annualized rate of return on U.S liabilities (3,61%) was more than two percentage points below the annualized real rate of return on U.S. assets (5,72%), and that for the post—1973 period the difference in significacntly larger (3,5% and 6,82% respectively)" (JAMES, 2009: 35). Vale ressaltar ainda que, nos anos imediatamente posteriores ao primeiro choque do petróleo, o banco central americano promoveu um ajuste monetário recessivo que, mesmo que não tenha sido tão dramático quando ao perpetrado em 1979 por Volcker, não pode ser considerado inexpressivo. Mesmo assim, como mostra James, o *spread* se aprofunda. Em conjunto com outros autores, Charles Kindleberger já havia chamado a atenção para esse fenômeno por meio de uma analogia da condição americana com a de um banco comercial. Harold James argumenta que esta analogia atualmente seja mais acurada quando pensamos na atuação de *hedge funds*, porém o autor apresenta poucos argumentos para sustentar essa nova imagem (Ibid.: 38).

ao dólar o comportamento único de ter sua demanda elevada tanto em momentos de maior otimismo quanto em outras situações de maior incerteza acerca do desempenho de sua economia em geral, mesmo que estas tenham sua origem em crises econômicas/financeiras ligadas à própria economia americana.<sup>10</sup> É nos momentos de desempenho econômico apenas mediano que os gestores financeiros se convencem de que que outras praças financeiras mundiais, inclusive nos países periféricos, também podem ser estáveis, criando breves janelas em que fluxos financeiros líquidos deixam os EUA, em estratégias *chasing for yield* com maior incorporação de riscos nas carteiras (Ibid.: 35).

Na estrutura argumentativa de James, o papel do poder militar americano é levado em conta apenas na medida em que complementa a força de suas instituições e de sua economia, favorecendo a sensação de segurança sentida pelos gestores da riqueza financeira. A força militar americana é, então, uma via de mão dupla, no sentido de que a posição central do dólar no SMI permite um orçamento militar incomparável mundialmente, que, por sua vez, atua elevando o grau segurança da praça financeira americana e, assim, garante a força do dólar pelos influxos de recursos: *“economic and political power tend to go along with each other in a world that is insecure and at the same time place a high value on security and growth”* (JAMES, 2009: 44). Note-se que a insegurança é colocada como uma variável externa, que justifica ou mesmo determina a necessidade e o valor de um poder político a altura. Da mesma forma, o poder militar também aparece como um elemento externo, no sentido de que apenas reduz os níveis de insegurança do sistema, um elemento que está dado na argumentação. A impressão que fica é que o elemento militar poderia ser retirado da análise, não tivéssemos a presença de níveis elevados de insegurança, que, na argumentação feita, não apresenta um imbricamento orgânico com a conjuntura analisada. Não fosse a presença dessa tal insegurança

---

<sup>10</sup> Como mencionei no início, o debate que deu origem a este livro teve lugar em meio à deflagração da crise das hipotecas no mercado financeiro americano. E o que se assistiu, de fato, foi um remanejamento dos portfólios na busca por liquidez e ativos menos arriscados, porém denominados em dólar. Com isso, não só não houve fuga de capital dos EUA como os gestores de carteiras globais liquidaram posições mundo afora para atracar nos portos seguros americanos. Peter Gowan, desenvolvendo sua conceitualização do Regime Dólar-Wall Street, argumentou que as recorrentes crises financeiras que passaram a acometer os países que adotaram regimes de câmbio flutuante e livre fluxos de capitais (menos os EUA) faziam parte de uma nova estruturação de poder que favorecia o dólar. Gowan, contudo, deixou no ar a possibilidade de uma desestruturação desse arranjo na hipótese de uma eventual crise irradiada a partir dos EUA. Os impactos da crise das hipotecas americanas podem ter demonstrado que Gowan estava certo em termos mais gerais, porém isso não necessariamente implicou uma perda de poder do dólar (GOWAN, 2003).

que assola o mundo, todo o resto pararia de pé e, eventualmente, até mesmo a teoria que o autor critica inicialmente teria maior validade, haja visto que a economia não seria perturbada por elementos externos.

É certo que o poder militar estadunidense, ou, para ser mais preciso, o complexo militar-industrial-universitário,<sup>11</sup> representa um elemento fundamental para se entender o poder internacional do dólar. Contudo, sua incorporação na análise precisaria ser feita maneira bem mais refinada, contemplando suas múltiplas dimensões, o que revelaria uma complexa rede de conexões econômicas, políticas e sociais, para ficar nas esferas mais evidentes. A consequência mais imediata seria ter que colocar a dimensão militar como um elemento intrínseco e central ao tema em discussão e não como uma variável externa a ele. Segurança e crescimento econômico, importantes para argumentação do autor, possuem uma relação mais complexa com o poder militar americano.

Porém, toda a argumentação do autor se apoia basicamente no comportamento distinto observado para a poupança nos EUA e principalmente nos países do leste asiático, o que pode ser explicado, por sua vez, por distintas realidades principalmente com relação à estabilidade econômica, política e institucional desses países. As situações são opostas. Nos altamente dinâmicos NICs, como já dito, o crescimento acelerado da renda vem acompanhado de elevada insegurança política e institucional, gerando um perfil de maior frugalidade nos agentes econômicos, que então elevam seus níveis de poupança, com consequências superavitárias em suas transações comerciais. Já nos EUA, todos os impulsos de sua estrutura política e institucional pressionam na direção contrária, isto é, da redução da insegurança com relação ao futuro. O próprio ciclo econômico americano, especialmente a partir dos anos 1990, teria entrado na era da “grande moderação”, assumindo um comportamento muito menos volátil para as principais variáveis macroeconômicas: basicamente crescimento estável e moderado do PIB com taxas de inflação reduzidas e bem ancoradas nas expectativas dos agentes. Nesse sentido, em oposição aos NICs, “[r]educed volatility reduces the incentives to accumulate precautionary savings, with lower savings as a result and consequently a permanent equilibrium deterioration of the balance of payments” (Ibid.: 36).

---

<sup>11</sup> Sobre esse conceito e seu imbricamento com a conjuntura mais ampla, ver MEDEIROS (2004).

Este arranjo, marcado pela crônica insuficiência de poupança e seus consequentes déficits em transações correntes nos EUA, tem sido tomado como insustentável pela maior parte da ortodoxia econômica. Por esta visão, pela qual ainda passaremos posteriormente, a sustentação do dólar se mantém por um elevado nível de confiança na moeda americana que, contudo, não encontra respaldo nos fundamentos. A partir dessa linha de raciocínio, em algum momento o ciclo vicioso de baixa poupança, déficits externos e endividamento deve iniciar uma reversão de expectativas, erodindo a confiança na segurança financeira dos mercados americanos e, então, o poder do dólar começará inevitavelmente a ser minado.<sup>12</sup> James, respaldando-se em episódios anteriores de questionamento do dólar, posiciona-se contrário a esses autores:

There is currently little sign that the United States is or should be perceived as more vulnerable to crisis than Europe or rapidly growing Asian economies. In particular, we know from historical observation of the United States in the late nineteenth century or Japan in the 1960's and 1970's, or Korea in the 1980's and 1990's that fast-growing economies are hit by dramatic crisis and current account reversals (Ibid.: 40).

De modo geral, para o autor, o papel do dólar não sofre ameaças no médio prazo, dado que, no que se refere aos fundamentos econômicos, os EUA não sofrem concorrência no âmbito dos países industrializados que poderiam se apresentar como praças financeiras alternativas a Wall Street. Não há, entre os industrializados, país com maior potencial de crescimento econômico sustentado, ancorado em inovação e aumentos de produtividade. Além disso, nos pontos usualmente tomados como maiores fragilidades americanas, como equilíbrio fiscal, os países desenvolvidos da Europa ou o Japão não estão em melhor posição. Afora isso, os EUA continuam a ser, disparado, a maior potência militar mundial. Dessa forma, não poderia haver concorrência ao porto seguro americano.

---

<sup>12</sup> Derivada dessa linha de raciocínio, uma crítica constantemente encontrada é aquela que afirma que os EUA estão, estruturalmente, vivendo acima de suas próprias capacidades devido à posição privilegiada que o dólar ocupa no SMI. Com relação a este tipo de argumentação, que em geral é vocalizada no mínimo desde os tempos de De Gaulle e tem se fortalecido após a crise de 2007-08, James faz uma declaração que é no mínimo pitoresca: *“the criticisms usually come from people who have doubts about the value of the good life as practiced in its modern epicenters. For them, the good life is associated with the projection of power, the instigation of inequality, and the canonization of consumption and cupidity”* (JAMES, 2009: 41).

Há, contudo, duas ameaças de instabilidade para o longo prazo, e elas se apoiam nas perspectivas futuras para os países hoje em desenvolvimento e em potenciais arroubos protecionistas por parte dos EUA. No primeiro caso, a continuação do crescimento econômico entre os NICs e uma possível modernização e consolidação de instituições mais previsíveis nesses países poderiam solapar um dos elementos centrais do arranjo atual, a produção e sustentação de altos níveis de demanda exportáveis para os EUA. Com a paulatina redução dessa fonte de recursos, passaria a ser cada vez mais difícil para os EUA sustentarem seus elevados e crescentes níveis de déficits externos e de endividamento, com consequências drásticas para o dólar e, por consequência, toda a economia americana. A segunda ameaça, então, decorre diretamente destes desequilíbrios – tanto mais possível quanto se lembra de uma suposta tradição política americana – e se refere ao retorno do isolacionismo. Conforme os pilares que conformam a fundamentação de mercado das moedas internacionais, isso teria prováveis consequências negativas para a posição do dólar, ao impactar desde logo as redes transacionais do país, podendo gerar impactos subsequentes em outros pilares.

Note-se, então, que o desajuste nos níveis de absorção interna da economia americana não deixa de ser um problema para James. As regras impostas pela economia ainda estão ali, rígidas e subjacentes ao desenrolar dos fatos. Contudo, a força da economia não impõe sua necessidade inexorável de equilíbrio também por um elemento contingencial: há, nesta conjuntura, níveis de poupança externa que podem se prestar a compensar os desequilíbrios americanos. E tais fluxos de poupança exportáveis não são unicamente frutos de uma determinação econômica, mas sim de níveis de insegurança observados nos países em desenvolvimento que ainda não são institucionalmente maduros. E é, portanto, uma transformação desses elementos extraeconômicos, que não temos como explicar, pois eles não estão conectados numa avaliação de conjunto, que poderá fazer com que a economia imponha seus determinantes.

Por fim, retomando a ideia central de James, vale ressaltar que o autor acerta em não se conformar com as justificativas contingentes que se tem recorrido para justificar o comportamento dos grandes fluxos financeiros internacionais, sempre tendencialmente afluindo para a praça financeira americana, contrariando a teoria

econômica convencional.<sup>13</sup> Contudo, ao propor uma explicação mais estrutural, o autor se apega a elementos muito rasos, que não vão a fundo nas transformações por que a conjuntura passou nos 40 anos após 1970. O autor opera mais no plano das consequências, dos resultados mais visíveis. Com efeito, as conexões entre os elementos ficam frouxas, como é o caso do poder militar americano, que é agregado à análise de uma maneira exógena e sem mediações consistentes. Por certo, o afluxo de poupança oriundo dos países do leste asiático é um elemento importante do quebra-cabeça. Contudo, teríamos que ir além, e avançar a discussão, por exemplo, para o nível das novas condições produtivas e de reprodução do capitalismo que marcaram a conjuntura após os anos 1970, ensejando tal produção de recursos e seus circuitos de valorização. E por tais condições podemos falar, desde logo, em aspectos como novos padrões de produção e concorrência, novos produtos, as formas de capital que sustentaram esse processo de reprodução e, sim, os arranjos políticos atrelados a essa nova realidade.

A intenção inicial de James, como vimos, é fugir às explicações mais contingenciais, abrindo espaço para entender as transformações de nível estrutural que permitam explicações de maior alcance. De fato, esta seria uma abordagem bastante adequada para um debate sobre o futuro do dólar. Contudo, ao focar sua avaliação na simples alteração nos níveis e na distribuição geográfica da poupança internacional, e trazendo para a argumentação elementos extraeconômicos que não encontram uma amarração mais orgânica em sua análise, James acaba deixando intocada a esfera econômica. Sua análise se baseia na oscilação de variáveis econômicas (no caso, a poupança) ao longo do tempo, impulsionadas em boa medida por elementos extraeconômicos, que não sabemos como se comportam, que estão dados. É nesse sentido que a argumentação de James também acaba sendo contingencial, mais uma explicação para o comportamento *desajustado* da economia perante a teoria dominante.

Portanto, o debate sobre o futuro do dólar requer uma abordagem distinta da apresentada pelo autor, no sentido de que, para chegarmos a níveis explicativos mais estruturais, temos que lançar mão, minimamente, do recurso à história, e assim

---

<sup>13</sup> Esta vertente, em geral, busca explicar o comportamento aparentemente contraditório dos fluxos de capitais com base na “má gestão” das economias domésticas pelos governos dos países emergentes, em que também pode ser incluída a falta de garantias à propriedade.

marcarmos com mais clareza a evolução na forma de organização do capitalismo. Ao avançarmos para esse substrato onde se movem os fenômenos mais perceptíveis à primeira vista, penso que teríamos condição de apresentar uma melhor amarração entre os diversos elementos em análise, bem como teríamos fundamentos mais sólidos para pensar a questão do futuro do dólar e do sistema monetário internacional. E vale destacar que isso poderia ser feito, como quer James, mantendo o privilégio dado à esfera econômica.

Para fechar, esta crítica à abordagem desenvolvida por James poderia ser considerada inapropriada, já que voltada a um autor que afirma explicitamente que seu fundamento principal é a economia e que outras questões como disputas políticas internacionais estão mais no plano acessório. Ao criticar sua análise pela falta de uma melhor amarração de conjunto do econômico, estaríamos cobrando algo que o autor poderia legitimamente alegar estar dispensado de realizar, pelos próprios métodos da boa ciência. Este seria, quanto tanto, um papel do historiador. Contudo, conforme Novais e Forastieri, ressaltamos que mesmo os cientistas sociais, quando colocam suas teorias diante da realidade, não podem exercer seu *métier* alheios à história, ainda que com uma finalidade distinta daquela dos historiadores.

Repetindo e insistindo: o historiador explica *para* reconstituir; o cientista social reconstitui *para* explicar. Com isso, queremos dizer que para o cientista social o recurso à história presta-se a ilustrar uma tipologia ou, no limite, uma teoria (NOVAIS e FORASTIERI, 2011: 41, *grifos do autor*).

Assim, ao reconstituir para explicar, não apenas ilustra como testa sua argumentação teórica e conceitual, ajustando contas com a realidade concreta.

### ***1.2.2 – Herman Schwartz: dinamismo a partir das finanças imobiliárias***

Em seu capítulo de contribuição ao debate promovido no *The Future of the Dollar (...)*, Herman Schwartz deixa explícito logo de início que sua argumentação colocará peso fundamental na questão do crescimento econômico. Em sua interpretação, foi este elemento que sustentou a primazia do dólar nas duas décadas até a crise financeira de 2007-08. E a principal alavanca que puxou o crescimento nesse período foi o mercado imobiliário americano, especialmente por meio das

“finanças imobiliárias”. Mas, antes de percorrer toda a argumentação de Herman, são necessárias algumas linhas para se definir um conjunto de conceitos correlatos que são utilizados pelo autor e também povoam a argumentação de outras figuras de nosso livro-base nesse primeiro capítulo. Trata-se, na verdade, de definições originalmente trabalhadas por Susan Strange ainda nos anos 1970, em obra que, ademais, exerceu papel fundamental na própria origem da disciplina da Economia Política Internacional, especialmente na sua vertente britânica. No capítulo introdutório de *Sterling and British Policy* (1971), Strange desenvolve os conceitos de *top currency*, *negotiated currency* e *master currency*.

Na prática, tais conceitos remetem a uma das discussões mais centrais da própria disciplina da EPI, na medida em que são definidos a partir do maior ou menor peso de Estado e mercado, e a relação entre eles, na definição do perfil de uma moeda, especialmente em âmbito internacional. Nesse sentido, por *top currency* são designadas as moedas que assumem importância internacional impulsionadas pela atração que exercem sobre os agentes de mercado. São, portanto, aquelas moedas que oferecem, aos olhos do mercado, as características já citadas no início desta seção: segurança, liquidez e densas redes transacionais. Já a categoria *negotiated currencies* abrange aquelas moedas cujo papel internacional se apoia na decisão, em boa medida *autônoma* – isto é, com baixo constrangimento –, de governos pelo seu uso para diversas finalidades, visando o atingimento de determinados objetivos próprios. O caráter autônomo é importante, na medida em que é essencial para caracterizar a ideia de negociação. Com um peso maior do caráter coercitivo, tem-se as *masters currencies*, que se internacionalizam e avançam sobre outras jurisdições por meio do poder político aberto, isto é, pela imposição.

Schwartz inicia sua argumentação apontando três grandes fragilidades que, em sua opinião, acometem a maior parte das análises quando se trata de analisar o papel do dólar no SMI em sua longa trajetória. Em primeiro lugar, há uma tendência de “reificação” do dólar, ao tomá-lo como uma fonte externa do poder econômico americano e não uma emanção desse poder. Depois, também há a interessante observação de que a “política do dólar” é geralmente analisada em um quadro meramente interestatal, deixando de entender as diferentes relações que se estabelecem quando os fluxos financeiros se infiltram por diferentes sistemas financeiros domésticos. Assim, ao se negligenciar os elementos transnacionais e as

particularidades domésticas dos Estados, deixa-se escapar as especificidades dos diversos atores envolvidos, reduzindo a complexidade das análises. E, por fim, tais fluxos financeiros são analisados por meio de dados agregados acerca dos balanços de pagamentos, impossibilitando a identificação dos atores e relações específicas que estão envolvidos em cada tipo de relação financeira. Para o autor, estas três fragilidades – que são correlatas, como se nota – mascaram características importantes para o entendimento do suporte ao dólar (SCHWARTZ, 2009: 89). E, de fato, em toda sua argumentação, Schwartz se utiliza de argumentos que teriam passado ao largo caso as posturas criticadas acima não fossem superadas.

De modo bastante sintético, o argumento geral do autor é que, a partir dos anos 1990, o mercado imobiliário exerceu papel fundamental ao puxar o crescimento econômico americano para além dos níveis médios apresentados pelos países da OCDE. Este dinamismo econômico, por sua vez, impulsionou o dólar ao ressaltar sua atratividade como uma *top currency*, característica que passou a prevalecer. Os conceitos, contudo, não são excludentes. O robusto crescimento econômico americano (para o tamanho de sua economia) também levou ao crescimento das importações de produtos manufaturados asiáticos, especialmente da China, o que exacerbou a atratividade do dólar como uma *negotiated currency* aos olhos dos governos dos países asiáticos exportadores, na busca por objetivos nacionais de desenvolvimento. Os dois efeitos se combinaram, com o predomínio do primeiro, gerando volumosos e sistemáticos influxos de recursos para os EUA na forma de aplicações financeiras, o que resultou num ciclo virtuoso de sustentação do crescimento econômico americano e do poder do dólar (Ibid.: 89).

Na argumentação apresentada, o ponto central na questão do mercado imobiliário recai mais especificamente sobre as *finanças imobiliárias* e algumas outras particularidades do mercado financeiro americano. Em primeiro lugar, tem-se a questão da arbitragem financeira exercida pelos EUA, muito em linha com a própria argumentação de Kindleberger.<sup>14</sup> Nessa discussão, o autor parte, como ele mesmo diz, de um conhecido paradoxo:

The United States has been both a large foreign debtor and the recipient of a net positive international investment income since

---

<sup>14</sup> Ver “The Dollar and World liquidity: a minority view” (DEPRESS, KINDLEBERGER, and SALANT, 2000).

early 1990's. A smart or lucky individual might have net positive investment income despite net debt. But it is implausible that at an economy-wide or global level all Americans are systematically better investor than all foreigners. Instead, the United States operated a global system of financial arbitrage that produce net income (SCHWARTZ, 2009: 92-93)

Esta posição líquida positiva no fluxo de renda oriunda de investimentos internacionais se funda em um mecanismo que, visto de maneira agregada, configuraria a imagem de uma estratégia de arbitragem financeira. Apenas para ilustrar, se os EUA fossem tomados como um agente financeiro individual, na ponta vendida ele se posicionaria em ativos de curto prazo e *low yield* e, na ponta comprada, se posicionaria em ativo de mais longo prazo e *high yield*. Dado que os ativos do primeiro tipo são os negociados na praça financeira americana e os do segundo em mercados financeiros externos, o balanço de pagamentos americano termina por registrar fluxos líquidos positivos de renda derivada de investimentos financeiros. E esta seria, ademais, uma posição de arbitragem estrutural, que está sempre se renovando, contrariando o que normalmente ocorre em processos de arbitragem: o desaparecimento dos desalinhamentos de preços nos diferentes mercados pelos mecanismos de oferta e demanda.

E o que, para nosso autor, produz essas diferenças estruturais de preços? Schwartz é direto na resposta: “*differences in political, regulatory, and housing market finance structures produced this prices differences*” (Ibid.: 93). Esses elementos característicos da economia americana estão na base da atração de recursos para aplicações financeiras nos EUA, a começar pelos *U.S Treasuries*, que assim se valorizam e reduzem seus retornos. A conexão com o crescimento econômico, elemento fundamental na argumentação de Schwartz, vem num passo posterior. Primeiro, é necessário entender um passo intermediário, que toca mais diretamente na segunda fragilidade muito notada nas avaliações sobre o dólar. Os elementos específicos da economia americana acima citados – incluindo ainda outros como profundidade e sofisticação de seus mercados financeiros – constituem a base para atratividade de volumosos influxos de recursos. Contudo, *isso não explica a forma concreta que essas aplicações assumiram ao aportarem nos EUA*, especialmente dos anos 1990 e diante. O sistema financeiro americano, apoiado no mecanismo mais geral de arbitragem em favor dos EUA, passou a transformar esse enorme volume de dinheiro barato e de curto prazo em ativos de mais longo prazo e alto retorno, a saber:

títulos lastreados em hipotecas e os famigerados *Collateralized Debt Obligations* (CDOs). E foram esses ativos que estiveram na base do extraordinário fomento ao mercado imobiliário americano, que então puxou o crescimento econômico para além da média dos países da OCDE (Ibid.: 93).

A conexão lógica entre os influxos de capital e o mercado das finanças imobiliárias ocorria da seguinte forma. Os recursos atraídos para os EUA, direcionados em grande medida para os títulos públicos americanos, derrubam os *yields* desses papéis, que desempenham o importante papel de *benchmark* para as taxas cobradas pelas hipotecas originadas. Assim, as baixas taxas de juros dos títulos públicos tendiam a derrubar o custo das hipotecas, difundindo o financiamento imobiliário para públicos mais volumosos e menos abastados. Além disso, parte significativa desses recursos estrangeiros que aportavam nos EUA era aplicada em títulos negociados por agências de fomento ao mercado imobiliário americano, como as famosas *Federal National Mortgage Corporation* (Fannie Mae) e a *Federal Home Loan Mortgage* (Fraddie Mac). Esta demanda por ativos lastreados em hipotecas colaborou para redução de suas taxas, bem como para a operação de retirada desses ativos dos balanços de seus originadores, que assim estavam livres para realizar novas emissões (Ibid.: 96). O peso da participação estrangeira nesse mercado se tornou realmente significativo ao longo do tempo:

In 2001, foreign holdings of agency MBS amounted to \$133 billion. By 2007 foreign holdings exceeded \$ 1 trillion, with foreign official institutions – that is, Asian central banks – holding the majority. (...) While the foreign share of securitized agency and private label debt is *relatively* lower than its share of Treasury debt, the *absolute* amounts are not as disparate because in mid-2007 total agency debt amounted nearly twice the marketable Treasury debt (Ibid.: 96, *grifos do autor*)

Em sintonia com a terceira fragilidade ressaltada no início de sua argumentação, Schwartz chama a atenção para a diferença de efeitos que o influxo de recursos gera nos EUA e no demais países desenvolvidos. O autor ainda salienta o fato de que os países da OCDE passaram por tendências semelhantes nos anos 1990: baixa inflação, queda nas taxas nominais de juros, e choques positivos pelo lado da oferta. Com relação a este último aspecto, tem-se em mente a introdução de inovações como a internet e comunicações móveis. Contudo, foram os EUA que conseguiram traduzir essa conjuntura em taxas de crescimento superior à média

desses países. O que levou a esse resultado? A resposta já foi dada: o forte efeito gerado pelo mercado imobiliário. Mas, são as *particularidades* do mercado imobiliário americano que devem ser sublinhadas.<sup>15</sup> E tais particularidades são as seguintes: (i) elevado nível relativo de propriedade privada de imóveis residenciais, (ii) elevado nível relativo de dívida hipotecária frente ao PIB, (iii) disponibilidade de refinanciamento de dívidas hipotecárias e (iv) elevado nível de securitização das dívidas hipotecárias. O ponto central é que esses quatro elementos ou características – observadas em algumas economias, mas especialmente nos EUA – precisam andar juntas. Não bastaria, então, ter uma ou outra.<sup>16</sup>

Assim, a conexão entre esses elementos e o influxo líquido de recursos financeiros do exterior colocaram a máquina do mercado imobiliário para impulsionar o crescimento econômico. As baixas taxas de juros impulsionaram um amplo movimento de refinanciamento das hipotecas com preços mais atrativos, reorientando recursos do mercado financeiro para as famílias com maior propensão ao consumo, que então expandiram seus gastos em produtos e serviços diversos. O aumento da demanda agregada redundou em geração de emprego e amplificação dos efeitos multiplicadores. O conseqüente crescimento econômico colocou o governo em posição fiscal tendencialmente superavitária e facilitou ao *Fed* sustentar as baixas taxas de juros da economia. O ciclo virtuoso então se fecha com o crescimento econômico acima da média produzindo uma performance geral dos ativos também acima da média, atraindo novos fluxos de capital para aplicações financeiras nos EUA (Ibid.: 98-9). O autor é categórico sobre a importância das finanças imobiliárias para a sustentação do dólar como uma *top currency*, nas duas décadas anteriores à crise de 2007-08:

---

<sup>15</sup> Schwartz refuta a hipótese de que a valorização do dólar nesse período possa ter estimulado o mercado imobiliário por um mero mecanismo de preços, via reorientação da economia para setores não transacionáveis: “*It could be argued that strong dollar merely shifted activity into the nontraded sector, raising returns to the nontraded sector and thus driving up housing prices*”. Havia, porém, outros países desenvolvidos, como os países escandinavos, que, mesmo passando por um movimento de enfraquecimento de suas moedas, também apresentaram um boom imobiliário. (SCHWARTZ, 2009: 97).

<sup>16</sup> “*Widespread ownership without mortgage debt, as in Italy, meant consumers could not lower their housing costs and free up purchasing power. Widespread homeownership with costly and difficult refinance, as in France, meant that homeowners could not translate falling nominal interest rate into smaller interest burden. Shallow homeownership and difficult refinance meant that rentier interests prevailed over debtor consumption, as in German, where housing prices fell despite lower interest rates. As of 2004, all forms of securitized mortgage debt amounted to less than 20 percent of GDP for most European countries*” (SCHWARTZ, 2009: 98).

(...) housing thus helped the U.S. dollar regain its position as *top currency*. Had U.S. growth merely been average, or below average, *market actors would have continued the 1980's toward other currencies* (Ibid.: 105, grifo meu)

Note-se que, como um autor que parte de um prisma fundamentalmente econômico para entender a condição e o futuro do dólar, Schwartz está um passo além de Harald James, já que há poucas concessões a elementos extraeconômicos na sua análise. Enquanto James insere em sua avaliação aspectos políticos, militares e institucionais, mesmo de forma pouco orgânica, Schwartz basicamente não o faz. São os movimentos econômicos que determinam a posição do dólar, por meio do crescimento econômico azeitado e impulsionado, na conjuntura formada a partir dos anos 1990, pelas particularidades das finanças e do mercado imobiliário americano. As críticas que Schwartz apresenta sobre as avaliações geralmente feitas sobre o futuro do dólar e do sistema monetário internacional são de fato relevantes. Na primeira delas, o autor argumenta, com razão, que muitas vezes o que se observa é uma reificação do dólar, como se a moeda americana tivesse força própria, descolada de outros determinantes ou não sendo, em boa medida, uma expressão de um conjunto destes determinantes. Contudo, Schwartz faz algo parecido para a economia americana, colocando-a como fundamento praticamente único da força do dólar, como se não houvesse conexões importantes entre a economia e as outras esferas da vida. Nesse sentido, Schwartz acaba trocando uma reificação do dólar por uma reificação da economia. Como ressaltamos na seção anterior, dar atenção para elementos das demais esferas, como a política, não implica reduzir a importância do econômico ou mesmo de tê-lo como esfera central. Trata-se, basicamente, de reconhecer que a economia não é uma esfera autocontida, autônoma, e que, portanto, depende da amarração com elementos que podem ser chamados de extraeconômicos.

De volta à argumentação do autor, quais seriam as fragilidades desse arranjo por ele montado? Schwartz destaca inicialmente uma mudança histórica de posicionamento dos agentes devedores frente ao comportamento da inflação. Nos anos do pós-guerra, tendências inflacionárias em geral favoreciam aqueles que possuíam dívidas de longo prazo, na medida em que o crescimento econômico garantia a sustentação ou mesmo o aumento real da renda, ao passo que aos poucos corroía o valor real das dívidas. Nesse sentido, passivos imobiliários de longo prazo não eram um problema para as famílias americanas. Contudo, na conjuntura que se

forma a partir dos anos 1990, especialmente no mercado imobiliário, um comportamento altista da inflação passou a impactar positivamente as taxas de juros nominais das hipotecas, comprometendo de imediato a renda disponível. Nesse sentido, dado o peso do passivo imobiliário atrelado a hipotecas nos EUA, qualquer descontrole sobre os níveis de inflação interna pode levar a impactos significativos na demanda agregada pela via da redução de consumo.

Ao quadro delineado acima, soma-se a evolução da simbiose comercial/financeira entre EUA e países asiáticos em desenvolvimento, particularmente com a China. O robusto crescimento econômico chinês, com o qual os EUA se atrelavam na ponta do consumo por importações, levou paulatinamente ao aumento dos preços mundiais das commodities e da mão de obra chinesa. Com isso, aos poucos a China foi passando da posição de exportador de deflação para exportador de inflação para a economia americana, contribuindo para a dinâmica negativa exercida pela inflação nos níveis de demanda agregada e, assim, no crescimento econômico.

Outro ponto de fragilização foi o esgotamento do estoque de participantes do mercado financeiro imobiliário na ponta demandante. Isto é, aos poucos, com a vertiginosa valorização dos imóveis, foi ficando cada vez mais difícil atrair tanto novos entrantes – mesmo com o afrouxamento dos critérios de avaliação de risco – como os chamados *upgraders*, aqueles que refinanciam suas propriedades (*equities*) para adquirir imóveis de padrão mais elevado. Nota-se, assim, que a interpretação de Schwartz já sinalizava para um esgotamento “natural” deste arranjo, que atuaria tendencialmente mesmo na ausência de uma crise financeira de grandes proporções.

Para o futuro do dólar, o autor entende que os maiores riscos residem num eventual descolamento do crescimento econômico dos demais países desenvolvidos frente aos EUA. Contudo, essa possibilidade se mostra remota na medida em que, em primeiro lugar, é difícil imaginar que os países da União Europeia sejam capazes de levar a cabo as mudanças políticas necessárias para alavancar sua economia de maneira sustentada. De fato, a própria crise financeira demonstrou que esses países estão fortemente conectados no imbróglio financeiro desencadeado a partir das hipotecas americanas, o que disseminou a fragilização financeira pela Europa e tornou sua desaceleração econômica ainda mais brusca que a americana.

Schwartz, então, ao conceder uma centralidade radical não apenas a economia, mas a elementos muito pontuais como o crescimento econômico, a relação finanças e mercado imobiliário, bem como os processos inflacionários, é obrigado a apresentar fragilidades que também são muito pontuais. Veja, os riscos para a posição do dólar no futuro ficam a cargo do comportamento da inflação doméstica e do crescimento da economia americana vis-à-vis às demais economias avançadas. Esta narrativa soa bastante simplória, seja frente à complexidade das próprias relações econômicas atuais – e da própria economia americana –, seja numa perspectiva mais ampla que envolva considerações de outras naturezas, como políticas. Veja-se, então, que a avaliação do autor termina sendo restrita mesmo se ficarmos apenas no plano da economia. O exemplo mais claro disso talvez seja o modo como a complexa relação EUA-China, e sua transformação, é inserida na análise: justamente por meio da ótica da inflação. Mas isso também pode ser notado na forma como a relação dos EUA com os demais países desenvolvidos é pensada, ao menos no âmbito da discussão sobre o futuro do SMI: uma questão que pode ser avaliada pelas diferentes taxas de crescimento econômico. A avaliação feita por Schwartz é certamente interessante e traz elementos importantes para serem levados em consideração, mas precisaria estar amarrada em uma estruturação mais ampla, se o objetivo é pensar o futuro do SMI.

### *1.2.3 – Benjamin Cohen: uma competição sem favoritos claros*

Em “Toward a leaderless currency system”, Cohen (2009) chama a atenção para uma possível tendência que estaria se formando no âmbito do Sistema Monetário Internacional, que poderia elevar significativamente os níveis de instabilidade econômica e financeira (e também política): trata-se da conformação de um SMI sem a presença de uma divisa claramente dominante. Esta tendência se fundamentaria no processo de declínio do dólar do topo da pirâmide monetária, em meio a uma conjuntura em que nenhum outro país se apresenta como capaz de prover uma moeda que assuma essa primazia. Com base numa analogia com os anos do entreguerras – muito comum em meio aos debates mais caros à EPI –, tal situação de “anarquia” poderia levar a um período marcado pelo significativo aumento da instabilidade econômica e financeira.

We know that the absence of firm monetary leadership during the interwar period was a contributing factor to the financial crisis and Great Depression of the 1930. The economic and political impacts of a leaderless monetary system in the twenty-first century could also be considerable (Ibid.: 143).

Antes de avançarmos com a argumentação do autor, é preciso ressaltar que esta analogia com o entreguerras é de fato muito comum e ganhou bastante impulso com o surgimento da chamada Teoria da Estabilidade Hegemônica (TEH). Sem entrar nos pormenores desta corrente teórica – que ganhou nome com Robert Keohane, porém tem seus primeiros fundamentos elaborados mais diretamente por Charles Kindleberguer nos anos 1970 –, sua argumentação gira em torno da necessidade de existência de uma liderança internacional que garanta a oferta de bens públicos, dentre os quais uma moeda internacional, um conjunto de regras que regulem as relações interestatais e transnacionais, um aparato de segurança internacional etc. Este conjunto de bens públicos, então, colaboram para o estabelecimento de um mínimo de ordem em um ambiente fundamentalmente anárquico, o sistema internacional de Estados soberanos, de forma que as relações entre os diversos atores possam se desenvolver com níveis mínimos de previsibilidade. O interessante é que, por mais que a TEH tenha perdido espaço no debate já há algum tempo, este tipo de analogia com o entreguerras ainda permanece e inspira algumas interpretações. A analogia entre períodos históricos como ferramenta de análise para o entendimento de conjunturas e suas tendências é um recurso perfeitamente adequado, porém deve-se ter atenção para não extrapolar demais os seus limites ou utilizá-la de maneira inapropriada. Do ponto de vista da análise histórica, a analogia não pode ser um recurso que naturalize relações e comportamentos entre as variáveis de análise que compõem um período ou conjuntura, senão deve colaborar para o entendimento das *particularidades* de cada momento, e isso vale tanto para as abordagens com fins *históricos* como para aquelas com fins *científicos*. Seguimos com a argumentação do autor.

Cohen inicia sua argumentação asseverando que sua abordagem buscará analisar o tema do futuro do dólar pelo prisma dos mercados, isto é, privilegiando as decisões dos agentes privados de mercado na ascensão de uma moeda no SMI. O elemento político, diz o autor, está presente, porém aparece principalmente de *maneira indireta*, por meio dos efeitos que ações estatais podem produzir nos

elementos de atratividade que uma moeda exerce com relação às decisões do mercado. Já o papel direto da política tem importância apenas marginal na avaliação que Cohen desenvolve (Ibid.: 144).<sup>17</sup> O autor parte de quatro pressupostos. Em primeiro lugar, a já citada racionalidade dos agentes de mercado, que avaliam a atratividade de uma moeda pelos seus atributos de segurança, liquidez e redes transacionais. Estes aspectos já foram discutidos no início desta seção, de modo que não é necessário maiores desdobramentos nesse momento. Em segundo lugar, está o pressuposto de que as moedas, no âmbito no SMI, tendem a se organizar de maneira hierárquica, conformando o que o próprio Cohen denomina de pirâmide monetária. Em seguida, há a suposição de que as “preferências monetárias” dos agentes tendem a assumir certa estabilidade, criando uma situação inercial. E, por fim, o suposto de que, em qualquer momento, mais de uma moeda pode exercer, de maneira ampla, funções no ambiente econômico internacional, isto é, não é necessário que haja fundamentalmente apenas uma divisa-chave exercendo as funções monetárias no SMI (Ibid.: 144-5).

Nesse ponto, seria oportuno discorrer por algumas linhas sobre esse *framework* utilizado por Cohen para pensar o contexto da competição monetária no SMI: a pirâmide monetária. Tal tema foi desenvolvido de maneira mais direta no livro *The Geography of Money* (1998). Como o próprio título da obra sugere, por trás da ideia da pirâmide há uma discussão sobre a noção geográfica que em geral embasa o pensamento sobre o tema das relações monetárias. Segundo o autor, nossa concepção sobre moeda ainda se encontra fortemente enraizada numa noção supostamente antiquada da geografia política, ainda mais quando se trata do assunto moeda. Isto é, a ideia de moeda ainda está demasiadamente atrelada a uma visão *westfaliana* de mundo, com jurisdições e soberanias estatais claramente asseguradas e segregadas. Nesse sentido, a moeda ainda é vista como possuidora uma arena cativa de circulação, um espaço fixo no qual uma determinada moeda seria a única detentora de legitimidade de circulação, protegida da competição de outras moedas. Se essa realidade alguma vez existiu de maneira incontestável, os desdobramentos

---

<sup>17</sup> Tal diferenciação, conforme diz o próprio Cohen, apoia-se em avaliação semelhante desenvolvida por Helleiner, autor que possui uma abordagem um pouco mais híbrida que a dos demais autores que colaboraram para o *The Future of the Dollar* (2009).

ligados ao processo de liberalização monetária e financeira que teve curso a partir dos anos 1970 e 1980 tratou de torná-la obsoleta. Diz o autor:

With the financial globalization comes increased cross-border currency use and competition, diminishing the importance of place in determining who uses what money, when, and for what purpose. Geography does not end as a result (...). But geography is effectively deterritorialized, freed from strict dependence on physical location (Id., 1998: 21)

Com efeito, o espaço de interação entre as diversas moedas se ampliou, levando a disputa pela circulação nos espaços monetários para dentro das jurisdições estatais. Nesse sentido, a pirâmide monetária é composta pelas diversas moedas ordenadas conforme a sua capacidade de exercer suas funções básicas partindo da esfera doméstica para a esfera internacional. As moedas tidas como mais fracas exerceriam estas funções – em parte ou totalmente – apenas no interior dos espaços econômicos nacionais, ao passo que as moedas mais fortes apresentariam condições de internacionalizar suas funções para relações econômicas internacionais. Com isso, por meio do conceito de pirâmide monetária desenvolvido por Cohen, o significado do próprio sistema monetário internacional ganha uma nova amplitude, não mais se restringindo ao plano das relações interestatais ou do sistema internacional, para avançar sobre as esferas domésticas.

Em tal estrutura da pirâmide monetária, o dólar atualmente continua a se posicionar no vértice superior como sua *top currency*. Cohen cita, a título de ilustração, números que sustentam essa posição: o dólar está, no momento em que escrevia, em uma ponta ou outra de 86% das transações cambiais nos mercados de *forex*, participa de 50% do total das exportações, denomina aproximadamente dois quintos de todo o mercado mundial de títulos, metade do mercado mundial bancário e dois terços das reservas mundiais.<sup>18</sup> Assim, “*no other currency comes close to matching the green’s back global reach*” (Ibid.: 146). Contudo, Cohen identificava duas principais ameaças à posição do dólar: no curto prazo, a crise financeira desencadeada a partir das hipotecas *subprime* e, no mais longo prazo, os déficits correntes estruturais dos EUA. Esses dois fatores teriam como impacto principal a perda de confiança dos mercados na moeda americana. Esta situação, especialmente os déficits correntes crônicos,

---

<sup>18</sup> O autor obteve os dados do *Bank of International Settlements* em 2007.

caso não se reverta, terminará por erodir a confiança na moeda americana, que perderá então espaço nas diversas funções que exerce no SMI. Cohen é, assim, resolutamente contrário às teses que advogam a capacidade dos EUA sustentarem o dólar dentro das condições e tendências apresentadas atualmente: *“the case for sustainability, in short, is not nearly as persuasive as optimists such as [Harald] James would have us to believe. In fact, the probability that the dollar can long avoid a significant loss of confidence is sadly low”* (Id., 2009: 147).

Note-se que a perspectiva de Cohen para o futuro do dólar é essencialmente baseada em uma avaliação *ceteris paribus*. Define-se um tipo de agente, o agente econômico racional, e então é feita uma avaliação de como os persistentes déficits americanos impactam suas linhas de cálculo racional. Levada ao limite, tudo o mais constante, não há como o dólar se manter em sua posição de dominância no SMI. O mecanismo do *ceteris paribus*, contudo, corta bruscamente as relações orgânicas que o dólar, os agentes econômicos e também os próprios déficits americanos têm com a conjuntura mais ampla. Esta desconexão é mantida pelo autor mesmo para a projeção de mais longo prazo, perspectiva em que, justamente, o inter-relacionamento ou o imbricamento entre os diversos elementos de uma conjuntura são ainda mais relevantes, porque é nos horizontes mais longos em que podemos tentar notar com mais clareza os movimentos estruturais. Por exemplo, faria sentido pensar nos efeitos da continuidade dos déficits americanos (sejam os domésticos, sejam os comerciais) sem atentar para o papel que tais gastos exercem em outros elementos que não apenas as avaliações mais diretas dos agentes econômicos fazem de tais gastos? Como maior potência econômica e política mundial, tais gastos americanos devem ser considerados um pilar importante da conjuntura atual e também de seus desdobramentos. Como pensar que a sustentação dos níveis de gastos americanos pode ser conciliada com uma realidade mais geral imutável? Avancemos na argumentação do autor.

A partir da constatação de que, tudo o mais constante, o dólar tende a perder força no SMI, Cohen passa a avaliar seus principais rivais, tentando com isso entender os seus respectivos potenciais de ascensão. Os postulantes são os óbvios: euro, yen e remímbi.

Como diz Cohen, desde seu surgimento, sempre houve muita expectativa com relação ao potencial do euro em desafiar a posição do dólar no SMI. Para o autor, há realmente alguns fundamentos que favorecem a moeda única europeia, como: uma base econômica ampla, estabilidade política, baixas taxas de inflação, uma autoridade monetária comprometida com a sustentação da confiança na estabilidade do valor da moeda etc. Contudo, esse entusiasmo, na sua opinião, é exagerado, devido especialmente aos três aspectos seguintes, todos eles estruturais. Em primeiro lugar, tem-se os custos de transação relativamente altos. Esse elemento se liga fundamentalmente à natureza ainda segregada do mercado financeiro europeu, em que pesem os avanços obtidos ao longo do tempo. De modo mais concreto, faltaria ao espaço financeiro europeu um mercado que fornecesse uma alternativa à amplitude e liquidez dos mercados de títulos públicos americanos. E essa carência se funda no caráter de soberania parcelar que está na base da constituição do espaço político da Zona do Euro. O máximo que se conseguiu foi a emergência de três *benchmarks*: os títulos alemães de 10 anos, os franceses de 5 anos e os italianos de 2 anos. Porém, nada que se compare à atratividade exercida pelos *treasuries* americanos, fundados numa soberania unificada sobre um espaço econômico da maior dimensão: *“the greater depth and convenience of the U.S. Treasury bill market continues to give an advantage to the greenback”* (Ibid.: 149).

O próximo elemento que pesa contra uma maior ascensão do euro se refere ao viés anti-crescimento econômico, que, segundo o autor, repousa fundamentalmente em aspectos institucionais da Zona do Euro. São citados, sem muita elaboração, os seguintes aspectos tidos como negativos. O envelhecimento da população, com impactos na escassez de mão de obra e nos sistemas de pensão. Mercado de trabalho muito rígido, afetando a adaptabilidade econômica. E a excessiva regulamentação estatal, que inibe a inovação e o empreendedorismo. Esses seriam, por assim dizer, os aspectos mais estruturais que reduzem o potencial econômico da Zona do Euro. A chegada da moeda única trouxe duas novas complicações, ambas ligadas ao potencial das políticas econômicas. Por um lado, a normatização imposta pela ZE restringiu a política monetária à busca pela estabilização do valor doméstico da moeda, deixando a busca pelo crescimento econômico de fora do mandato do Banco Central Europeu. Pelo lado da política fiscal, os Estados-membro da união monetária também se viram obrigados a buscar metas de desempenho fiscal que impossibilitam

a execução de políticas expansionistas, mesmo nos momentos de baixa do ciclo econômico. Esse conjunto de fatores estruturais e institucionais influenciam negativamente o potencial de crescimento econômico da região, fator este fundamental no cálculo dos agentes de mercado no momento de decidir sobre as alocações de suas carteiras.

A última e, na opinião de Cohen, principal questão se refere à governança da união monetária: “*who’s in charge?*”, pergunta (Ibid.: 150). Desde a fundação da união monetária, nunca esteve realmente claro quem comanda aspectos fundamentais como a política monetária, as operações de estabilidade financeira, bem como a regulação e a fiscalização dessas atividades. Na verdade, tais responsabilidades se encontram distribuídas de forma difusa, muitas vezes de maneira ambígua, entre as instituições supra regionais (BCE, Comissão Europeia e outras instâncias) e os governos locais. A título de exemplo, Cohen afirma sobre a política monetária em específico:

Who, for example, controls monetary policy? Practical operational control lies in the hands of ECB’s Executive Board, made of the president, vice-president, and four other members. Overall managerial authority, however, is formally lodged in the Governing Council, which in addition to the six-member Executive board includes the heads of the central banks of all the member states, each participating fully in the discussions and sharing voting rights. The large size and mixed representation of the Governing Council are clearly inconsistent with efficient or transparent governance. No one really knows how critical decisions are arrived at (Ibid.: 150).

Em vista dessas fragilidades elencadas, Cohen não acredita que o euro possa se apresentar como um substituto ao dólar no sentido de ocupar seu espaço no topo da pirâmide monetária, de maneira isolada. E tais fragilidades do euro tem produzido efeitos negativos para o seu potencial de difusão desde a sua criação. Com efeito, o autor usa como ilustração o fato de que, descontada sua utilização em transações intra-europeias, o euro apenas ocupou o espaço deixado pelo marco alemão como a segunda principal moeda do SMI, isto é, não retirou efetivamente espaço da moeda americana. E seu futuro aparenta ser destinado a reinar apenas em uma esfera de influência regional, como por exemplo nos novos países membros da União Europeia; nas demais regiões, deverá permanecer à sombra do dólar (Ibid.: 151-2).

Assim, em sua avaliação dos potenciais do euro como postulante à divisa dominante, Cohen chama a atenção para elementos realmente interessantes, como o fato da moeda europeia estar fundada em um ambiente político marcado, em boa medida, por unidades ainda soberanas politicamente. Mas, seria preciso ir além. Cohen opera novamente com um pano de fundo estático, isto é, as regras do “jogo monetário” internacional estão dadas e são tomadas como imutáveis. Tais regras – essencialmente oriundas do domínio econômico – oferecem o gabarito a partir do qual se pode avaliar o potencial dos diversos candidatos a suceder os EUA na emissão da moeda-chave do sistema, e é partir disso que se pode chegar ao baixo potencial do euro em avançar na pirâmide monetária. Além disso, alguns problemas da unidade europeia são colocados, mas não são amarrados de uma forma que lhes dê um sentido mais geral, que gere coerência entre as partes, e assim permita entender suas possibilidades de movimento no tempo. Os elementos são problemáticos porque assim podem ser avaliados segundo os preceitos da ciência econômica. O mesmo tipo de abordagem segue para as outras duas moedas.

O *yen*, junto com o dólar e o euro, ocupa o topo da pirâmide monetária e, nos anos 1970 e parte dos 1980, foi tido como um forte candidato a desafiar a primazia do dólar americano. Nesse período, num prolongamento dos anos de forte crescimento econômico do pós-guerra, o Japão apresentava um conjunto de características favoráveis à internacionalização de sua moeda: era a segunda economia mundial, forte exportador para diversas regiões do mundo, preços internos estáveis, além apresentar elevada estabilidade política; todas características inerentes a uma *top currency*. E, de fato, a participação do *yen* se ampliou de maneira significativa, porém, no limite, sem resultados que levassem a alguma ameaça real ao dólar. Para Cohen, a principal fragilidade estrutural do *yen* nesses anos foi o alto grau de regulação de seu mercado financeiro: “*until the 1990’s, Japan’s capital markets remained the most tightly regulated and protected in the industrial world, preventing a wider use of the yen*” (Ibid.: 152).<sup>19</sup>

Se, no auge de sua badalação, o Japão não conseguiu projetar de forma mais significativa o papel internacional de sua moeda, os anos 1990 assistiram diversos

---

<sup>19</sup> De fato, Helleiner também demonstra com bastante clareza o peso maior da regulação financeira no Japão, que além disso, entre os países mais ricos, foi um dos últimos a aderir aos planos de liberalização que se tornaram comuns nos anos 1980 e 90 (1994: 72-7 e 152-6).

reveses para a economia japonesa e sua moeda. O estouro da bolha imobiliária no começo daquela década marcou o início de um longo período de estagnação econômica, aumento da dívida pública e fragilização de seu sistema bancário. Tais tendências repercutiram fortemente sobre o *yen*, que passou a perder participação internacional frente às demais *top currencies*. Cohen ressalta que foi só após a entrada em declínio de sua moeda no plano internacional que o governo japonês passou a atuar de maneira mais decidida para impulsioná-la. Dentre essas medidas, estão diversas rodadas de liberalização financeira, que, contudo, não tiveram o efeito esperado. Atualmente, na visão do autor, a posição mais realista – que aparenta ser aquela adotada pelas autoridades japonesas – seria buscar obter um protagonismo regional, de maneira semelhante ao que acontece o euro (Ibid.: 154).

Resta, enfim, a candidata da vez, o *yuan* (ou renminbi). Por motivos óbvios, muito se especula atualmente sobre o potencial da moeda chinesa elevar sua presença internacional, tornando-se uma moeda de primeira linha, quiçá desafiando a primazia do dólar. Mas, sua internacionalização ainda é bastante incipiente e, segundo Cohen, os obstáculos no caminho são maiores que os enfrentados por euro e *yen*. Algumas potencialidades estão presentes, como o tamanho da economia chinesa, o acelerado crescimento econômico e a ampla participação no comércio internacional, aspectos que certamente conferem uma atratividade a essa moeda pelo prisma das redes transacionais. Contudo, o modelo econômico chinês não favorece uma percepção positiva acerca de aspectos como liquidez e confiança. Contribuem para essa condição diversos aspectos característicos da economia chinesa: mercados financeiros pouco desenvolvidos, com baixa transparência, eficiência e poucas oportunidades de investimento financeiro. Isto é, os mercados financeiros domésticos apresentam baixa amplitude e profundidade, além de serem excessivamente regulados. O próprio mercado cambial é regulado, contando ainda com fortes controles de capitais, dificultando a entrada de investidores estrangeiros:

Not surprisingly, therefore, the yuan internationalization to date has been negligible. A certain amount of Chinese paper currency has begun to show up in neighboring as a result of growing cross-border trade and tourism by Chinese citizens. But the totals remain small – no more than \$2-3 billion at the end of 2004 according to one recent estimate, equivalent to roughly 1 percent of China's overall cash circulation. By comparison, as much as two-thirds of Federal Reserve notes are in permanent circulation

outside the United States. Beyond the borders of China the RMB is rarely used for trade invoicing or as investment vehicle (Ibid.: 155-6)

Fica evidente, então, que as avaliações que o autor faz dos potenciais de euro, *yen* e *renminbi* estão baseadas em uma *métrica* padronizada. Há um conjunto de critérios pré-estabelecidos, e se avalia para cada caso o seu enquadramento em dado gabarito. Não se vai às particularidades que possam extrapolar o básico, isto é, mais ou menos regulação financeira, maior ou menor crescimento econômico etc.

Nota-se, então, que para Cohen nenhuma moeda, inclusive o dólar, apresenta potencial para exercer de forma isolada e inquestionável a primazia no SMI. O cenário que se projeta, assim, deverá ser marcado pela fragmentação, a partir do que duas situações podem brotar. Esse processo de fragmentação traz consigo uma tendência significativa de fragilidade para as finanças internacionais, já que, como diz Cohen: “among public agencies there is no ‘invisible hand’ to assure mutually beneficial outcomes” (Ibid.: 157). E é sob essa ameaça que os dois cenários possíveis se apresentam. Em um primeiro caso, há a possibilidade de se desenvolver no plano internacional uma nova conjuntura de cooperação. Em uma segunda possibilidade, o mundo poderia avançar para uma conjuntura de competição mais acirrada pela conquista de espaços monetários no SMI. Vejamos rapidamente esses dois caminhos possíveis, segundo a argumentação de Cohen.

A principal ameaça para o SMI atualmente, na visão de grande parte dos estudiosos do tema, se liga à forma como os EUA tem explorado seu “privilégio exorbitante” de emissor da divisa-chave do sistema, isto é, sustentando gastos internos elevados financiados por poupança externa; uma situação, acredita-se, insustentável no limite.<sup>20</sup> Nessa linha, os mais otimistas acreditam que a gradual perda de relevância do dólar irá impor aos EUA uma maior disciplina fiscal, bem como uma

---

<sup>20</sup> Essa posição é, de fato, dominante entre os economistas e tende a se irradiar para analistas de outras disciplinas. Contudo, há certamente vozes dissonantes, como inclusive alguns dos autores discutidos nesse primeiro capítulo. As linhas de argumentação contrária, em geral, são provenientes de estudiosos de áreas externas às ciências econômicas, e tendem buscar demonstrar que os déficits são, sim, sustentáveis. É interessante, porém, mencionar o caso de dois economistas que seguem uma linha argumentativa distinta: a de que esta é, na verdade, uma falsa questão, dado que o déficit em conta corrente americano nem mesmo existe. Ricardo Hausmann e Federico Sturzenegger se apoiam no que chamam, em alusão à cosmologia, de “matéria escura”, algo que não é captado pelas estatísticas tradicionais, e que é fruto da alta produtividade e rentabilidade dos investimentos externos americanos. Sobre esse tema, ver HAUSMANN e STURZENEGGER (2006a, 2006b e 2007).

maior inclinação à cooperação nos assuntos monetários internacionais. Alguns adeptos dessa linha argumentativa ainda buscam ressaltar que realidade atual é distinta daquela dos anos do entreguerras, momento em que a falta de uma liderança realmente fez falta para estabilizar as finanças e o sistema monetário internacional. Os anos do pós-Guerra, contudo, teriam criado uma nova realidade, no sentido de que aprimoraram o conhecimento e a experiência dos diversos atores internacionais acerca da necessidade de cooperação e também os meios mais eficazes de promover o alinhamento de condutas e políticas. As diversas organizações multilaterais seriam uma expressão dessa nova realidade.<sup>21</sup> Cohen, contudo, é mais pessimista nesse aspecto, especialmente quando o tema em questão é cooperação monetária. Os governos, diz o autor, tendem a valorizar sobremaneira a questão da autonomia de política monetária. Em momentos de crise, até há uma maior inclinação para a cooperação, cujos benefícios se tornam mais claros. Porém, ao primeiro sinal de estabilidade, busca-se novamente tomar as rédeas da gestão monetária doméstica, gerando fricções na orquestração internacional, que se torna ineficaz.<sup>22</sup>

Para Cohen, o cenário mais provável é o surgimento de uma condição de competição mais acirrada entre as principais *top currencies*. Isso porque, basicamente, é bastante claro para os governos os potenciais ganhos de uma maior disseminação do uso internacional de sua moeda. Desse modo, os países emissores das principais moedas do SMI deverão, de uma forma ou de outra, buscar ampliar a internacionalização de suas respectivas moedas. Porém, o potencial desestabilizador dessa tendência irá depender justamente dos meios utilizados para tanto. Cohen avalia a questão em duas dimensões básicas, retomando a classificação de Susan Strange em *top, negotiated e master currencies*. O cenário menos traumático – e

---

<sup>21</sup> Os anos do pós-guerra, conhecidos como os “anos dourados do capitalismo”, foram um período de intensa transformação mundial. Menos do que ter sido controlado ou domesticado, o capitalismo avançou nesse período de forma extraordinária, revolucionando modos de vida em escala planetária com a internacionalização do fordismo americano. Não dá pra pensar nas transformações deixadas por esse período em termos de ter produzido aprendizado, como uma nova realidade.

<sup>22</sup> Eichengreen demonstra a importância da cooperação e coordenação internacional frente aos assuntos monetários. A inerente alta mobilidade dos recursos financeiros impõe que os Estados atuem de forma concertada para garantir os resultados pretendidos (1996). Eric Helleiner concorda com essa argumentação, mas pondera que essa constatação levou a uma interpretação bastante generalizada e equivocada do assim chamado processo de globalização, tido como oriundo de uma força inerente e incontrolável dos mercados. Isto é, Estado e mercado são colocados em uma relação de oposição natural. A globalização, nesse sentido, teria ocorrido apesar do Estado. Helleiner, em *States and the Reemergence of Finance* (1994), busca desfazer esse equívoco, apresentando uma visão mais refinada desse processo, em que o Estado e o mercado não operam em lógicas distintas.

possivelmente até mesmo benéfico em alguns sentidos – seria uma competição na arena dos mercados, isto é, das *top currencies*. A estratégia aqui seria uma atuação dos governos por ampliar a atratividade de suas moedas perante os agentes de mercado, por exemplo por meio de reformas nos mercados financeiros domésticos, ampliação do livre fluxo de capitais, gestão fiscal austera etc. Note-se, aqui, a clara redenção ao potencial dos mercados, se bem amparados por boas regulações que favoreçam seus mecanismos próprios de funcionamento. O cenário menos traumático seria aquele em que a política atua *para* responder a uma lógica externa de funcionamento emanada dos mercados. Veja-se que o movimento não é partir da teoria para testá-la na prática e, eventualmente, ajustá-la frente à maior complexidade com que se defronta no plano concreto. Na verdade, o sentido parece ser mais o de ajuste da própria realidade, por meio da calibragem de políticas e instituições.

A outra via, essa mais traumática, seria avançar mais para o plano das relações interestatais, o domínio das medidas políticas mais diretas, das relações de poder. Isto é, uma ampliação da competição nas arenas das *negotiated e master currencies*. O risco inerente a essa via reside justamente no emprego aberto e direto da política, em maior ou menor grau, visando influenciar outros Estados na aceitação de uma moeda externa. Para Cohen, *politizar* a competição nesse nível a torna muito mais difícil de ser contida, colocando em risco a própria ordem liberal construída no pós-guerra. Inclusive, essa competição monetária poderia deslizar para o conflito geopolítico (Ibid.: 159). Há duas zonas principais em que essa disputa mais politizada poderia se materializar: no oriente médio e no leste asiático.

Com relação ao oriente médio, a situação levantada por Cohen é bastante interessante. Pelo lado comercial, a região é, em geral, mais conectada à Europa do que aos EUA. Nesse sentido, tanto os países da zona do euro como os do oriente médio teriam bons motivos para buscar dar um maior peso à moeda europeia, tornando-a o principal veículo de denominação e compensação das transações, assim como na alocação de suas reservas internacionais. Para os países da zona do euro, a internacionalização de sua moeda para a região poderia significar uma retomada de influência em uma região da maior importância estratégica. Já para os países do oriente médio, as vantagens seriam bastante claras: pelo lado econômico, os menores custos em negociar na moeda de seu principal parceiro comercial e, pelo lado político, reduzir a influência americana na região. Contudo, um avanço europeu nesse sentido,

afirma Cohen, conduziria por certo a uma resposta agressiva por parte dos EUA, que jamais abririam mão de uma alavanca de poder como o dólar na região central para a geopolítica mundial do petróleo. Nesse sentido, o autor não acredita que, frente à certa e violenta resposta americana, a Europa avançaria decididamente nessa direção (Ibid.: 161).<sup>23</sup>

Na outra região de potencial disputa pela primazia monetária, o leste asiático, o dólar deverá enfrentar alguma competição com as moedas japonesa e chinesa. Conforme já apresentado acima, uma aspiração regional para o *yen* foi o que restou ao Japão após o fim dos anos 1980 e o advento de décadas de estagflação. Porém, em vista dos fortes laços com os EUA, especialmente no campo estratégico-militar, é bem pouco provável que esse ímpeto japonês ultrapasse os limites aceitáveis pelos americanos. Os EUA possuem no leste asiático uma projeção de poder – com raízes históricas fortes – baseada tanto na economia como na dimensão estratégico-militar que estão fortemente ancoradas na primazia de sua moeda na região, com o que qualquer ameaça a essa posição seria alvo de uma reação determinada. O maior risco potencial de instabilidade nesse quesito reside na China, que hoje possui um poder econômico e militar maior que o do Japão, assim como demonstra aspirações de projeção regional e mundial de poder. Nesse sentido, a China poderia estar mais disposta do que o Japão jamais esteve a impulsionar a rivalidade do *yuan* contra o dólar na região. Porém, no plano monetário, como já apresentado acima, a China ainda não possui capacidade concreta para tanto. Dessa forma, esta rivalidade ainda dependerá das decisões tomadas por Pequim no médio prazo.

O cenário projetado por Cohen, então, é de indefinição. O dólar fragilizado não sofrerá o antagonismo de uma outra moeda capaz de substituí-lo no vértice da pirâmide monetária internacional, de modo que a conjuntura que se forma é de fragmentação, em que provavelmente irá vigorar uma competição controlada pela primazia em regiões específicas do mundo. Do mesmo modo, não será uma conjuntura marcada pela cooperação, a não ser em situações particulares de crises que tornem os benefícios da cooperação mais prementes. Mas tal cooperação

---

<sup>23</sup> Cohen cita – ainda que ressaltando a falta de evidências que suportem isso – a interpretação de alguns autores que defendem que a própria ofensiva americana no Iraque em 2003 teve como um de seus fundamentos a decisão por parte de Saddam Hussein de demandar euros como pagamento pelos barris de petróleo negociados pelo país (COHEN, 2009: 161).

continuará a ser instável. Assim, o período de transição, da mesma forma como ocorreu com a libra esterlina na passagem do século XIX para o XX, deverá ser longo (Ibid.: 163).

Com Benjamin Cohen, terminamos de retratar, nas suas linhas gerais, a forma de argumentação dos três autores que mais se identificam com a dita perspectiva dos mercados. Nossa crítica buscou apontar, basicamente, que por mais que tais autores, seguindo a linha da EPI, façam algum esforço de trazer para suas avaliações aspectos extraeconômicos, na verdade estes elementos entram nas argumentações de uma forma muito artificial ou brusca. Tais elementos não conversam entre si numa relação minimamente orgânica, e a impressão que fica em muitos momentos é que a economia, o campo econômico, continua intacto em sua lógica interna. Isto é, a economia se mantém com uma vida própria que só não floresce na sua plenitude nas circunstâncias em que se *choca* com outros determinantes alheios à sua lógica. Passemos, então, para os autores que, em *The Future of the Dollar (...)*, são considerados como aqueles que dão maior atenção e importância aos elementos extraeconômicos. Vejamos se, nesses casos, a economia é melhor articulada na conjuntura mais ampla.

### 1.3 – O privilégio conferido às políticas de governo: a perspectiva instrumental

A perspectiva instrumental, conforme sintetizado na introdução de *The Future of the Dollar (...)*, toma como elemento central de análise os Estados e seus governos. São as decisões de política (*policies*) desses governos que, no conjunto das relações interestatais, predominam na definição da configuração atual do sistema monetário internacional, com o dólar atualmente ocupando a posição de principal moeda nessa arena. A lógica instrumental, então, está assentada no peso dado ao impacto das decisões estatais no campo da política econômica e, por consequência, na racionalidade, ou no cálculo, que fundamenta a ação dos governos, isto é, seus objetivos de curto e de mais longo prazo.

Nesse sentido, tal abordagem tende a apresentar análises que se alinham mais fortemente ao conceito de *negotiated currencies*, pelo qual os governos, imbuídos de sua racionalidade e cálculos próprios, tomam decisões *relativamente* autônomas

quanto ao uso de uma determinada divisa externa em suas relações econômicas internacionais. Dentro do espectro de visões apresentada em *The Future of the Dollar* (...), a abordagem instrumental assume uma posição intermediária entre as lógicas dos mercados e a política. Isso porque, apesar de se apoiar nas decisões de governo, com seu cálculo particular, as políticas levadas a cabo são, em sua lógica de finalidades, em boa medida voltadas a objetivos econômicos, sujeitas, ademais, às pressões impostas pelo mercado.

Nesse campo interpretativo, a abordagem que logrou maior repercussão nos últimos tempos foi a desenvolvida por Dooley *et al* (2003), em que os autores traçam um paralelo entre as conjunturas de Bretton Woods e aquela que se cristaliza a partir dos anos 1980, que eles denominaram de Bretton Woods II. Em síntese, o ponto dos autores é que um padrão muito semelhante à conjuntura do pós-guerra teria se desenvolvido após os anos 1970. Em linhas gerais, um dos resultados da crise dos anos setenta seria um deslocamento do eixo centro-periferia. Os países europeus, reconstruídos, haviam (re)ingressado no centro do sistema capitalista, com o que foram forçados a abandonar seus mecanismos de proteção comercial e suas taxas de câmbio desvalorizadas. Quase ao mesmo tempo, uma nova periferia foi se constituindo, em geral apoiando seu desenvolvimento econômico nos mesmos fundamentos mais básicos utilizados pelos países da Europa ocidental e o Japão no pós-guerra. Isto é, afora o dirigismo estatal e o investimento interno, constituíram economias em boa medida atreladas às exportações para os EUA, apoiando-se em um regime de câmbio informalmente indexado (ao dólar) e desvalorizado, bem como no forte afluxo de investimento externo, principalmente americano. E, do mesmo modo que europeus e japoneses, financiavam os déficits americanos pela retenção de amplas reservas em dólar – com as quais podem dar sustentação à desvalorização suas moedas – ou pela sua aplicação nos mercados financeiros americanos.

Assim, pelo prisma do “Bretton Woods II”, os anos setenta (e mesmo parte dos oitenta) foram um período de transição e, nesse sentido, teriam sido conturbados justamente porque a nova periferia ainda não havia se constituído plenamente. Ademais, a posição da Europa teria se fragilizado progressivamente por conta do deslocamento do seu comércio com EUA pelos países asiáticos, o que, num ambiente financeiro crescentemente liberalizado, contribuiu para colocar as moedas europeias (e, futuramente, também o próprio euro) sob maiores riscos de ataques especulativos.

De modo contrário, o desenvolvimento dessa conjuntura teria então favorecido progressivamente o dólar, já que os países asiáticos, amplamente dependentes do mercado americano e “comprados” em dólar por meio de suas reservas internacionais, não poderiam se dar ao luxo de contestar a divisa norte-americana. Nesse sentido, afirmam os autores:

A inclinação asiática a reter ativos americanos não reflete uma irracional afinidade pelos EUA. A Ásia exportaria para qualquer país se pudesse, e financiaria quaisquer desequilíbrios de balanço que resultasse disso. Mas o mercado americano é aberto; a Europa não. A Europa não poderia absorver a avalanche de produtos asiáticos, dados os seus problemas estruturais e o processo de absorção da Europa oriental. Portanto, a Ásia exporta para os EUA, e também o financia – do contrário, os EUA, se colocados frente a significativos problemas financeiros, poderiam tender a políticas comerciais mais restritivas (Ibid.: 7)

Essa abordagem, por tender a desafiar a arraigada convicção econômica nos limites impostos pelas identidades macroeconômicas e pelo acúmulo de endividamento, gerou acaloradas controvérsias. Em *The Future (...)*, Ronald McKinnon desenvolve uma outra variante da abordagem instrumental que, segundo declara o próprio autor, se distancia da versão de Dooley *et al* em vários aspectos, mas principalmente na finalidade das políticas implementadas pelos países periféricos. McKinnon contrapõe uma abordagem monetária ao que ele denomina de abordagem mercantilista. Na sequência, vamos explorar a linha geral de argumentação do autor.

### 1.3.1 – Ronald McKinnon: o “monetarismo” de Estado

Frente a fracasso dos economistas, ao menos desde os anos 1980, nas suas sucessivas predições de declínio do dólar em meio a um cenário de crescente déficit externo e endividamento americano, McKinnon propõe o que chama de uma abordagem “puramente monetária” sobre o tema. Como o próprio autor declara no início, tal abordagem evitará apelar para argumentos centrados na *“America’s military or commercial or political hegemony – past or present – to explain the dollar continued international predominance and increasing U.S indebtedness”* (McKINNON, 2009: 46).

Neste prisma monetário que o autor busca apresentar, há duas facetas que precisamos ressaltar. Em primeiro lugar, está o pressuposto de que apenas uma moeda pode ocupar o topo da pirâmide no sistema monetário internacional, assim como apenas uma moeda poderia exercer as funções de meio de troca, unidade de conta e reserva de valor em um espaço econômico doméstico. Seria uma espécie de monopólio natural e, uma vez que uma moeda assume este posto, ela passa a ser favorecida por forças inerciais que atuam para mantê-la nessa posição: economias de escala, efeitos em rede etc. (Ibid.: 47). A segunda faceta, ponto central na argumentação do autor, se refere ao papel instrumental do dólar, ou de qualquer outra moeda que ocupe o topo do SMI, em servir de *âncora monetária* para a estabilização do valor interno das moedas de outros países. Tal função é exercida por meio da atuação ativa dos demais países no sentido de estabilizar as taxas de câmbio de suas moedas com relação ao dólar, seja na forma forte de taxas oficiais fixas (por vezes com bandas estreitas de flutuação) ou na forma mais branda com a atuação das autoridades monetárias para manter as taxas em patamares estabelecidos de forma não oficial ou claramente declaradas. O primeiro caso predominou no regime de Bretton Woods, que vigorou aproximadamente do fim da Segunda Guerra Mundial até 1971-3. Já o segundo, na versão BW II.

McKinnon relembra que os EUA foram, a partir dos anos 1970, paulatinamente ampliando seus déficits externos, o que redundou num crescente acúmulo de passivo externo. Ocorre que, por emitir a divisa chave do sistema, os EUA denominam a totalidade desse estoque de dívida em sua própria moeda, da qual, por definição, o país *“is never going to run out of”* (Ibid.: 48). Para o autor, o central é que, pelo prisma dos credores, apesar de não haver risco significativo de *default*, resta o risco de uma desvalorização da moeda americana,<sup>24</sup> seja por meio de um forte processo inflacionário nos EUA ou pela valorização de suas próprias moedas. Nesse sentido:

(...) the key to maintaining the dollar standard in its present form – and with it America’s indefinitely long line of credit from the rest of the world – lies mainly with the U.S Federal Reserve Board’s control over monetary policy, and not directly with U.S. Treasury’s control over fiscal policy or the American saving rate more generally. *As long as the American price level remains stable, there is no well-defined ex ante restraint on the amount*

---

<sup>24</sup> Desvalorização doméstica (via inflação), que impacta o câmbio real, desvalorizando as moedas dos demais países na sua relação com o dólar.

*the United States can borrow internationally* (Ibid.: 49, grifo do autor).

Desde logo, chama a atenção a presença de outro autor que coloca boa parte do peso explicativo para o futuro do dólar em um elemento pontual e estático, especificamente os níveis de inflação na economia americana. Para uma abordagem que, segundo espera-se, irá agregar em sua argumentação aspectos relacionados ao cálculo realizado por governos na implementação de suas políticas, um peso tão grande colocado ao comportamento da inflação já soa como um brusco retorno à linha de raciocínio ditada pela ciência econômica em sua transposição *direta* para a realidade. Voltamos novamente a uma abordagem de “tudo o mais constante” utilizada como ferramenta para avaliar o futuro do SMI. Continuemos com argumentação do autor.

O foco recai sobre o lado monetário, porque, nesse modelo, a poupança externa supre o excesso de demanda doméstica nos EUA, mitigando as pressões inflacionárias. Estaria o *Fed* apto para o desafio de sustentar uma estabilidade dos preços domésticos? Conforme argumenta McKinnon, o emissor da moeda-chave do sistema detém essa capacidade por definição, já que sua autoridade monetária usufrui de uma inigualável autonomia de gestão. Em primeiro lugar, em um mundo dolarizado, os EUA não precisam se preocupar com as flutuações do câmbio, pois ela pouco afetaria os preços internos (baixo *pass through*). Por outro lado, o elevado nível de desenvolvimento de seu mercado de capitais doméstico possibilita que o *Fed* concentre seus esforços nas operações do *open market*, exercendo assim aquele é o seu mandato: “*the proper role of the center country is to provide a stable price level independently, which becomes the nominal anchor for the system as whole – one that is particularly valuable for emerging markets on the dollar’s periphery*” (Ibid.: 49). Veja, o papel já definido para a principal liderança do sistema internacional é, ao menos do ponto de vista monetário, prover estabilidade de preços de forma independente, conforme determina o manual macroeconômico para os bancos centrais no plano doméstico. Assim, pelo “lado monetário”, o autor não vê grandes problemas para que os EUA cumpram seu papel de gestor da âncora cambial mundial, e com isso garanta sua condição de emissor da divisa-chave do sistema. As ameaças poderiam vir de fora do domínio monetário (*nonmonetary events*), como por exemplo um surto protecionista dos EUA ou um novo mergulho recessivo da economia americana.

Há razões, como salienta o autor, para realmente se preocupar com arroubos protecionistas oriundos dos EUA, dado que a articulação atual que garante a transferência de poupança dos países asiáticos para os EUA embute a forte penetração das exportações asiáticas, que desmantelaram diversas cadeias produtivas domésticas nos EUA, especialmente no setor de manufaturas. Dessa forma, o desconforto de certos setores da indústria e da sociedade contra a concorrência externa não é apenas fruto de uma “irracionalidade” impulsionada por líderes “populistas”. A insatisfação possui, de fato, raízes profundas na transformação por que passou a malha produtiva americana especialmente após dos anos 1970.<sup>25</sup> Contudo, esta condição pode dar lugar a reações irracionais – inclusive defendidas por muitos economistas, aponta McKinnon – como buscar manipulações do câmbio objetivando impactos nos saldos comerciais externos. Segundo o autor, tais propostas são apressadas e possuem um escopo muito estreito (microeconômico), já que não levam em conta a maior complexidade da macroeconomia. Por exemplo, forçar a valorização de uma moeda – como defendem aqueles que atacam a “deslealdade” competitiva da China – até poderia, num primeiro momento, impactar negativamente as exportações desse país, porém desencadearia uma série de efeitos recessivos: a recessão reduz importações e, se ainda gerar deflação, desvaloriza o câmbio desse país em termos reais, desarticulando a estratégia inicial dos EUA (Ibid.: 53-55). A solução efetiva para o problema, segundo o autor, é uma questão de transferência do gasto das economias deficitárias para as economias superavitárias; ou, o que é a mesma coisa, trata-se de um aumento da poupança doméstica na ponta deficitária e uma diminuição da superavitária.

Note-se que, dentro dos cálculos executados pelos governos envolvidos, não há escapatória para as leis econômicas. Pelo lado monetário e cambial, é fundamental o respeito às variáveis reais, que no plano macroeconômico emitem efeitos em sentido inverso aos pretendidos por políticas que se apoiem em estratégias que sejam míopes para os efeitos de equilíbrio mais geral (a complexidade a que se refere o autor). Não há espaço, então, para lógicas que criem alguma conciliação entre elementos que

---

<sup>25</sup> Pode-se argumentar que o fenômeno da redução dos níveis de emprego na indústria é, em boa medida, disseminado por todos os países, devido aos avanços tecnológicos recentes. Contudo, como observa McKinnon, em que pese essa conjuntura que afeta a todos, a penetração dos produtos importados tem feito o emprego no setor industrial ser reduzido relativamente mais rápido nos EUA. O autor ainda cita o fato de que esta insatisfação social pode ser observada mesmo num contexto de baixas taxas de desemprego nos EUA, em que o setor de serviços foi capaz de absorver boa parte da população deslocada da indústria.

extrapolem os ditos mecanismos econômicos, e que não sejam uma mera conformação unilateral das pressões emitidas pelo econômico. O resultado é que as duas saídas para o imbróglio são: (1) sustentar os níveis internos de preços nos EUA enquanto o descontentamento popular não chegue a limites insuportáveis, a partir do que (2) discussões sobre o reequilíbrio nas absorções domésticas de EUA e seus principais parceiros comerciais serão inevitáveis.

Desse modo, apesar de dar créditos à interpretação de *Dooley et al* (2003) por tentar encarar a questão da longa sustentação do dólar como divisa-chave do sistema em meio a tantas previsões em contrário, para McKinnon a solução encontrada pelos autores é errada. Isso porque a hipótese de Bretton Woods II, qualificada pelo autor como “mercantilista”, apoia-se basicamente nas taxas de câmbio como uma variável de controle à disposição dos governos para imprimirem ganhos reais e sustentáveis às suas economias. McKinnon argumenta que esta interpretação não explica nem mesmo o que ocorreu em Bretton Woods I, momento em que os países que se reconstruíam após a II Guerra Mundial teriam se utilizado de taxas de câmbio fixas meramente como âncora cambial para controlar o processo inflacionário e apoiar a reestruturação de seus sistemas monetários domésticos.

After World War II, the capital markets in both western Europe and Japan were in great disarray, with open and repressed inflation, multiple exchange rates, and government controls over both interest rates and banking lending. (...) *The main point is in both Japan and western Europe in the 1950s and 1960s dollar exchange rates were set to anchor national price levels and stabilized domestic financial markets – as our monetary approach would have it* (2009: 60-1, grifo meu)

Assim, ao avaliar a conjuntura do pós-guerra em comparação com que se desenvolve após sua dissolução nos anos 1970, McKinnon se utiliza do mesmo modelo teórico, sem qualquer necessidade de ajustá-lo às distintas realidades. Na verdade, o que está por trás de sua argumentação é que, no fundo, as diferenças entre os dois períodos são tópicas, ao passo que o fundamento permanece o mesmo: as determinações oriundas da economia.

O caso chinês seria exemplar da conjuntura pós-Bretton Woods. Grosso modo, ao iniciar seu processo de abertura, especialmente nos anos 1990, a economia chinesa teve que enfrentar um turbulento processo inflacionário, que levou seu

governo a buscar reestruturar o sistema monetário doméstico, unificando seu sistema cambial múltiplo em uma taxa oficial fixa e desvalorizada na mesma magnitude de sua taxa de inflação. Segundo McKinnon, apesar da incerteza incontornável sobre o nível exato em que fixar a taxa de câmbio, o fato é que a inflação convergiu para os níveis americanos (Ibid.: 61).

Assim, de volta ao caso do desbalanceamento da conta corrente do balanço de pagamentos americano, a variável de ajuste correta seria uma contenção dos níveis de gastos internos, especialmente pela redução dos gastos de consumo doméstico: as famílias americanas precisam, no agregado, tornar-se superavitárias. E as forças recessivas implicadas por esse movimento poderiam ser compensadas através de uma espécie de alinhamento internacional, em que os países asiáticos, especialmente a China, concordariam em fazer expandir o gasto doméstico em seus países. Longe de ser um altruísmo, ressalta McKinnon, esse seria um alinhamento bastante viável, dado que a queda na demanda americana forçaria os países asiáticos a implementarem medidas para sustentar os níveis de demanda em suas economias (Ibid.: 63).

At this critical juncture, with the fall in American consumer spending, the way forward is clear. Secretary Paulson or his successor should call a summit of Asian and European finance ministers to work out a joint program of fiscal expansion outside the United States (Ibid.: 63-4).

Esse seria o caminho menos traumático para o dólar, que poderia levar à sua manutenção enquanto âncora cambial e divisa-chave do sistema monetário internacional. O risco residiria nos apelos populistas – muitas vezes referendados pelos economistas, o autor reforça – em se utilizar a saída fácil da manipulação cambial. É essa via, para McKinnon, aquela que coloca as maiores ameaças à faceta instrumental do dólar de servir de âncora cambial para um grande conjunto de países, colocando em risco a própria sustentação da divisa americana como a principal moeda do sistema.

Para concluirmos, é interessante observar que aquele autor que, em nosso livro base, é colocado como o principal representante do peso das políticas de governo no mix de variáveis que contribuem para o futuro do SMI termina sua argumentação

basicamente apontando que o maior risco enfrentado pelo dólar e pelo SMI reside na possibilidade de que os governos não respeitem a economia.

#### 1.4 – A abordagem geopolítica

Dentro do espectro em que se movem os autores que contribuíram para a produção de *The Future of the Dollar*, há aqueles que identificam uma atuação mais forte e clara dos Estados na determinação da configuração do sistema monetário internacional. Como sinalizado no capítulo introdutório do próprio livro, esta abordagem, assim como a instrumental, mantém o Estado no centro das análises, porém a lógica das finalidades passa a apontar mais para objetivos relacionados ao jogo político e às disputas de poder em âmbito internacional. Nessa via, observa-se alguma influência de autores ligados à disciplina das relações internacionais e da política internacional. No entanto, nesse livro, os autores que se conectam mais claramente com a abordagem geopolítica são, sem dúvida, pertencentes à disciplina da economia política internacional, na sua vertente americana. Pelo conceitual que classifica as moedas segundo a origem de sua força no plano internacional, a abordagem geopolítica tende a se apoiar mais fortemente nas chamadas *negotiated currencies* e mesmo nas *masters currencies*.

A principal fonte da influência mencionada acima é o conjunto de autores que, no âmbito da disciplina das relações internacionais e da política internacional, podem ser enquadrados na vertente dita realista. O pressuposto mais geral dessa vertente – que, com suas diferenças, está presente em todos os autores realistas – é o de que *todos* os fenômenos internacionais ocorrem sob o pano de fundo da política entre os Estados, que tem prevalência sobre os demais aspectos da realidade e, em última instância, imprime de forma determinante sua marca sobre a forma concreta com que os fenômenos se desenrolam no sistema internacional. Desse modo, as relações *transnacionais* se desenvolvem nos interstícios produzidos pela configuração de poder internacional em cada momento e pelo cálculo político dos Estados. Com o sistema monetário internacional não seria diferente. A maneira como este se apresenta nas diferentes conjunturas dependeria da configuração de poder existente, ao passo que o próprio entendimento de suas tendências de transformação dependeria, antes de tudo, de uma avaliação sobre os destinos da ordenação política

no Sistema Internacional. Esta é, então, a posição geral daqueles autores identificados mais fortemente com o campo da política internacional – guardadas todas as suas diferenças teóricas e de estilo. Os autores que apresentaremos aqui, como já dito, apesar das influências realistas, estão definitivamente mais conectados à EPI, em que o peso das relações transnacionais é mais relevante para as análises.

#### *1.4.1 – David Calleo: o econômico à sombra das oscilações políticas*

Calleo, como outros, inicia sua argumentação expondo a contradição que parece ser central no modo de raciocínio mais convencional acerca da condição atual do dólar, isto é, o descompasso entre os níveis produção e absorção da economia americana. Como demonstra o autor, o período de maior instabilidade econômica nos EUA a partir dos anos 1970 e 80, incluindo aí a maior volatilidade do dólar, favoreceu o surgimento de uma visão declinista acerca do poder americano no cenário internacional. Dentre os primeiros diagnósticos propalados, especialmente impulsionados a partir do governo Reagan, há aquele que afirma que os EUA, explorando sua predominância internacional, estavam vivendo “acima de suas capacidades”, isto é, consumindo e investindo sistematicamente acima do que produziam. Neste cenário, todas as alternativas de financiamento dos déficits produzidos nesse processo (seja o déficit fiscal ou comercial), produziram tendências declinistas para o dólar e, por consequência, para o poder americano de uma forma mais geral. Calleo passa, então, a uma avaliação rápida dos governos Lyndon Johnson em diante, para entender como esta aparente contradição foi possível.

Os desequilíbrios econômicos nos EUA já eram evidentes desde os anos 1960. O autor afirma que cada governo, diante das instabilidades, conseguiu contornar momentaneamente os problemas por meio de diferentes estratégias macroeconômicas. Assim, o governo Johnson foi marcado por taxas de câmbio fixas e expansionismo fiscal; o governo Nixon manteve o expansionismo fiscal, porém alterou o regime cambial para flutuante; e o governo Reagan incluiu nessa mesma combinação de Nixon uma política monetária restritiva. Todas essas estratégias foram capazes de sustentar o financiamento dos déficits americanos e garantir a posição do dólar no SMI. Por outro lado, todas elas também possuíam pontos fracos que, no limite, levavam à sua desarticulação na sequência. De Nixon a Carter, as tendências

passavam por enfraquecimento do valor do dólar e um sério processo inflacionário. Com Reagan, a inflação foi controlada e o dólar voltou a se valorizar, porém os impactos se deram na ampliação do déficit externo, no enfraquecimento da indústria e no aumento do risco de uma crise financeira geral. Para Calleo, o que todo esse processo evidencia é que, sempre que foi necessário, os EUA conseguiram manobrar, alterar suas estratégias macroeconômicas, e sustentar o dólar. E a chave para entender como isso foi possível está na conjuntura política internacional daquele momento:

The critical lesson of this progression was the free hand it invariably provided the EUA. From Johnson to Reagan, when the effects of one formula grew intolerable, another was ready. Thus, the EUA was able to live beyond its means for several postwar decades – in particular, to run an external deficit financed by the rest of the world. *It is difficult to explain how this was possible without invoking geopolitics. The other rich capitalist countries of the world depended heavily on American military power to protect them from the soviets* (CALLEO, 2009: 170).

À essa altura, após o que vimos nos demais autores de *The Future of the Dollar* (2009), já é possível começamos a perceber a preparação para a entrada de uma linha raciocínio familiar: viver acima das suas capacidades, isto é, promovendo um arranjo macroeconômico insustentável, só foi possível por uma questão conjuntural, frente ao que as injunções estruturais advindas da economia puderam ser contornadas. Há conjunturas políticas mutáveis, que, dependendo de sua força, jogam sombra sobre a economia; esta, então, permanece estável em sua forma intrínseca de funcionamento, ainda que sobrepujada por outras realidades e lógicas. E aqui o autor chega à parte mais interessante de sua argumentação:

The American deficits were a kind of supplemental imperial tax needed to help support America's hegemonic burdens abroad and democratic lifestyle at home. So long as the cold war's bipolar strategic confrontation persisted, America's rich allies could not permit the dollar to crash, and thereby curtail America's geopolitical role (CALLEO, 2009: 170).

Porém, nem por isso as vozes declinistas deixaram de denunciar a insustentabilidade da trajetória observada nos déficits americanos e em sua extensiva atuação geopolítica no contexto da Guerra Fria. Isto certamente foi impulsionado pelo ambiente acadêmico que, naquele momento, já estava dominado pelo monetarismo.

David Calleo, como ele próprio ressalta, era uma dessas vozes. Segundo o autor, o evento que ensejou um alívio nessas tendências tidas então, por muitos, como insustentáveis foi a totalmente inesperada dissolução da União Soviética: “*mercifully, overstretch was much worse on the Soviet than on the American side*” (Ibid.: 170).

O fim da Guerra Fria concedeu aos EUA um *peace dividend*, que foi logo aproveitado por Bush pai. Isto é, a redução na demanda por gastos militares e outros dispêndios ligados à “gestão” do bloco ocidental abriu caminho para a busca por superávits fiscais. Bill Clinton deu continuidade a esse caminho e avançou na implementação da doutrina Powell, pela qual, afirma Calleo, os EUA assumiam uma postura geopolítica muito mais contida: “*America’s geopolitical ambitions thus remained relatively modest*” (Ibid.: 172). Em linhas gerais, a argumentação de Calleo segue no sentido de afirmar que, ao utilizar o *peace dividend* para retomar os superávits fiscais, o governo americano liberou capital aos tomadores privados, que então elevaram seus gastos (consumo e investimento), colocando a economia novamente numa rota de crescimento sustentável. Sem muitas mediações, numa argumentação ao estilo *supply side economics*, Calleo insere o surgimento das empresas *dotcom*, que puxaram boa parte dos investimentos ao final dos anos 1990, contribuindo para a sustentação de elevadas taxas de crescimento, apoiadas em aumento sistemático da produtividade. Nesse sentido, o período Clinton teria sido marcado então por: (i) política externa pacifista, (ii) restrição fiscal, (iii) reforma do Estado de bem-estar, (iv) mercado de trabalho mais eficiente, (v) livre comércio e (vi) elevados investimentos em tecnologia. Todos esses aspectos constituem um conjunto harmônico de determinações de inspiração neoclássica (Ibid.: 174). Importante, então, ressaltar esse ponto: quando a conjuntura política permitiu, os EUA passaram a manejar sua economia de forma mais alinhada com os bons preceitos da ciência econômica, com resultados positivos que então se desdobraram quase que naturalmente.

Se, pelo lado fiscal, Clinton eliminou a questão dos déficits, o crescimento econômico observado em seu governo tratou de sustentar os EUA na rota dos déficits em transações correntes. Contudo, segundo Calleo, a combinação de políticas econômicas adotada tendeu a aprimorar a forma de financiamento dos déficits externos americanos, que passaram a ser compensados (85% pelos dados do autor) pela entrada de investimento direto com destino majoritário aos novos setores de

tecnologia. Nesse sentido, assistiu-se uma forma de financiamento mais virtuosa, dado que impulsionava diretamente o crescimento econômico e a produtividade da economia, bem como ajudava a estabilizar os níveis de endividamento externo. Nesse contexto virtuoso, a cotação do dólar se estabiliza, com sua força no SMI, nas palavras de nosso autor, derivando de bases mais econômicas do que políticas (Ibid.: 176). Veja-se que aqui a economia, então, aflora livre das contingências políticas.

Porém, logo vieram as novas tensões. A primeira fonte de perturbação da ordem virtuosa estruturada no governo Clinton veio da esfera geopolítica internacional e os próprios EUA trataram de acioná-la com um forte apoio à expansão da OTAN já em 1993. Tal fato elevou a fervura novamente nas relações com a Rússia, gerando uma série de consequências no sentido de reforço da militarização e de retorno dos EUA a um papel mais ativo no cenário internacional. A fraqueza militar europeia, por sua vez, também exerceu seu papel, ao não conseguir assumir o lugar de estabilizador da região exercido pelos EUA desde o pós-guerra. O caso da crise dos Balcãs, no início dos anos 1990, foi sintomático, em que os EUA tiveram que assumir uma situação não resolvida pelos aliados europeus. Com isso, *“by the end of his second term, defense spending was on the rise, and the United States was renewing its vocation for world peacekeeping”* (Ibid.: 178, *grifo meu*). Assim, as movimentações políticas, que pareciam afastadas e desconectadas, voltam à cena de forma brusca, reconectando-se à conjuntura. Importante notar que o argumento vai no sentido de que os EUA são *tragados* para o conflito, por uma situação política que se forma de modo isolado.

Pelo lado da economia, o período virtuoso de Clinton também apresentou seus limites. Apesar das robustas taxas de crescimento da economia americana nos anos 1990, este desenvolvimento econômico, na visão de Calleo, não era real, dado que mantido sistematicamente por níveis de absorção acima dos de produção. E isso foi possível pelo financiamento das contas externas americanas por poupança externa, bem como pela dinâmica interna de valorização de ativos. Altos níveis de investimento e de consumo impulsionavam o crescimento do PIB, que por sua vez animava as expectativas de valorização dos ativos financeiros, cujos preços então correspondiam nesse sentido. Na sequência, os mercados financeiros transformavam crescimento econômico e valorização de ativos em novas ofertas de recursos para financiar investimentos e consumo, que então renovavam as expectativas na manutenção dos

tempos exuberantes. Mas, esse processo deixava um rastro de endividamento que, no limite, tornava o crescimento econômico experimentado no período uma “exuberância irracional”, irreal. A crise das *dotcom* no início dos anos 2000 apenas evidenciou essa condição. A resposta americana veio com uma injeção de liquidez que, sem outras medidas mais estruturais, apenas repôs em funcionamento a mesma dinâmica macroeconômica, porém agora deslocada para o mercado imobiliário, com nova crise em 2007-08 (Ibid.: 178-9).

Qual, então, o prognóstico apresentado pelo autor para o dólar a partir da crise das hipotecas *subprime*? De modo geral, a questão pode ser pensada a partir de três óticas: China, geopolítica e mercados.

No primeiro caso, a China tem se mostrado um grande sustentáculo para a moeda americana, ao acumular volumosas reservas em dólares e reciclá-las para os EUA. Outra estratégia chinesa mais recente tem sido a diversificação dos investimentos dentro dos EUA, reduzindo a concentração em títulos públicos americanos para enveredar pela aquisição de ativos considerados estratégicos. Contudo, esse pilar de sustentação do dólar poderá fraquejar por dois diferentes caminhos. Por um lado, alguns setores importantes da economia chinesa poderão passar a pressionar pela retenção dos superávits comerciais e sua inversão na própria economia chinesa. Pelo lado americano, a recente estratégia de diversificação implementada pelo governo chinês traz um significativo potencial tensionamento de certos setores da sociedade americana e do próprio governo estadunidense. As políticas restritivas que daí poderão resultar criariam um desincentivo à manutenção dos recursos chineses da praça financeira americana.

Pela ótica geopolítica, Calleo ressalta a significativa diferença entre a conjuntura atual e a que se estabeleceu no período do pós-guerra. O período pós-soviético teria reduzido a importância geopolítica dos EUA, com a perda de sua proeminência sobre seus principais aliados. No limite, era a ameaça soviética que permitia que os EUA vivessem “acima de suas capacidades” sem desencadear uma rebelião de seus aliados. Contudo, essa mudança dos tempos não teria produzido reflexos no imaginário das elites americanas, que continuam vendo seu país como imbuído de uma vocação por gerir o mundo. Como consequência, os gastos militares continuam vultosos e a máquina de guerra americana é mantida no engajamento em

constantes e dispendiosas missões mundo afora. Veja aqui que, nessa linha de raciocínio, a maior máquina de guerra mundial é sustentada, em boa medida, por consequência de uma postura das elites americanas, que por algum motivo se enxergam como as gestoras da ordem mundial. Em que pese a importância desse “destino manifesto” no imaginário ou na cultura política americana, é preciso ir além e investigar as conexões dos expressivos gastos militares com a gestão não apenas da política mundial, mas também da própria economia e da sociedade americana. Este imbricamento é evidente desde pelo menos as guerras mundiais, a partir do que quase toda grande inovação econômica (sejam elas novas tecnologias, métodos de organização e gestão corporativa, bem como formas de sociabilidade) apresenta importantes conexões com os desdobramentos no campo militar. Com efeito, o militarismo americano não pode ser avaliado apenas do ponto de vista de uma ideologia das elites americanas, muito menos como um resultado unidirecional desta ideologia.

Por fim, pela ótica dos mercados, a situação também não se mostra muito favorável, dado que os EUA se mantêm na mesma trajetória de desequilíbrios na absorção interna, impulsionados por elevado consumo e altos gastos militares para sustentar um papel geopolítico que já não condiz com sua realidade. Nesse contexto, segundo Calleo, a cura óbvia estaria num receituário econômico clássico baseado em redução de gastos, diminuição de importações e aumento das exportações. Contudo, novamente as ilusões da elite americana impedem que os EUA acertem contas com a objetividade da economia a tempo de evitar o pior. Completa esse cenário negativo para o dólar a existência de uma moeda alternativa, emitida por uma Europa bem organizada e empoderada (Ibid.: 182-7).

Mas, quais então os prognósticos para o dólar e o SMI? O autor parte da constatação do declínio inelutável da hegemonia americana, que assim leva ao questionamento: qual será o novo pano de fundo geopolítico – isto é, a sua configuração geral – que sustentará um novo SMI? Poderíamos ter uma nova configuração unipolar, com alguma potência ocupando o papel antes exercido pelos EUA? Do ponto de vista econômico, para Calleo, a Europa seria o candidato ideal. Isto porque sua moeda está baseada em um grande mercado e o Banco Central Europeu possui grande isolamento das políticas fiscais dos países membros:

This makes the Euro seem almost deliberately design to play the role of global currency, particularly for an integrated but nonhegemonic system. Indeed, as Marcelo de Cecco points out, the euro is today's functional equivalent of gold (Ibid.: 188).

No trecho acima, é importante notar o que está na base da força de uma moeda: estar bem isolada de uma má administração fiscal, que por sua vez está mais próxima dos circuitos e a da razão política. A comparação funcional com o ouro é central, já que este, por ser um recurso natural, pode gerar no século XIX um padrão monetário internacional estável e significativamente isolado das “impressoras” políticas. Iremos tratar melhor desta arraigada imagem do padrão-ouro clássico no capítulo 3.

Porém, nesse sentido, a grande questão é que a Europa não parece muito atraída por essa ideia de assumir o espaço que será deixado pelos EUA. Com isso, para o autor, o mundo deve avançar para uma ordenação mais multipolar, que também poderia gerar uma boa base para a reestruturação do SMI. E o ponto fundamental é que um sistema internacional com o poder melhor dividido abriria espaço para o florescimento de uma gestão mais tecnocrática do SMI, assim como já ocorre na zona do euro: a independência com que o BCE atua é fruto justamente da inexistência de uma potência dominante dentro do espaço monetário unificado europeu. Num eventual sistema como esse, o dólar deverá ser mantido como a principal moeda, contudo sua gestão não deverá continuar unilateralmente em Washington. Ademais, a estabilidade desse sistema dependerá de atrelar a gestão do dólar a um pacto de estabilidade e crescimento, em que os EUA deverão aceitar ver suas pretensões internacionais contidas pelas restrições de sua economia, isto é, de seus recursos:

Such a system, even if not managed unilaterally by Washington, might preserve the dollar as the principal global currency. But this probably would require, as Ronald McKinnon suggests, stabilizing the dollar by tying it, like the euro, to a stability and growth pact (Ibid.: 188-9)

Veja-se que um sistema internacional caracterizado por uma maior multipolaridade, em tese, poderia criar o mesmo tipo de efeito gerado pela queda do muro de Berlim: a política perde predominância, abrindo espaço para o respeito às leis econômicas. Porém, há importantes empecilhos a essa via de desenvolvimento.

Em primeiro lugar, está a bastante improvável aceitação dos EUA desse novo papel, diminuto, no Sistema Internacional, especialmente, como já mencionado, pela inércia das elites americanas, acostumadas a gerir o mundo sozinhas. Aceitar e conter-se aos limites de sua economia significaria amplos cortes de gastos, a começar pela frente militar, o que nesse momento parece bem pouco provável, *“unless compelled by the threat of a collapsing dollar”* (Ibid.: 189). Pelo lado europeu, a situação também não é animadora, com as dificuldades econômicas enfrentadas pelo bloco, e a notável dificuldade que esses países têm demonstrado em alinhar-se para endereçar uma solução robusta para a crise desencadeada em 2007-08. Ademais, com a forte competição chinesa e a disputa pela liderança nos setores de tecnologia de ponta com os EUA, Calleo aposta num movimento de “mercantilização” das relações internacionais, com a formação e o fortalecimento de blocos regionais, num quadro geral mais multipolar.

Em um contexto como esse, de blocos econômico-políticos fortalecidos em um quadro multipolar, as eventuais tensões entre os blocos possuem um alto potencial de escalabilidade e desestabilização. Assim, não fica claro como a nova estruturação do SMI poderá ser organizada. A única certeza, para Calleo, é que, nesse quadro que se desenha para os próximos anos, o papel da negociação na solução de controvérsias econômicas deverá ser reforçado, refletindo um sistema cujo poder deverá ser menos concentrado. Nesse sentido, as instituições multilaterais terão que espelhar essa nova realidade e os tomadores de decisão deverão possuir uma visão bastante acurada dos interesses gerais em jogo.

Harder to find will be the mutual modesty, self-restraint, and generosity needed to coexist together peacefully without a hegemon. The overriding challenge will be to make a plural world also collegial (Ibid.: 190).

Fechamos, assim, a argumentação geral apresentada por Calleo. Em que pesem os diversos pontos interessantes apresentados pelo autor, para os nossos propósitos vale destacar que mesmo em um autor para o qual o peso da política é muito mais relevante na composição de sua avaliação, a política em nenhum momento é amarrada de fato à economia. Não há nem mesmo uma tentativa de se fazer isso. Fica claro que a economia busca continuamente exercer suas leis sobre a realidade, porém em muitos momentos a conjuntura política faz com que tais leis econômicas

possam ser *contornadas*. Tal tipo de situação pode não se estabelecer para os próximos anos, de modo que as leis econômicas poderiam encontrar maior espaço para se impor e forçar as lideranças políticas a limitarem suas intenções e seu leque de possibilidades. Nesse sentido, dada a configuração política multipolar que se esboça no sistema internacional, os líderes políticos teriam que apresentar uma postura diplomática mais “razoável”, aceitando as injunções da economia e adotando uma postura mais colaborativa.

#### 1.4.2 – Jonathan Kirshner: os impactos geopolíticos da queda do dólar

O último autor que trataremos nesse apanhado do workshop sobre o futuro do dólar – realizado entre as universidades de Cornell e Waterloo, resultando no livro base desse primeiro capítulo, *The Future of Dollar (...)* – é Jonathan Kirshner. Junto com David Calleo, Kirshner é classificado no próprio livro como um representante mais claro da visão geopolítica.

O Kirshner abre seu texto já deixando explícito que sua contribuição irá *partir* do diagnóstico da provável queda do dólar de sua posição dominante no sistema monetário internacional, para então dar maior foco nas consequências geopolíticas dessa transformação. De maneira bastante geral, a expectativa do autor de rebaixamento do status do dólar se funda na avaliação de que uma grande crise financeira – não necessariamente como a que estava ocorrendo naquele momento – dificilmente provocaria uma movimentação dos Estados mais importantes no sentido de um esforço de cooperação para sustentar o *status quo* político e econômico. Pelo contrário, a crise financeira seria “resolvida” via transformação e não continuidade, o que envolveria inclusive o papel do dólar, que tenderia a perder sua primazia. E isso, na visão do autor, traria muito provavelmente impactos geopolíticos para todo o mundo, especialmente para os EUA.

When the dust from this upheaval settles, the dollar will no longer be the undisputed and dominant international currency, but instead would become one of several key currencies that could be called “peer competitors”. In such a future – the “leaderless currency system” predicted by Benjamin Cohen (...) – the dollar would most probably remain the world’s most widely used international currency. But its status would undergo a crucial and

fundamental shift, in the framework developed by Susan Stange and elaborated by Eric Helleiner, from “top” currency to a “negotiated” currency (KIRSHNER, 2009: 192)

O autor expõe inicialmente as linhas gerais de sua desconfiança com relação ao futuro do dólar. Kirshner aponta para dois autores cujas avaliações apresentamos aqui e às quais ele se contrapõe: Harold James e Ronald McKinnon. O primeiro deles, James, funda sua argumentação em favor da continuidade do primazia do dólar em quatro bases fundamentais: (1) a permanente atratividade exercida pela grande e sofisticada economia americana; (2) o simples fato de que a queda do dólar já foi prognosticada algumas vezes, mas sempre frustrando as previsões; (3) os grandes montantes de reservas em dólar detidos pela China, que então não possui incentivos a desestabilizar o papel da moeda americana; e (4) o fato de que os EUA ainda são a maior potência militar do mundo. Já a visão de McKinnon favorável ao dólar deriva de aspectos como o poder da inércia e de forças de monopólio natural na ocupação da posição de moeda central no sistema monetário internacional, além do posicionamento do dólar, numa perspectiva instrumental, como âncora monetária em nível mundial, mas especialmente para os países asiáticos (Ibid.: 192).

Para Kirshner, pode-se dizer que as avaliações dos dois autores mencionados estão em alguma medida corretas, pelo menos no presente ou no curto prazo. Porém, seus modelos pecam por serem estáticos e não darem a devida importância à geopolítica. Com relação ao primeiro ponto, a ideia é que falta a James e McKinnon uma perspectiva dinâmica que incorpore as tendências que estão colocadas para o dólar. Ao se fazer uma avaliação pontual ou de curtíssimo prazo, os pilares ressaltados por James e McKinnon seriam essencialmente corretos. Porém, uma abordagem assim, que não toma em conta das tendências mais inflexíveis que estão colocadas, tende a ser fundamentalmente abstrata e sem muito potencial para ajudar a entender o futuro mais longo.

An essential variable, then, in shaping expectations about the dollar are the dynamic – what is the trend? Even though major recession in the United States has done what nothing else could do – tamped down domestic demand and reduced the size of America’s current account deficits – these deficits are still large and ongoing and financed by the continued accumulation of dollar assets abroad (Ibid.: 193).

Tais tendências de mais longo prazo, na argumentação do autor, impactam em três óticas de cálculo que estão na base da atratividade de uma moeda internacional, são elas: (1) a confiança na sustentação do valor e da estabilidade da moeda, (2) a atratividade frente a moedas alternativas e (3) as implicações políticas de sua utilização. E, para Kirshner, em cada uma destas óticas, o dólar apresenta rachaduras visíveis e em expansão. Com relação à confiança no valor e na estabilidade da moeda, os dados concretos apontam para deterioração dos fundamentos. A balança comercial registra déficits sucessivos desde os anos 1980, atenuados em momentos de recessão, mas com retomada de trajetória na sequência. A poupança líquida nacional apresenta números cada vez menores relativamente ao PIB. E, ainda, os déficits fiscais mantêm sua trajetória de aumento. Nesse ponto, Kirshner cita Cohen para concluir que *“the probability that the dollar can long avoid a significant loss of confidence is sadly low”* (Ibid.: 195).

Nesse ponto, já fica claro que a abordagem proposta por Kirshner parte de uma base dinâmica apenas num sentido bem restrito. O raciocínio do autor parte da identificação de um elemento problemático que tende a se perpetuar e, então, passa às avaliações dos impactos dessa trajetória a médio prazo, tudo o mais constante. Veja que o ponto de tensão é um problema extraído de uma linha de raciocínio exclusivamente econômica, uma questão derivada *diretamente* da teoria, isto é, que não se conecta com a realidade porque não é pensado em sua articulação com elementos extraeconômicos. Esta articulação não apenas não é trazida para avaliação, como toda a conjuntura é mantida estática, para que os efeitos dos déficits possam surtir os efeitos previstos na teoria. É importante ressaltar aqui que não se trata de concordar ou não com a possibilidade de se sustentar posições deficitárias por longos períodos; mas, da forma como o problema é colocado, somos mantidos necessariamente no plano teórico, dado que não há uma mínima articulação das previsões teóricas com a conjuntura mais ampla. E mantida no plano teórico, a avaliação perde potência para explicar as tendências sociais de mais longo prazo. Dito isso, seguimos com a avaliação do autor.

A questão da atratividade de outras moedas como alternativa ao dólar também se coloca, para Kirshner, como um ponto importante para a tendência de fragilização do dólar. O autor reconhece que os demais países desenvolvidos também apresentam seus próprios problemas, porém a conjuntura atual teria a particularidade de colocar

a primeira alternativa de fato à moeda americana: o euro. Além disso, outras moedas ainda podem surgir como competidoras em prazos mais longos. O ponto a se reter, então, é que há alternativas ao dólar, que, importante destacar, não precisa ser substituído no topo da pirâmide monetária para ter sua posição fragilizada de maneira significativa (Ibid.: 195).

Por fim, o pilar político de sustentação do dólar também passou, segundo Kirshner, por uma transformação importante, que colocou a moeda americana numa situação de potencial instabilidade. Na verdade, houve uma transformação crítica nos contornos políticos que ajudaram a sustentar o dólar durante o período do pós-guerra: o fim da guerra fria e da URSS. Situações de instabilidade no sistema monetário são recorrentes e o peso dos ajustes, ou a forma de sua distribuição entre os países, depende da configuração de poder de cada momento. Nesse sentido, pode-se relembrar dos episódios de 1971 e 1985, em que os EUA puderam em boa medida determinar a forma de ajuste internacional, ao passo que os países aliados se viram premidos a atuarem na sustentação do dólar. O fim da Guerra Fria e da URSS, no entanto, geraram uma nova conjuntura, em que foram rompidos significativamente as amarras estratégicas e financeiras que forcejavam no sentido da cooperação dos países do bloco ocidental com relação aos EUA.

During the cold war, then, macroeconomic conflicts took place exclusively between friends, and beyond that the high politics of the bipolar world order served as an “emergency break” that placed a limit on just how far monetary squabbles between the Western allies could go. (...) Current global macroeconomic imbalances are greater today than they were in 1971 or 1985, suggesting that states will at some point be confronted with an urgent need to coordinate a response, negotiate a burden-sharing agreement, or, failing that, duck for cover. *If a currency crisis emerges, or if and when international negotiations take place over the nature of the international monetary order, the high political context will be profoundly different* (Ibid.: 196, grifo meu).

A inserção do elemento político novamente deixa clara a segregação do econômico: os conflitos macroeconômicos ocorriam entre amigos políticos. Tudo se passa como se as questões econômicas se desenrolam premidas por leis econômicas invariáveis, que se expressam por meio das tensões e crises que geram, e que a depender da conjuntura política podem ser contornadas ou não. Assim como ocorre

com Calleo, autor que vimos anteriormente, a política ganha destaque em suas análises não porque ela passa a ser bem amarrada com o econômico, mas porque a ela é conferida potência suficiente para em determinadas circunstâncias possibilitar que as injunções do campo econômico sejam superadas. E, para o autor, o momento em que vivemos apresenta uma conjuntura política que não permite boas expectativas de que, sob uma nova crise econômica, o mundo possa superá-la sem ter que finalmente se resolver com a objetividade econômica.

Uma crise como essa deverá ocorrer? Segundo o autor, as condições para isso estão colocadas e parte importante delas foi impulsionada no próprio período de forte confiança no dólar. A atratividade que a moeda americana apresentou até o momento gerou um volume enorme de dólar circulando internacionalmente e em posse dos diversos Estados, como China e Arábia Saudita. Uma crise que impacte diretamente o dólar poderá desencadear uma fuga desta moeda, que então inundará os mercados, gerando uma instabilidade monetária que encontrará os EUA numa situação financeira e política distinta daquela dos anos do pós-guerra. Este era o caso de uma crise financeira como a de 2007-08? Kirshner, no próprio calor dos acontecimentos, não acreditava nisso, dado que aquela crise se espalhava para todos os países desenvolvidos, eliminando portos-seguros alternativos.<sup>26</sup>

## 1.5 – A Economia Política Internacional e o inelutável descolamento da economia

Nessa breve caminhada pela argumentação de alguns dos principais autores da chamada economia política internacional, buscamos deixar marcado um ponto bastante específico: por mais que a intenção inicial da disciplina seja promover uma maior articulação entre elementos analíticos que extrapolem minimamente o campo econômico, o resultado continua sendo o reino incontestado da economia, *na medida em*

---

<sup>26</sup> Vale ressaltar que, na visão do autor, para a queda do dólar não seria necessário, no limite, uma crise. A tendência de perda de prestígio do dólar possui características mais estruturais que, mesmo na ausência de uma crise que acelere a transição, irão produzir seus efeitos paulatinamente: *“moreover, even in the absence of such a sudden crisis the hardening of political fault lines regarding the dollar in each of these three regions [Ásia, Europa e Oriente Médio] suggest a long-run trajectory of a relative contraction of the dollar’s international role”* (KIRSHNER, 2009: 198).

*que esta é definida e teorizada pela sua disciplina acadêmica.*<sup>27</sup> Isto não é dizer que suas avaliações e abordagens não tenham trazido ótimas contribuições, em especial para o debate a que nos dedicamos nessa tese. O campo da economia, ou a economia enquanto disciplina acadêmica, tem se mostrado presa em debates que, com diferenças sutis, desenrolam-se essencialmente dentro de posições conhecidas e cartas marcadas. É por isso que iniciativas de uma maior articulação entre as disciplinas, como a que marcou a origem da EPI, devem ser saudadas, já que possuem o potencial de romper com a monotonia, ensejando avaliações mais profundas do conjunto social, aceitando que a realidade é mutável e pouco afeita a projeções baseadas no comportamento de elementos descolados de sua integração com o todo.

Nesse sentido, o ponto que tentamos deixar marcado é que, por mais que a EPI – entendida por meio da amostra de autores que integrou o livro base desse capítulo – tenha tentado promover esta maior articulação, jamais o campo econômico foi abalado em seus marcos constituintes. Seja nas abordagens que conferem maiores poderes aos “mercados”, seja naquelas para as quais o político assume maior protagonismo, a articulação sempre se mostrou rígida, justaposta, sem uma real articulação que marcasse as especificidades das conjunturas avaliadas. A economia, assim, se manteve estática, autônoma em suas leis, reificada, no limite.

Reforçamos que de maneira alguma o que se propõe aqui é que as abordagens dos autores avaliados tenham que ser colocadas de lado. Na verdade, é o contrário. Importa, antes, buscar estabelecer um terreno em que tais contribuições possam ser reintegradas com a totalidade, testadas em sua potência explicativa perante a conjuntura mais ampla. No capítulo que segue, buscaremos integrar dois autores que apresentam abordagens que, justamente, apresentam potencial para nos *abrir* esse caminho.

---

<sup>27</sup> Em tempo, vale destacar que a teoria econômica não é um campo homogêneo e sem clivagens teóricas importantes. Embora não seja nosso objetivo nesse trabalho, é certo que a abordagem desenvolvida pelos autores aqui considerados poderia ser alvo de críticas a partir de dentro da ciência econômica.

# Capítulo 2

## A moeda e o desenraizamento da economia

No primeiro capítulo, buscamos demonstrar que as abordagens identificadas com a Economia Política Internacional, na sua vertente americana, não conseguiram se distanciar muito do economicismo. Naqueles autores em que há uma expressa intenção de desenvolver uma análise mais eclética, as esferas da vida (especialmente a política) são introduzidas no quebra cabeça de maneira, digamos, muito brusca, até artificial, deixando evidente que o denominador comum nunca deixa de ser a economia de mercado, conforme esta é definida pela sua disciplina de estudo. O debate, assim, não avança, senão que fica preso às mesmas polêmicas delimitadas pelo paradigma econômico. Como resultado, as discussões dominantes sobre o futuro do dólar giram essencialmente em torno das mesmas questões desde pelo menos o fim dos anos 1960 e, num plano mais essencial, parecem reproduzir as discussões sobre o padrão-ouro clássico e sua reimplantação no período do entreguerras. Nesse sentido, buscaremos desenvolver algumas abordagens e perspectivas que possuem, assim pensamos, um maior *potencial* para transpor as barreiras clássicas da economia como disciplina acadêmica, e assim abrir caminho para uma discussão mais integrada. Para isso, nesse capítulo, iremos nos apoiar basicamente em dois autores que pensaram o econômico a partir de um prisma externo à ciência econômica. São eles Karl Polanyi e David Graeber.

### 2.1 – Karl Polanyi e a ideia de desenraizamento da economia

O primeiro passo para incorporarmos o pensamento de Karl Polanyi à nossa discussão envolve trabalharmos um ponto que é basilar no pensamento do autor: a diferença entre os significados formal e substantivo do termo “econômico”. Trata-se de uma diferenciação fundamental, que vai ao centro de nossa discussão, e revela preconceitos tão arraigados em nossa maneira de pensar que, mesmo após mais de cem anos da “revolução marginalista”, só com muito esforço conseguimos notar sua presença.

O significado formal, como o próprio nome sugere, se liga ao modo como os pensadores, identificando uma esfera da vida com características particulares, buscam defini-la por meio de uma síntese composta por aquilo que julgam ser seus principais elementos e relações constituintes, abstraindo-se o resto. É formal, como toda definição que se pretende científica, justamente porque abstrai os demais elementos, possibilitando a delimitação de um domínio científico específico, no qual se pode identificar padrões, leis, desenvolver teorias supostamente universais e sustentar previsões. No caso da economia, a definição que prevaleceu foi estabelecida ao final do século XIX, no bojo do que ficou conhecida como revolução marginalista. Naquele então, o autor que primeiro expos os traços dessa formalização foi Carl Menger, em seus *Princípios de Economia Política* de 1871.<sup>28</sup> O século XIX era o momento em que aflorava a própria noção da existência de algo que pudesse ser percebido como minimamente diferente das demais esferas da vida, que então passou a ser identificado com a economia. Diz Menger à certa altura da obra citada:

(...) a Economia humana e a propriedade têm origem econômica comum, pois ambas encontram seu fundamento último no fato de haver bens cuja oferta é menor do que a respectiva demanda; por conseguinte, a propriedade, da mesma forma que a Economia, não é invenção arbitrária, mas simplesmente a única solução prática possível que a *própria natureza* (isto é, a defasagem entre a demanda e a oferta de bens) nos impõe, no caso de todos os bens denominados econômicos (MENGER, 1983: 271, *grifo meu*).

Nota-se aí, de maneira bastante clara, o que caracterizaria um bem como econômico por essa perspectiva: sua escassez, produzida pela defasagem entre oferta e demanda. Importante notar que tal defasagem, ou escassez, é *natural*, daí que bens econômicos também sejam um fato da vida incontornável. Este conjunto de bens, cujo universo envolveria parcela majoritária dos bens que sustentam a vida das sociedades, conformaram então o domínio da nascente economia científica, que se

---

<sup>28</sup> Como relembra Polanyi, Menger escrevia no exato momento em que novas descobertas antropológicas levantavam sérias restrições à formalização do econômico que surgia naquele momento. Ciente disso, na primeira edição dos *Princípios*, Menger esforçou-se por situar temporalmente suas definições à “moderna economia da troca”, assim como proibiu uma nova reimpressão do livro ou sua tradução até que ele conseguisse avançar seus estudos para incluir algumas observações sobre as diferenças entre o econômico moderno e o primitivo. A nova edição veio a público postumamente apenas em 1923 e foi esquecida, dado que as traduções e edições subsequentes na maior parte das vezes partiam da versão original de 1871 (POLANYI, 2012: 65-7). A edição brasileira, a propósito, é baseada na versão original (MENGER, 1983). Sobre a versão brasileira, ainda é interessante notar que esta saiu com o título de *Princípios de Economia Política*, enquanto o original era apenas *Princípios de Economia*.

constitui, assim, como a *ciência da escolha em condições de escassez*. Com isso, o termo econômico, nesse primeiro significado, formal, denota uma relação de meios e fins em que se impõe uma necessidade latente de eficiência, ou uma racionalização dos meios no sentido de se reduzir custos; enfim, um sentido economizador, na acepção que temos hoje da palavra. Este, então, o significado até hoje, na maior parte das vezes, incontestável de “econômico”. Diz Polanyi, de forma bastante perspicaz, acerca da ideia de *homo economicus*:

Os postulados subjacentes a essa criação do saber científico foram contestados por todas as razões concebíveis – psicológicas, morais e metodológicas –, mas nunca se pôs seriamente em dúvida o significado do adjetivo *econômico*. Os argumentos entraram em choque quanto ao conceito de *homem*, não quanto ao termo *econômico* (POLANYI, 2012: 65, *grifo do autor*)

Contudo, uma avaliação mais detida dessa definição deixa claro que ela depende de um conjunto de pré-requisitos que não pode ser tomado como natural. Estes requisitos se referem basicamente àqueles necessários para que uma situação de escassez se instaure. Polanyi parte da diferenciação entre insuficiência e escassez de meios, de modo a demonstrar que, enquanto o primeiro é uma condição presente na economia, o segundo depende de que os meios, além de insuficientes tendo em vista às finalidades, tenham usos alternativos associados a uma escala de preferências humanamente insaciáveis. Assim, dentre os pilares fundadores da teoria econômica, está o pressuposto de que as necessidades materiais do homem são insaciáveis, implicando uma virtual escassez de todos os recursos econômicos disponíveis. Tal condição torna absolutamente lógica a necessidade de uma mentalidade “racionalizadora”. Em poucas palavras, o ponto a se notar é que esta não é uma condição necessária nessa esfera da vida que chamamos de economia. Ela pode ou não ocorrer, a depender principalmente de condicionantes históricos; como, aliás, também pode ocorrer até mesmo em outras esferas.<sup>29</sup> Daí que a definição de economia, enquanto esfera do pensar, como a “ciência da escolha em condições de

---

<sup>29</sup> “If man’s material wants are insatiable, then scarcity exist by definition: no matter the absolute quantity of resources, they are scarce, that is, insufficient relative to the unlimited desire for the end products they produce. If man places great emphasis on fulfilling his insatiable material wants, then economizing, rational calculation results in order to arrange some preferred ordering of resources uses. But if such is ever the case in an actual community, it is a *socially* determined result (...) (DALTON, 1961: 5).

escassez” possa ser extrapolada para outros domínios, assim como seu método.<sup>30</sup> Esta constatação traz uma consequência importante ou até mesmo radical: *ela falseia a própria demarcação tradicional do campo econômico na sua essência, produzindo impactos potencialmente libertadores em nossa maneira de pensar*. Isso fica ainda mais claro conforme transitamos do significado formal para o substantivo. Vejamos.

O segundo significado de econômico apontado por Polanyi é, portanto, aquele entendido como substantivo. Com essa definição, o autor quis partir da vida concreta em um sentido mais básico, jogando luz sobre um conjunto de práticas que são elementares à existência de qualquer sociedade, em qualquer tempo, sem com isso ter uma pretensão de definir sua *lógica de funcionamento imanente*, que na verdade não existe de antemão.<sup>31</sup> Assim como em toda sociedade podem ser observados fenômenos ligados ao exercício de relações de poder – que convencionalmente entendemos ser o domínio da política –,<sup>32</sup> nota-se também a necessidade de

---

<sup>30</sup> Como, de resto, realmente tem ocorrido na fase mais recente de desenvolvimento do capitalismo. Um exemplo desse fenômeno, para o caso específico da ciência política internacional nos anos 1970, pode ser descrito da seguinte forma: “[a]ssim, para os científicos, a única forma de dar sentido à complexidade inerente das Relações Internacionais é *decompor os objetos em suas partes constituintes*, estabelecendo deste modo *as principais variáveis* que devem ser divididas em variáveis dependentes e independentes. Dentre as partes constituintes, a mais elementar é a noção de *ator*, isto é, quem toma as decisões em um ambiente marcado pela escassez. Só desta forma é possível estabelecer corretamente as relações causais e o sentido das determinações. Mas o critério central para definir as variáveis que influenciam as decisões dos atores é a sua *susceptibilidade à quantificação*: sem quantificação, não é possível dar sentido (e, preferencialmente, *antecipar*) ao *comportamento dos atores*, logo, não há ciência. Tratava-se, portanto, de definir o sistema internacional exatamente como os economistas neoclássicos definem o mercado, e transpor para as Relações Internacionais os métodos utilizados pela microeconomia (...) Logo, as suas unidades constituintes são funcionalmente análogas (o Estado ‘serve’ essencialmente para sobreviver) e sujeitas ao equilíbrio de poder, um *mecanismo automático de restauração*, empiricamente constatável e *totalmente independente das vontades das suas unidades*, exatamente como na lei da oferta e da procura narrada pelos manuais de microeconomia” (MARIUTTI, 2013: 26). George Dalton completa: “Economizing calculation by no means need to be confined to the creation, distribution, or use of material goods. It derives rather from the general logic of rational action which is appropriate to a large number of theoretical and empirical situations; these have in common explicit ends, delimited means, and definite rules of alternative choice for the achievement of the ends with the stated means. For example, economizing calculation unrelated to substantive economic organization appears in games such as chess, in military problems, and in preparing for academic examinations: each entails allocating specific means to achieve goal maximization” (DALTON, 1961: 7).

<sup>31</sup> “With unambiguous meaning, therefore, one can talk about the ‘economic’ system of Imperial Rome, of the Kwakiutl Indians, of Benedictine Order of Monks, of 19th century England, or Soviet Russia – meaning nothing more than the organizational structures and processes through which material goods are provided; *one need not to assume anything beforehand about necessary techniques, motivations, or specific types of economic organization*” (DALTON, 1961: 6, *grifo meu*).

<sup>32</sup> Aqui, temos que tomar o cuidado para que não fiquemos presos a uma concepção de poder particular, representada por relações “personalistas” de exercício de autoridade, a exemplo do próprio uso da força pelo Estado. A expressão da política, da autoridade, em uma sociedade mais ampla, ou mesmo em relações sociais menos extensas, pode ocorrer de maneira muito mais sutil: “[m]esmo nas sociedades onde a instituição política está ausente (por exemplo, onde não existem chefes), *mesmo aí* o político está presente, mesmo aí se coloca a questão do poder: não no sentido enganoso que incitaria a querer dar conta de uma ausência impossível, mas

existência de práticas estabelecidas relacionadas à produção de sua subsistência,<sup>33</sup> para o que o homem se apoia necessariamente em sua interação com a natureza. Diz Polanyi:

O significado substantivo provém da flagrante dependência do homem em relação à natureza e aos seus semelhantes para sobreviver. Ele sobrevive graças a uma interação institucionalizada com o meio natural; isso é a economia, que lhe fornece os meios de satisfazer suas necessidades materiais (Ibid.: 63)

O autor ainda faz uma importante ressalva: por “satisfazer suas necessidades materiais”, não quer se referir apenas àquelas necessidades ligadas à subsistência fisiológica. Isso reduziria por demais o alcance da economia. Na verdade, as práticas econômicas se referem a todas aquelas ligadas à interação do homem com a natureza (no que se inclui os seus semelhantes) para suprir os meios materiais necessários às diversas demandas ligadas à reprodução da sociedade em que este homem se insere. O trecho seguinte é bastante claro:

Os meios, não as necessidades, é que são materiais. É irrelevante se os objetos úteis são necessários para *evitar a fome ou são utilizados para fins educacionais, militares ou religiosos*. Se a satisfação das necessidades depende de objetos materiais, a referência é a economia (Ibid.: 64, grifo meu)

Assim, a ideia da economia como o domínio da subsistência do homem tem, dentre outros, dois méritos que devem ser sublinhados aqui. Em primeiro lugar, evitamos o anacronismo. Como veremos, o caráter “economizador”, ou racionalizador de custos, pode ser identificado com a forma como se organiza a economia das sociedades de mercado, mas não com todas as demais formas de organização econômica observadas na história. Isso abre a necessidade de se averiguar de que modo a economia pode, ao longo do desenvolvimento histórico, passar a se organizar conforme esta lógica. Em segundo lugar, tal definição de economia permite sua

---

ao contrário no sentido de que, talvez misteriosamente, *alguma coisa existe na ausência*. Se o poder político não é uma necessidade inerente à natureza humana, isto é, ao homem como um ser natural (e nisso Nietzsche se engana), em troca ele é uma necessidade inerente à vida social. Podemos pensar o político sem a violência, mas não podemos pensar o social sem o político; em outros termos, não há sociedades sem poder” (CLASTRES, 2012: 41, *grifos do autor*).

<sup>33</sup> “Subsistência” é a tradução utilizada para o original “livelihood”. Apesar de ser uma tradução imperfeita, dando margem a interpretações erradas do conceito, mantivemos o termo utilizado na edição brasileira, buscando dirimir potenciais imprecisões com uma exposição um pouco mais longa do conceito. Talvez um melhor termo fosse “meio de vida”.

conexão de forma muito mais livre com as demais esferas da vida. Isto é, a esfera econômica não impõe, *necessariamente ou naturalmente*, uma lógica própria à forma como, por exemplo, a política ou cultura se expressam. Tudo dependerá de como, historicamente, esteja determinado o arranjo social em cada momento e lugar. E a forma como este arranjo se materializa dependerá do papel que cada uma das esferas da vida estiver exercendo naquela estruturação específica. Torna-se necessário, assim, buscar compreender o arranjo sócio-histórico na sua totalidade, mesmo que tendencialmente.

A partir desse ponto, podemos avançar um pouco mais em direção à ideia de Polanyi sobre o desenraizamento da economia – ideia que, por sinal, ainda gera bastante controvérsia.<sup>34</sup>

Para alguém do nosso tempo, é bastante natural ter claro a existência de uma esfera da vida que identificamos com a noção de economia, que diz respeito a práticas sociais essencialmente *distinguíveis* da cultura, da moral, da política etc. Contudo, este é um fenômeno relativamente recente, que desponta na mentalidade ocidental a partir da Era Vitoriana (1837-1901), com os desdobramentos da Revolução Industrial. Em todo o período histórico anterior a isso, uma tal percepção seria, senão uma impossibilidade, algo bastante improvável. E não porque a esfera econômica, conforme entendida pelo seu significado substantivo, tivesse uma importância menor, mas sim porque sua lógica de funcionamento respondia à dinâmica de outras esferas, especialmente às práticas religiosas ou às estruturas de parentesco; mas não apenas. Assim, a experiência econômica assumia significados e dinâmicas emprestados de outras esferas da vida, tornando bastante improvável a própria percepção de que as práticas que hoje denominamos de econômicas pudessem ser notadas como algo distinto das demais. Tal, então, o sentido de enraizamento da economia discutido por Polanyi: a economia se enraíza na lógica de funcionamento das demais esferas da vida; tudo que ela é, para insistir na metáfora, depende em boa medida das características do solo em que ela se fixa, isto é, o emaranhado de todas as demais relações sociais que sempre produzem uma configuração específica no tempo e no espaço (Ibid.: 95-106).

---

<sup>34</sup> Ver, por exemplo, a questão da “abordagem do enraizamento”, apresentada por CANGIANI (2012: 38-41)

Apoiado no trabalho de Bronislaw Malinowski (1978), Polanyi faz uma síntese sobre as transações *Kula*, instituição de nativos das Ilhas Trobriand:

(...) pode-se afirmar que a produção e a distribuição de bens materiais estavam enraizadas em relações sociais de natureza não econômica. Não existia um sistema econômico institucionalmente separado, tampouco uma rede de instituições econômicas. Nem o trabalho, nem a maneira de dispor dos objetos, tampouco a distribuição deles realizavam-se por motivos econômicos, por desejo de ganho ou de receber pagamento, ou ainda por medo de passar fome como indivíduo. Se considerarmos que *sistema econômico* significa o conjunto de traços comportamentais inspirados em motivações individuais da fome e do lucro, diremos que não existia um sistema econômico. Entretanto, se entendermos, como convém, que essa expressão abarca os traços comportamentais relacionados com a produção e a distribuição de bens materiais – o único significado relevante para a história econômica –, então somos obrigados a dizer que existia um sistema econômico, mas ele não era institucionalmente separado. Na verdade, ele era um subproduto do funcionamento de outras instituições não econômicas (Ibid.: 100-1, *grifo do autor*).<sup>35</sup>

Nesse ponto, é interessante ressaltar um fato importante: a ausência de uma identificação clara do econômico, ou sua dinâmica determinada “de fora”, não implica qualquer tipo de deficiência ou carência para essas sociedades. Aliás, nada mais longe da verdade, bastando lembrar de exemplos simples e conspícuos como os grandes feitos materiais de povos antigos de Egito, Mesopotâmia, Grécia e Roma.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> “O *Kula* é uma forma de troca e tem um caráter intertribal bastante amplo; é praticado por comunidades localizadas num extenso círculo de ilhas que formam um círculo fechado. Esse círculo [é] representado pelas linhas que unem uma ilha à outra ao norte e ao leste do extremo oriental da Nova Guiné. Ao longo dessa rota artigos de dois tipos – e somente de dois tipos – viajam constantemente em direções opostas (...) Cada movimento dos artigos do *Kula*, cada detalhe das transações é fixado e regulado por uma série de regras e convenções tradicionais; alguns atos do *Kula* são acompanhados de elaboradas cerimônias públicas e rituais mágicos (...) O *Kula* não é uma modalidade sub-reptícia e precária de troca. Muito pelo contrário, está enraizado em mitos, sustentado pelas leis da tradição e cingido por rituais mágicos” (MALINOWSKI, 1978: 71-73). Para Polanyi, o *Kula* representa uma “variante estética do comércio internacional” (2012: 99).

<sup>36</sup> E se, ainda, estivermos predispostos a considerar feitos menos grandiloquentes, mas não menos grandiosos, podemos citar o exemplo de povos indígenas das Américas, observados diretamente por etnólogos: “A vida econômica desses índios baseava-se sobretudo na agricultura, e, acessoriamente, na caça, na pesca e na coleta. Uma mesma área de cultivo era utilizada por um período ininterrupto de quatro a seis anos. Em seguida, era abandonada, por esgotar-se o solo ou, mais provavelmente, em virtude da invasão do espaço destacado por uma vegetação parasitária de difícil eliminação. O grosso do trabalho, efetuado pelos homens, consistia em arrotar, por meio de um machado de pedra e com auxílio do fogo, a superfície necessária. Essa tarefa, realizada no fim da estação das chuvas, mobilizava os homens durante um ou dois meses. Quase todo o processo agrícola – plantar, mondar, colher –, em conformidade com a divisão sexual do trabalho, era executado pelas mulheres. Onde a seguinte conclusão feliz: os homens, isto é, metade da população, trabalhavam cerca de dois meses em cada quatro anos! O resto do tempo era passado em ocupações encaradas não como trabalho, mas como prazer:

A expressão “desenraizamento da economia” pode gerar – e gera – uma concepção imprecisa do que Polanyi buscava afirmar. Numa leitura rápida, há uma inclinação a se interpretar o processo de desenraizamento como uma espécie de segregação radical da economia do restante da realidade social, um verdadeiro processo de independência. Isto, no entanto, está distante do argumento que o autor desenvolveu. Curiosamente, foi a partir desta interpretação errônea que teve lugar o surgimento de seu completo oposto no campo acadêmico, também equivocado. Cangiani cita uma tendência relativamente recente entre historiadores e cientistas sociais no esforço de solapar a abordagem de Polanyi. Das três principais vias seguidas por esses autores, duas delas claramente distorcem o conceito de desenraizamento, para dizer que a economia sempre foi, e continua a ser, enraizada no todo social.<sup>37</sup> Conforme a avaliação perspicaz de Cangiani, tais autores trocam a falácia economicista denunciada por Polanyi por uma falácia sociológica (2012: 40-1). Não iremos enveredar pela argumentação desses autores, senão que apenas desenvolver, de maneira bastante sintética, nossa própria interpretação sobre o processo de desenraizamento da economia apresentado por Polanyi e sua relação com as demais esferas da vida, ou o todo social. A intenção é apresentar uma interpretação possível do pensamento do autor que concilie a imagem do desenraizamento, com todas as suas potencialidades, sem abrir mão da necessária imersão do econômico no todo social.

O movimento de desenraizamento explorado por Polanyi se confunde com a ascensão dos mercados, a partir do século XIX. Em primeiro lugar, a chave para entender esse passo é ter claro o que o autor entende por mercado. Não se trata, fundamentalmente, de simples relações de troca ou de comércio. Nas sociedades ditas primitivas, tais tipos de relação são encontráveis, isto é, bens são eventualmente transacionados de diversas formas, ainda que de maneira bastante restrita: por operações de escambo, que eram raras, ou pela utilização de outras práticas como, por exemplo, registros mais pontuais de dívida. Na argumentação do autor, os

---

caça, pesca; festas e bebedeiras; satisfazer, enfim, o seu gosto apaixonado pela guerra (...) *Estamos bem longe da miserabilidade que envolve a ideia de economia de subsistência. Não só o homem das sociedades primitivas não está de forma alguma sujeito a essa existência animal que seria a busca permanente para assegurar a sobrevivência, como é ao preço de um tempo de atividade notavelmente curto que ele alcança – e até ultrapassa – esse resultado (...) Primeiras sociedades do lazer, primeiras sociedades da abundância, na justa e feliz expressão de Marshall Sahlins*” (CLASTRES, 2012: 206-9, grifo meu).

<sup>37</sup> A terceira delas simplesmente abdica de qualquer abordagem de conjunto, voltando-se para questões mais pontuais, deslocando a realidade mais ampla em que seus objetos se inserem.

mercados são entendidos como algo muito mais amplo e profundo, um sistema de organização geral das atividades econômicas baseado na formação de preços pelo choque entre oferta e demanda. Nessa estrutura conceitual, os mercados são uma “estrutura de apoio”, sob a qual as relações de troca, uma “forma de integração” econômica específica, encontra um terreno fértil para se desenvolver e regular a subsistência material de uma sociedade (Ibid.: 83-93). Entender as particularidades desta estrutura de apoio específica, que desponta apenas no século XIX, é essencial para compreender a ideia de desenraizamento do econômico.

O ponto, então, é que a existência de relações de troca, intercâmbio, enfim, comércio de bens, nunca se desenvolve nessas sociedades a ponto de passar a regular a dinâmica econômica que ampara a subsistência de tais povos. Na verdade, este desenvolvimento fica muito longe de tal estágio, sempre relegado a espaços marginais em um sistema mais amplo governado por lógicas distintas de produção e distribuição de bens de subsistência, na acepção ampla do termo.

Segundo Polanyi, a tensão inerente à prática das trocas, em que há sempre como possibilidade a obtenção de vantagens assimétricas na transação, acaba gerando uma resposta de repressão social ao seu desenvolvimento, que evolui ao ponto de um quase tabu. Note-se: a disseminação de relações de troca está obstada não pelo seu desconhecimento ou pela falta de qualquer institucionalidade que a facilitasse operacionalmente, senão exatamente pelo contrário. É, na verdade, o amplo conhecimento de sua natureza, que se cria por meio da experiência e se transmite pelo costume, que as relações de troca são fortemente reprimidas pelo conjunto da sociedade; e não, como quer o mito do escambo, pela falta de qualquer institucionalidade social – a moeda por exemplo – ou pela repressão política centralizada. Nesse sentido, a repressão às trocas deriva da própria estruturação social dos povos primitivos, cujo vigor do tecido social dependia da sustentação de elevados níveis de solidariedade, para o que a prática das trocas se apresentava como um elemento de tensão inaceitável.

(...) a unidade interna precisava ser mantida de maneira ainda mais decisiva na economia da tribo. Para isso, empregam-se métodos de integração que evitavam a discórdia e o antagonismo dentro do grupo e, no lugar deles, fomentavam antes a solidariedade. A reciprocidade desloca a ênfase no componente utilitário, da vantagem egoísta, para a experiência amável e gratificante que flui dos contatos de vizinhança

mutuamente honoríficos com aqueles a quem nos ligamos em relações específicas de *status* objetivo e amizade pessoal. (...) Isso é hostil a uma atmosfera em que vicejam as transações econômicas. (...) A solidariedade no campo econômico é mantida por instituições que garantem um manejo não conflituoso do alimento. Como resultado lógico, *emerge quase um tabu, semelhante aos que regem as violações das leis sexuais ou desrespeito à autoridade do chefe ou do sacerdote* (...) (Ibid.: 110, *grifo meu*)

Importante reforçar ainda um ponto: a manutenção da solidariedade social não era fruto de uma realidade histórica conformada por homens de espírito elevado, não corrompidos pelo desejo inescrupuloso pelo ganho individual. A solidariedade era um elemento necessário a uma estruturação social específica, que de forma alguma demonstrava qualquer tendência a transitar para um modelo dominado pelas trocas. Esta solidariedade deve ser entendida, antes, como um elemento sociológico e não um elemento moral. *Isto é, não se quer substituir o mito do escambo por uma espécie de mito do bom selvagem.* O trecho seguinte de Polanyi é bastante claro nesse sentido:

O interesse econômico individual só raramente é dominante, pois a comunidade vela para que nenhum de seus membros esteja faminto, a não ser que ela própria seja avassalada por uma catástrofe, em cujo caso os interesses são ameaçados coletiva, e não individualmente. Por outro lado, a manutenção dos laços sociais é crucial. Primeiro porque, infringindo o código estabelecido de honra ou generosidade, o indivíduo se afasta da comunidade e se torna um marginal; segundo porque, a longo prazo, todas as obrigações sociais são recíprocas, e seu cumprimento serve melhor aos interesses individuais de dar-e-receber. Essa situação deve exercer uma pressão contínua sobre o indivíduo no sentido de eliminar do seu consciente o autointeresse econômico, a ponto de torná-lo incapaz, em muitos casos (mas certamente não em todos), de compreender até mesmo as implicações de suas próprias ações em termos de um tal interesse. Essa atitude é reforçada pela frequência das atividades comunais, tais como partilhar do alimento na caça comum ou participar dos resultados de alguma distante e perigosa expedição tribal. O prêmio estipulado para a generosidade é tão importante, quando medido em termos de prestígio social, que não compensa ter outro comportamento senão o de esquecimento próprio. *O caráter pessoal nada ter a ver com o assunto. O homem pode ser tão bom ou mau, sociável ou insociável, avaro ou generoso a respeito de um conjunto de valores como a respeito de outro. (...) As paixões humanas, boas ou más, são apenas dirigidas para finalidades não econômicas.* (Id., 2012b: 48-49, *grifo meu*)

O comércio, assim, está presente, mas fica relegado a espaços marginais, em especial naqueles em que não coloca em risco a coesão social: destacadamente o comércio exterior, realizado com outros povos, com os quais não se mantém relações sociais estáveis.<sup>38</sup> Então, como entender a transição de uma situação de bloqueio disseminado ao desenvolvimento das relações de troca para o surgimento de sociedades cuja economia passa a ser organizada pelos princípios de mercado? Precisaremos desenvolver um pouco mais esse passo, antes de voltarmos à questão do desenraizamento do econômico. Não temos intenção alguma de aprofundar uma discussão detalhada do processo de transição de um ponto de vista histórico. Tal empreitada, em si, seria um estudo isolado. Ademais, a meu ver, este é um ponto que Polanyi não desenvolve muito. O autor aprofunda interpretações bastante interessantes da situação prévia de bloqueio ao avanço das relações de troca, bem como faz uma análise rica dos traços das sociedades de mercado já constituídas e de suas tensões. Porém, quando se trata dos motores que impulsionaram a transição, sua análise é mais vaga, apresentando um choque de elementos diversos sem um fator claro de coesão; inclusive, de maneira implícita, dando abertura para interpretações semelhantes à “tese de Pirene” relacionada à retomada do comércio de longa distância ao final da idade média.<sup>39</sup> Apesar disso, seguiremos na trilha de

---

<sup>38</sup> Mesmo nesses casos, a necessidade de se estabelecer uma situação mínima de sociabilidade, mesmo que transitória e tênue, é bastante ilustrativa. Basta aqui transcrever um trecho de Graeber: “[w]hat all such cases of trade through barter have in common is that they are meeting with strangers who will, likely as not, never meet again, and with whom one certainly will not enter into any ongoing relations. This is why a direct one-on-one exchange is appropriate: each side makes their trade and walks away. It’s all made possible by laying down an initial mantle of conviviability on which trade must always be build. Then comes the actual trading, where both sides make a great display of the latent hostility that necessarily exists in any exchange of material goods between strangers – where neither party has no particular reason *not* to take advantage of the other – by playful mock aggression, though in the Nambikwara case, where the mantle of sociability is extremely thin, mock aggression is in constant danger of slipping over in the real thing” (2011: 32, *grifo do autor*).

<sup>39</sup> Apenas como exemplo, uma certa conexão com Pirene transparece em: “[s]ó no fim da idade média é que o comércio por atacado a longas distâncias proporcionou uma fonte de capital que buscou emprego em canais mais especulativos, com isso ajudando a demolir os limites das economias urbanas protegidas” (POLANYI, 2012: 206). Ou em: “[o] sistema mercantil foi na verdade uma resposta a vários desafios. Do ponto de vista político, o [E]stado centralizado era uma nova criação estimulada pela revolução comercial que mudara o centro de gravidade do mundo Mediterrâneo para as costas do Atlântico, *compelindo, assim, os povos atrasados de grandes países agrários a se organizarem para o comércio e os negócios*” (POLANYI, 2012b: 69, *grifo meu*). As teses de Henry Pirene estão em seu livro clássico *História Econômica e Social da Idade Média* (1963). As ideias deste autor ecoaram, anos depois de sua publicação, no intenso debate marxista acerca da transição do feudalismo para o capitalismo, desencadeado pela crítica de Paul Sweezy (ver SWEETZ et al, 1977) à interpretação da transição apresentada por Maurice Dobb em *A Evolução do Capitalismo* (1983). Este embate inicial provocou a reação de diversos outros autores, conformando um conjunto de artigos que ficaram conhecidos como o “debate da transição”. Tais artigos foram reunidos e publicados em livro por Rodney Hilton (2004). Para um balanço crítico dessas discussões, ver MARIUTTI (2010)

Polanyi, dado que, para nossos propósitos nesse ponto da argumentação, é suficiente apresentar apenas algumas linhas gerais dessa transformação.

Em primeiro lugar, haja visto a repulsão com que em geral eram tratadas, como podemos entender que as próprias relações de troca tenham tido algum tipo de ensejo, mesmo que circunscrito, nessas sociedades primitivas? A resposta é relativamente simples, embora seu mecanismo de institucionalização social certamente exigisse um complexo e longo processo de sedimentação: a liberação das trocas em situações específicas se apoiava em mecanismos de mitigação das tensões potenciais inerentes a tais eventos. Como demonstra Polanyi, o primeiro mecanismo a funcionar como apaziguador dessas transações foi a institucionalização de equivalências fixas, por meio das quais as partes envolvidas podiam transacionar bens uns pelos outros, sem se preocupar com o preço justo. É central destacar que tais equivalências não eram decididas de maneira arbitrária, e em primeira mão, por algum tipo de autoridade central, mas sim eram resultado de processos sociais lentos – que podiam em nada ter a ver com a economia – a partir dos quais estas equivalências eram sedimentadas no processo histórico. Tais relações, em sua essência, eram em boa parte das vezes relações de *status*. Nesse sentido, quando havia a intervenção de uma autoridade central, esta o fazia de modo a formalizar e reforçar algo já estabelecido e cristalizado na prática. O trecho seguinte é bastante claro e impede, mais uma vez, qualquer tipo de crença à *lá* povos de “espírito elevado”:

As equivalências entre unidades de diferentes bens pretendiam expressar proporções que resultavam das condições já existentes na sociedade e contribuir para manter essas condições. A “justiça” expressa na equivalência é um reflexo da “justiça” da sociedade que ela espelhava. Como poderia ser diferente, se as rendas decorrentes de *status* e os padrões de vida que prevaleciam na sociedade eram necessariamente refletidos nas equivalências? *Por conseguinte, o que costumamos chamar de ganho, lucro, salários, renda ou outras receitas tinha de estar contido na equivalência, já que se exigia que essas receitas mantivessem as relações e os valores sociais existentes* (Id., 2012: 124-125, grifo meu)

Esta espécie de regulação, que se desenvolve de maneira diferente nas diversas sociedades, torna-se um dos pilares centrais sobre os quais o comércio se desenvolveu, determinado, claro, por um conjunto mais amplo de injunções históricas.

Por mais que possa parecer contraditório, a regulação *social* do comércio atua como um fator permissivo. Isto é, com sua institucionalização, as equivalências “*inauguraram uma esfera de liberdade pessoal até então desconhecida na vida econômica do homem*” (Ibid.: 128).

Porém, por mais que se desenvolvessem em alguma medida, o comércio praticado internamente não desembocou, por suas próprias forças, em *sociedades de mercado*. Não havia qualquer tendência para tanto e o processo que levou às sociedades economicamente reguladas pelo mercado certamente foi um processo bastante intrincado e sem linhas diretas de desenvolvimento. Mas, se tivermos que ressaltar apenas um elemento principal, no conjunto variado das determinações históricas, o ponto de virada, seguindo a interpretação de Polanyi, se deu com a Revolução Industrial e o advento da máquina, que produziram os efeitos necessários para que a esfera econômica se tornasse autorregulável, isto é, se desenraizasse. Como dissemos, não é nossa intenção explorar os meandros desse difícil, e polêmico, processo de transição. Contudo, extrapolando brevemente o aparato conceitual de Polanyi, vale ressaltar apenas um ponto que reforça o argumento de que a sociedade de mercado não foi um resultado linear de forças econômicas naturais que, enfim, haviam encontrado as institucionalidades corretas para se desenvolverem rumo a um destino inevitável, um *telos*. O florescimento do *capital* comercial, na baixa idade média, esteve atrelado aos circuitos das transações em longa distância, ao mesmo tempo em que colaborou, em boa parte de seu desenvolvimento, para a manutenção dos antigos métodos de produção e de troca no interior das localidades por entre as quais transitava. Era justamente a manutenção dessas condições – distantes de qualquer mecanismo de mercado, numa acepção de sistema formador de preços – que propiciava a situação ideal para que o grande capital comercial lograsse a realização de lucros extraordinários e, enquanto capital, se reproduzisse de forma autônoma e ampliada. O capital comercial, grosso modo, se apoiava nas equivalências estabelecidas localmente, para lucrar explorando as “inequivalências” estabelecidas nas trocas de longa distância. Era uma forma de articulação da produção realizada *por cima*, sem que o capital, em sua busca por valorização, tivesse que penetrar e organizar a partir de dentro a esfera da produção. Foi apenas por meio de um lento processo de transformação, que se desdobrou de formas distintas segundo as diferentes configurações sociais e políticas de cada localidade, que o

capital transitou da esfera da circulação para a da produção, culminando na revolução industrial.<sup>40</sup>

De volta à argumentação de Polanyi, a revolução industrial e a introdução da máquina nos processos produtivos possuem um papel crucial na determinação das sociedades de mercado. O autor explicita esta relação causal de maneira bastante direta e clara. A máquina, pelos altos custos de sua incorporação no processo produtivo – em virtude do volume de dinheiro que imobilizava em antecipação –, passou a forçar a quebra de todo tipo de barreira existente ao longo das cadeias produtivas até a esfera da circulação ou realização das mercadorias. Isto é, na produção, não se poderia incorrer no risco de interrupção do suprimento de qualquer fator produtivo, enquanto na esfera da realização não poderia haver qualquer tipo de barreira à oferta dos produtos. Todos os insumos, incluindo a força de trabalho, deveriam estar disponíveis no mercado, ao preço de mercado, sem regulações estranhas às demandas impostas pelo novo ritmo de produção das máquinas, cujo alto volume produtivo requerido para a diluição dos custos fixos impôs também a ampliação dos mercados consumidores. A partir desse momento, diz Polanyi, a ideia de um mercado autorregulável começa a encontrar terreno fértil para seu desenvolvimento (Id., 2012b: 43-4).<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> Ressaltamos uma outra vez: esta transição da circulação para a produção, isto é, a transição de uma sociedade comercial para uma sociedade de mercado ou, se quiserem, para uma sociedade capitalista, envolveu um processo histórico extremamente rico e indeterminado de antemão, o qual não temos pretensão de aprofundar nesse trabalho. “O contato efetivo entre o capital comercial e a produção era estabelecido pelos setores intermediários da sociedade, usualmente denominados – de forma pouco precisa – como pequena e média ‘burguesia’. Um grupo muito heterogêneo, mas que tinha em comum a *subordinação* à simbiose estabelecida, no longo século XVI, entre ricos comerciantes, a aristocracia e a burguesia dos Estados. Quanto mais estes setores intermediários se desenvolviam, mais abrangentes e sistemáticos se tornavam os vínculos entre o capital mercantil e a produção, fato que acabou, dentro de diversas outras determinações, por possibilitar a maior penetração das relações mediadas pelo mercado na sociedade e a emergência do capital industrial. Afinal, o interesse imediato de elevar a produtividade do capital fixo vinha dos setores imediatamente abaixo do círculo de privilegiados que gravitava em torno do capital mercantil” (MARIOTTI, 2012: 16).

<sup>41</sup> Coube, como se sabe, à Inglaterra o pioneirismo nesse processo histórico, onde, em seus momentos decisivos, “[e]sse surto de desenvolvimento capitalista implicava crescente demanda de mão-de-obra livre e disponível para o assalariamento. A expansão dos mercados resultantes da própria aceleração dos investimentos estimulava a produção agrária e impulsionava os cercamentos. (...) Por outro lado, o próprio desenvolvimento da indústria tinha um efeito arrasador sobre as atividades artesanais e manufatureiras, pois a mecanização ampliava rapidamente a produtividade do trabalho, e provocava violentas quedas de preços. Nessas condições, o artesanato, a manufatura e o *putting-out*, incapazes de concorrer com a fábrica, progressivamente eram liquidados, o que gerava imensa massa de desapropriados livres para o assalariamento na indústria. A incorporação de mulheres e crianças no mercado de trabalho e a crescente massa de expropriados do campo e da cidade tornavam a oferta de trabalho extremamente favorável aos industriais, que reduziam os salários pagos e aumentavam a jornada de trabalho” (BARBOSA DE OLIVEIRA, 2002: 168). Já pelo lado da realização da

Aqui, um ponto é essencial. O processo revolucionário que marcou a inserção da máquina na produção, levando à conformação das sociedades de mercado, não foi ditado apenas pelas demandas que a máquina transmitia por meio da economia e dos sistemas de preço. Isto é, a conformação dos mercados, ou a criação de um sistema de mercado que governa toda a cadeia de produção, foi obra de um conjunto de determinações econômicas e extraeconômicas, das quais podemos destacar a política, especialmente em sua face mais violenta.

Chegamos, enfim, ao ponto de desenvolver a ideia de Polanyi acerca do mercado autorregulável e sua correlata, a noção de desenraizamento da economia. Como já mencionamos acima, o que o século XIX apresentou de verdadeiramente novo na história econômica mundial não foi o desenvolvimento das trocas ou do comércio, mas sim a institucionalização social dos mercados como o sistema fundamental de regulação das relações econômicas baseado no mecanismo do preço. A partir da instauração desse sistema, parcela dominante das relações voltadas à reprodução material da sociedade passou a ser praticada por meio da troca em diversos mercados interconectados e regulados por um mecanismo central: o preço, conformado pelo choque entre oferta e demanda. Note-se que, em momento algum da argumentação de Polanyi, tal noção de mercado autorregulável se confunde com a de um “livre mercado” ao estilo dos manuais de economia neoclássicos. Isto é, não se trata de um mercado ideal conformado por agentes atomizados tomadores de preço, que empurram os mercados no sentido de um ponto de equilíbrio maximizador de utilidades. O mercado é autorregulável porque governado por regras próprias, alheias às dinâmicas de outras esferas da vida e que se traduzem, ao fim, nos preços.

A autorregulação significa que toda a produção é para venda no mercado, e que todos os rendimentos derivam de tais vendas. Por conseguinte, há mercados para todos os componentes da indústria, não apenas para os bens (sempre incluindo os serviços), mas também para o trabalho, a terra e o dinheiro, sendo seus preços chamados, respectivamente, de preços das mercadorias, salários, aluguel e juros. (...) A formação dos mercados não será inibida por nada, e os rendimentos não poderão ser formados de outra maneira a não ser através das vendas. Não deve existir, ainda, qualquer interferência no ajustamento dos preços às mudanças das condições de mercado. (...) Assim, é preciso que existam não apenas

---

produção, “o fato de a Inglaterra ter à sua disposição um mercado mundial foi fundamental para a que a indústria têxtil se desenvolvesse com tanta pujança (...)” (Ibid.: 169).

mercados para todos os elementos da indústria, como também não deve ser adotada qualquer medida ou política que possa influenciar a ação desses mercados (Ibid.: 74)

Mercado autorregulável é, para o autor, aquele determinado pelas livres condições de oferta e procura, desgarradas de outras lógicas extraeconômicas, que se refletem na formação dos preços. Não há qualquer inferência a partir daí, no quadro argumentativo de Polanyi, que leve a postulados de tendências de equilíbrio ótimo. O que se tem, isso sim, é uma ampliação jamais vista das liberdades em se explorar os recursos econômicos, dado que a lógica de exploração da natureza para a promoção da subsistência social se distancia dos movimentos e ritmos das outras esferas da vida; esta é a própria noção de desenraizamento do econômico.

Nem o preço, nem a oferta, nem a demanda devem ser fixados ou regulados; *só terão validade as políticas e as medidas que ajudem a assegurar a autorregulação do mercado, criando condições para fazer do mercado o único poder organizador na esfera econômica* (Ibid.: 74, grifo meu)

Porém, de volta a uma ressalva feita acima a respeito de um equívoco comum: em que sentido o desenraizamento do econômico *não quer dizer* uma desconexão da economia com as demais esferas? Este desenraizamento é, *ao mesmo tempo*, o enraizamento das demais esferas da vida na lógica econômica de mercado. Este ponto é fundamental na argumentação de Polanyi, pois não apenas a estruturação de uma sociedade de mercado exigiu a mobilização de elementos extraeconômicos como a própria sustentação de uma tal organização social passou a requerer a constante e intensa mobilização de elementos políticos, culturais etc. O ponto aqui é que estas esferas extraeconômicas agora são mobilizadas *para* o econômico, que então passa a ser regulado por um sistema de mercado e este, assim como não se autoproduziu a partir das simples relações de troca, também não pode se manter de pé por suas próprias forças. Nesse sentido, ao emprestarem suas *forças* para sustentarem um sistema de mercado, as demais esferas da vida terminam, em boa medida, assistindo a uma ressignificação de seus elementos constituintes, que passam então a serem pensados e avaliados segundo a lógica do mercado. De maneira um tanto quanto abrupta, já que não desenvolveremos aqui a linha argumentativa deste autor, podemos apenas lembrar que, do ponto de vista específico do papel do Estado nesse processo, Foucault trabalha a conformação dos governos às exigências do mercado por meio do que chama de “arte de governar”. São as demandas do sistema

de mercado, já instaurado, que conformam uma espécie de gabarito com relação à ação considerada legítima do governo do Estado. Diz o autor:

O mercado deve dizer a verdade, deve dizer a verdade em relação à prática governamental. Seu papel de verificação é que vai, doravante, e de uma forma simplesmente secundária, comandar, ditar, prescrever os mecanismos jurisdicionais ou a ausência de mecanismos jurisdicionais sobre os quais deverá se articular (FOUCAULT, 2004: 45)

Mas, veja-se que, conforme a noção de desenraizamento, este papel de verificação é orgânico, se desenvolve no contínuo imbricamento entre Estado e mercado, numa relação que podemos chamar de capitalista e que se transfigura historicamente. Foucault denomina a arte de governar específica das sociedades de mercado, em suas primeiras fases, de arte *liberal* de governar. Um governo ajustado a esta lógica não opera segundo o princípio do *laissez-faire*, meramente criando barreiras de proteção à livre iniciativa, que então é isolada e aflora, mas sim atua de forma positiva na produção da própria liberdade, especialmente a liberdade de mercado. E isso implica, ao contrário do que sugere a mentalidade econômica neoclássica, níveis elevados de intervenção e disciplina social.

É necessário, de um lado, produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças etc. (...) Temos evidentemente exemplos disso. É preciso haver liberdade de comércio, claro, mas como poderá ela efetivamente se exercer se não se controla, não se limita, não se organiza toda uma série de coisas, de medidas, de prevenções, etc. que evitarão os efeitos da hegemonia de um país sobre os outros, hegemonia essa que teria justamente por efeito limitar e demarcar a liberdade de comércio? (...) Mesma coisa, liberdade do mercado interno, claro, mas para que haja mercado é preciso ademais que haja não apenas vendedor mas também comprador. Por conseguinte, necessidade, se preciso, de sustentar o mercado e criar compradores por mecanismos de assistência. Para que haja liberdade no mercado interno, não pode haver efeitos monopolísticos. Necessidade de uma legislação antimonopólio. Liberdade do mercado de trabalho, mas para tanto tem de haver trabalhadores, trabalhadores em abundância, trabalhadores suficientemente competentes e qualificados, trabalhadores que sejam politicamente desarmados para não fazer pressão sobre o mercado de trabalho. Temos aí uma espécie de estímulo formidável para a legislação, para uma formidável quantidade de intervenções governamentais, que serão a garantia da produção da liberdade de que se necessita, precisamente, para governar (Ibid.: 87-8)

O eixo central desta seção foi tentativa de demonstrar que esta entidade chamada de mercado não possui vida própria, derivada em última instância de pulsões naturais ao homem. Sua lógica de funcionamento foi determinada e continua a se sustentar desde fora da economia, no sentido limítrofe de que poderíamos dizer que o sistema de mercado extrapola a própria economia, isto é, ele é conformado por aspectos econômicos e não econômicos. Repitamos: o sistema de mercado não é a mesma coisa que economia, mas sim o resultado de uma interação social mais geral. Não há, portanto, como se falar em mercado e ter como referencial apenas a economia. As sociedades de mercado, entretanto, possuem mecanismos que atuam no sentido da reificação das relações econômicas, tornando estas cognitivamente identificáveis ao sistema de mercado e, assim, desconectadas em sua lógica de funcionamento das demais esferas da vida. Nesse processo, um dos principais mecanismos de isolamento da economia é a própria moeda, que passaremos a discutir na sequência.

## 2.2 – A noção de moeda em Karl Polanyi

Agora, como parte final dessa breve exposição da noção de desenraizamento do econômico feita com base nos escritos de Polanyi, podemos avançar para as ideias básicas do autor com relação à moeda. Recuperar o pensamento de Polanyi sobre moeda e aplicá-lo à história ocidental mais recente, isto é, pós-século XIX, não é tarefa das mais fáceis. Em boa medida porque, como argumenta Servet:

L'object de la recherche de Karl Polanyi n'est pas de définir de façon abstraite et universelle les caractéristiques de la 'monnaie', mais de comprendre le jeu ou tel type de pratique monétaire comme processus social. Le mouvement est prouvé en marchant, en l'occurrence en analysant le fonctionnement de Société temporellement et spatialement localisées (1993: 1131).<sup>42</sup>

Dessa forma, os conceitos não estão lá, prontos, aguardando sua recuperação e transposição direta para um período histórico qualquer. No caso específico das contribuições de Polanyi para a ideia de moeda, precisamos recuperar os principais

---

<sup>42</sup> Em tradução livre: "O objetivo da pesquisa de Karl Polanyi não é definir, de maneira abstrata e universal, as características da moeda, mas sim compreender o papel ou as práticas monetárias como um processo social. Este processo é comprovado por meio de uma análise do funcionamento de uma sociedade localizada no tempo e no espaço".

elementos de sua avaliação acerca das funções monetárias nas sociedades primitivas, e então buscar entender de que maneira perfazer a trajetória inversa à do autor, isto é, ir das sociedades primitivas à moderna sociedade de mercado. Em que pesem os escritos apresentados em *A Grande Transformação* (2012b), Polanyi não faz de forma muito clara este retorno à sociedade de mercado *pela perspectiva monetária*. Nesse sentido, temos que fazer um esforço para capturar o que há de mais essencial nas avaliações que o autor faz da moeda nas sociedades primitivas, e entender de que modo esta essência nos ajuda a aprofundar nosso entendimento sobre o papel que a moeda passa a ter com o advento das sociedades de mercado. Caso contrário, corre-se o risco de enveredar por discussões como a que busca criticar a aplicação da ideia de *all purpose money* aos dias atuais, assim como impossibilita nossa percepção sobre como a contribuição de Polanyi inova não só a maneira como vemos a questão da moeda para os povos primitivos, mas também nossa própria noção de moeda moderna. Queremos, assim, evitar a conclusão de Blanc, segundo o qual *“Polanyi’s conception does not lead us to break from some key features of the classical conception of money”* (2018: 4).<sup>43</sup>

Nesse ponto, dois aspectos são básicos para a abertura da discussão. O ponto inicial é que, como argumenta Polanyi, a moeda, ou as funções monetárias, não é um fenômeno originalmente econômico, muito menos de mercado. As funções meio de pagamento, unidade de conta, meio de troca e reserva de valor, como demonstraram diversos relatos históricos e antropológicos, já foram identificadas em um grande número de sociedades primitivas, sendo praticadas fundamentalmente *fora* de relações econômicas, especialmente no caso das duas primeiras funções citadas:<sup>44</sup>

A ligação do pagamento com o dinheiro e das obrigações com as transações econômicas é evidente na mentalidade moderna. Contudo, a quantificação, que associamos ao pagamento, já funcionava numa época em que as obrigações cumpridas não

---

<sup>43</sup> Sobre essa via de discussão, ver por exemplo MELITZ (1970), BLANC (2013) e BLANC (2018).

<sup>44</sup> Não precisamos entrar aqui na discussão sobre o suposto caráter subordinado da função reserva de valor, como sublinha Servet: “en fait, il serait plus exact de parler de trois fonctions seulement (paiement, échange et compte), dans la mesure où, comme nous le verrons, la fonction dite de réserve a un statut ambigu. Ces fonctions monétaire n’excluent pas d’autres usages possibles des instrument monétaires, mais qui ne lui apparaissent pas comme étant spécifiquement monétaires (par exemple le fait de se servir de moyens de paiement comme jetons pour dénombrer) (...) La fonction de réserve est introduite dans un second temps et elle est définie comme une fonction subordonnée historiquement à la fonction de paiement (Une utilisation accessoire de la monnaie (...), la conservation de la richesse, trouve son origine, en grand partie, dans le besoin pour des paiements) (1993: 1137-9).

tinham qualquer vinculação com transações econômicas (POLANYI, 2012: 337).

Nesse sentido, desde já podemos dizer que não foi o aparecimento desta nova instituição, a moeda, que ajudou a determinar, ou *liberar*, o surgimento das sociedades de mercado, senão que o inverso: foi o processo de desenvolvimento dos sistemas de mercado que, aos poucos e com seus determinantes próprios, moldou as moedas e os sistemas monetários da forma como eles passaram a se apresentar desde o final do século XIX e a estruturação do padrão-ouro clássico. A moeda, então, está presente nas sociedades de mercado modernas e também nas sociedades primitivas; algo que, de resto, pode ser observado em relação a outras categorias como: mercado externo, preços, divisão do trabalho, *market places* e dívidas, todas observáveis, à sua maneira, em sociedades primitivas. Contudo, esta é uma percepção ainda superficial, que facilmente enseja transposições indevidas de conceitos originários da observação das sociedades de mercado para as sociedades primitivas, inclusive por parte de muitos antropólogos (DALTON, 1961: 12).<sup>45</sup>

O segundo ponto central da argumentação do autor é que, nas sociedades primitivas ou anteriores ao surgimento dos sistemas de mercado, as funções da moeda não estavam reunidas, digamos, em uma só moeda, mas sim encontravam-se dispersas, tanto do ponto de vista dos “veículos”, físicos ou simbólicos, que exerciam concretamente estas funções como também do ponto de vista das fronteiras entre os diversos tipos de relações sociais.

O dinheiro primitivo, ao contrário, é um dinheiro para fins específicos, ou seja, diferentes objetos costumam ser empregados em diferentes usos monetários. Os vários usos do dinheiro, portanto, são separadamente institucionalizados e, em sua maioria, independem uns dos outros. (...) Portanto, a ênfase desloca-se para os vários usos do dinheiro. Eles devem conter (a) a situação sociológica em que surge esse uso e (b) a operação praticada com os objetos nessa situação (POLANYI, 2012: 348).

As avaliações da “situação sociológica” em que os diversos usos ocorrem nas sociedades primitivas demonstraram que, como dissemos, não apenas as funções da moeda estavam segregadas em diferentes objetos, mas ocorriam em esferas sociais

---

<sup>45</sup> “(...) there can be no division of labor without “resulting economic exchange. The universality of the fact of division of labor, even only on sex lines, underscores the essential soundness of reasoning which has made of exchange and distribution basic factors in all economic theory” (HERSKOVITS *apud* DALTON, 1961: 12)

distintas, reguladas por instituições também distintas. A própria utilização da moeda nas transações econômicas, quando observada, reforçava a segregação das funções, haja visto que mesmo a economia era dividida em “esferas econômicas” ou “esferas de transação”, com suas regras sociais próprias.<sup>46</sup>

Estes dois traços centrais revelados pelas pesquisas antropológicas acerca da moeda primitiva evidenciam um claro potencial de anacronismo ao se aplicar, naquelas sociedades de outrora, os conceitos forjados para analisar sociedades contemporâneas. Isso não quer dizer que tais conceitos, ou sua utilização como instrumento de referência para avaliar sociedades distintas daquelas para as quais foram originalmente forjados, devam ser evitados por completo. Ao contrário, este recurso, quando feito com as mediações adequadas, nos ajuda a notar as diferenças fundamentais de funcionamento entre dois tipos de sociedades. Esta mediação, contudo, exige uma avaliação mais paciente sobre os detalhes de funcionamento de cada formação social. Mesmo antropólogos consagrados, por vezes, acabaram se apressando e, com isso, descartando o uso de determinados conceitos modernos que poderiam, com o devido cuidado, evidenciar detalhes importantes da dinâmica social que tem por objeto:

Even Malinowski and Firth do not explain that it is nationally-integrated market organization which accounts for those Western monetary traits they use as a model of “real” money: “The tokens of wealth [*vaygua*: ceremonial axe blades, necklaces of red shell discs, and arm bracelets of shells] have often been called ‘money’. It is at first sight evidente that ‘money’ in our sense cannot exist among the Trobrianders (...) Any article which can be classed as ‘money’ or ‘currency’ must fulfill certain essential conditions; it must function as a medium of exchange and as a common measure of value, it must be instrument condensing wealth, the means by which value can be accumulated. Money also, as a rule, serves as a standard of deferred payments (...) we cannot think of *vaygua* in terms of ‘money’” (DALTON, 1965: 44-5)

É precisamente aí que entra uma importante contribuição de Polanyi para nosso tema específico: o autor critica “nossa obsoleta mentalidade de mercado” acerca da noção de moeda *sem abrir mão, de forma desnecessária, dos conceitos*

---

<sup>46</sup> “(...) primitive economy is ‘multi-centric’, and the dominant centers are organized through nonmarket patterns of integration, such as reciprocity and redistribution; special-purpose monies are in use (...)” (DALTON, 1961: 14-5).

*construídos no bojo (e para) de uma sociedade mercado.* E isso produz dois efeitos fundamentais. Por um lado, como já dissemos, permite uma comparação entre as diferenças e semelhanças entre as realidades sociais avaliadas, do presente e do passado. Por outro, dá ensejo à própria crítica dos conceitos, possibilitando o seu refinamento até mesmo para o estudo daquelas realidades sociais para as quais eles foram originalmente talhados. Vejamos, de forma rápida, os dois traços mais gerais das moedas primitivas mencionados acima, porém  *sinalizando* alguns exemplos do contexto social mais amplo em que existiam.

Como argumenta Dalton, quando pensamos nas funções monetárias, estamos condicionados a pensar no seu funcionamento dentro da dinâmica de mercado. Isto é, quando falamos de meio de pagamento, meio de troca, unidade de conta ou reserva de valor, estamos nos referindo a um contexto de atividades comerciais. E isso porque nosso sistema de mercado passou a ter amplo domínio sobre os usos monetários, de forma que qualquer outro parece ser eclipsado, embora não tenham deixado de existir e nem mesmo necessariamente perdido sua importância no bojo das próprias sociedades de mercado: “(...) *economists do not find it necessary to describe at length the different uses of money in our economy: with only few exceptions they all express market exchange transactions*” (Ibid.: 46). Contudo, as funções monetárias, com a possível exceção da de meio de troca, não são inerentemente econômicas em sua origem, de modo que podem responder a necessidades sociais oriundas de outras esferas. A função meio de pagamento, por exemplo, se encaixa hipoteticamente em qualquer situação social em que haja a necessidade de se liquidar uma obrigação. Este é o caso, muitas vezes, de obrigações religiosas, políticas ou oriundas de dinâmicas sociais de parentesco. Polanyi é bastante explícito nesse ponto:

O pagamento, no sentido moderno do termo, é o cumprimento de uma obrigação mediante a entrega de unidades quantificadas. Nos parece evidente a ligação do pagamento com o dinheiro e da obrigação com as transações econômicas. No entanto, as origens do pagamento remontam a uma época anterior ao uso de objetos quantificados para cumprir obrigações relacionadas a essas transações. (...) A infração de obrigações sagradas e sociais, seja ela perante o deus, a tribo, a família, o totem, a aldeia, o grupo etário, a casta ou a guilda, é reparada não pelo pagamento, mas ao se fazer a coisa certa, da maneira certa, na ocasião certa. Atividades como cortejar, casar, abster-se, dançar, cantar, vestir-se, banquetear-se, lamentar-se, lacerar-se ou até matar-se podem constituir modos de cumprir

obrigações, mas não são pagamentos no sentido monetário do termo. (...) Aqui entra um dos elementos do uso do dinheiro como pagamento: a quantificação. A punição aproxima-se do pagamento quando o processo de livrar-se da culpa é quantificado, como quando as chibatadas, o número de voltas em torno do templo ou os dias de jejum redimem o delito. (...) O pleno uso do dinheiro como pagamento se dá quando as unidades entregues pela pessoa que tem a obrigação passam a ser objetos físicos, como animais sacrificiais, escravos, conchas ornamentais ou quantidades de alimento. *Mesmo assim, a mudança só afetará a operação de pagamento, mas não precisa afetar a natureza da operação cumprida. As obrigações podem continuar a ser predominantemente não econômicas, como pagar uma multa, um imposto ou um tributo; oferecer dádivas e contradádivas, honrar os deuses, os ancestrais ou os mortos.* (...) [Porém], a ideia da origem independente do pagamento se perdeu. Foram esquecidos os milênios de civilização humana em que o pagamento provinha não de transações econômicas, mas diretamente de obrigações religiosas, sociais ou políticas (POLANYI, 2012: 162-5, *grifos meus*).

O autor, assim, faz menção a um momento da história em que funções monetárias, antes mesmo de assumirem um papel diretamente econômico, já se apresentavam como elementos importantes para a reprodução social. Veja-se, assumir uma posição de mediação no cumprimento de obrigações religiosas é algo de enorme importância social, especialmente em sociedades que tinham na esfera do sagrado um elemento central de sua coesão social. Isto é, não apenas as funções monetárias estavam presentes fora da economia como exerciam papel crucial na dinâmica de reprodução social de determinadas sociedades primitivas. No trecho acima, o autor ainda menciona um outro ponto central para a conformação histórica das funções monetárias: a quantificação. O processo de quantificação das obrigações, determinante para o desenvolvimento monetário, não foi algo trivial e também ocorreu fora do domínio econômico, *sem alterar fundamentalmente a natureza da obrigação redimida*, ou seja, extraeconômica. A passagem de relações sociais que envolviam um acerto de obrigações sem sua quantificação exata – “fazer a coisa certa, da maneira certa, na ocasião certa” – para outra em que se interpôs uma mediação de tipo monetária, isto é, quantificável, envolveu tensões cujo entendimento é importante para nossa discussão, na medida em que revela a interveniência de elementos não econômicos, porém fundamentais para o desenvolvimento de sociedades de mercado. Desenvolveremos este ponto na seção seguinte, por meio das contribuições de David Graeber.

Por outro lado, como vimos na primeira seção desde capítulo, a esfera econômica em geral possuía um caráter subordinado nas sociedades primitivas, com sua dinâmica respondendo ao funcionamento da política, da religião, das relações de parentesco etc. Nesse sentido, as transações econômicas ocorriam por meio de lógicas distantes de um sistema de mercado autorregulado. As formas de integração, no conceitual de Polanyi, fossem elas por redistribuição ou reciprocidade, não exigiam, *em princípio*, a mediação de funções monetárias, muito menos sua unificação em um só “veículo” monetário, físico ou simbólico. A ausência de uma regulação social de mercado tendia a favorecer a dispersão das funções monetárias em diferentes veículos, exercendo papéis ora políticos, ora sagrados, ora nas dinâmicas de parentesco e assim por diante, sem uma relação de interdependência. Aos olhos de alguém imerso em uma sociedade de mercado, pode parecer bastante estranho que uma moeda possa exercer uma função de meio de pagamento sem que esta função esteja atrelada também à um papel de meio de troca. Mas, era justamente isso o que ocorria muitas das vezes, pois o contexto social em que determinada função monetária exercia seu papel basicamente não exigia qualquer complemento desta função com a de meio de troca. Claro, a moeda recebida em pagamento poderia, eventualmente, ser utilizada como pagamento em uma outra transação, porém este não era o circuito em que o pagamento normalmente operava, isto é, não estava apoiado em uma base disseminada de trocas indiretas. Um pagamento poderia, tão somente, significar o aumento do prestígio social ou do poder daquele que o recebia, sem que este tivesse qualquer intenção prévia de recolocar em circulação a moeda recebida como pagamento por uma outra obrigação. Nesse sentido, Polanyi cita o exemplo dos “tesouros”:

Uma particularidade do tesouro, portanto, era que tanto dá-lo quanto recebê-lo aumentavam o prestígio; ele circulava basicamente pelo bem da movimentação, que era seu uso apropriado. (...) Os bens do tesouro, que aliás são quantificáveis, podem ser usados para pagamento. Entretanto, esses produtos da elite normalmente não são trocados nem podem ser usados para compras, exceto nas esferas sagrada e da política externa (Ibid.: 342-4).

O ponto é: as funções monetárias não são naturalmente interdependentes, tudo depende do contexto social em que existem e executam seu papel. No exemplo citado, nota-se que não há, de maneira inerente, um vínculo necessário que exija que a função meio de pagamento esteja fundamentada numa função meio de troca,

possibilitando a existência segregada destas funções, cujas características concretas dependerão do contexto sociológico em que existem. Nesse mesmo sentido, ainda pode existir um outro tipo de segregação que ocorre a *partir da mesma função*: uma segregação de espaços sociais. Um caso bastante claro neste sentido, como destaca Polanyi, é a segregação de uma mesma função em tipos diferentes de moeda, respeitando uma lógica de status que isolava grupos de indivíduos em diferentes esferas de circulação, seja de bens ou outros tipos de transação social. Assim, no interior de uma sociedade primitiva qualquer, diferentes meios de pagamento poderiam estar atrelados a uma escala de prestígio que limitava sua circulação a determinados grupos sociais (Ibid.: 341-4).

Com os apontamentos acima, tivemos a intenção de deixar marcado que as funções monetárias não requerem qualquer conexão necessária com a economia, muito menos com um sistema de mercado, assim como não necessitam se determinar mutuamente, unificando-se em um mesmo veículo. E apenas sinalizamos, como complemento, algumas poucas situações estilizadas das sociedades primitivas que nos ajudam a ter uma ideia dos diversos papéis que poderiam ser exercidos pelas funções monetárias, bem como da sua organicidade com aquelas condições sociais concretas. Agora, vejamos a moeda inserida no contexto das sociedades reguladas pelos sistemas de mercado.

O ponto central da lógica do desenraizamento do econômico produzida pela instauração das sociedades de mercado é que as demais esferas da vida, longe de se desconectarem da economia, passam a estar, em boa medida, conformadas para ela, ou mais precisamente para sustentação e reprodução do próprio sistema de mercado e, por conseguinte, desta estruturação social específica, isto é, uma *sociedade de mercado*. Esta “forma de integração”, como vimos, exasperada pelas “necessidades” impostas pela máquina, passa a exigir que todos os elementos ou relações econômicas estejam inseridos na dinâmica específica de mercado, isto é, na lógica das mercadorias, postas em contraposição umas às outras por meio do mecanismo de oferta e demanda. O sistema de mercado promove, desde logo, uma forte unificação do movimento do econômico em torno da dinâmica da mercadoria. Ao contrário das sociedades primitivas, cujas relações de *status* sustentavam economias marcadas muitas vezes por distintas esferas de circulação, as sociedades de mercado fazem prevalecer relações de *contrato*, que tendem a eliminar barreiras sociais

extraeconômicas à circulação das mercadorias: a economia, então, neste preciso sentido, tende à unificação. E, sem barreiras à circulação das mercadorias, a lógica do sistema de mercado exige, para funcionar, a quantificação das obrigações e a própria unificação das funções monetárias.

(...) the use of all-purpose money is a requisite for a market-organized economy because all labor and resources ingredients as well as finished outputs must bear price tags expressed in the same money in order for buyers and sellers to transact them through the market exchange mechanism (DALTON, 1961: 13)

Vejamos. O funcionamento do sistema de mercado exige que todos os bens econômicos (no sentido mais restrito de bens de mercado, úteis e escassos) sejam mercadorias, isto é, produzidos para serem levados ao mercado e, portanto, estejam sempre à disposição para venda, sob as pressões do mecanismo de oferta e procura cuja expressão mais imediata são os preços. O bom funcionamento deste mecanismo central requer a unificação da medida que comunica as equivalências entre as mercadorias e assim guia a produção, a oferta de mercadorias e sua demanda, isto é, os preços, o meio de conta, enfim, o indexador geral. Ao mesmo tempo, se os preços estão todos dados em uma determinada moeda, e haja visto que a economia agora é tendencialmente unificada, esta moeda também se apresenta como meio de troca e de pagamento, promovendo as intermediações entre as mercadorias e a liquidação das transações.

É fundamental, ainda, notar que a moeda, ao mesmo tempo que se torna uma mediação central para a operação do sistema de mercado e, portanto, para a reprodução das sociedades de mercado, ela própria se torna uma mercadoria. Na dinâmica imposta pelas necessidades da máquina, a mercadorização avança sobre elementos não produzidos originalmente como mercadorias, mas que são substâncias sociais atemporais, como a terra, os homens e a moeda, isto é, as obrigações sociais. Diz Polanyi:

O ponto crucial é o seguinte: trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria. Eles também têm que ser organizados em mercados e, de fato, esses mercados formam uma parte absolutamente vital do sistema econômico. Todavia, o trabalho, a terra e o dinheiro obviamente *não* são mercadorias. O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem de ser produzido para a venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. Em outras palavras, de acordo com a definição

empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias. Trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas um outro nome para natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido, mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia. (...) Não obstante, é com ajuda desta ficção que são organizados os mercados reais do trabalho, da terra e do dinheiro (POLANYI, 2012b: 78, *grifo do autor*)

Na seção seguinte, que abordará a contribuição de David Graeber, poderemos desenvolver um pouco mais alguns aspectos centrais ao processo de conformação das moedas. Contudo, Polanyi já sinaliza para um elemento fundamental: o surgimento de uma sociedade de mercado ocorre por meio do avanço, *necessário*, da dinâmica de mercado para elementos que não são fundamentalmente mercadorias. Este movimento, ao mesmo tempo que é central para a conformação do sistema de mercado, cria sua fragilidade mais elementar, isto é, enreda toda a sociedade na dinâmica da mercadoria, produzindo tendencialmente desequilíbrios e tensões que, no limite, esgarçam o tecido social, colocando em risco sua própria reprodução. Conforme o trecho acima citado, a moeda é parte crucial deste processo, dado que fundamental para a estruturação da sistemática de mercado, quantificando as obrigações que se formam nas teias de produção e distribuição de mercadorias, sendo assim elemento orgânico para a coesão do tecido social. É neste sentido que, deixada à regulação da dinâmica da oferta e da procura, os desequilíbrios monetários possuem um potencial de ruptura social de largas proporções. Nesse ponto, vale resgatar o seguinte trecho:

Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder compra, resultaria no desmoronamento da sociedade. Esta suposta mercadoria, “a força de trabalho”, não pode ser impedida, usada indiscriminadamente, ou até mesmo não utilizada, sem afetar também o indivíduo humano que acontece ser o portador dessa mercadoria peculiar. Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do “homem” ligado a esta

etiqueta. Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, matérias-primas. *Finalmente, a administração do poder de compra por parte do mercado liquidaria empresas periodicamente, pois as faltas e os excessos de dinheiro seriam tão desastrosos para os negócios como as enchentes e as secas nas sociedades primitivas.* Os mercados de trabalho, terra e dinheiro são, sem dúvida, essenciais para uma economia de mercado. Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que sua substância humana natural, assim como sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico (Ibid.: 78-9, *grifos meus*)

Nota-se, então, que elementos centrais para a conformação de um sistema de mercado, enredando a lógica de organização econômica de uma sociedade na dinâmica oferta-procura-preços, também se apresentam como seus elos mais frágeis quando transformados em mercadorias: o trabalho, a terra e a moeda. Por não serem essencialmente mercadorias, é necessário que haja a intervenção de forças extraeconômicas para que sejam enquadradas numa dinâmica de mercado. Mas, conforme destaca Polanyi, exatamente por terem sido forçadas a incorporarem uma dinâmica que lhes é estranha, torna-se necessário, ao mesmo tempo, uma intervenção extraeconômica contínua para que a própria dinâmica de mercado não se autodestrua, levando a crises sociais agudas. Em uma sociedade progressivamente regulada pelo sistema de mercado, em que elementos sociais vitais como bens de subsistência fisiológica, a terra e o próprio homem possuem etiquetas de valor que se referenciam entre si por meio da moeda, o padrão de mensuração de valor instituído deverá possuir um mínimo de estabilidade. Com efeito, ainda que enredado pelos mercados, em sua produção e reprodução, o padrão monetário deverá estar amparado em estabilizadores extraeconômicos, fundamentalmente políticos. Veja-se que deve haver uma contínua intervenção extraeconômica que se desenvolve em dois sentidos ao mesmo tempo: por um lado, produção da própria dinâmica de mercado e, por outro, proteção contra a lógica de funcionamento da tríade oferta-demanda-preço. Este, na verdade, o duplo movimento de que trata Polanyi.

Para concluir essa seção, podemos retomar a provocação de Blanc, que afirma que não é possível romper com a abordagem econômica clássica sobre a moeda a partir das concepções de Polanyi. Do que vimos, desde o início temos dois cenários completamente distintos. No primeiro caso, da visão econômica clássica, a moeda não é nada mais que um epifenômeno, produzido pelas dificuldades de uma pulsão supostamente natural dos homens às trocas. A partir desta lógica, a moeda brotaria como uma mercadoria apta a exercer as funções monetárias, sem grandes tensões. Isto é, a moeda, nesta perspectiva, já nasce *descolada* das demais esferas sociais e toda eventual ação política deveria se dar apenas para proteger este descolamento das irracionalidades extraeconômicas. Contudo, como vimos em Polanyi, a moeda, desde os seus primórdios, jamais foi puramente econômica – muito menos um fenômeno de mercado ou uma mercadoria – e sua infiltração nos sistemas de mercado envolveu a intervenção de aparatos extraeconômicos na mesma linha exigida pela própria disseminação dos mercados enquanto uma lógica de regulação da economia e das sociedades. A moeda tem um papel basilar na conformação das sociedades de mercado. Em primeiro lugar, a moeda é fundamental no sentido de que ela é o próprio elemento de quantificação das obrigações sob o qual se erguem as relações de troca. Por este mesmo motivo, por representar uma quantificação das obrigações sociais, a moeda é central para forcejar no sentido da objetificação dessas relações, contribuindo assim para a própria ideia de descolamento do econômico. Com efeito, é justamente nas discussões em torno de sistemas monetários que se torna mais difícil de romper com a objetificação da economia ou, dito de outro modo, com o economicismo. Mas, como deixa claro Polanyi, a moeda não é um objeto, uma mercadoria produzida, ela é a expressão de um conjunto de obrigações sociais às quais ela quer quantificar precisamente. E como obrigações sociais jamais serão exclusivamente econômicas, também a moeda não o é.

Na seção seguinte, iremos desenvolver um pouco mais a natureza deste tenso processo de integração das moedas na dinâmica de mercado, que envolveu, antes de tudo, a questão da quantificação das obrigações.

### 2.3 – A violência como elemento fundador das moedas comerciais em David Graeber

A discussão de Karl Polanyi sobre as moedas primitivas nos serviu, dentre outras coisas, para sinalizar que não há uma história única a ser contada sobre o surgimento e desenvolvimento da moeda. Mas, há um ponto de convergência nessas histórias: as moedas não nasceram econômicas e não nasceram comerciais. Em que pesem suas fundamentais observações sobre as funções monetárias ditas primitivas, pudemos ressaltar também que o autor não desenvolveu muito detidamente o que chamamos aqui de caminho de volta, isto é, não pode se dedicar à exposição de uma análise detida das moedas modernas, ou comerciais, à luz de seus próprios apontamentos mais gerais.<sup>47</sup> Pensamos, porém, que é possível continuar a avançar um pouco mais nesse sentido por meio das contribuições de David Graeber.

Em *Debt: the first 5000 years* (2011), Graeber busca desnudar a narrativa convencional sobre o surgimento das moedas, que, como demonstra, funciona apenas como uma ferramenta argumentativa no processo de descolamento ideológico da economia do restante da sociedade, mas que não possui respaldo histórico. Na verdade, as evidências históricas e antropológicas apontam para o surgimento dos primeiros traços das moedas modernas por meio de relações de dívida, isto é, obrigações perfeitamente mensuráveis e transacionáveis, que então poderiam assumir potencialmente as funções comerciais da moeda, embasando relações de troca quando estas se impusessem. Mas o fato é que, como vimos em Polanyi na seção anterior, em nenhum momento faltou às sociedades meios de promover a circulação de bens econômicos, sendo a reciprocidade apenas um dos tipos de obrigação social capaz de executar tal função ao invés de um sistema de trocas. Desse modo, a suposta propensão às trocas nunca esteve tolhida pela falta de, digamos, um meio circulante, gerando uma demanda por moeda comercial.

O ponto chave de Graeber seria entender, então, como determinadas obrigações sociais se transfiguraram em relações de dívida, entendidas como obrigações perfeitamente quantificáveis. Assim como na transformação de economias

---

<sup>47</sup> O que é natural, já que o Polanyi trabalhava num plano muito mais geral, inaugurando uma linha abordagem sócio-histórica que, desde então, tem inspirado e influenciado amplamente uma série de outros desenvolvimentos teóricos e analíticos, mais ou menos alinhados às suas conclusões e ao seu método.

reguladas por lógicas diversas em economias de tipo comercial, a transformação de obrigações sociais mais gerais em dívida não é um movimento trivial. A questão que se apresenta, então, é: se não premidas por necessidades comerciais ou de troca econômica, como então as obrigações sociais se transformaram em dívidas e, na sequência, se infiltraram na esfera econômica? Seguindo a via da antropologia, Graeber agrega novos conceitos à discussão e nos ajuda a entender que, mesmo não havendo um eixo único de evolução, um elemento desponta como crucial para o entendimento da formação das chamadas moedas comerciais: a violência, que assim assume o lugar de apoio do fenômeno monetário, antes ocupado pelo mito do escambo ou pela suposta natural propensão humana às trocas.

Assim, na origem do fenômeno monetário em seu sentido mais moderno ou comercial, está o processo de *quantificação* das obrigações sociais. Dito desta maneira, pode soar uma trivialidade: afinal, as moedas estariam inseridas nas relações sociais fundamentalmente para promover relações de equivalência quantitativa de bens e serviços entre si. A aparente banalidade da afirmação se escora em nosso próprio senso cristalizado de que, primeiro, moedas são sempre um elemento essencialmente econômico e, segundo, a economia é o reino natural da *troca* de bens e serviços. Nada mais elementar, então, do que dizer que a moeda é um meio de comunicação das equivalências entre bens materiais, servindo assim para mensurar as obrigações *socioeconômicas*. Contudo, como já vimos em Polanyi, uma definição mais essencial de economia não se confunde necessariamente com o lugar social das trocas de mercadorias, bem como, historicamente, a existência das moedas, ou de suas funções, extrapola o econômico para fazer parte de diversas outras esferas da vida. Assim, em Graeber, o sentido da quantificação das obrigações sociais assume um significado mais amplo e até mais dramático, como veremos.

(...) the real question seems to be, not how some kind of currency emerged from the difficulties of barter, but rather, how social responsibilities first came to be quantifiable, that is to be enumerated as debts, and how that same logic could then be extended to material goods (Id., 2012: 412-3).

Para entendermos a relevância desta questão para nossa discussão, precisamos em primeiro lugar visualizar minimamente a natureza mais geral das ditas obrigações sociais. De maneira simplificada, podemos dizer que Graeber parte do entendimento que as sociedades se desenvolvem e podem ser pensadas sob duas

ópticas distintas. Numa delas, temos um *todo* social projetado nas mentalidades de forma abstrata a partir de alguns elementos selecionados realidade. No fundo, trata-se de um modelo ideologizado que acaba por simplificar a multiplicidade de relações que são encontradas na vida concreta. Os sistemas de valores sociais estão apoiados neste artifício, na medida em que este escora a formação de “*imaginary totalities that serve as arenas for the realization of values*” (Id., 2009: 112).<sup>48</sup> O outro modo de olhar para uma sociedade seria por meio da ótica de relações diádicas, isto é, uma multiplicidade entrelaçada de pares de relações sociais marcadas por diferentes graus de proximidade entre os atores. Veja-se que ambas as óticas dizem respeito à própria forma como os sujeitos imersos em uma sociedade vão percebendo o todo social de que fazem parte. Porém, pode-se dizer que o plano mais elementar do desenrolar social ocorre na esfera das relações diádicas, inclusive para conformar os modelos abstratos e os sistemas de valores citados na ótica do primeiro tipo. Dessa forma, uma obrigação social é sempre, em sua origem, uma obrigação derivada de relações sociais mais circunscritas, isto é, formada entre indivíduos que mantêm relações sociais estáveis. Assim, para pensar a questão das obrigações sociais, temos que partir de algumas das implicações geradas pela sua gestação no âmbito de relações diádicas. Nesse sentido, o estabelecimento de uma obrigação está sempre atrelado à complexidade concreta das relações pessoais pré-existentes entre os indivíduos envolvidos, com o que, no limite, cada obrigação é produzida com contornos *únicos* e está inelutavelmente atrelada à história específica cristalizada entre aqueles indivíduos, que não necessariamente são forjadas segundo uma lógica de trocas.

Para melhor caracterizar esta complexidade potencial que marca as relações entre os indivíduos, Graeber cita alguns “tipos puros” de relações que podem ser encontradas sob diferentes combinações em qualquer sociedade, e que determinam diferentes lógicas de obrigações sociais. São elas: relações comunistas, trocas recíprocas e hierárquicas.

No primeiro caso, Graeber define relações comunistas de uma forma bastante simples, apoiando-se no princípio de Louis Blanc expresso em: “*from each according*

---

<sup>48</sup> Este é, também, o recurso básico utilizado por quase todas as disciplinas do conhecimento; ao menos por aquelas que se pretendem científicas. A expressão “sociedades de mercado” está apoiada fundamentalmente neste recurso, já que abstrai todas as demais lógicas que regulam o comportamento da sociedade em questão, em maior ou menor medida

*to his abilities, to each according to his needs*” (Ibid.: 114).<sup>49</sup> Qualquer sociedade, em maior ou menor medida, possui um conjunto de relações que são regradas segundo este princípio, mesmo que sejam as mais elementares como, para usar o mesmo exemplo limítrofe oferecido por Graeber, oferecer informações de localização a alguma pessoa aleatória que esteja perdida. Segundo o autor, nesse tipo de lógica, as obrigações estão muito bem definidas moralmente, mas nenhuma contabilidade é registrada, haja visto que apoiada em um estado de relações que se supõe eterno em seus contornos fundamentais: quem oferece a ajuda poderá sempre contar, caso necessário, com ajuda de outro em um momento no futuro.

Sometimes communistic relations are institutionalized: two clans might each have a responsibility for burying the other’s dead. Here the responsibilities are rigorously specified, but no accounts are kept: obviously no one would keep count of who has buried more (GRAEBER, 2009: 114)

Já nas relações de trocas recíprocas, a lógica se altera num ponto fundamental: as obrigações estabelecidas são registradas (não necessariamente de modo formal e contábil), abrindo-se sempre um horizonte possível em que esta obrigação poderá ser redimida. Isto é, as partes envolvidas poderão colocar fim à relação na medida em que alguma equivalência *mínima* seja atingida.

I buy a dinner for a friend, he will likely feel in my debt until his able to reciprocate. Or people make a point of ensuring the response is not quite an equivalent (if he buys me a much more expensive dinner, or a much cheaper one, the feelings of debt do not quite cancel out). There are a numerous of variations here, ways of testing limits. The critical thing is that, unlike communistic relations, these are by no means assumed to be permanent and, in fact, can usually be broken off at any point (Ibid.: 114-5).

Ainda que haja diferenças importantes, alguma relação de reciprocidade pode ser encontrada tanto no comunismo quanto nas trocas recíprocas. Já nas relações hierárquicas, não há reciprocidade alguma, e as obrigações tendem a se estabelecer segundo o que Graeber descreve como lógica de precedentes, que, ao contrário do que se poderia pensar, não caminhará necessariamente, *a priori*, para uma situação desfavorável ao nível hierárquico inferior.

---

<sup>49</sup> Note-se o seguinte: não se trata, nem de longe, de uma forma de governo ou modo de produção social. Trata-se apenas de um princípio moral que, segundo Graeber, pode ser encontrado nas relações sociais mais elementares.

If you give money to a beggar (or to charity), the recipient will almost certainly not feel obliged to return something of equal value; rather, they will be likely to ask for more. Similarly, if parents allow a child an indulgence, that child is likely to expect the same in the future. The converse is equally the case: if a medieval serf or vassal presented an unusual gift to a feudal superior, it is likely to be treated as an obligation in the future (Ibid.: 115).

É necessário salientar novamente que estes são tipos puros, que de modo geral nunca são encontrados de forma única e isolada, senão existindo, em maior ou menor grau e com diferentes configurações, em todas as sociedades. Em síntese, todos esses três tipos puros de relações sociais brotam do surgimento de obrigações sociais que se desenvolvem, dentro da ótica das relações diádicas, no plano interpessoal dos sujeitos envolvidos, ainda que haja sempre padrões ou estruturas sociais mais gerais e perenes atuando sobre o comportamento dos sujeitos. Mesmo no caso das trocas recíprocas, em cujo horizonte está sempre a possibilidade de colocar termo às obrigações, estas continuam sendo fundamentalmente pessoais, isto é, dizem respeito às relações estabelecidas entre dois ou mais sujeitos específicos. Isso quer dizer que há um caráter único em cada um desses pares de relações que se formam. O fato destas obrigações serem gestadas num plano interpessoal, mesmo que submetidas a padrões sociais já cristalizados e instituídos, implica uma unicidade e uma riqueza de elementos conformadores (interesses, preferências, obrigações mútuas, afetos, paixões etc.) que as tornam bastante impróprias para serem submetidas a uma quantificação etérea. Porém, é justamente o processo de quantificação destas obrigações que altera completamente o jogo, transformando *bruscamente* relações antes interpessoais em relações impessoais; ou, pelo menos, forceja no sentido de uma maior impessoalidade. Vejamos mais.

Esta abordagem da formação das moedas comerciais, que parte da quantificação das obrigações ou responsabilidades sociais, se contrapõe não apenas à tradicional abordagem do mito do escambo, que na verdade concebe as moedas como sendo essencialmente uma mercadoria, mas também se distancia em pontos importantes daquela que ficou conhecida como abordagem do “primordial debt”. Desenvolvida em boa medida por economistas heterodoxos franceses, principalmente em torno de Michel Aglietta e André Orléan, esta abordagem também busca refutar, no limite, a ideia de uma sociedade conformada por homens dotados de uma natural propensão às trocas, base sob a qual estaria fundada a origem das moedas pela

abordagem dominante. Outro ponto que também vai ao encontro das evidências antropológicas é a origem da moeda nas relações de dívida ou de débito e crédito.

A principal obra da dupla de economistas franceses sobre o assunto é a *Violência da Moeda* (1990). Tal título poderia passar uma ideia de proximidade com a abordagem desenvolvida por Graeber, que, como já adiantamos, também irá se apoiar no elemento violência como fundamento de origem das moedas comerciais. Este autor, contudo, apesar de apontar alguns acertos importantes da teoria do *primordial debt*, conclui que a tentativa de seus adeptos de se afastar do mito do escambo se baseou, no limite, em uma substituição de mitos: o mito do escambo ou da natureza humana propensa às trocas foi substituído pelo mito, digamos, da dívida original, que no fundo, além de não ter comprovação empírica, *também possui um certo fundamento nas trocas, por que amparado num princípio rígido de reciprocidade.*

Graeber coloca bem o problema central: se os Estados, como defendem dos teóricos do *primordial debt*, criam a moeda como títulos de dívida por meio da imposição de tributos a toda a sociedade, com base em que tal Estado é capaz de fazê-lo? (GRAEBER, 2009: 117). Para sermos sintéticos, podemos dizer que o eixo da argumentação do *primordial debt* para responder a este problema, com algumas variações, reside basicamente na ideia de que qualquer sociedade estaria originalmente fundada em um senso de dívida eterna com os deuses ou com o cosmos, provedores em última instância do elemento básico conformador de qualquer sociedade: a própria vida humana. Tal dívida, impagável a não ser com a própria vida, se exprimiria, nas sociedades primitivas, em rituais de sacrifícios diversos que funcionariam como uma espécie de juros pagos que poderiam adiar o momento da redenção final. O passo crucial, então, é feito pela assunção, por parte do Estado, da representação dos direitos “creditícios” originalmente pertencentes ao cosmos.

At the origins of money we have a “relation of representation” of death as an invisible world, before and beyond life – a representation that is the product of symbolic function proper to the human species and envisages birth as an original debt incurred by all men, a debt owing to the cosmic powers from which humanity emerged... Payment of this debt, which can however never be settled on sacrifices which, by replenishing the credit of the living, make it possible to prolong life and even in certain cases to achieve eternity by joining the Gods. But this initial belief-claim is also associated with the emergence of sovereign powers whose legitimacy resides in their ability to

represent the entire original cosmos (THÉRET, 1999, *apud* GRAEBER, 2009: 117-8).

Segundo Graeber, esta abordagem retira sua inspiração inicial de uma leitura das escrituras Vedas, que contêm as mais antigas reflexões sobre dívida que se tem conhecimento. Mas, ao invés de situarem tais ideias no contexto mais estrito em que elas surgiram, os fundadores da corrente do *primordial debt* buscaram entendê-las como traços essenciais de toda humanidade (GRAEBER, 2011: 56-7). Contudo, como ressalta o próprio autor, dois problemas surgem logo de início. Primeiro, não há evidência histórica ou antropológica de que uma ideia semelhante tenha prevalecido em qualquer outro lugar muito distante do vale do Ganges. E, segundo, também não há evidência de que Estados ou soberanos tenham criado moeda por meio do artifício da “secularização” das dívidas (assim percebidas) de vida humanas com o cosmos. As evidências nesse último ponto, a propósito, parecem correr no sentido inverso: soberanos tendiam a promover a anulação geral das dívidas existentes entre os membros da sociedade sempre que estas começavam a ameaçar seriamente a ordem social.

Os teóricos do *primordial debt* vão na direção correta ao apontar a moeda como relação de dívida e, portanto, antes de tudo uma relação social que é quantificada. Contudo, na busca por se contrapor à visão dos mercados, acabam substituindo o mito do escambo ou das trocas por um certo mito do Estado. Vale ressaltar que o *primordial debt* ainda se assemelha ao mito do escambo no sentido de que, subjacente à sua visão de sociedade, há uma lógica uniformemente centrada na reciprocidade. Este ponto é fundamental: mesmo buscando se contrapor à lógica propensão humana às trocas, a teoria do *primordial debt* acaba trazendo embutida em si um próprio elemento de fundamentação das trocas. Veja-se: o direito à vida deve ser pago, ao final e ao cabo, com a própria vida. Ou seja, por este prisma, tal obrigação é o fundamento básico de qualquer sociedade, dado que a vida de seus próprios elementos constituintes, os indivíduos, foi-lhes conferida pelos cosmos, mas deve ser inevitavelmente paga de forma equivalente. Isto se distancia, portanto, da abordagem sugerida por Graeber, para quem a reciprocidade é apenas uma das formas possíveis que marcam a formação das obrigações sociais concretas.

Contudo, a contradição que parece ser fundamental é que as evidências antropológicas, conforme sinaliza Graeber, nem mesmo dão sustentação à ideia das

obrigações sociais conformadas segundo uma lógica “totalizante” do tipo de dívida com o cosmos ou com os deuses. Mesmo nas escrituras Vedas, nas quais se baseiam os adeptos do *primordial debt*, o nível das obrigações relatadas está muito mais restrito ao entorno social mais próximo dos indivíduos, isto é, ao nível diádico.

Even Malamoud notes that, in the actual Vedic texts, there is a strong tendency in most contexts to emphasize not the universal debt to the gods but the more particular debt of man to his father, one that can only be repaid by oneself bearing a son (Ibid.: 120).

É neste plano de análise que encontramos a grande variabilidade de configurações que governam a formação das obrigações sociais, bem como é aí que conseguimos perceber mais claramente a violência necessária para quantificação destas obrigações, transformando-as em dívidas e, assim, em moedas. Poderemos ilustrar melhor este ponto ao inserir a discussão de Graeber sobre as economias humanas e as moedas sociais.

O primeiro ponto para o qual temos que chamar atenção é que, com esta discussão, Graeber enfrenta um problema geral com que os antropólogos sempre se deparam quando, para explicar sociedades primitivas, lançam mão de conceitos que têm como objeto original sociedades contemporâneas: o desafio é conseguir flexibilizar o conceito, mantendo sua essência, porém dando destaque às diferenças entre os tipos de sociedades em tela. Da mesma forma que Polanyi afirma que “[a] market economy can only exist in a market society (...)” (apud DALTON, 1961: 3), podemos dizer que uma moeda comercial só pode prevalecer numa sociedade de mercado. Entrando por uma linha semelhante de argumentação, Graeber sugere o conceito de economias humanas. O próprio autor busca desfazer uma possível primeira, e bastante imprópria, impressão: o adjetivo “humana” não se refere a sociedades onde reinaria a paz social e os homens seriam dotados de elevado espírito solidário, por oposição às selvagens economias de mercado. Tais economias humanas podem se estabelecer em sociedades mais ou menos cruéis e violentas, a depender da combinação de fatores específicos historicamente determinados. Na verdade, o conceito busca delimitar sociedades em que os sistemas econômicos instaurados estão regulados e voltados para a produção e reprodução de relações sociais, respondendo, então, a lógicas que extrapolam o dito campo econômico. A ideia, portanto, se aproxima muito da noção de enraizamento do econômico, discutida

na seção anterior, voltada às contribuições de Polanyi. As economias humanas estão, assim, voltadas à “creation of people and social relations (...)” (GRAEBER, 2012: 412).

Como o próprio autor antecipa, esta definição de economias humanas pode, justamente, levantar-nos a seguinte objeção: no limite, não seriam todas as economias, por assim dizer, humanas? A resposta é sim. Porém, a força do conceito ou da ideia se expressa, por oposição relativa, numa particularidade das economias de mercado ou, mais especificamente, capitalistas: “*what is unusual about market economies is that, they can pretend to be about anything else, at least in some contexts*” (Id., 2009: 124). As sociedades de mercado possuem mecanismos que possibilitam que as economias sejam percebidas como um campo autônomo, apartado das demais relações sociais, em que bens materiais são colocados em confronto nos processos de produção e distribuição como se tivessem vida ou valor próprio. Nesse sentido, trata-se de um processo de reificação de processos sociais, que possui suas semelhanças com a ideia marxista de fetichização da mercadoria. Para este resultado, argumenta Graeber, contribui de maneira fundamental o surgimento das moedas comerciais a partir da quantificação das obrigações sociais (Ibid.: 124). Voltaremos a este ponto um pouco mais à frente.

Se, como vimos, uma sociedade comercial implica a existência de uma moeda comercial, uma economia humana irá produzir, nos termos de Graeber, uma moeda social. Dalton afirma:

Money has no definable essence apart from the uses money objects serves, and these depends upon the transactional modes that characterize each economy: as a tangible item as well as abstract measure, ‘*money is what money does*’ (DALTON, 1965: 62, *grifo meu*)

E o que, então, uma moeda social faz? Em sociedades fundadas sobre economias humanas, tais moedas circulam fundamentalmente na esfera das obrigações sociais, exercendo um papel, digamos, de apaziguamento entre os sujeitos envolvidos. Note-se que tais obrigações não possuem origem no econômico, senão que brotam do desenrolar de relações diádicas de diversas naturezas, dentre as quais, entre os antropólogos, sempre ganham muito destaque as relações de parentesco. Nesse conjunto de obrigações de diferentes ordens, Graeber busca dar relevo àquelas que envolvem fundamentalmente o direito à vida. Trata-se, por

exemplo, das chamadas dívidas de sangue (*blood-debts*) e os próprios sistemas de arranjos matrimoniais entre grupos familiares.

Graeber apresenta, dentre outros, o caso dos Lele, povo primitivo que se desenvolveu nas proximidades do Rio Cassai, no Congo. O autor se apoia nos trabalhos clássicos de Mary Douglas,<sup>50</sup> publicados nos anos 1950, e que registraram um sistema obrigações sociais que articulava os dois tipos gerais citados acima: as obrigações de sangue e os arranjos matrimoniais. Dois tipos de moedas sociais predominavam. A primeira delas, o *raffia cloth*, era um tipo de tecido fabricado exclusivamente pelos homens, e que executava o papel de uma moeda de mais baixo valor (*small change*) no âmbito das obrigações sociais. Já a segunda, chamada de *camwood*, uma madeira de espécie mais rara usada para a produção de cosméticos, era detida apenas por uma pequena parcela da população e os maiores estoques pertenciam à vila como um todo; era uma moeda de mais “alta denominação” por assim dizer (GRAEBER, 2012: 415). Peguemos o caso da *raffia cloth*, que apresentava um maior volume de circulação e, como uma moeda social, era usada fundamentalmente para apaziguar relações tensionadas por diversos motivos.

Informal gifts of raffia cloth smooth all social relations: husband to wife, son to mother, son to father. They resolve occasions of tensions, as peace-offerings; they make parting gifts, or convey congratulations. There are also formal gifts of raffia which are neglected only at risk of rupture of the social ties involved. A man, on reaching adulthood, should give 20 cloths to his father. Otherwise he would be ashamed to ask his father's help for raising his marriage dues. A man should give 20 cloths to his wife on each delivery of child (...) (DOUGLAS, 1958, *apud* GRAEBER, 2012: 414-5)

É, então, no sentido apontado pelo trecho acima que a *raffia cloth* se inseria como uma moeda social na vida dos Lele. Tais *cloths* (ou tecidos) não penetravam nenhuma esfera de circulação de produtos. Como ressalta Graeber, “*Douglas discovered to her great inconvenience, within the village, it couldn't be use to acquire foods, tools, tableware or almost any other material good. Rather, it was the quintessential social currency*” (Ibid.: 414).

---

<sup>50</sup> Por exemplo, “Raffia cloth distribution in the Lele economy” (DOUGLAS, 1958).

É fundamental destacar também o aspecto da quantificação presente na citação acima. Não se trata, ainda, da quantificação *da obrigação em si* ou das relações sociais que aí estão subjacentes. A quantidade, nesse caso, é apenas uma convenção historicamente determinada e que significa tão somente o reconhecimento de uma obrigação estabelecida e *não a possibilidade de sua liquidação por meio do pagamento de um preço em determinada moeda considerado equivalente*. De forma distinta, o ato representa mais o que Polanyi expressou com enorme simplicidade e precisão como “(...) *fazer a coisa certa, da maneira certa, na ocasião certa*” (POLANYI, 2012: 162-5). Exploreemos, apenas ilustrativamente, um dos exemplos citados no trecho acima, o caso da relação do pai com seu filho que atinge a idade adulta. Para ser sintético, este exercício não se pretende uma reprodução do que ocorria concretamente no caso dos Lele, mas apenas, digamos, capturar sua essência mais geral tendo em vista os objetivos de nossa discussão. Vejamos. O filho, desde o nascimento, desenvolve um tipo de obrigação para com seu pai que se funda essencialmente na concepção de sua própria vida, na sua proteção ao longo dos estágios de crescimento, bem como no recebimento de todo o conjunto de ensinamentos e valores de diversas ordens que o tornará apto a, quando adulto, fazer parte plenamente daquela sociedade em que se insere. O citado cumprimento do rito de entrega dos 20 *cloths* – fruto da obrigação estabelecida de forma diádica para com seu pai, porém pré-estabelecida socialmente – não representa de modo algum o fim da obrigação, senão, ao contrário, um ato de *reconhecimento* da mesma. Como se nota na citação de Douglas, a partir deste ato de reconhecimento, a entrega dos *cloths*, o filho irá ter mantida sua dignidade ou respeito perante os demais para continuar se relacionando normalmente com seu pai, inclusive solicitando outras ajudas no futuro. Seria completamente insensato imaginar que uma obrigação como esta, que tem a vida como elemento fundamental, bem como é forjada numa relação de tipo afetiva, fosse ser considerada equivalente a uma determinada quantidade de tecidos e que pudesse ser resolvida de uma vez por todas nesses termos.

Vejamos agora o mencionado caso dos arranjos matrimoniais dos Lele. Nesse caso, a presença das moedas sociais era bem mais restrita do que nas demais obrigações, forjadas em outros campos do convívio social. Não entraremos em uma discussão mais detalhada sobre o sistema matrimonial existente entre os Lele, conforme descrito por Graeber, apoiado nos trabalhos de Mary Douglas. Trata-se de

um intrincado jogo de posições e transferência de direitos sobre mulheres baseado fundamentalmente numa atribuição de responsabilidades por praticamente qualquer morte ocorrida na tribo. O estatuto deste direito sobre mulheres será ponderado mais à frente. Mas, o ponto inicial é: qualquer morte na tribo seria seguida da atribuição de um responsável, cuja ação teria resultado na morte de alguém, e que então se veria na obrigação de entregar uma jovem de seu entorno familiar para o parente homem mais próximo falecido. Os futuros descendentes desta mulher também estariam sob a tutela do parente da vítima.

Para se ter uma ideia da dimensão atingida por estas transferências de tutela, é importante ressaltar que esta atribuição de responsabilidade estava longe de atender a processos criteriosos e aprofundados de apuração dos fatos a que estamos acostumados; ao menos em nosso ideário processual de justiça moderno-liberal. Em muitos casos, a definição do responsável era realizada por meio de rituais divinos. Ademais, a ação do responsável não necessariamente precisaria ser diretamente relacionada à morte produzida, senão que apenas relacionada a eventos mais prosaicos, que por diversas mediações teria conexão causal com a morte ocorrida. Estes dois aspectos, em conjunto com a extensão da tutela para os descendentes da mulher transferida como compensação por uma determinada morte, produziam, ao fim, um emaranhado complicado de posições de tutela, conforme ilustra Douglas:

Every man is always aware at any time he is liable for a blood-debt. If any woman he has seduced confesses his name in throes of child-birth, and subsequently dies, or if anyone he has quarreled with dies of illness or accident, he may be held responsible... Even if a woman runs away from her husband, and fighting breaks out on her account, the deaths will be laid at her door, and her brother or mother's brother will have to pay up. Since only women are accepted as blood-compensation, and since compensation is demanded for all deaths, of men as well of women, it is obvious that there can never be enough to go around. Men fall into arrears in their pawship obligations, and girls used to be pledged before their birth, even before their mothers were of marriageable age (DOUGLAS, 1973, *apud* GRAEBER, 2012: 415-416)

Essencial para nossa discussão, conforme destaca Graeber, é o seguinte: o que está sendo transacionado é vidas humanas, e absolutamente nada, senão outra vida humana, pode fazer parte desta transação como contrapartida. Nesse caso específico, por vida humana entende-se, na prática, mulheres. Todo este sistema

social estabelecido funcionava como um grande mecanismo de controle dos homens sobre as mulheres da tribo. Mas um detalhe importante deve ser trabalhado. Sim, como a própria Mary Douglas reconheceu, tratava-se de um sistema masculino de dominação sobre mulheres, porém as transações de vidas não implicavam uma relação de propriedade. Ou seja, as mulheres não eram dadas em *pagamento* ou eram compradas, no sentido monetário comercial. Com efeito, as mulheres da tribo não poderiam ser tratadas pelos seus tutores como objetos, senão que deveriam ter suas vontades e interesses seriamente considerados, sob pena de abandoná-los. E o ponto central é que, nesta relação de obrigação, não se interpunha de forma significativa o elemento da violência. Isto é, os indivíduos não possuíam meios sistemáticos e legítimos de coerção, e o efeito disso era que *“without an apparatus of coercion, no one was in a position to completely ignore another’s feelings”* (GRAEBER, 2012: 418). Uma mulher insatisfeita com seu tutor poderia fugir com outro homem ou para uma outra vila, e não haveria meio algum de seu tutor fazer valer seu direito sobre tal mulher de forma coercitiva. Na verdade, tensões provocadas por esse tipo de situação que pudessem evoluir para a violência física eram, em geral, prontamente desencorajadas pelos demais membros da tribo.

Mas havia, porém, algumas situações em que a violência de fato poderia irromper, alterando status da relação: o caso, por exemplo, do rapto de mulheres entre tribos vizinhas. Se nas relações entre membros de uma mesma tribo não havia o que chamamos de meios instituídos de coerção pela violência, entre povos vizinhos a situação mudava de figura:

What’s more, in everyday affairs, Lele put great stock on gentle and agreeable behavior. Men might have been regularly seized with urges to throw themselves at each other in fits of jealous rage (often they had good reason to), but they very rarely did. And if a fight did break out, it was considered the responsibility of everyone nearby to immediately break it up, and submit the affair to public mediation. (...) Between villages it was completely different (...) [it] were fortified, and age-sets could be mobilized to act to as military units (Ibid.: 418).

Em grandes linhas, a situação se desenrolava da seguinte forma. O rapto entre mulheres de diferentes tribos, como no sistema mencionado acima, abria novas rodadas de atribuições de responsabilidades e, nesse processo, membros de diferentes tribos eventualmente reclamavam o direito de tutela sobre mulheres de

tribos vizinhas. Como dissemos, não havia, no limite, um instrumento institucionalizado de coerção social para que este direito reclamando fosse atendido. Mas, existia uma saída para este impasse e é aqui que poderemos notar, de forma aproximada, a relação entre violência e a transfiguração de uma moeda social em moeda no sentido comercial, isto é, que quantifica obrigações sociais e, no limite, vidas. Entre os Lele, ao reclamante de direitos sob uma mulher de outra tribo, percebendo alguma dificuldade de satisfação deste direito, abria-se a possibilidade de vendê-lo ao único ente capaz de uma imposição por meio da violência organizada: a vila. Os relatos de Mary Douglas apontam para quantias de 100 *raffia cloths* ou 5 barras de *camwood*, por meio do que, então, um homem de uma determinada tribo poderia vender seus direitos reclamados sob uma mulher de outra tribo (DOUGLAS, 1963, *apud* GRAEBER, 2012: 418). Note-se que, diferentemente do que ocorria com sua função de moeda social, os *cloths* e *camwoods* agora não serviam apenas para apaziguar tensões sem redimir obrigações. Com a transferência das quantias estabelecidas, a alegada relação de obrigação social entre este homem e a mulher reclamada se extingue, e quem agora passa a detê-la é a própria vila. Isto é, o direito sobre aquela vida está sendo transferido via uma quantificação monetária.

Assim, o reclamante inicial sai completamente de cena, e a vila, com sua capacidade de impor obrigações por meio da força, passa a atuar, trazendo consequências fundamentais para o andamento da nossa argumentação. Não precisamos entrar aqui em detalhes de como funcionava na prática este processo de imposição por meio da violência, isto é, sobre como a vila, a partir da compra dos direitos, iria se organizar para impô-lo. O ponto essencial é que apenas a vila tinha as condições de realizar esta imposição por meio da violência e isto abria a possibilidade para que ela transacionasse vidas humanas por moeda. Nesse momento, a moeda social começa a exercer uma função de moeda comercial, conferindo um valor quantitativo sobre vidas e sobre obrigações sociais.

Sometimes when two clans were disputing a claim to blood compensation, the claimant might see no hope of getting satisfaction from his opponents. The political system offered no direct means for one man (or clan) to use physical coercion or to resort to superior authority to enforce claims against another. In such case, rather than abandon his claim to a pawn-woman, he would be ready to take the equivalent in wealth, if he could get it. The usual procedure was to sell his case against the defendants

to the only group capable of extorting a pawn by force, that is, a village (DOUGLAS, 1963, *apud* GRAEBER, 2012: 418)

Esse é o ponto, então, de retomarmos a questão das relações diádicas. Veja-se que a violência empregada possibilita que se forjem relações sociais desconectadas daqueles laços interpessoais que, do contrário, por sua complexidade natural, deveriam se formar paulatinamente, respeitando um tempo próprio de consolidação que, como ressalta Graeber, envolve a interveniência de distintos interesses, preferências, obrigações, expectativas e responsabilidades entre os sujeitos envolvidos (2012: 418). Assim, para reforçar, ao suprimir estas barreiras impostas pela construção de relações sociais no plano diádico, a violência abre caminho para a quantificação da vida ou das relações sociais.

‘Since it had the backing of force’, Douglas observes drily, ‘the village could afford to be less conciliatory towards the wishes of its pawns and to act more arbitrarily. (...) It’s exactly this point, too, where the potential for violence enters in the picture that the great wall constructed between the value of lives and money can suddenly come toppling down (Ibid.: 418)

É claro que este é apenas um dos exemplos concretos possíveis de serem mobilizados para ilustrar o processo de quantificação das obrigações sociais, e a violência necessária para levar a este resultado. Não há espaço aqui para mergulharmos mais profundamente neste e em outros casos. Mas, para nossos propósitos, é suficiente reter que, assim como não havia entre os povos primitivos tendência alguma à formação de sociedades cuja economia fosse regulada pelas trocas, também não havia nada que tornasse necessário que as moedas sociais se transfigurassem em moedas comerciais. Na verdade, ocorria justamente o contrário: a formação de obrigações sociais no âmbito de relações diádicas criava uma barreira à sua quantificação, elemento fundamental para sua transformação em dívida e, assim, em moeda comercial, depois difundida para a esfera da circulação de bens econômicos. Aqui fica mais clara, portanto, a diferença mais geral entre a abordagem de Graeber e aquela proposta pela ótica do *Primordial Debt*. No caso desta última, mesmo com a presença do Estado, que cria moeda por um mecanismo de taxaço e dívida – o que traz uma ideia subjacente de violência – este mecanismo tem, no limite, um apoio em uma mentalidade tendencialmente afeita às trocas e, portanto, com menos barreiras sociais à quantificação: é um mito que só pode ser produzido por

quem, como Adam Smith por exemplo, já vivia em uma sociedade em que as trocas eram uma forma de transação bem estabelecida.

Porém, nesse ponto da argumentação ainda temos que entender como se transitou da quantificação de obrigações sociais de natureza extraeconômica para a quantificação dos bens econômicos ou, no limite, para as sociedades comerciais. Veja-se que não é apenas sobre a transfiguração da moeda de que estamos falando, já que, como ressaltado acima, uma moeda comercial só pode predominar em uma sociedade de mercado. O primeiro passo foi dado por meio da sinalização de como a violência se torna necessária para que as obrigações sociais fossem quantificadas e se tornassem transacionáveis, extinguíveis: *“without such a conceptual break, it’s hard to see how a human economy could ever produced a commercial economy in the first place”* (Ibid.: 412). É tudo parte de um mesmo processo. Fundada na violência, a quantificação das obrigações já existia antes da formação das sociedades de mercado, porém sua estrapolação no sentido de se tornar o mecanismo de comunicação das equivalências de toda a economia dependeu do processo mais amplo de formação das próprias sociedades de mercado, que, como vimos em Polanyi, também não ocorre de forma natural.

A abordagem econômica tradicional sobre a moeda traz uma certa contradição interna. Por um lado, sem a moeda os mercados não poderiam ter se difundido a partir das tendências humanas à troca ou ao escambo. Por outro, como afirma Paul Samuelson, *“[e]ven in the most advanced industrial economies, if we strip exchange down to its barest essentials and peel off the obscuring layer of money, we find that trade between individuals and nations largely boils down to barter* (SAMUELSON, 1948, *apud* GRAEBER, 2011: 44). Há, assim, uma tentativa de segregar o monetário do econômico, de modo a reforçar que a dinâmica comercial possui uma força própria. Contudo, como temos tentado demonstrar, a moeda no seu sentido comercial, um instrumento de quantificação do valor, é elemento fundamental na produção desta nova realidade em que a economia se desenraiza das demais lógicas sociais. Imaginar uma realidade comercial sem a moeda não faz o menor sentido.

Como o próprio Graeber afirma, os exemplos contrafactuais geralmente utilizados nos manuais de economia só poderiam ter sido pensados por alguém que vive em uma realidade de mercado, isto é, dominada pela lógica da moeda comercial.

O exercício mental sempre começa com algo como “imagine uma situação econômica qualquer” – em geral algum evento prosaico de nossas sociedades comerciais como ir a uma loja de conveniência –, “porém sem a existência de dinheiro para intermediar a transação”. A partir daí, o exercício busca basicamente demonstrar como tudo poderia ser resolvido por meio de um esquema de escambo, mas sempre deixando claras as dificuldades de sua operacionalização, que então demonstraria o papel da moeda, isto é, dar vazão à dinâmica das trocas. O ponto é que, tivesse este exercício ocorrido na prática, teríamos apenas a supressão da moeda em sua versão física (*cash not money*), ao passo que a transação continuaria a ser computada, ou as equivalências mensuradas, em termos da moeda em que os sujeitos utilizavam anteriormente, provavelmente respeitando a estrutura de preços anteriormente vigente. Isto é, a antiga moeda se preservaria como unidade de conta na contabilização de relações de dívida. De fato, tal “experimento” já ocorreu em diversos momentos da história, e o que se viu foi, além da preservação da antiga unidade de conta, a manutenção da função meio de troca da antiga moeda, sustentada por mecanismos crédito e débito, de forma que não se observou nenhum tipo de regressão a práticas de escambo (GRAEBER: 2011: 45). Isto é, o exemplo contrafactual geralmente utilizado, na verdade, não abre mão da moeda, apenas de seu símbolo físico.

Voltemos então à questão central desse passo final da argumentação: a integração da moeda às economias comerciais. As moedas, transformadas em instrumento de quantificação das obrigações, são elemento central da própria existência das economias comerciais, porém não são suficientes para que estas se desenvolvam. Fosse assim, “*the discipline of economics would have been created in ancient Summer, or anyway, far earlier than 1776, when Adam Smith’s The Wealth of Nations appeared*” (Ibid.: 45). Nesse sentido, o exemplo proporcionado pelos Lele foi apenas uma prova pontual da necessidade de uma intervenção violenta para que obrigações sociais passassem a ser quantificadas e as moedas no sentido comercial surgissem como *possibilidade* de adentrarem as esferas de circulação das mercadorias. Mas, para que a moeda se infiltrasse definitivamente na esfera econômica quantificando relações sociais de transações de bens, foi necessário que a própria regulação destas relações se deslocasse no sentido de uma lógica de mercado, e para isso a violência necessária à quantificação das obrigações foi *uma*

das violências que, nos desdobramentos históricos concretos, colocaram alguns povos na rota de conformação de sociedades de mercado. Para usar o aparato conceitual proposto por Graeber, o movimento que fez com que as moedas sociais se transformassem em moedas comerciais disseminadas foi o mesmo que transfigurou economias humanas em economias comerciais. Visto nas suas linhas mais gerais, tratou-se, enfim, de um único processo de desenraizamento do econômico, no sentido próprio discutido em Polanyi. Neste processo de desenraizamento, a presença das moedas comerciais foram fundamentais por permitirem a indexação geral das relações de produção e circulação de mercadorias. Isto é, as moedas comerciais executam o papel de ruptura de relações personificadas, quantificando tais relações no plano econômico, que então tende a uma espécie de reificação, contribuindo então para a eliminação das barreiras ao livre fluxo de mercadorias.

## 2. 4 – O desenraizamento do sistema monetário internacional

O que foi exposto acima traz algumas implicações mais gerais que dizem respeito ao modo como devemos passar a olhar para o SMI, se queremos entender de maneira mais profunda suas diversas conformações históricas, bem como suas tensões atuais e tendências para o futuro. Do que vimos até o momento, buscou-se demonstrar que, para Polanyi, a economia, enraizada ou desenraizada, primitiva ou moderna, se mantém organicamente vinculada às demais esferas da vida. O que muda, de um arranjo sócio-histórico para outro, é o sentido *predominante* das determinações. Se, outrora, era a lógica das demais esferas que determinava de forma predominante os movimentos da economia, após a revolução industrial – com o advento da máquina, subordinada à necessidade incessante de valorização do capital – e seus desdobramentos, é a economia que passa a ditar, por meio da lógica dos mercados, os movimentos das demais esferas. Isto não quer dizer que, a partir de então, o vetor de determinação seja unidirecional, mas apenas que a lógica dos mercados passa a ditar, em última instância, o ritmo e a configuração do arranjo total, não deixando, por sua vez, de depender deste arranjo para se reproduzir. É esta dependência do arranjo global, conforme ele se apresenta em cada momento, que nos impõe não o abandono da ciência econômica, mas o seu choque *constante* com a realidade mais ampla. Compete, então, enfrentarmos o desafio de entender minimamente a organicidade

interna deste arranjo, isto é, o sentido mais geral da totalidade, conforme ela se apresenta em cada momento histórico.

Para esta tarefa, precisamos levar à frente o próprio impulso inicial que moveu a conformação da EPI, buscando por um maior ecletismo, porém evitando que o modo de raciocínio científico nos distancie de uma visão verdadeiramente integrada do conjunto. Nesse sentido, de maneira mais concreta, é fundamental não sucumbirmos às armadilhas de uma das ferramentas-base das ciências sociais aplicadas, o recurso aos contrafactuais, em particular quando esta ferramenta não é empregada para se entender a disposição e o peso dos diversos elementos conformadores de uma determinada conjuntura, mas sim elucubrar como seriam tais realidades se seus elementos se comportassem de outra maneira, respeitando os modelos teóricos pré-concebidos: no caso da EPI, como vimos no primeiro capítulo, trata-se essencialmente dos postulados teóricos do arcabouço neoclássico. Em tempo, ressalte-se que o emprego de contrafactuais pode ser uma ferramenta legítima sob diversos pontos de vista no que diz respeito à produção de conhecimento.<sup>51</sup> O que queremos dissipar aqui é sua utilização num sentido específico, qual seja, aquele que, em última instância, nega a realidade concreta, factual, em prol de testar e defender modelos teóricos específicos, essencialmente limitados e formais em seu escopo. Tal tipo de análise contrafactual nega, em última instância, as conclusões a que temos chegado com base nas argumentações de Polanyi acerca do desenraizamento do econômico: se a realidade é produzida e reproduzida pelas múltiplas interrelações entre seus elementos constituintes, oriundos das diversas esferas da vida, não há como querer prever os sentidos dos movimentos históricos concentrando-se em uma parcela diminuta da realidade, esquecendo-se das dinâmicas mais gerais desta última.<sup>52</sup> Pelo contrário, compete-nos então, ao estudarmos a evolução do SMI, buscar situá-lo dentro da conjuntura mais ampla de reprodução da sociedade de mercado, conforme ela se apresenta em cada momento, com seus anteparos extraeconômicos, apreendidos não como domínios distintos que se chocam, mas como partes de uma

---

<sup>51</sup> Para um pouco mais sobre esta discussão, ver MARIUTTI (2009: 22-34).

<sup>52</sup> Veja-se: é totalmente legítimo recorrer aos contrafactuais para *testar teorias*, já que, para isso, sempre se busca reconciliá-las com a realidade mais ampla. Este é o objetivo essencial das ciências sociais retrospectivas. Os problemas começam quando este dispositivo metodológico se perde, e os cientistas passam a focar mais em como formalizar a realidade para que suas teorias sejam “validadas”. Hobsbawm, em trecho de genialidade típica, diz: “Os econométristas às vezes estão menos testando as teorias quanto descrevendo como seria o mundo caso suas teorias estivessem corretas” (1998: 123 *apud* MARIUTTI, 2009: 28).

mesma amarração mais geral: a totalidade tem que ser entendida, mesmo que minimamente, em sua organicidade, no que se inclui seus pontos de tensão.

Polanyi e Graeber, ademais, nos ajudaram a deixar mais claro o papel fundamental da moeda tanto na conformação das sociedades de mercado como formação da *percepção* de descolamento do econômico frente às demais esferas da vida. As moedas comerciais surgem a partir da quantificação de obrigações, que ao se disseminarem pelas relações econômicas nas sociedades de mercado, fundamentando as trocas, forcejam no sentido da impessoalização das relações. Porém, conforme nota Polanyi, tal sistema comercial não deixa jamais de ser baseado em relações sociais, de modo que a quantificação das obrigações também não apaga o elemento sociológico que aí está presente. Na verdade, a importância da moeda para coesão social se torna exacerbada, na mesma medida em que as relações de mercado se difundem para toda a economia. Assim, quando se discute um sistema monetário, doméstico ou internacional, este é o desafio que está colocado: buscar entender o jogo social e político que está implicado na gestão monetária, superando a aparência etérea produzida pela quantificação das obrigações.

## Capítulo 3

### A formação da ordem liberal burguesa e o padrão-ouro clássico

Como vimos nos dois capítulos anteriores, entender as tendências de médio e longo prazo do sistema monetário internacional requer primeiramente que situemos a dinâmica deste sistema no interior da lógica de funcionamento da conjuntura mais ampla que vigora em cada período, *aceitando sua organicidade*. Certamente esse não é um desafio trivial, quanto menos se lembrarmos que a conjuntura atual se encontra em crise desde ao menos o colapso financeiro eclodido a partir finanças imobiliárias americanas em 2007-08. Períodos de crise e transição dificultam a identificação dos padrões de funcionamento que irão prevalecer e conformar um novo período de maior estabilidade. Em situações como essa, podem ganhar maior apelo aquelas avaliações que se fundam em supostas objetividades sociais imutáveis, formuladas boa parte das vezes com exagerados recursos axiomáticos e reducionistas. Nesse sentido, o economicismo, que de uma forma ou de outra vimos discutindo ao longo dos dois primeiros capítulos, tende ganhar terreno como instrumento de avaliação da realidade, cujos desdobramentos e tendências são explicados conforme seus elementos constituintes se aproximem mais ou menos das ditas leis de funcionamento da economia. Este tipo de abordagem tem sido o padrão desde a tentativa de restauração do padrão-ouro após a I Guerra Mundial. Na verdade, a essência da imagem criada (*ex-post*) do sistema monetário internacional fundado no ouro e na libra esterlina é em boa medida a mesma que encontramos nos debates sobre o futuro do sistema monetário atual, baseado no dólar. Nesse capítulo, iremos percorrer as linhas gerais de conformação da chamada ordem liberal burguesa do século XIX, para o final tentarmos situar a implantação do Padrão-ouro clássico nesse processo histórico. Queremos apontar que este sistema monetário não se encaixa na visão que posteriormente se formou sobre ele, e que continua a influenciar o debate sobre o SMI atual, como uma espécie de modelo histórico ideal.

### 3.1 – Os impasses do entreguerras e o fetiche do ouro

A primeira grande guerra mundial marcou, de forma dramática, o fim de toda uma ordem internacional que se desenrolou em diferentes fases ou conjunturas durante o século XIX, gestando progressivamente as sementes de sua própria derrocada. O padrão-ouro representou, nos estertores desta ordenação internacional, um de seus elementos constituintes fundamentais e um de seus símbolos máximos. Em 1914, o conflito mundial, desnudando as fragilidades subjacentes ao espírito da *Belle Époque*, enfim colocou toda aquela estruturação por terra, incluindo o seu padrão monetário internacional. Um novo período de concerto e de duradoura estabilidade política e econômica entre as nações só viria a se conformar nos ainda distantes anos 1950, com a hegemonia americana e os chamados “anos dourados do capitalismo”.

Em retrospectiva, de um certo prisma liberal, costuma-se avaliar as agudas instabilidades do entreguerras como fruto de um vácuo de liderança produzido pela negativa americana em assumir o posto antes ocupado pela Inglaterra na organização da ordem internacional. Por que tal diferença de postura dos EUA em 1918 e após 1945? Um argumento muito utilizado para fundamentar a evasiva americana após os acordos de Versalhes é aquele que imputa este comportamento a um suposto isolacionismo arraigado em sua sociedade, com fortes raízes históricas, que teria então se refletido em sua política externa. De fato, com a vitória da tríplice entente em 1918, os EUA, que haviam entrado no conflito de forma mais direta e decisiva apenas na sua fase final, recolhem-se para seus assuntos internos, deixando a recém criada Liga das Nações à sua própria sorte. Sem querer discutir o grau de validade deste suposto isolacionismo, temos que partir para uma análise dos elementos mais gerais que conformaram os anos após a primeira guerra mundial.

Olhar para o entreguerras e dizer que a liderança americana poderia ter evitado que o mundo avançasse para uma nova tragédia é mero exercício especulativo, em boa medida baseado na experiência posterior dos anos dourados. O fato é que há boas razões para entender os desdobramentos do concerto europeu naquele momento, que desde logo demonstram que os EUA nem mesmo foram convidados a assumir tal papel. O objetivo imediato dos países europeus vitoriosos era restaurar ordem liberal burguesa vigente no final do século XIX, mas com um porém: garantir

que a Alemanha não ameaçasse o equilíbrio político novamente. No plano interno dos países vencedores, seu *establishment* político não enfrentava desafios reais às suas posições de poder, ainda que não se tratasse de uma situação de normalidade social; longe disso. O século XX, com seu capitalismo já avançando no sentido da segunda revolução industrial, inaugurou a época das guerras *totais*, com impactos jamais vistos no tecido social em virtude não apenas da destruição diretamente produzida pelos combates, mas também pelo grau antes impensável de mobilização requerida para sustentar as máquinas nacionais de guerra. Níveis nunca vistos de destruição e de esforços produtivos eram lados da mesma moeda. O lado destrutivo se expressou, por exemplo, nas:

(...) centenas de milhares de casas destruídas, fazendas incendiadas, rodovias e ferrovias e linhas telegráficas explodidas, rebanhos dizimados, florestas pulverizadas e vastas áreas inutilizadas para agricultura devido a obuses e minas não detonadas (KENNEDY, 1989: 270-1)

Com relação a estas poderosas máquinas de guerra,

Temos como certo que a guerra moderna envolve todos os cidadãos e mobiliza a maioria; é travada com armamentos que exigem um desvio de toda a economia para a sua produção, e são usados em quantidades inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países envolvidos. Contudo, todos esses fenômenos pertencem apenas às guerras do século XX. (...) Jean Austen escreveu seus romances durante as Guerras Napoleônicas, mas nenhum leitor que não sabia disso o imaginaria, pois as guerras não aparecem em suas páginas, embora um certo número de cavalheiros que passam por essas páginas indubitavelmente tenham tomado parte delas. É inconcebível que qualquer romancista pudesse escrever assim sobre a Grã-Bretanha nas guerras do século XX (HOBSBAWM, 2008: 51)

Com efeito, as consequências do conflito necessariamente produziram um conjunto de reivindicações e tensões sociais que não poderiam ser ignoradas pelas elites políticas, quanto menos em um contexto no qual a própria natureza total do conflito despertou as consciências para o amplo poder estatal de manejo da economia. Em todo caso, tais demandas não chegavam a ameaçar seriamente as posições de poder no interior da maior parte dos países europeus ocidentais, além do que tais demandas puderam ser arrefecidas com o reconhecimento de algumas conquistas sociais. A institucionalização do sufrágio universal, por exemplo, ocorreu neste contexto. Nem mesmo a presença URSS era um problema incontornável.

Resultado de uma revolução ainda recente – fruto direto, combinado com outros determinantes, dos impactos da I Guerra Mundial sobre a sociedade russa –, o próprio futuro do movimento estava longe de ser uma certeza de sucesso, bastando então para os países ocidentais se apoiarem em medidas de contenção e isolamento de seus efeitos para o restante da Europa. Na verdade, a própria URSS, já sob Stalin, optou estrategicamente por conter o avanço dos movimentos comunistas em outros países. Onde eles existiram, em geral eram movimentos sociais de menor expressão que, quando ganhavam algum destaque, eram pronta e duramente reprimidos. Assim, para Inglaterra, França e em menor medida para a Itália, o fim da guerra representava vitória, e tais países puderam buscar uma reorganização do tabuleiro político e econômico europeu, ao mesmo tempo em que disputavam os espólios de guerra alemão, inclusive a divisão de suas possessões coloniais.

Pelo lado americano, não parecia haver realmente grandes vantagens em manter seu engajamento nos assuntos europeus tão diretamente, mesmo que por vias não militares. Esta postura pode ser entendida tanto por um prisma econômico quanto político. Economicamente, as grandes corporações americanas, forjadas em sua forma geral de organização no último quarto do século XIX e certamente impulsionadas pelo esforço de guerra, encontraram no plano doméstico amplo terreno de crescimento. Basta lembrar que os anos 20 nos EUA se tornaram conhecidos como os *roaring twenties*, um período marcado pelo amplo crescimento econômico e, de forma mais geral, pela conformação da primeira sociedade de consumo da história do capitalismo.<sup>53</sup> Tratou-se, na prática, dos movimentos fundadores do assim chamado *regime fordista de acumulação*,<sup>54</sup> que se difundiria mundialmente no pós-II Guerra Mundial.

---

<sup>53</sup> “A explosão do consumo de massas, o fascínio dos automóveis, e dos equipamentos duráveis de uso doméstico, as facilidades do crédito, os apelos da propaganda, a explosão dos subúrbios, a renovação dos imóveis, a multiplicação das rodovias, a difusão do uso da energia elétrica, a imponência dos monumentais arranha-céus, o crescimento do emprego, a elevação dos salários reais, os ganhos da bolsa, a liberação dos costumes, o cinema falado, a graça das flappers, a revolução do jazz, e o sentimento de uma prosperidade que se imaginava permanente – moldaram a vida, conquistaram corações e inebriaram os espíritos da América. (...) De fato, a partir de 1922 a economia americana ingressou em um período de crescimento virtuoso” (MAZZUCHELLI, 2009: 198). Assim, “a década de 20 foi um período de expansão, embora desequilibrado, para o capitalismo americano, consolidando uma sociedade de consumo de massas” (TAVARES E BELLUZZO, 2004: 117)

<sup>54</sup> Ver David Harvey (1990).

Já no entreguerras, a economia americana começa a se agigantar frente aos demais países. Como lembra Paul Kennedy (1989: 269), no final do século XIX, as projeções em torno da corrida pela primazia internacional tendiam a eleger a tríade EUA, Alemanha e Rússia como o grupo de qual sairia a próxima grande potência mundial. Os próprios cálculos americanos tendiam a olhar com mais cuidado para a Alemanha do que para Inglaterra e França. Daí, inclusive, um dos motivos do alinhamento americano no lado da Tríplice Entende. Contudo, ao fim da guerra, com a Rússia buscando sobreviver a uma revolução intestina e com a Alemanha completamente prostrada, um novo equilíbrio político europeu se estabelecia, diminuindo a necessidade de um contrapeso americano. Os EUA, então, voltam seus olhares para o tabuleiro político do pacífico, o que mais tarde elevou as tensões com Japão, culminando no episódio de Pearl Harbor em 1941 (HOBBSAWM, 2008: 48). Esta mudança de eixo sinaliza que os EUA, antes de serem pautados pelo isolacionismo, executam sua política externa com pragmatismo na busca pelos seus interesses a cada momento.

Neste cenário, nota-se que a tentativa de retomada da ordem liberal dependia de uma forma de orquestração internacional que não existia mais. Este arranjo liberal esteve fundado em diversos elementos interconectados que haviam desmoronado completamente em 1914, e a tentativa de reconstrução do entreguerras ficou necessariamente na superfície fatos:

Para estes [a elite europeia], a *belle époque* foi de fato o paraíso que seria perdido após 1914. Para os homens de negócio e os governos posteriores à guerra, 1913 seria o ponto de referência permanente, ao qual eles aspiravam retomar, deixando para trás uma era problemática. Vistos dos nublados e conturbados anos do pós-guerra, os momentos excepcionais do último *boom* anterior a ela faziam figura de ensolarada normalidade, a que ambos aspiravam retomar. Em vão. Pois (...), as mesmas tendências da economia pré-1914, que tornaram a era tão dourada para as classes médias, empurraram-na à guerra mundial, à revolução e aos distúrbios, excluindo a hipótese de uma volta ao paraíso perdido (HOBBSAWM, 2011b: 94-95).

Se a I Guerra Mundial não foi um “raio em céu azul”, também o fim do padrão-ouro, abreviado pelo conflito, não foi fruto de um mero acidente de percurso, um desajuste contornável via orquestração de políticas públicas e pela diplomacia. Desta aspiração pela volta ao paraíso perdido, a busca pela restauração do padrão-ouro representou um de seus exemplos mais conspícuos e, para os propósitos nesse

trabalho, apresenta-se como um campo bastante fértil para avançarmos um pouco mais na questão da necessidade de se entender a organicidade específica que o padrão monetário internacional guarda com a realidade mais ampla. Para aqueles que viviam o calor dos acontecimentos, a restauração do padrão-ouro por meio da institucionalização de mecanismos simplórios como a conversibilidade em ouro a taxas fixas podia fazer sentido. Nesse ponto, aliás, o ápice da artificialidade foi a tentativa inglesa de restaurar as taxas de conversibilidade ouro-libra de antes da guerra. De certa maneira, a fixação pelo padrão-ouro nesse momento se revelou um fetiche, dado que se tomou um elemento *componente* de uma época – ainda que fosse um elemento central – pela a sua totalidade. Nesse momento, tem início a construção de uma imagem do padrão-ouro que, na verdade, distanciou-se de seu verdadeiro funcionamento. Para deixarmos isso um pouco mais claro, teremos que recuar no tempo, reconstituindo os traços principais da assim chamada ordem internacional do XIX, a partir do que poderemos demonstrar a organicidade do padrão-ouro clássico com aquela conjuntura, assim como seu completo descolamento com a realidade inaugurada após a Primeira Guerra Mundial. Buscaremos deixar claro que o padrão-ouro clássico não foi – assim como certamente o padrão-dólar flexível atual não o é – uma mera tecnicidade imposta por leis objetivas, ainda que a economia, enquanto esfera da existência, tenha adquirido uma condição de maior autonomia, por meio do processo de industrialização e de desenvolvimento capitalista.

Com efeito, temos que dar ao século XIX, pelo menos do ponto de vista da história ocidental, uma consistência interna, considerando alguns de seus principais elementos constituintes e a forma como estes elementos se entrelaçavam para criar as particularidades de cada fase e o sentido do movimento da história. Buscaremos fazer isso apenas em grandes linhas, abrindo espaço para a discussão do padrão-ouro que virá na parte final do capítulo. Assim, o que foi o século XIX? Que ordenação era esta que, afinal, foi dissolvida pela Primeira Guerra mundial? Podemos nos referir a ela, desde logo, como ordem liberal burguesa:

A ordem liberal burguesa corresponde ao período que se estende desde a consolidação da Revolução Industrial na Inglaterra até a eclosão do primeiro conflito mundial. (...) Trata-se de uma *ordem* porque diz respeito a uma estruturação – um ordenamento – internacional da economia e da política mundiais comandada pela Inglaterra. (...) Essa ordem é *liberal* porque tem como características centrais a livre movimentação de

mercadorias, capitais e homens e a relativa dissociação entre a ação do Estado e a acumulação de capital. (...) Trata-se, por último, de uma ordem burguesa porque diz respeito à generalização das relações econômicas, sociais e políticas do capitalismo por todo o mundo (MAZZUCHELLI, 2009: 22).

Embora possamos, em linhas gerais, colocar um século de história sob manto de uma mesma ordem internacional, o próprio autor da citação acima reforça que, de um prisma um pouco mais aproximado, temos que identificar dois grandes subperíodos que integraram esta história que se inicia com a consolidação da Revolução Industrial e se estende até a Primeira Guerra Mundial. Estes dois subperíodos correspondem, na verdade, às duas fases iniciais de desenvolvimento do capitalismo mundial. A primeira delas, conhecida como fase concorrencial, inicia-se aproximadamente nos anos 30 do século XIX e segue até o último quartel deste século, interrompida pela Grande Depressão (1873-96), a partir do que se desenvolve a fase do capitalismo monopolista (MAZZUCHELLI, 2009: 22). Note-se, então, que o auge da ordem liberal burguesa, e também de seu sistema monetário internacional – o padrão-ouro –, ocorre já num momento que o liberalismo ia perdendo seus contornos mais brilhantes, com o avanço do imperialismo pelas principais potências européias. Por outro lado, temos que avaliar em que medida ou sentido a própria primeira parte do século foi liberal. Passaremos por esses pontos nas próximas seções.

### 3.2 – Os elementos mais imediatos na autonomização do econômico no século XIX

Os anos que se seguem a década de 1830 assistiram a transformações econômicas de amplitudes até então inéditas na história mundial. Frente aos espantosos números produzidos nessa primeira fase, momento em que se acelera a *generalização das relações sociais, políticas e econômicas do capitalismo por todo o mundo*, Hobsbawm vai ao ponto: ao invés de partirmos diretamente da indagação sobre os fundamentos desta extraordinária expansão, que transformou o mundo completamente, temos que colocá-la em perspectiva com relação ao ciclo imediatamente anterior.

(...) a pergunta precisaria ser feita inversamente. O que nos choca retrospectivamente na primeira metade do século XIX é o contraste entre o enorme e crescente potencial produtivo da industrialização capitalista e sua incapacidade, bem patente, de quebrar as correntes que a prendiam. Poderia crescer drasticamente, mas parecia incapaz de expandir o mercado para seus produtos, proporcionar saídas lucrativas ao seu capital acumulado, isso sem mencionar a capacidade de gerar emprego a uma taxa comparável ou com salários adequados. É instrutivo lembrar que, mesmo no final da década de 1840, observadores inteligentes e bem informados da Alemanha – no clímax da explosão industrial naquele país – ainda admitiam (...) que nenhuma industrialização poderia fornecer emprego para a vasta e crescente “população excedente” dos pobres (HOBSEBAWM, 2011: 65)

Nesse sentido, as primeiras expressões da Revolução Industrial, surgidas ainda no final do século XVIII ensejavam a contradição de apontar para uma crescente liberação das amarras produtivas sem que, contudo, isso de fato se concretizasse num ciclo sustentado de crescimento e prosperidade econômica. Na verdade, as décadas de 1830 e 1840 foram de crise e notava-se, entre os contemporâneos, algum pessimismo quanto ao potencial de progresso industrial. Em síntese, tratava-se dos limites do chamado ciclo têxtil dentro do mais longo processo de industrialização. Este estado de coisas foi rompido, *de forma mais imediata*, por dois fatores centrais e correlatos: (1) o advento das estradas de ferro, com seus impactos sistêmicos no aparelho produtivo, e (2) a integração geográfica promovida tanto pelas próprias estradas de ferro quanto por outras inovações como o vapor e o telégrafo (Ibid.: 65-6).

Destaquemos inicialmente o papel das ferrovias. Filhas das minas de carvão inglesas, as ferrovias e locomotivas a vapor, ainda que não representassem uma ruptura tecnológica com os padrões do ciclo industrial anterior,<sup>55</sup> inauguraram uma nova dinâmica ou padrão de acumulação de capital que na verdade conferiu à indústria um grau muito superior de autonomia no processo de acumulação. Isso porque, por suas características próprias, a produção e instalação das ferrovias

---

<sup>55</sup> “Do ponto de vista tecnológico, as inovações do ciclo ferroviário não se diferenciavam expressivamente daquelas do ciclo têxtil, pois apareciam como simples desdobramentos dos avanços alcançados durante a Revolução Industrial. As inovações mais importantes, como a própria estrada de ferro e, após 1850, o navio a vapor e os novos processos de fabricação do aço, surgiam como adaptações ou transformações de produtos e processos que não implicavam ruptura radical com a tecnologia da Revolução Industrial. Dessa forma, a nova tecnologia, tal como no ciclo têxtil, não exigia conhecimentos científicos para sua geração, sendo dominada e produzida por *homens práticos*” (BARBOSA DE OLIVEIRA, 2002: 178, *grifo do autor*).

passou a produzir impulsos inéditos numa gama variada produtos oriundos especialmente da indústria pesada, em quantidades demandadas que superavam em muito os padrões até então observados.<sup>56</sup> Os efeitos dinâmicos cruzados dentro do setor industrial culminaram com a instalação do departamento produtor de bens de produção, cujo funcionamento passou a gerar os impulsos dinâmicos para si próprio e para os demais segmentos industriais e setores econômicos. Foi esta enorme capacidade de puxar o crescimento econômico que deu ao processo de industrialização um elevado grau de autonomia na condução de seu desenvolvimento, libertando-se das amarras do ciclo anterior, com efeitos altamente transformadores em nível mundial.

No novo padrão de acumulação que se desenvolvia, os setores produtores de meios de produção iam assumindo a liderança na expansão econômica. O processo de acumulação na metalurgia, na mecânica, na mineração etc. dinamizava os ramos produtores de meios de consumo, que iam sendo relegados a uma posição subordinada nas relações intersetoriais do aparelho industrial (BARBOSA DE OLIVEIRA, 2002: 178).

Há aqui um ponto fundamental. País da industrialização originária, a Inglaterra foi o único exemplo histórico de um processo de implantação do setor de bens de produção ocorrido de sem saltos, isto é, conduzido por meio da progressiva acumulação de capital dos setores de bens de consumo (no caso, os têxteis), que gerando efeitos dinâmicos ao longo da cadeia produtiva criou as condições para o surgimento das ferrovias e da indústria pesada. Não precisamos entrar nos pormenores de todos os condicionantes que abriram espaço para este desenvolvimento particular, mas podemos afirmar que o elemento central nesse processo foi a extensão obtida previamente pela indústria têxtil britânica, que, pelo seu pioneirismo industrial e pelo amplo domínio mundial da marinha mercante britânica, de um lado inundaram o mundo com seus produtos e, de outro, produziram efeitos dinâmicos vorazes sobre a indústria extratora de carvão daquele país. A busca por atender a esta crescente demanda pelo combustível foi deixando a localização das minas cada vez mais distante dos centros industriais, ao mesmo tempo que levou

---

<sup>56</sup> “Era (...) imenso [o] apetite das ferrovias por ferro e aço, carvão, maquinaria pesada, mão de obra e investimentos de capital. (...) Nas primeiras duas décadas das ferrovias (1830-50), a produção de ferro e na Grã-Bretanha (...) triplicou. A produção de carvão, entre 1830 e 1850, também triplicou (...). Esse enorme crescimento deveu-se prioritariamente à ferrovia. (...) Os avanços industriais, que pela primeira vez tornaram possível a produção em massa de aço, decorreriam naturalmente nas décadas seguintes” (HOBSBAWM, 2010: 84).

a um aprofundamento das escavações. Em resumo, a necessidade de transportar o minério do fundo das minas para superfície criou a oportunidade para o surgimento dos trilhos e carros de carga, que logo foram motorizados utilizando-se a própria tecnologia das bombas de drenagem da água do fundo das minas. A necessidade, então, de transportar as grandes quantidades de carvão para os centros industriais ensejou o passo final, que apenas ampliou a escala da mesma tecnologia de transporte, com as adaptações necessárias.

(...) o impacto das ferrovias sobre a indústria não deve ser subestimado. A curto prazo, elas criaram uma demanda de ferro sem precedentes (assim como de madeira, vidro, couro, pedra e outras substâncias usadas na fabricação de vagões e na construção de instalações fixas); além disso, requereram esses materiais numa ampla variedade de formas acabadas, que iam de itens relativamente simples, como trilhos e rodas, até motores e máquinas complicadas, tudo isso dando um impulso especial aos ramos da metalurgia e da construção mecânica. Se somarmos a isso o efeito geral desse imenso investimento sobre a demanda de bens de consumo, parece lícito dizer que, na década de 1840, a construção de ferrovias foi o mais importante estímulo isolado ao crescimento industrial na Europa Ocidental (LANDES, 1994, *apud* MAZZUCHELLI, 2009: 30).

A partir de então, a implantação das ferrovias rapidamente se difundiu por toda parte e, em conjunto com o vapor e o telégrafo, contribuiu para um “encolhimento” geográfico do mundo que produziu efeitos profundos. A expressão mais clara deste movimento foi a integração em níveis inéditos de espaços econômicos e políticos, nacionais e internacionais. E, mais, a partir do vetor britânico, a economia mundial então se transforma, não apenas expandindo seu alcance e integração, mas também produzindo efeitos diversos entre os vários países e povos, conforme estes iam se conectando ao novo ciclo de crescimento econômico inaugurado pelo ciclo ferroviário. O crescimento observado foi de fato vigoroso: “o comércio mundial entre 1800 e 1840 não tinha chegado a duplicar (...) entre 1850 e 1870, cresceu 260%” (HOBBSAWM, 2011a: 67).

Qual foi a forma mais geral assumida por essa expansão global do capitalismo? Certamente ela não produziu uma integração homogênea ou simétrica entre as diversas partes. Largando de uma base industrial já avançada desde o ciclo têxtil, com níveis significativos de mercantilização de sua economia e impulsionada pelos efeitos dinâmicos da implantação pioneira da indústria pesada, a Inglaterra naturalmente

assume, mais do que nunca, a posição de polo econômico central da economia mundial, emitindo efeitos diversos para os demais países. O aumento da produtividade e da autonomia da indústria britânica passa então a se refletir tanto no do jogo de interesses doméstico como no plano da sua política externa. Internamente, os interesses atrelados à indústria terminam de sobrepujar aqueles do setor agrário, em que a abolição das *corn laws* em 1846 representou nesse processo o evento mais emblemático da hegemonia interna do capital industrial inglês. Já no plano da política internacional, a Inglaterra passa a atuar mais fortemente, onde possível e necessário, para derrubar os últimos resquícios da ordem mercantilista anterior, buscando substituir suas práticas por aquelas inspiradas por um livre-cambismo que favorecesse a penetração internacional dos produtos industriais ingleses, assim como a importação de matérias primas mais baratas e em larga escala. Iremos apresentar, na última seção, algumas ponderações sobre tal atuação britânica, mas é importante frisar, ainda, que este movimento pela liberalização econômica nas relações internacionais não se restringia ao fluxo de mercadorias, envolvendo *tendencialmente* também a livre circulação de capitais e força de trabalho.

Mas e os demais países nesse quadro que ia se desenhando? Falamos até aqui basicamente da posição britânica, que, apesar de já bastante poderosa a essa altura, não operava em um vácuo econômico e de poder. Barbosa de Oliveira destaca este ponto com clareza:

(...) o estabelecimento da nova ordem internacional baseada no livre-câmbio não dependia exclusivamente da Inglaterra, pois as outras nações não eram passivas nesse processo. Assim, o capitalismo inglês deveria articular, sob sua hegemonia, diferentes interesses nacionais, para que se conformasse o mercado mundial capitalista do século XIX, esta nova ordem econômica que correspondia a um novo padrão comercial, financeiro e monetário (...) A questão a ser respondida é: como nesses países foram sendo articuladas as forças sociais interessadas no estreitamento de relações com a Inglaterra e como a política que tendia ao livre-câmbio foi ganhando terreno (2002: 186).

Isto é, a internacionalização deste liberalismo pela Inglaterra teria que ser processada por meio de uma combinação, em diversos graus, de imposição pela força bruta com o alinhamento de interesses sociais e políticos internos destes outros Estados e povos. A forma concreta desta combinação dependeria das particularidades de cada região e do jogo de forças envolvido. Seguindo Barbosa de Oliveira (Ibid.:

187-92), podemos sintetizar este movimento por meio de três casos distintos. Passemos por cada um deles rapidamente, sem mergulhar nos seus detalhes.

O primeiro se refere ao caso dos EUA e de outros países europeus onde o processo de mercantilização da produção já avançava e se desenvolvia um certo capital comercial nacional. Para estes países, a conexão com o avanço do capitalismo industrial inglês tendeu a percorrer um caminho relativamente natural de alinhamento de interesses. Isso porque a voracidade da indústria britânica por matérias primas encontrava nesses outros países uma parcela significativa de sua população e produção ainda dedicada ao setor primário, que então passaria a ter à sua disposição mercados consumidores mais pujantes. Por outro lado, também as parcelas sociais atreladas ao capital comercial nacional não seriam, no geral, tão afetadas negativamente com maior presença dos produtos ingleses. Na verdade, nas regiões em que havia condições materiais para tanto, a conexão comercial com a Inglaterra poderia até mesmo favorecer o processo de industrialização nacional, pela possibilidade de importação das máquinas, capitais e tecnologias necessários. Mas, é importante notar que esta integração, quando pensada do ponto de vista da burguesia industrial, não era tão natural, especialmente no caso europeu. Em muitos casos, a indústria nascente europeia foi inicialmente preterida pelas elites políticas locais em prol de uma complementaridade comercial com a Inglaterra por meio dos produtos primários. Em todo caso, havia um potencial significativo de complementaridade de suas economias com avanço da industrialização e do comércio ingleses, favorecendo o livre comércio internacional.

Outro tipo de relação se estabelece no contato deste liberalismo comercial nascente com as antigas regiões de exploração colonial do chamado Antigo Regime, especialmente na América Latina. Tais regiões, inseridas no antigo colonialismo por meio de regimes de exploração e conectadas às antigas metrópoles até o início do século XIX, ainda eram muito dependentes das exportações do setor primário, com uma economia interna ainda muito pouco mercantilizada. Aqui, a presença da Inglaterra encontrava mais resistências das antigas metrópoles do que com relação aos colonos. Para estes, o mercado britânico representava para sua produção primária uma libertação frente às amarras colocadas pelas regras do exclusivo metropolitano. Basicamente, sem um capital industrial estabelecido e com um capital comercial nacional bastante débil, a Inglaterra pode ocupar estes espaços com

facilidade, sem resistências significativas, contando ainda com o apoio interessado setor primário, que poderia ter um maior acesso ao mercado britânico, libertando-se do antigo jugo metropolitano.

O terceiro caso, conformado por antigas civilizações que já possuíam sociedades com um significativo grau de complexidade e que anteriormente não foram conectadas ao antigo sistema colonial senão por meio de entrepostos comerciais pontuais, representa o exemplo em que não havia um alinhamento de interesses previamente estabelecido. Nesses casos, sua conexão com as necessidades da industrialização britânica foi promovida por meio da utilização da força bruta como instrumento de reorganização dessas sociedades para sua exploração econômica.

Com os exemplos acima, queremos menos nos aprofundar nas especificidades históricas destas diferentes sociedades, que se conectaram com a expansão europeia pós-Idade Média por caminhos distintos, do que demonstrar que o avanço do liberalismo não foi algo que decorreu no vácuo e pela força natural das ideias, mas sim que dialogava organicamente com os interesses estabelecidos nessas sociedades naquele momento específico. Hobsbawm chama muito bem a atenção para este ponto:

É um exagero dizer que o comércio livre internacional progrediu porque, nesse breve momento, a utopia liberal genuinamente empolgou até governos – mesmo que somente com a força daquilo que acreditavam ser uma inevitabilidade histórica –, mas não há dúvida de que eles estavam profundamente influenciados pelos argumentos econômicos que pareciam ter quase a força de leis naturais. *Porém a convicção intelectual é raramente mais forte que o interesse próprio.* Mas o fato é que a maior parte das economias em vias de industrialização podia ver nesse período duas vantagens no livre-comércio. Em primeiro lugar, a expansão geral do comércio mundial, que era realmente muito espetacular comparada ao período anterior aos anos 1840, beneficiou a todos, ainda que beneficiasse desproporcionalmente a Inglaterra. Tanto um comércio de exportação grande e sem impedimentos quanto uma fonte de alimentos e matérias-primas igualmente grande e sem impedimentos eram evidentemente desejáveis. Se alguns interesses específicos pudessem ser afetados de forma adversa, havia outros que a liberalização compensava. Em segundo lugar, qualquer que fosse a futura rivalidade entre as economias capitalistas, nessa etapa de industrialização, a vantagem de poder utilizar o equipamento, as fontes e o *know-how* da Inglaterra era bastante útil. Para tomar apenas um

exemplo (...), o ferro para as estradas de ferro e maquinaria, cujas exportações aumentaram na Inglaterra, não inibiu a industrialização de outros países, pelo contrário, a facilitou (HOBBSAWM, 2011a: 73-4, *grifos meus*)

Assim, seja por meio do alinhamento de interesses ou pela força dos canhões, as relações de livre mercado se globalizam nesta fase que Hobsbawm denomina de *Era do Capital*. De um ponto de vista mais estritamente econômico, a ordem liberal burguesa pode ser analisada a partir do comportamento do balanço de pagamentos britânico, que reflete muito bem o padrão comercial e financeiro internacional que se estabelecem naquele momento. Como aponta Barbosa de Oliveira (2002: 193 e segs), o crescimento econômico inglês gerava efeitos elásticos acima da unidade tanto em suas exportações como nas suas importações. Isto é, como sua corrente de comércio tendia a crescer acima da taxa de crescimento do produto interno, e como as importações por sua vez cresciam acima das exportações, o coeficiente de abertura da economia inglesa tendia a aumentar progressivamente, assim como seus déficits em transações comerciais. Este comportamento das importações frente ao crescimento econômico se explica pela incapacidade da economia britânica de continuar suprindo sua indústria com os insumos primários de produção necessários, cuja demanda se expandia e se diversificava rapidamente, precisando então apoiar-se em fornecedores externos. A própria demanda por alimentos inicialmente também crescia acima do produto nacional e era suprida por importados mais baratos que os concorrentes internos.<sup>57</sup> O forte impulso às importações, que geravam renda nos países de origem, também explicava o crescimento das exportações britânicas.

Contudo, mesmo com os déficits comerciais estruturais, as transações correntes da Inglaterra tendiam a ser superavitárias, dado o seu amplo domínio na oferta de serviços em âmbito mundial. A dinamização econômica mundial favorecia os serviços britânicos em várias frentes. O fluxo de comércio internacional dependia, em grande medida, do apoio da frota mercante inglesa e dos seguros e crédito comercial ofertado pelo setor financeiro inglês. Importante ressaltar ainda que a penetração internacional dos serviços britânicos não se restringia às relações comerciais em que a Inglaterra figurasse em uma das pontas das transações. Como

---

<sup>57</sup> "(...) a demanda de alimentos e matérias-primas tendia a crescer mais rapidamente que a renda nacional, pois o padrão de vida, que havia declinado até meados do século, começava a melhorar. E sempre que isso ocorre, quando se parte de baixos níveis de consumo, a demanda de alimentos tende a crescer mais rapidamente que os salários" (BARBOSA DE OLIVEIRA, 2002: 192-3).

ressalta Barbosa de Oliveira (Ibid.: 193-4), o florescimento do comércio mundial em bases liberais também foi marcado pela construção de laços *entre* os demais países, e mesmo aí os serviços de apoio foram dominados pelos ingleses.

Assim, o capitalismo inglês propagava seu dinamismo ao mercado mundial num movimento que era viabilizado pela livre concorrência imperante. A acumulação de capital industrial resultava em vigorosa demanda de produtos primários, e o poder de compra gerado no exterior garantia que parcela expressiva da produção industrial inglesa pudesse ser exportada. Apesar de os fluxos fundamentais do comércio mundial passarem pelos postos britânicos, novos e dinâmicos elos comerciais também eram estabelecidos pelos demais países (Ibid.: 194).

Ainda seguindo pela ótica do balanço de pagamentos britânico, podemos avaliar o comportamento da conta financeira e de capitais, que equilibrava as contas externas do país por meio da exportação de capital, via financiamento do comércio e de empreendimentos no exterior. O processo de integração econômica mundial desencadeado a partir da industrialização britânica expressava-se, como vimos, por um maior adensamento das redes comerciais entre os países, e este florescimento comercial, por sua vez, desenvolvia-se tanto pela multiplicação de transações, países e valores envolvidos quanto pela implantação da infraestrutura necessária à viabilização geográfica e econômica dos negócios. Nessas duas grandes frentes, foi o capital financeiro britânico (nacional ou com operações baseadas na City)<sup>58</sup> que impôs sua presença, marcando o surgimento da primazia da praça financeira de Londres no padrão financeiro internacional que ia se firmando. Assim, os agentes financeiros londrinos assumiram progressivamente o fornecimento de recursos de longo prazo para o financiamento dos grandes projetos de infraestrutura – dentre os quais, estavam especialmente as ferrovias – e também os créditos de mais curto prazo para o financiamento do comércio (Ibid.: 195).

Além dos superávits em conta corrente, a força externa da finança britânica se tornou possível por uma característica de sua industrialização de que já tratamos: a linearidade com que este processo avançou para os setores mais pesados. A implantação sem sobressaltos do departamento produtor de bens de produção implicou que a estrutura de capital das empresas britânicas não tivesse que passar

---

<sup>58</sup> É interessante notar que grande parte da chamada *haute finance* não era originalmente britânica, mas, no século XIX, passou a estabelecer na City elos importantes de suas operações. Veremos um pouco mais a esse respeito na seção que tratará do padrão-ouro clássico.

por alterações muito drásticas, com o que estas puderam se financiar com recursos próprios de seu giro financeiro, bem como, em boa medida, manter as antigas estruturas familiares de gestão. Assim, a baixa demanda por recursos de longo prazo liberou o capital financeiro do país para financiar a expansão comercial subsequente, proporcionando a internacionalização da *city* londrina. Com relação a este centro financeiro e seu papel na internacionalização das finanças britânicas, vale ainda ressaltar um aspecto: tal processo não ocorreu apenas pela internacionalização das casas financeiras de Londres, mas também pelo movimento inverso, conformado pela instalação de instituições estrangeiras na própria *city*, “o que possibilitava o desenvolvimento de operações interbancárias, que conectavam as finanças inglesas com aquelas dos países mais avançados” (Ibid.: 196).

O mundo, então, passa a ser integrado de maneira acelerada em um grande mercado mundial, cujo centro industrial e financeiro foi ocupado pela Inglaterra. O vetor fundamental deste movimento, como já mencionado, foi o próprio processo de industrialização da economia britânica, que ganha graus inéditos de autonomia com a implantação do setor produtor de bens de produção e a integração dos mercados gerada pelos novos meios de transporte e comunicação. O outro lado da moeda deste processo de industrialização e de autonomização do capital foi a criação das condições para o avanço do liberalismo, que, no conceito de Foucault, torna-se a nova “arte de governar”,<sup>59</sup> assumindo o lugar das práticas mercantilistas. Referindo-se ao apaziguamento político e social no interior e entre os países conforme esta conjuntura de expansão via livre-cambismo ganhava tração, Hobsbawm afirma que, neste período, “*a política entrou em estado de hibernação*” (HOBSBAWM, 2011a: 62). Mas, veja-se: liberalismo, livre fluxo de mercadorias, capital e pessoas, autonomização do processo de industrialização; nada disso quer dizer um descolamento do econômico, conforme discutimos no capítulo 2 por meio da ideia de desenraizamento. O apaziguamento internacional – este estado de hibernação de que Hobsbawm fala – dependeu, na verdade, de estruturas políticas que atuavam intensamente e a todo o momento, como diz Polanyi, controlando “fluxo da vida” na sua origem (2012b: cap.1). Então, é correto dizer que a política irá, no último quartel do século XIX, tornar-se cada vez mais *evidente*, mas ela sempre se manteve presente e ativa, exercendo um papel central na estruturação da conjuntura da própria *Era do Capital*. Iremos retomar esta

---

<sup>59</sup> Ver FOUCALT (2004: 45).

discussão na seção seguinte. Vejamos antes a conformação de algumas das bases que sustentaram a subsequente maior evidência do político no cotidiano das nações.

Esta estruturação internacional, centrada na Inglaterra e moldada pelos princípios do liberalismo (especialmente econômico), devido ao seu elevado dinamismo, ia rapidamente transformando aqueles países que a ela se conectavam e, por consequência, criava as bases para a sua própria superação. Mas, desse conjunto de transformações propagadas, uma delas foi certamente central para a transição mundial da *Era do Capital* para a *Era dos Impérios*: trata-se do avanço das chamadas industrializações atrasadas, que, por algumas particularidades históricas, rapidamente puderam emular o aparelho produtivo inglês.

As “industrializações atrasadas” ocorreram, digamos, em ondas. Numa primeira onda, já a partir dos efeitos mais imediatos da expansão do capitalismo inglês, vieram as industrializações de EUA, França e Alemanha. Posteriormente, a partir do último quartel do século XIX, juntaram-se a esse processo Japão e Rússia. Ressalte-se que o momento histórico em que cada onda se desenvolveu faz toda diferença, dado que uma coisa era ingressar no processo de industrialização no período do chamado capitalismo concorrencial e outra seria fazê-lo na fase em que o capitalismo monopolista dava seus primeiros passos, colocando barreiras de ingresso mais vigorosas. Mas, para os nossos propósitos, podemos tratar estes dois casos específicos no agregado, destilando seus principais elementos, haja visto que as diferentes barreiras colocadas entre a primeira e a segunda onda se diferenciavam muito mais em grau do que em tipo.

Antes de avançarmos, um breve comentário, oportunamente lembrado por Barbosa de Oliveira: industrialização, do ponto de vista de que a tratamos aqui, significa muito mais do que crescimento da indústria, que basicamente se funda na “(...) implantação da grande indústria em poucos ramos, sem que isso revolucione a estrutura produtiva no seu conjunto, tornando o capital industrial dominante na dinâmica econômica” (2002: 216). Isto é, o processo de industrialização que temos em conta, para além do crescimento industrial, é aquele realizado em bases capitalistas, conforme inaugurado pela Inglaterra a partir do ciclo ferroviário, que conferiu autonomia e, assim, dominância à indústria no processo mais amplo de acumulação de capital. Com isso, do ponto de vista das unidades produtivas, pode

haver produção industrial com traços capitalistas, mas isso não significa de modo algum a implantação de uma industrialização em moldes especificamente capitalistas. Esta última implicaria a implantação das forças produtivas capitalistas, na forma descrita por Cardoso de Mello:

Penso que o conceito de forças produtivas capitalistas prende-se a um tipo de desenvolvimento das forças produtivas cuja natureza e ritmo estão determinados por um certo processo de acumulação de capital. Isto é, aquele conceito só encontra sua razão de ser na medida em que se defina a partir de uma dinâmica da acumulação especificamente capitalista, que vai muito além do aumento do excedente por trabalhador derivado da introdução do progresso técnico (...) Deste ponto de vista, pensamos em constituição de forças produtivas capitalistas em termos de processo de criação das bases materiais do capitalismo. Quer dizer, em termos de constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital, vale dizer, de libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital” (CARDOSO DE MELLO, 1984: 97-8).

E esta implantação de forças produtivas especificamente capitalistas nos demais países implicava desafios distintos daqueles enfrentados pelo país da industrialização capitalista originária. Como já sinalizamos, este processo de industrialização atrasada não pode derivar diretamente do crescimento da indústria têxtil desses outros países. Tal impossibilidade se estabeleceu por dois motivos básicos, que se apresentavam em contraposição à experiência britânica. Em primeiro lugar, suas indústrias têxteis jamais poderiam atingir o tamanho e o alcance da pioneira Inglaterra, que ocupou um espaço internacional antes virtualmente vazio. O segundo motivo é que, de um modo mais geral, a economia desses países não havia passado previamente por um aprofundamento suficiente de seu grau de mercantilização, com o que nem mesmo do ponto de vista doméstico se poderia contar com uma demanda significativa para os produtos têxteis, bens industriais de consumo por excelência daquele momento. Assim, em virtude dos estímulos produzidos pelo industrialismo britânico e o regime liberal que então se instaura, os países de industrialização atrasada até puderam observar inicialmente um processo de crescimento industrial induzido, mas que não implicou, por si, um movimento mais amplo de industrialização (BARBOSA DE OLIVEIRA, 2002: 216).

Como, então, EUA, Alemanha e França puderam deslanchar seus processos de industrialização, no sentido mais amplo da autonomização da acumulação de capital? Nessas economias, por uma necessidade histórica, o movimento se desenrola no sentido inverso ao da industrialização originária: a implantação da indústria pesada, a de bens de produção, teve que passar à frente do desenvolvimento da indústria de bens de consumo, operando assim um grande salto, para o que apenas as forças do livre mercado seriam insuficientes.

A única coisa certa é que, quando *outras bases para o desenvolvimento capitalista faltavam*, a liberalização não resolvia tudo por si mesma. Nenhum lugar liberalizou mais do que a República de Nova Granada (Colômbia) entre 1848 e 1854, mas quem afirmaria que as grandes esperanças de prosperidade de seus chefes de Estado foram realizadas imediatamente, se é que o foram? (HOBSBAWM, 2011a: 70, *grifo meu*)

Vejamos quais eram estes obstáculos que precisaram ser superados e como isso se deu na prática. Desde logo, podemos descontar o aspecto tecnológico, dado que de modo geral as técnicas predominantes do ciclo ferroviário eram basicamente as mesmas do ciclo têxtil, com adaptações. O perfil tecnológico industrial desde período estava longe daquilo que viemos a conhecer, principalmente a partir do século XX, como *hard Science*, baseado em laboratórios universitários e empresariais, conduzidos por pesquisadores especializados e financiados por fundos de pesquisa volumosos, muitas vezes a custos afundados. Pelo contrário, este era o período da tecnologia facilmente replicável, incorporada e transmitida pelos próprios produtos e trabalhadores. Assim, a implantação da indústria pesada nas economias atrasadas poderia facilmente superar esta defasagem tecnológica por meio (i) da importação de máquinas inglesas e (ii) da imigração de trabalhadores experientes, que então se encarregariam de difundir as técnicas de produção. A simplicidade da tecnologia contida nas máquinas permitia que estas pudessem ser rapidamente compreendidas e replicadas em produções nacionais (BARBOSA DE OLIVEIRA, 2002: 221).

A grande barreira na verdade residia na capacidade exigida de centralização de capitais. Diferentemente da Inglaterra, os países de economia atrasada não haviam passado por um período prévio de acumulação de capitais. Como vimos, a Inglaterra já havia esgotado seu ciclo têxtil, enquanto EUA, França e Alemanha – esta última nem mesmo unificada politicamente – ainda eram majoritariamente pré-industriais,

com seu capital ainda dominado pelas práticas comerciais, usura, manufaturas e agricultura. A falta de capitais concentrados e centralizados disponíveis para o financiamento a indústria pesada e de seu carro-chefe, as ferrovias, foi superada por uma combinação de elementos, dispostos de diferentes formas conforme as particularidades do país, inclusive suas particularidades políticas. Foram eles o desenvolvimento da instituição das sociedades por ações, a formação de bancos de investimento, a disponibilidade de capital estrangeiro (basicamente britânico) e, de certa forma tangenciando todos esses elementos anteriores, a ação estatal.

As sociedades por ações, embora já fossem observadas na Inglaterra e lá tivessem exercido algum papel no desenvolvimento das ferrovias, assumiram um papel muito mais relevante nas economias atrasadas, onde sua importância avançou para a indústria pesada, não se restringindo aos empreendimentos ferroviários.<sup>60</sup> Os bancos de investimento, por sua vez, assumiram um papel crucial na centralização de capital, inclusive funcionando como um vetor na conformação dos primeiros mercados bancários mais sofisticados fora da Inglaterra, como por exemplo Wall Street. O início desse processo de bancarização foi crucial, pois não só gerou as instituições capazes de centralizar e canalizar recursos de poupança para os novos empreendimentos como, a partir da estruturação dos mecanismos de crédito, passou a atuar como gerador de liquidez para a economia, sem poupança prévia; justamente o tipo de liberdade financeira que o próprio desenvolvimento do capitalista passava a impor, pela necessidade de se promover saltos de produção. Há que se mencionar ainda a presença do capital estrangeiro que, apesar de menos volumoso do que os recursos proporcionados pelos bancos de investimento, concentravam-se nos projetos econômicos de fronteira, acelerando-os. (Ibid.: 225).

Contudo, o ator central nesse processo foi Estado, que por meio de sua atuação pode galvanizar os demais elementos, dando impulso e coesão aos mesmos no sentido da implantação da indústria pesada nas economias atrasadas. Naquele que foi o principal projeto desse período inicial de industrialização, a implantação das ferrovias, a atuação estatal jamais foi tímida ou lateral:

Na construção ferroviária, o Estado estimulava a formação de companhias, garantia rentabilidade dos investimentos, fornecia

---

<sup>60</sup> Tornar-se-iam famosas as jogadas na bolsa perpetradas pelos *robber barons* na segunda metade do século XIX, conforme conta Charles Morris (2006).

crédito, estabelecia plano nacional de transportes e ainda, em determinados casos, construía ele próprio linhas ferroviárias (Ibid.: 222)

Esta combinação de elementos, que se apresentou de distintas formas em cada país, permitiu que EUA, França e Alemanha pudessem, num relativo curto espaço de tempo, igualar o aparelho produtivo instalado na Inglaterra. A instalação das ferrovias ainda resolvia o problema da integração dos mercados internos, gerando escala para a produção. Ou seja, nesta fase inicial do capitalismo, apesar a preponderância econômica e política britânica, alguns países que apresentavam os condicionantes adequados puderam internalizar uma estrutura capitalista de fronteira, colocando-os em pé de igualdade na competição economia internacional. Isso foi possível graças à complementaridade específica que se instaurou entre essas economias e a Inglaterra no momento de expansão de sua indústria pesada. Como já mencionamos, o liberalismo que ascende nas relações entre esses países estava fundado num encontro muito particular de interesses, em que muitos se beneficiavam. Contudo, este movimento histórico também nutria suas contradições, daí Barbosa de Oliveira caracterizar tal relacionamento virtuoso de complementaridade *restrita*, já que a tendência à rápida equiparação dos aparelhos produtivos apontava para um antagonismo crescente no cenário competitivo internacional (Ibid.: 231). Na verdade, foi o avanço desse antagonismo econômico que, ao exigir cada vez mais as escoras estatais para apoiar a competitividade dos blocos de capitais nacionais, tornou progressivamente mais *visível* a proximidade entre política e economia.

O último quartel do século XIX marcou a etapa de aceleração deste processo, inclusive contanto com a entrada no clube das nações industrializadas de dois outros países: Japão e Rússia. A chamada Grande Depressão (1873-96) foi o contexto econômico mais geral que *catalisou* as transformações em curso, que levaram o capitalismo a uma nova fase de seu desenvolvimento, a fase dita monopolista. Mas, não tomemos tais transformações de forma apressada. Há, por certo, uma aceleração das transformações no sentido de um novo capitalismo, mas este processo irá transcorrer por algumas décadas até se firmar, no pós-II Guerra Mundial. O importante, para nossos propósitos, é justamente este processo de quebra progressiva dos elementos que constituíam a ordem liberal burguesa: “a Grande Depressão (...) foi uma fase de transição, onde os elementos da etapa concorrencial e monopólica conviviam e se entrelaçavam” (MAZZUCHELLI, 2009: 41). Vejamos,

em grandes linhas, o que foi esta depressão e quais suas principais conexões com as transformações mais gerais que temos em conta. Como aponta Hobsbawm, à primeira vista temos uma contradição: como um período que assistiu os níveis de crescimento da produção se manterem em patamares assombrosos pode ser entendido como uma depressão?

Os historiadores podem duvidar de tal descrição, mas os contemporâneos não. Estariam aqueles ingleses, franceses, alemães e americanos inteligentes, bem informados e preocupados sendo vítimas de uma alucinação coletiva? (...) A nota pessimista da literatura e da filosofia dos anos 1880 não pode ser cabalmente entendida sem considerar essa sensação generalizada de mal-estar econômico e, por conseguinte, social. (...) Quanto aos economistas e empresários, o que os preocupava até os de mentalidade menos apocalíptica era a prolongada “depressão de preços, uma depressão de juros e uma depressão de lucros”, como disse Alfred Marshall, o futuro guru da teoria econômica, em 1888 (HOBSBAWM, 2011b: 65-6)

Escrevendo a *Era dos Impérios* nos 1980, após os choques do petróleo, de juros e durante as crises monetárias nos países da América Latina, Hobsbawm observa com argúcia que, para alguém que se acostumou com a ideia de que o inferno estava nos processos inflacionários, pode parecer estranho que um período de deflação mereça ser tratado como alguma grande crise. Contudo, em um momento em que a competição internacional se ampliava e as escalas mínimas de produção já eram significativamente altas, a compressão da taxa de lucratividade gerada pela depressão dos preços tinha potencial para promover impactos significativos sobre a indústria. E, como destaca Hobsbawm, em um século marcado por deflações, o período 1873 a 1896, quando o nível geral de preços britânico caiu 40%, foi particularmente penoso. Os efeitos desse processo foram tanto econômicos quanto políticos, impulsionados pelo aprofundamento da concorrência intercapitalista, que progressivamente tornou economias nacionais concorrentes em economias rivais, fazendo com que a política vicejasse mais claramente. Mas, precisaremos deixar melhor marcado como, na verdade, não se trata de um renascimento da política, senão uma transformação nas suas formas de expressão.

### 3.3 - As linhas gerais do processo de enraizamento da ordem internacional no econômico

Na seção anterior, indicamos como a industrialização pesada foi um elemento fundamental para a completa instauração do regime capitalista de produção, entendido aqui nos termos da implantação e disseminação mundial das forças produtivas especificamente capitalistas. Isto é, um sistema de produção que é capaz de se erguer sobre suas próprias pernas, rompendo antigas amarras e, em boa medida, autodeterminando seu ritmo de acumulação de capital. Essa autonomização do ritmo de acumulação foi fundamental para mudança de status do econômico em sua relação com as demais esferas da existência. Outra peça fundamental na autonomização do econômico – e, na verdade, anterior à industrialização pesada – foi a separação entre trabalho e meios de produção, o que impôs “a mediação do mercado sobre etapas essenciais da produção da vida social” (MARIUTTI, 2012: 18). É a economia, então, que passa a *articular*, de modo geral, o ritmo e a dinâmica das demais esferas. Veja-se: falamos em autonomização do processo de acumulação de capital e, por derivação, autonomização do econômico em sua dinâmica, mas não um descolamento da economia com relação às demais esferas da realidade. A economia e a acumulação de capital continuam a depender do apoio da política, da cultura, da moral etc., porém estas agora se moldam, em última instância, ao imperativo da acumulação ininterrupta de capital. Nesse sentido, ao falarmos de uma ordem liberal burguesa do século XIX, estamos falando de toda esta amarração, cujo sentido precisa ser minimamente entendido para que então se possa captar o movimento das partes, dentre as quais, para o nosso caso, está o próprio sistema monetário internacional. Nessa extrapolação, privilegiaremos as conexões entre econômico e o político.

Ao falarmos da implantação das ferrovias, tivemos o cuidado de ressaltar que esta constituiu um dos elementos mais *imediatos* no processo de autonomização da acumulação de capital. Porém, ampliando agora o nível de análise, temos que dar o devido relevo ao significativo papel exercido pela política em todo este processo, inclusive em suas fases iniciais. Este papel passa muitas vezes despercebido, a começar pelo próprio nome que muitas vezes se dá a esta primeira fase do desenvolvimento ocidental no século XIX: o capitalismo concorrencial, remetendo

apenas à imagem de uma dinâmica comercial ou das estruturas de mercado. Como já frisamos em diversos momentos, a política jamais deixa de exercer um papel central, ela apenas varia suas formas de expressão em cada momento, podendo tornar-se mais ou menos evidente, dependendo da conjuntura. É certo que o espectro de ações que podem ser classificadas como políticas é praticamente infinito, e poderíamos tentar realizar uma avaliação dita política deste período sob múltiplos ângulos e níveis. Contudo, iremos nos concentrar no papel exercido pelos Estados, especialmente no plano do jogo político das relações internacionais.

Nessa linha, podemos iniciar a discussão desta seção a partir do chamado “duplo movimento” de que fala Polanyi. Logo no início de *A Grande Transformação*, Polanyi extrai os quatro grandes pilares que, a seu ver, sustentaram o que ele chama de civilização ocidental no século XIX: o equilíbrio internacional de poder, o padrão-ouro clássico, o Estado liberal e o mercado autorregulável (2012b: 3). Como o próprio autor faz questão de reforçar, estes quatro pilares estavam intimamente relacionados, conformando um arranjo *centrado* na autorregulação dos mercados, que então ia conformando os outros três pilares à sua lógica de funcionamento. Quando Polanyi afirma que “o Estado liberal foi, ele mesmo, uma criação do mercado autorregulável”, remete-se a este processo de enraizamento do político *no* econômico. A essência do chamado duplo movimento é precisamente a materialização desse enraizamento, na medida em que, por esta via de mão dupla, o sentido da atuação Estatal passa a ser promover e sustentar o mercado, ora promovendo-o, ora atuando para evitar que seus efeitos ou desdobramentos colapsem o tecido social. E é importante que se diga que esta promoção é feita por meio de uma atuação *positiva* do Estado. Isto é, não se trata de isolar o mercado das interferências externas, inclusive as do próprio Estado, deixando que o mercado se desenvolva pelas suas próprias forças. *Na verdade, tais forças do mercado precisam ser produzidas, e reproduzidas a todo o tempo.*

Assim, a ação Estatal ocorre no sentido de produzir *continuamente* o próprio mercado, em conjunto com os elementos que lhe garantam a autonomia expressa nas suas “leis próprias” de funcionamento: as leis da concorrência, da oferta e da procura, mediada pelo mecanismo dos preços. Em trecho de síntese brilhante, Polanyi afirma que “o *laissez-faire* não é um método que permite realizar uma coisa, ele é a coisa que se deve realizar” (POLANYI, 1983, apud DARDOT e LAVAL, 2016: 64). Ou seja, realizar o livre mercado é por um lado criá-lo e, por outro, permanentemente fazer com

que funcione regulado pelas suas próprias forças constituintes. Mas, aqui temos que reforçar um ponto, ainda que não possamos aprofundá-lo neste trabalho. O livre mercado, autorregulável, surge como parte do mesmo processo de implantação do sistema capitalista de produção. Nesse sentido, tais forças próprias de funcionamento do mercado respondem, em última instância, às leis de movimento da acumulação de capital. São elas que regulam *tendencialmente* os mecanismos mais evidentes da concorrência, da oferta, da procura e dos preços.

(...) a concorrência, em suma, este motor essencial da economia burguesa, *não estabelece as leis desta*, senão que é seu executor. Portanto, a *illimited competition* não é o pressuposto da verdade das leis econômicas, senão a forma de manifestação em que se realiza sua necessidade (...). Por conseguinte, a concorrência não explica estas leis, senão que as deixa ver; logo, não as produz (MARX, 1973, *apud* MAZZUCHELLI, 2004: 43, *grifo meu*)

No bojo da conformação da ordem liberal burguesa, o duplo movimento Estatal na promoção dos mercados foi, em diferentes formas e graus, conduzido por todos os Estados (ou imposta de fora para dentro por Estados terceiros) minimamente estabelecidos e inseridos no jogo comercial internacional. Contudo, especialmente na primeira fase desse período, foi a Inglaterra a responsável por ser o vetor de disseminação dos principais elementos constituintes da nova ordenação internacional. Na verdade, quando pensamos nos quatro pilares fundamentais elencados por Polanyi, dentre os quais o mercado autorregulável, estes tiveram como polo central a Inglaterra, e foram em boa medida o resultado de um processo de longo prazo que pode ser analisado do ponto vista do jogo político internacional.

Arrighi (1996: 53) afirma que, diferentemente das Províncias Unidas no período formalmente inaugurado com a paz de Vestfália (1648), a Inglaterra passou a *governar* o sistema interestatal no início do século XIX. Em que pese algum consenso sobre a sua centralidade, a real posição assumida pela Inglaterra no século XIX é tema controverso e poucos parecem concordar que seu poder lhe tenha permitido realmente “governar” o sistema. Contudo, para os nossos propósitos nesta etapa da argumentação, é mais importante entendermos o processo que levou a Inglaterra assumir uma posição central após a Revolução Industrial e a Crise do Antigo Regime. Este processo se desenrolou por aproximadamente um século e meio, em que Inglaterra e França, como potências retardatárias na corrida ao ultramar, promoveram

uma acirrada competição por assumir a primazia política mundial. Nessa disputa, era fundamental obter o controle do comércio internacional, que inicialmente estava sob o domínio holandês. Este enquadramento de mais longo prazo, mesmo que sintético, nos permitirá notar como a presença da política vai se tornando um pouco mais sutil, porém mantendo-se parte de um mesmo *continuum*.

Antes de passarmos pelas fases desta disputa, precisamos esboçar as características mais gerais do solo em que ela se movia. Estamos discutindo nesse momento como se deu a corrida pela liderança internacional a partir do século XVII; corrida essa, ao final e ao cabo, fundamentalmente disputada por Inglaterra e França. Mas qual o sentido deste movimento? Qual o sentido em se dispende tal volume de esforço social nesta empreitada, naquele momento? Esta disputa colonial e comercial no ultramar (ao que se junta o comércio orientado para as Índias orientais e mesmo para a Europa oriental) se atrela ao processo mais amplo de transição do feudalismo para o capitalismo. De modo bastante simplificado e deixando de lado diversas nuances, o renascimento comercial na Europa e o desmantelamento do feudalismo (i.e., de elementos centrais como o regime de servidão e as estruturas políticas difusas de suserania e vassalagem)<sup>61</sup> ensejaram um quadro de tensões na sociedade europeia, de cujos efeitos surgiram, como soluções históricas a estas tensões, o Estado absolutista unificado e o processo de expansão comercial ao ultramar. *Estado e capital comercial se desenvolvem a partir de então como dois lados de uma mesma moeda.*

Assim, a partir desta crise, podemos dizer que brota um alinhamento de interesses entre a autoridade política central e a burguesia comercial nascente. Como ressaltava Rubin (2014: 46), havia tanto razões políticas como econômicas e financeiras para dar liga a esta aliança. Em primeiro lugar, o processo de centralização do poder político na Europa, isto é, a própria conformação dos Estados absolutistas, exigia a estruturação de um corpo burocrático e de um exército cuja manutenção dependia de um volume significativo de recursos. Nesse sentido, o fomento da burguesia comercial se apresentou como a solução mais eficaz, dado que o Estado poderia passar a centralizar recursos por meio de tributação, empréstimos (voluntários ou

---

<sup>61</sup> As razões para a crise e desarticulação do modo de produção ou da sociedade feudal foram objeto de um debate bastante conhecido na historiografia, envolvendo, grosso modo, o lado daqueles que privilegiavam as tensões internas à sociedade feudal e aqueles que tendiam a dar maior relevância à intervenção de fatores externos no desenvolvimento das tensões no feudalismo. Sobre isso, ver Mariutti (2010).

compulsórios) e também pela venda de concessões de diversos tipos. Por outro lado, no processo de centralização política, a autoridade central precisava se aliar estrategicamente à burguesia (o terceiro estado) contra o poder local dos senhores feudais.<sup>62</sup> Do ponto de vista da burguesia nascente, então vinculada fundamentalmente ao capital comercial, esta precisava das diversas escoras políticas que um Estado centralizado era capaz de prover, para garantir a continuidade do processo de acumulação de capital, que naquele momento estava essencialmente fundado em privilégios políticos e na inequivalência das trocas.

Efetivamente, o Estado centralizado, de um lado, promove a estabilização da ordem social interna (num novo equilíbrio das forças sociais, agora subordinadas ao rei), de outro estimula a expansão ultramarina encaminhando a superação da crise nos vários setores (NOVAIS, 2011: 64-5).

É importante ressaltar ainda que, desse arranjo ou aliança entre Estado centralizado e burguesia comercial nascente, cria-se o impulso pela expansão ultramarina e a conseqüente ampliação da rivalidade Estatal. Arrighi (1996: 47-58) apresenta uma periodização desta fase da disputa política entre Inglaterra e França, que se estende desde a Paz de Vestfália até aproximadamente o fim das guerras napoleônicas, em 1815. São basicamente três fases, que transitam em linhas gerais de uma lógica de dominação política territorialista para outra mais alinhada ao capitalismo nascente. Na primeira fase, França e Inglaterra buscaram assumir a primazia do recém estabelecido sistema interestatal pela via da conquista militar sobre o território do Estado que então liderava o sistema, a Holanda. A lógica da economia-política desta fase ficou claramente sintetizada nas famosas recomendações de Colbert ao rei francês Luís XIV: “[se] o rei subjugasse todas as *Províncias Unidas* à

---

<sup>62</sup> Nesse processo de centralização política e consolidação das fronteiras entre os Estados nascentes, as tensões entre poder central e local certamente eram um elemento importante que, no entanto, não deve ser exagerado: “em um Estado mais burocrático e centralizado, o papel da nobreza é distinto. Ela mantém seus privilégios principalmente no plano da isenção fiscal e na maior facilidade de integrar-se à burocracia em expansão (diferente de seus pares nas versões mais descentralizadas, típicas da zona da segunda servidão, que preservaram o seu poder local e, portanto, não foram submissas ao poder central, preservando a capacidade de usar a violência direta contra o Estado). Neste sentido, o fortalecimento do Estado ao qual pertencem é *do interesse da nobreza em geral*, por mais que esse reforço do poder central possa ser percebido negativamente por grupos e interesses particulares dos nobres, tomados isoladamente. Quanto mais próspero o aparelho estatal, mais cargos e privilégios a Coroa pode oferecer. Além disso, os nobres que vivem prioritariamente dos arrendamentos, por sua vez, possuem também o interesse na vitalidade do mercado nacional: a prosperidade dos *farmers* possibilita a elevação do valor dos aluguéis. É, portanto, possível a convivência harmoniosa entre nobreza e uma burguesia nacional nascente (pelo menos até a maturação das contradições que desencadeará, no futuro, as ‘revoluções liberais’)” (MARIUTTI, 2012: 13).

*sua autoridade, o comércio delas tornar-se-ia o comércio dos súditos de Sua Majestade e nada mais haveria a desejar” (apud ARRIGHI, 1996: 48).* O fracasso destas tentativas, frente às mais do que suficientes capacidades materiais e opções estratégicas dos holandeses, fez com que os dois Estados postulantes à primazia internacional inaugurassem a segunda fase da disputa, em que o alvo deixou de ser a metrópole europeia em si para se concentrar nas suas fontes de riqueza e poder internacional, isto é, suas posições estratégicas nas rotas do comércio internacional. Na verdade, não se tratava apenas da Holanda, mas também de Espanha e Portugal, pioneiros no processo de expansão comercial para o Atlântico. Mas foi a Holanda que liderou os países retardatários por esta rota de desenvolvimento, numa espécie de *liderança contra a vontade do líder*.<sup>63</sup> Veja-se que novamente a lógica territorial continuou a predominar, apenas deslocando o alvo das investidas, e novamente o resultado foi negativo. Ocupar os espaços *criados* ou conquistados antes pelos Estados pioneiros na expansão ultramarina se mostrou uma via infrutífera.

Tratava-se, nessa fase, de ocupação com fins políticos e *comerciais indiretamente*, isto é, visava-se à fixação em pontos estratégicos para organizar eficientemente a apreensão dos navios espanhóis, e quiçá preparar o futuro assalto ao Império Espanhol. Assim, fomentava-se o povoamento [nas Antilhas] na base de pequenas propriedades para fixar colonos à terra, e esses domínios iam assumindo nesta curta fase inicial a forma de colônias de povoamento (NOVAIS, 2011: 38, *grifos meus*)

Veja-se que não se trata aqui do período em que as colônias e rotas comerciais ibéricas sofriam com as investidas de piratas ingleses e franceses. No esquema das três fases que estamos esboçando, a pirataria significou apenas o prelúdio da concorrência que se desenvolveu posteriormente.

Nesta fase [dos corsários], que vai até meados do século XVII, *grosso-modo*, as demais potências procuravam participar através do ataque direto ao sistema montado pelos países ibéricos: a pirataria e o corso dão o tom a esta primeira fase da concorrência ultramarina. Os nomes de Hawkins, Drake, Frobisher, Gilbert, Raleigh, corsários ingleses da época de Elisabeth I, enchem este período com suas façanhas. A atividade francesa parece ter sido de não menor tomo: atividades de Binot Paumier de Gonneville, Anjo, etc. (Ibid.: 34)

---

<sup>63</sup> No sentido de que a liderança, ainda que fruto de uma posição de poder, indicava caminhos de desenvolvimento para os demais que, no fundo, contribuíam para que a própria liderança fosse desafiada subsequentemente.

Com efeito, quando falamos das investidas inglesas e francesas, já nos referimos a um momento em que a expansão ultramarina era capitaneada pelas companhias marítimas de comércio apoiadas fortemente por seus Estados de origem, ao mesmo tempo em que ia *“minguando rapidamente os flibusteiros e bucaneiros”*. É o momento em que a concorrência colonial começa a se instaurar na região antilhana, primeiro como uma cabeça de ponte para as tentativas de ocupação das colônias ibéricas (Ibid.: 37). Nesta fase, o apoio estatal à expansão se torna muito mais decisivo, com as companhias de comércio se apoiando em diferentes escoras sustentadas pelos Estados recém unificados. O sucesso destas companhias, devido aos riscos envolvidos e o volume de recursos necessários, não podia depender apenas do espírito aventureiro de seus condutores (Ibid.: 65).

Em que pesem os fracassos deste primeiro momento, a situação começou a mudar quando França, Inglaterra e a própria Holanda, no bojo de seu ímpeto expansionista, na condição de retardatários dessa corrida, *começaram a alterar os próprios componentes do sistema comercial e colonial, produzindo uma nova realidade*. Há de se ressaltar que, novamente, o caminho foi de certa forma aberto pela Holanda. Como argumenta Arrighi, este novo movimento da disputa entre França e Inglaterra, ainda parte da segunda fase de sua disputa, resultou numa transformação da própria *geografia política do comércio mundial*. E os elementos centrais desta transformação foram: a colonização direta, a escravatura capitalista e o nacionalismo econômico (ARRIGHI, 1996: 49). Na verdade, a atuação destes dois países nessa nova etapa transformou as características do próprio mercantilismo esboçado até então por Portugal e Espanha. Vejamos.

Com relação à colonização direta e à escravatura, não se pode dizer que se tratava de peças novas no cenário do antigo regime colonial e do mercantilismo nascente, dado que já caracterizavam os processos de expansão dos dois países pioneiros desse movimento, Portugal e Espanha. O ponto crucial é que a entrada de França e Inglaterra por essa via, deslocando o foco das estratégias de ataques diretos às colônias já estabelecidas, elevou a concorrência mercantilista para um outro patamar. Enquanto a disputa era jogada no campo predominantemente territorialista, os países ibéricos conseguiam bloquear de modo eficaz as investidas dos países retardatários, inclusive da própria Holanda. Esta tática, então, não era capaz de alterar o que Arrighi denomina de *geografia política do comércio mundial*. A situação,

contudo, muda de figura quando os concorrentes passam a jogar o mesmo jogo colonial e comercial, a partir de uma via aberta inicialmente pela Holanda.

A introdução da lavoura açucareira – a *plantation* inglesa – escravista alterou substancialmente essa situação. Tal fato se ligou à expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro; portadores de amplos recursos de capitais e senhores de um sistema de comercialização superiormente organizado, a estada dominadora na colônia açucareira portuguesa permitiu aos holandeses um contato direto com o setor produtivo dessa mercadoria de crescente mercado na Europa, assimilando assim as técnicas de produção: dispunham a partir de então de todos os elementos para a montagem de uma economia concorrencial à da área de onde tinham sido rechaçados pelas armas. Iniciou-se então a implantação sistemática da economia açucareira nas Antilhas, à base do trabalho escravo (NOVAIS, 2011: 38)

A montagem dessa economia concorrencial nas novas colônias de exploração que iam se estabelecendo, conforme já sinalizado acima, lançou também o comércio escravista a um outro patamar, transformando-o em esfera de concorrência altamente lucrativa e ampliando fortemente o volume de cativos capturados e transacionados. Porém, o fortalecimento do tráfico escravista não pode ser interpretado apenas como uma resposta ao aumento da demanda por mão-de-obra, relativamente escassa *vis-à-vis* o aumento da produção das colônias de exploração. Temos aqui que retomar o que dissemos acima. Como argumenta Fernando Novais, há um “sentido mais profundo” na própria expansão ao ultramar que é fundamental para explicar a lógica das colônias de exploração, baseadas nas *plantations* escravistas. Este sentido era que a expansão ultramarina expressava uma resposta às tensões que se observavam no processo de transição europeia para o capitalismo industrial: e parte significativa desta resposta envolvia favorecer o desenvolvimento do capital comercial, com o que *“acelerar a primitiva acumulação capitalista é pois o sentido do movimento, não presente em todas as suas manifestações, mas imanente em todo o processo”* (Ibid.: 92). Assim, os grandes elementos conformadores dos regimes coloniais que iam se estabelecendo precisam ser entendidos em sua articulação com esse sentido mais geral.

Por acumulação primitiva, entenda-se basicamente uma forma de acumulação de capital que antecedeu a acumulação deslanchada pela industrialização, aquela que vimos na seção anterior, capaz de promover a autodeterminação do capital. A acumulação primitiva, liderada pelo capital comercial, então em ascensão nos países

européus após o desmanche do feudalismo, era incapaz de, por si só, promover seu desiderato de acumulação. Isto é, o capital comercial nesse período era autônomo *com relação à esfera da produção*, ainda que não fosse autônomo com relação à sua necessidade de apoio extraeconômico para promover a acumulação de capital.

(...) a característica fundamental desse período é que a produção ainda não era predominantemente capitalista, mas já existia um setor mercantil relativamente desenvolvido. Só que, exatamente por causa do caráter não-capitalista da produção, o capital só era capaz de se reproduzir na circulação, amparado nos privilégios sociais e na inequivalência das trocas. Em termos mais simples: a produção era feita *para*, e não *pelo* capital (MARIUTTI, 2012: 2, *grifos do autor*).

Nesse sentido, dado que a dimensão da produção não era mercantilizada e se organizava numa multiplicidade de formas a depender das características particulares de cada região e sociedade, a produção só se tornava mercadoria e ingressava no circuito do capital mercantil por meio de alguma forma de expropriação mais ou menos violenta. Isto é, o produto não é produzido como mercadoria, mas é transformado em mercadoria *a posteriori*: “o produto aqui se torna mercadoria pelo comércio. É o comércio que aqui desenvolve a configuração dos produtos que se tornam mercadorias; não é a mercadoria produzida que, com seu movimento, forma o comércio” (MARX, 1988, *apud* MARIUTTI, 2012: 3)

Assim, a produção colonial, nas chamadas colônias de exploração, organizava-se conforme o imperativo da promoção da acumulação primitiva na metrópole, que se impunha politicamente por meio do *regime de comércio colonial*, cuja expressão máxima era o “exclusivo” metropolitano. A esta finalidade de promover a acumulação primitiva na metrópole, enquadravam-se os tipos de produtos produzidos, as formas de produção, o tipo de propriedade da terra, o ritmo da produção, o regime de trabalho, os intermediários comerciais, mercados de destino da produção e, finalmente, os preços de venda. Nesse sentido, o tráfico escravista, especialmente o tráfico de africanos, deve ser entendido não apenas como um meio de atender à demanda por mão-de-obra nas colônias de exploração, mas também, principalmente, como um negócio que, em si mesmo, fazia sentido frente ao imperativo da acumulação de capital comercial. Por isso, então, escravidão *capitalista*, já que, como um negócio em si mesmo, era orientado a garantir a reprodução ampliada do capital comercial e a prosperidade política e econômica da metrópole europeia:

(...) na “preferência” pelo africano revela-se, cremos, mais uma vez, a engrenagem do sistema mercantilista de colonização; esta se processa, repitamo-lo tantas vezes quantas necessário, num sistema de relações tendentes a promover a acumulação primitiva na metrópole; ora, o *tráfico negreiro*, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante *setor do comércio colonial*, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia. Assim, os ganhos comerciais resultantes da preação dos aborígenes mantinham-se na colônia, com os colonos empenhados nesse “gênero de vida”; a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto, fluía para a metrópole, realizavam-na os mercadores metropolitanos, engajados no abastecimento dessa “mercadoria”. Esse talvez seja o segredo de melhor “adaptação” do negro à lavoura... escravista. Paradoxalmente, é a partir do *tráfico negreiro* que se pode entender a *escravidão africana colonial*, e não o contrário (NOVAIS, 2011: 105, *grifos do autor*).

Assim, o estabelecimento de colônias de exploração e a entrada de Inglaterra e França nos circuitos do tráfico negreiro, de fato, alteraram significativamente o quadro geral da concorrência mercantilista. Até então, estes países não haviam penetrado completamente no jogo competitivo internacional por meio das regras do sistema colonial que se estabelecia, senão que buscavam, na verdade, conquistar, desde fora, numa lógica ainda demasiadamente territorialista, as estruturas estabelecidas pelos países pioneiros. Com as colônias de exploração antilhanas e o tráfico negreiro, Inglaterra e França agora entram, de fato, na concorrência mercantilista, apropriando-se dos instrumentos necessários ao fomento da acumulação primitiva nas suas metrópoles.

Mas ainda resta um terceiro elemento apontado por Arrighi, por meio do qual Inglaterra e França não apenas levam a concorrência mercantilista a um outro patamar, mas também aprofundam as suas próprias regras de funcionamento, tornando o mercantilismo, digamos, mais sofisticado: é o que o autor chama de nacionalismo econômico. Em termos gerais, podemos entender o mercantilismo como um corpo doutrinário que versa sobre as origens da riqueza nacional e, então, sobre os meios ou práticas para se atingi-la. Nesse sentido, o mercantilismo era a doutrina que buscava indicar e dar fundamento às políticas econômicas conduzidas pelos Estados no período de transição entre feudalismo e o capitalismo, isto é, nos quadros de uma realidade em que predomina o capital comercial e a produção não capitalista,

isto é, não realizada pelo capital.<sup>64</sup> Assim, tais recomendações de políticas deveriam, necessariamente, expressar a própria lógica de acumulação inerente ao capital comercial, de modo que, para a doutrina mercantilista, as origens da riqueza nacional estavam no processo de circulação das mercadorias. O mercantilismo, por estar fortemente identificado com o capital comercial, é costumeiramente identificado a dois aspectos principais: balança comercial favorável e acúmulo de metais preciosos. Contudo, esta é uma visão pobre tanto da doutrina quanto das práticas que os Estados de fato conduziram nesse período, especialmente em se tratando de Inglaterra e França. Podemos ter uma real dimensão do que foi o mercantilismo ao explorar a questão do nacionalismo econômico salientado por Arrighi:

[a] colonização direta e a escravatura capitalista foram condições necessárias, mas não suficientes, para o sucesso dos mercantilismos francês e britânico na reestruturação radical da política econômica global. O terceiro ingrediente-chave, o nacionalismo econômico, teve dois aspectos principais. O primeiro foi a acumulação interminável de excedentes monetários no comércio colonial e interestatal – uma acumulação com a qual o mercantilismo amiúde se identifica. O segundo foi a gestão da economia nacional, ou melhor, interna. Como frisou Gustav von Schmoller, “no seu cerne, [o mercantilismo] nada mais [foi] do que a gestão do Estado – não a gestão de Estado num sentido restrito, mas gestão de Estado e a gestão da economia nacional *ao mesmo tempo*” (1996: 50, *grifo meu*)

Os dois aspectos mencionados por Arrighi no trecho acima se correlacionam, evidentemente. A geração de uma balança comercial favorável, resultando então no afluxo de moedas, era, sim, uma das características centrais do mercantilismo. Porém, é na dita gestão Estatal que encontramos toda a dimensão do mercantilismo, bem como o papel que Inglaterra e França tiveram no alargamento do rol e da profundidade das políticas mercantilista e o papel do Estado nesse processo.

Isaak Rubin faz uma avaliação bastante sintética da evolução do mercantilismo inglês, utilizando este caso como um exemplo do ganho de profundidade que o

---

<sup>64</sup> Dessa forma, são fundamentalmente erradas as interpretações sobre a história do pensamento econômico que partem dos marcos da *ciência* para traçar um arco evolutivo entre as grandes linhas de pensamento econômico, buscando, no fundo, demonstrar como cada uma delas se distancia mais ou menos de uma forma de produção de conhecimento supostamente mais madura. Por essa linha de avaliação, o mercantilismo representaria uma espécie de infância do pensamento econômico e não uma racionalidade que fizesse sentido em seu próprio momento. Esta forma de interpretação é essencialmente anacrônica. Sobre isso, ver Isaak Rubin (2014).

mercantilismo, enquanto prática, apresenta na sua faceta mais desenvolvida. O que o autor chama de “mercantilismo primitivo” se aproxima mais da primeira imagem, ou do senso comum, que geralmente se forma quando este assunto vem à tona. Basicamente, reflete as políticas de diversos tipos que visavam um pesado controle, quase que direto, sobre o fluxo monetário para dentro e para fora do país. O Estado inglês, então, impunha um controle rígido sobre as operações da burguesia nascente – na prática, sobre quase toda transação –,<sup>65</sup> visando garantir a atração e manutenção do fluxo monetário para dentro da Inglaterra, dado que “[o] governo inglês – ao menos até o fim do século XVI – via o comércio exterior com as nações mais ricas de uma perspectiva fundamentalmente fiscal” (RUBIN, 2014: 49). Esta fase refletia um momento em que o jogo de forças entre Estado e burguesia ainda pendia demasiadamente para o lado do primeiro. Mas, com o desenvolvimento paulatino da burguesia nacional, assim como do avanço da rivalidade interestatal, o mercantilismo inglês avançou para um estágio mais maduro, em que o Estado, sem deixar de ter como objetivo uma balança comercial favorável e nem o financiamento dos cofres públicos, transitou das políticas mais restritivas para uma postura muito mais promotora do desenvolvimento de sua burguesia nacional e de sua indústria nascente.

A gestão estatal passa, então, a atuar sobre toda a amplitude da economia interna. Em meio ao processo político mais amplo de consolidação do poder central e de projeção de poder no cenário internacional, o Estado passa a ter no impulso à economia interna uma de suas principais alavancas de poder. Nesse momento, a atuação do Estado inglês demonstra que a política mercantilista ia além das medidas de impulso ao capital comercial em suas operações internacionais, mas também era complementada por um conjunto de políticas domésticas que já visavam inclusive o fomento do lado produtivo da economia. Tais intervenções, claro, mantinham seus objetivos de produzir, ao fim, balanças comerciais favoráveis e o financiamento dos

---

<sup>65</sup> Rubin cita um exemplo bastante ilustrativo do grau de controle que era praticado nesse momento: “De acordo com os *Statutes of employment*, os mercadores estrangeiros que traziam mercadorias para a Inglaterra eram obrigados a gastar todo o dinheiro recebido com vendas na compra de outras mercadorias no interior do país. Quando um comerciante estrangeiro viajava para a Inglaterra, ele era posto sob o controle de um morador local respeitável, que agia como seu ‘anfitrião’. O ‘anfitrião’ mantinha um olhar atento sobre todas as transações realizadas pelo ‘hóspede’ e a registrava em um livro especial. O ‘hóspede’ tinha um prazo máximo de oito meses para vender todos os seus estoques e usar suas receitas para comprar mercadorias inglesas. Qualquer tentativa de um mercador estrangeiro de escapar do controle de seu ‘anfitrião’ resultava em prisão. Durante a segunda metade do século XV, o sistema de ‘anfitriões’ deu lugar a um controle exercido por inspetores e supervisores especiais do governo” (2014: 50).

cofres públicos, de modo que as políticas eram estabelecidas com base nos resultados esperados para estes objetivos finais. Mas veja-se: os objetivos finais, ligados a balança comercial, aos resultados fiscais e à projeção de poder no político no cenário internacional, tornavam-se cada vez mais resultados a que se chegava por meio da promoção do desenvolvimento econômico interno, bem como das colônias no além-mar.

O Estado tinha um interesse no rápido desenvolvimento do comércio e da Indústria como um meio de aumentar o seu próprio poder e de enriquecer o tesouro. E, assim, o sistema de equilíbrio monetário, aquele velho, obsoleto conjunto de medidas restritivas, essencialmente fiscais, deu lugar à intervenção estatal numa ampla frente, bem como alimentou ativamente o crescimento do *comércio capitalista, dos transportes e da indústria de exportação* com o objetivo de consolidar a posição da Inglaterra no mercado mundial, eliminando competidores estrangeiros (Ibid.: 54, *grifos do autor*)

Rubin ainda avança no sentido de dar uma ideia mais clara da profundidade da atuação estatal nesta fase do mercantilismo em sua maturidade. Mesmo que esta fase signifique o próprio avanço da burguesia comercial, esta ainda não podia se manter numa trajetória de acumulação acelerada sem o forte apoio estatal:

A política mercantilista andava de mãos dadas com a *regulação* estatal em todos os aspectos da vida econômica nacional. O Estado interferia no comércio e na indústria com uma barreira de medidas concebidas para guiá-los na direção desejada (tarifas ou proibição de importação e exportação, subsídios, tratados comerciais, leis de navegação etc.). Ele impunha *preços fixos a serem pagos pela mão de obra e por artigos de subsistência* e proibia o consumo de artigos de luxo. Garantia a determinados indivíduos ou companhias comerciais o *direito de monopólio* sobre o comércio ou a produção industrial. Oferecia *subsídios a concessões de tributos* a empreendedores e, para estes últimos, arregimentava do estrangeiro experientes mestres-artesãos (Ibid.: 56, *grifos do autor*)

A conexão entre esta gestão estatal da economia e a projeção de poder internacional no contexto da acirrada concorrência interestatal fica bastante clara num ponto específico: a sustentação dos esforços de guerra. Nessa fase do mercantilismo maduro, apoiado numa gestão ampla da economia doméstica, os Estados puderam internalizar em boa medida a produção dos insumos necessários a manutenção de suas armadas e de suas investidas em pontos estratégicos do comércio internacional. Nos mesmos moldes ilustrados por Rubin no trecho citado acima, esta produção

interna dos insumos para a guerra era feita tanto pela ação direta do Estado quanto pela concessão de incentivos à iniciativa privada. Dessa forma, fazia-se com que as guerras, por meio da ação estatal, “se custeassem”, ao criarem efeitos dinâmicos internos e, a partir daí, o aumento da arrecadação tributária (ARRIGHI, 1996: 50). Não podemos, contudo, exagerar tais efeitos dinâmicos, dado que estamos tratando de uma sociedade ainda não capitalista e mesmo pouco mercantilizada do ponto de vista das suas relações produtivas internas. Isto é, não se pode fazer uma identificação exagerada com uma espécie de “keynesianismo bélico”, com o que, como Arrighi pondera, tal estratégia dependia do próprio sucesso das empreitadas militares. Isto é, não se tratava, apenas, de geração de demanda interna, a partir do que se desdobraria um multiplicador que daria significativos graus de autonomia à atividade econômica.

Havia limites na capacidade dos governantes mercantilistas de mobilizar a energia de seus súditos civis, para que eles se encarregassem da iniciativa e execução dessas atividades. Ela era estritamente cerceada por sua capacidade de se apropriar dos benefícios do comércio mundial, da colonização direta e da escravatura capitalista, e de transformar esses benefícios em recompensas adequadas para o espírito de iniciativa e os esforços produtivos de seus súditos metropolitanos (Ibid.: 50-1).

E foi justamente a partir de uma maior capacidade de conjugar a gestão econômica interna com importantes conquistas no ultramar que a Inglaterra pode tomar a dianteira na sua disputa com a França. Como elemento-chave para esta tomada de dianteira, Arrighi confere grande importância à dimensão geográfica da disputa ao apontar para o caráter insular da Inglaterra. Esta característica fortuita teria permitido à Inglaterra concentrar mais intensamente seus esforços nas estratégias de expansão ao ultramar, enquanto seus principais concorrentes tinham que dividir suas capacidades com os esforços demandados pelas inescapáveis disputas políticas continentais. E, mais, a partir da exploração desta condição geográfica privilegiada, a Inglaterra pode reunir os recursos necessários para não apenas continuar sua expansão, mas também para, voltando-se para o continente, manipular o jogo de poder para “manter seus rivais ocupados perto de casa” (Ibid.: 51).

Com o tempo, esse círculo virtuoso/vicioso colocou a Grã-Bretanha numa posição em que ela pode *eliminar da expansão marítima* todos os seus concorrentes e, ao mesmo tempo, tornar-se senhora incontestável do equilíbrio de poder na Europa (Ibid. 51, *grifo meu*)

Veja-se: “eliminar da expansão marítima” tinha consequências graves para a sustentação das políticas mercantilistas de países como a França, especialmente naquilo que mencionamos sobre a gestão interna da economia. Assim, frear este processo trazia impactos fundamentais para a continuidade da acumulação primitiva, o desenvolvimento da burguesia nacional e, então, do próprio poder Estatal desses países. A mesma espiral virtuosa que passava a favorecer a Inglaterra tendia a produzir efeitos inversos nos demais países mercantilistas, ampliando a dianteira inglesa. É claro que esta tomada de dianteira pela Inglaterra, na forma concreta como se desenrolou, envolveu diversos outros aspectos e vitórias políticas e comerciais específicas que foram fortalecendo o mercantilismo inglês. A Guerra dos Sete Anos, contudo, representa o marco da derrocada final da França, momento a partir do qual a Inglaterra se torna o país dominante nos mares e no comércio, enquanto a França passava a buscar uma estratégia de isolamento das disputas políticas no continente (NOVAIS, 2011: 51-3).

A partir daqui, podemos falar da terceira e última etapa do processo de consolidação da primazia internacional da Inglaterra e a transição para a ordenação internacional do século XIX. Na prática, esta terceira fase se inicia e está atrelada intimamente, primeiro, com a crise do antigo sistema colonial e, em seguida, com a própria crise do Antigo Regime. Toda a estruturação do regime colonial tinha, claro, suas tensões inerentes, que com o tempo foram se desenvolvendo para criar as condições de sua transformação mais drástica. Mas, podemos apontar um elemento central, e mais imediato, para o aprofundamento dessas tensões e a aceleração do processo de transformação, e este elemento é derivado da própria primazia assumida pela Inglaterra após a Guerra do Sete Anos. Cada vez mais senhora dos mares e do comércio internacional, a Inglaterra ganha força para pressionar ainda mais suas colônias, especialmente as colônias americanas, de modo a enquadrá-las nos marcos do regime colonial. É importante ressaltar que o aprofundamento das pressões sobre as colônias não ocorria apenas porque a Inglaterra passava a deter maior poder internacional. Na verdade, a maior preponderância inglesa, segundo o mecanismo circular de desenvolvimento que esboçamos, atuava no sentido de acelerar o desenvolvimento produtivo inglês, que então passava a necessitar de mercados mais amplos para a absorção dos produtos manufaturados na metrópole (Ibid.: 114-5).

Aqui, precisamos lembrar que as colônias da Nova Inglaterra eram fundamentalmente colônias de povoamento, que, por esse mesmo motivo, puderam desenvolver economias internas bem mais mercantilizadas do que as colônias de exploração. Assim, na segunda metade do século XVIII, já haviam se desenvolvido nessas colônias significativos interesses econômicos e políticos que estavam fundados no desenvolvimento comercial e produtivo local e qualquer tentativa da metrópole de ampliar a extração de renda dessas sociedades encontraria, de certo, amplas resistências. E o resultado foi, a partir das colônias da Nova Inglaterra, exatamente o início das sublevações que colocaram fim ao sistema colonial e, num segundo momento, ao próprio Antigo Regime. Mas, é importante repetir, o reforço do mercantilismo inglês, nesse momento, jogou um papel de catalisador em uma realidade que já se tornava madura para transformações mais amplas. Fernando Novais capta com precisão este ponto:

A realidade, porém, transcendia a essas aparências manifestas no nível das relações internacionais. Nem a independência dos Estados Unidos era um simples episódio na longa pugna pela hegemonia entre as potências europeias, nem a Inglaterra fora barrada no seu desenvolvimento ascendente pela separação da Nova Inglaterra. De fato, a secular ascensão inglesa no domínio do comércio ultramarino, associada a processos sócio-econômicos internos no Reino Unido, abriu enfim a rota irreversível da economia inglesa para o industrialismo. Na década de 60 do século XVIII, quando atingia o ápice a preponderância britânica, a mecanização da produção industrial inglesa dava seus primeiros e decisivos passos. Era a Revolução Industrial em marcha. Por outro lado, a independência dos Estados Unidos – uma colônia que se separa da metrópole não por ter sido capturada por outra potência, mas para constituir uma nova nação soberana – transcendia os limites do antigo sistema colonial, abrindo assim o caminho para a crise do Antigo Regime (Ibid.: 54).

Não precisamos, aqui, entrar nos pormenores de como se desenrolou a crise do antigo sistema colonial. Basta reforçar que, com o avanço da Inglaterra no sentido da industrialização, seus capitais precisavam cada vez menos dos amparos políticos característicos do sistema colonial e cada vez mais do desenvolvimento de novos mercados que pudessem absorver sua produção. Nesse sentido, os bloqueios exercidos por outras metrópoles passam a ser cada vez mais atacados pela Inglaterra, a começar por um elemento fundamental para a reprodução econômica das colônias e a continuidade da acumulação primitiva nas metrópoles, o tráfico de escravos (Ibid:

123-4). Não de maneira imediata, mas paulatinamente, o sistema colonial começa a desabar; e esta crise se conectava com o tensionamento da organização política dos Estados absolutistas na Europa, isto é, o próprio Antigo Regime.

Assim, o processo de independência da Nova Inglaterra marca não apenas o início mais claro da crise do antigo sistema colonial, mas também do próprio Antigo Regime, dado que suas raízes mais profundas, ou estruturais, eram as mesmas. Novamente, houve um fator catalisador mais imediato, e este foi o revanchismo francês perpetrado contra a Inglaterra no momento em que o sistema colonial inglês começava a ruir. Como avalia Hobsbawm, o esforço de guerra corroeu as finanças do tesouro francês, num momento em que a luta entre os vários estamentos da sociedade francesa chegava a seus limites e o Estado ia perdendo sua capacidade de se colocar com um fator de equilíbrio entre os interesses em jogo, basicamente os da nobreza, da burguesia e de um campesinato cuja situação econômica já vinha piorando muito e por um longo tempo: *“a guerra e a dívida – a guerra americana e sua dívida – partiram a espinha dorsal da monarquia”* (HOBBSAWM, 2010: 105). O ponto é que a Revolução Francesa foi o marco que desencadeou mais fortemente um processo de insurgência política e social nas sociedades europeias do Antigo Regime – e mesmo nas sociedades coloniais. Hobsbawm reforça que o entendimento da Revolução Francesa requer uma avaliação detalhada das especificidades do contexto francês. Porém, os abalos que difundiu não apenas para a Europa, mas para diversas outras regiões do mundo conectadas ao Antigo Regime, só podem ser entendidas se apoiadas no diagnóstico desta crise mais estrutural que, ao final do século XVIII, já se tornava madura.

Conforme argumenta Arrighi, o último ato da disputa entre Inglaterra e França ocorre com a ascensão de Napoleão ao poder, quem a partir de então se apoia nas energias sociais liberadas pela Revolução Francesa para forcejar novamente os impulsos revanchistas contra a Inglaterra, o que levou a uma *“generalização da revolta dos colonos, escravos e da classe média”* (1996:52-3). Dentro do arcabouço conceitual em que trabalha Arrighi, esta difusão das revoltas sociais catalisadas pela França napoleônica cria uma situação de “caos sistêmico”, em que diversos princípios e convenções do sistema de Vestfália foram desafiados.

No curso dessas lutas interestatais e intra-estatais, houve violações muito generalizadas dos princípios, normas e regras

do Sistema de Vestfália. A França napoleônica, em particular, menosprezou os direitos absolutos de governo dos governantes europeus, tanto fomentando a revolta vinda de baixo quanto impondo ordens imperiais vindas de cima. Ao mesmo tempo, ela desrespeitou os direitos de propriedade e a liberdade de comércio dos não combatentes, através de desapropriações, bloqueios e de uma economia de comando que abrangeu a maior parte da Europa continental (Ibid.: 52).

Do ponto de vista da política internacional, a chave para a superação desse período de crise foi o papel executado pela Inglaterra para, primeiro, conter a onda revolucionária e, em seguida, liderar o sistema internacional no sentido de uma nova ordem que acomodasse a realidade política produzida ao longo da evolução do Antigo Regime. A fase de contenção das revoltas sociais foi realizada basicamente pela liderança inglesa de uma frente dinástica contra os ataques aos *“seus direitos absolutos de governo e em prol da restauração do sistema de Vestfália”* (Ibid.: 52). Já a segunda etapa envolveu uma reconfiguração desse sistema, por meio do que a Inglaterra passa a ser um elo fundamental na promoção e articulação dos quatro pilares da civilização ocidental do século XIX, salientados por Polanyi. Discutiremos esta articulação na próxima e última seção deste capítulo, inclusive ponderando um pouco mais a própria dimensão da primazia Inglesa, à qual Arrighi confere um peso de certa forma exagerado.

Mas, antes de fecharmos essa parte, temos que retomar a questão do processo de autonomização do econômico. Veja-se que da crise do feudalismo inicia-se um processo de unificação política dos Estados absolutos, que projetam sua rivalidade política numa disputa mercantilista internacional. Neste processo, a economia é um elemento fundamental, mas não é a sua dinâmica própria que articula o movimento da história, senão que é a própria ação estatal, sob o acicate da rivalidade interestatal, que intervém a todo momento na economia – nas diferentes formas em que ela se organizava durante período – para garantir a acumulação de capitais realizada na esfera da circulação e, então, o seu fortalecimento político. A história se encaminhou no sentido da mercantilização da produção, da Revolução Industrial e da introdução da lógica da acumulação capitalista na economia, em um movimento que se completa, como vimos na seção anterior, com industrialização pesada. Este movimento, porém, não estava contido na lógica de operação da economia – até porque esta não era dominada por apenas uma lógica – e nem estava contida na natureza do capital comercial – a natureza deste era, antes, conservadora. Nesse período de transição

do feudalismo para o capitalismo, o motor que dinamizou a movimento da história foi o próprio processo de formação dos Estados absolutos como resposta à crise do feudalismo, com os impulsos econômicos e sociais gerados pelas políticas mercantilistas. Quando o solo em que movia a rivalidade interestatal se transforma, gerando a crise do Antigo Regime, também o jogo político sofre uma adaptação, abrindo espaço para a “era do capital” e a “hibernação da política”, que veremos na seção seguinte.

### 3.4 – Os 4 pilares da ordem liberal burguesa do século XIX

A seção anterior buscou conectar dois grandes movimentos que levaram ao desenraizamento do econômico no século XIX. O primeiro, mais imediato, foi conduzido pelo processo de industrialização pesada, que constituiu um desdobramento e um aprofundamento da chamada Revolução Industrial. O segundo buscou conectar o processo de industrialização ao movimento histórico de mais longo prazo desencadeado pela crise do feudalismo e a corrida política internacional que se desenrolou a partir daí, desaguando ao fim na Revolução Industrial e na Crise do Antigo Regime. Após as intensas disputas internacionais, que culminam nas Guerras Napoleônicas (1815) e em seguida na instauração da dita *Pax Britannica*, a impressão que se tem é que a política sai de cena, dando lugar ao capitalismo concorrencial. Este é o momento em que a política internacional entra em estado de hibernação, conforme afirma Hobsbawm (2011b: 62). De fato, pensar o século XIX buscando por grandes estruturas políticas, promovidas pelas relações interestatais, que deem coerência ao conjunto, parece não levar a resultados muito satisfatórios. Esta estruturação precisaria dar conta de elementos como a estabilidade política internacional e a difusão das práticas, princípios e instituições da ordem liberal que então se estabeleceu. Nesse sentido, de fato, a impressão que se tem que a política entra em estado de hibernação, especialmente quando colocada em contraposição ao período anterior. Porém, poderíamos pensar então que a ordenação do século XIX teria sido construída e *sustentada* puramente pelas chamadas forças do mercado libertadas pela Revolução Industrial? Vejamos.

Polanyi inicia sua mais famosa obra, *A Grande Transformação (...)*, com uma espécie de síntese do que chama de civilização do século XIX, que, em sua avaliação,

fundou-se no desenvolvimento e na integração entre quatro grandes instituições: o equilíbrio de poder internacional, o padrão-ouro, o Estado liberal e os mercados autorregulados. É preciso notar que o autor não aprofunda como se deu o desenvolvimento integrado dessas instituições, de modo a conformar a ordenação internacional do século XIX, ainda que seja certo que a autorregulação dos mercados tenha funcionado com eixo central dessa articulação. A chave, então, é buscar entender como tal autorregulação se expressou num sentido de desenraizamento, isto é, preservando a articulação intrínseca entre economia e política, ainda que a política internacional tenha assumido uma dinâmica mais pacífica, ao menos no que se refere à ausência de conflitos militares mais significativos entre as grandes potências. É este prisma que nos possibilitará lançar um olhar distinto para o século XIX, em que o desenvolvimento dos mercados foi sim um elemento central, mas que dependeu fortemente da política para se desenvolver e se reproduzir. Por fim, este novo enquadramento mais geral abrirá espaço para apresentarmos um olhar ainda pouco usual sobre o padrão-ouro clássico.

### *3.4.1 – A centralidade inglesa em meio a uma conjuntura heterogênea*

Conforme vimos no capítulo anterior, é certo que a Inglaterra, continuando em sua trajetória de liderança no bojo do colapso do chamado Antigo Regime, desempenhou um papel central nessa nova estruturação, porém precisamos avaliar seu papel com ponderação. Assim, é fundamental iniciar esta seção com uma breve discussão sobre o papel exercido pela Inglaterra nesse processo, e uma boa porta de entrada para isso pode ser estabelecida, desde já, afastando nossa abordagem de qualquer pretensão de impingir àquele país um conceito mais rígido de “hegemonia”. Começaremos, então, por deixar claro aquilo que a Inglaterra não foi. Esse passo é importante, já que ajuda a limpar o terreno, retirando uma interpretação bastante presente sobre o século XIX, e que em boa medida foi desenvolvida à luz do século XX.

The nineteenth century and its liberal order has been central in the grand narrative of the post-World War II international relations, for Realists like Robert Gilpin and even Gramscians like Robert Cox. According to that narrative, it is in the nineteenth century order that the first liberal hegemon emerges (the

historical precedent to the US in the twentieth century); the world economy forms into an international liberal capitalist market; international society begins to take on global rather than simply European dimensions; and nationalism comes into its own as a force shaping states and international relations (LATHAM, 1997: 420).

As discussões em torno do conceito de hegemonia tiveram ensejo nos anos 1970, motivadas pelo tensionamento da chamada ordem internacional do pós-guerra, que já nos anos 1960 vinha apresentando rachaduras, e se esgarça mais claramente no início da década seguinte com alguns fatos marcantes: o fim da conversibilidade dólar-ouro, declarada de forma unilateral pelos EUA; o primeiro choque do petróleo; o recrudescimento da guerra do Vietnã e o início da chamada “Segunda Guerra Fria”. De maneira mais sintética, Arrighi fala em uma tríplice indisciplina que marca os anos 1970: do capital, do trabalho e da periferia (1982). O ponto é que estes elementos, aos olhos de quem vivenciava as circunstâncias, sinalizavam um desarranjo importante na ordenação que vigorou nos anos do pós-guerra, levando assim a preocupações com relação às suas possíveis implicações, seja em termos de desempenho econômico, seja no que se refere aos níveis de paz social doméstica e à segurança no plano internacional. Assim como a Primeira Guerra Mundial direcionou a atenção dos intelectuais coevos para as questões relacionadas à criação e sustentação de uma ordem internacional estável, a crise dos anos 1970 recolocou esta preocupação, após os chamados “anos dourados do capitalismo”. É nesse contexto que surge a discussão em torno de um conceito de hegemonia aplicável ao plano das relações internacionais, e o autor que estabeleceu as primeiras bases para isso foi Charles Kindleberger (1973), mesmo que sem utilizar o próprio termo hegemonia.

Conforme apontam Lacher e Germann (2012), há três grandes linhas de pensamento, por assim dizer, que se dedicaram ao desenvolvimento do conceito de hegemonia: a vertente realista das relações internacionais, os liberais-institucionalistas da Economia Política Internacional e os adeptos da teoria-crítica, especialmente aqueles que ficaram conhecidos como neo-gramscianos. O trabalho dos dois autores mencionados busca realizar uma crítica do suposto avanço conceitual promovido pela abordagem neo-gramsciana, que incorporou na discussão o plano da dinâmica política e social interna dos países, rompendo uma certa segregação entre as dimensões internacional e doméstica (*State/Society complex*).

De maneira bastante resumida,<sup>66</sup> as conjunturas hegemônicas internacionais se fundariam, então, primeiro na consolidação de hegemonias domésticas lideradas por uma classe social ou uma determinada fração de classe, processo que envolveria não apenas a simples dominação política, mas também altas doses de consentimento geradas pela capacidade dessa classe em traduzir seus valores e interesses como reflexos de valores e interesses mais gerais. Dessa base estabelecida internamente, uma hegemonia internacional envolveria a capacidade dessa classe social em se projetar nas relações internacionais, formando blocos históricos hegemônicos também fundados num compartilhamento de valores e interesses.

Haveria, então, vários vetores para essa internacionalização das hegemonias, ponto em que a abordagem crítica, de certa maneira, incorpora alguns dos elementos que integram as próprias avaliações realistas e as liberais-institucionalistas. Como o debate se desenvolveu muito sob a influência então recente do caso americano, Lacher e Germann, a fim de testar o grau de generalidade do conceito de hegemonia, baseiam seu estudo no caso inglês do século XIX, ajudando assim a afastar algumas possíveis más interpretações ou exageros sobre o papel da Inglaterra neste século: *“in some ways, Britain was less than a hegemon; in other ways, it was much more”* (Ibid.: 118). Não é nossa intenção realizar aqui qualquer discussão mais pormenorizada sobre as três vertentes acima mencionadas e nem mesmo discutir o próprio conceito de hegemonia, porém seguiremos na sequência, em uma linha bastante sucinta, a trajetória crítica que os autores fazem dos *vetores*. Para a nossa discussão, estamos mais interessados em um outro resultado da crítica do conceito realizada Lacher e Germann: a demonstração de importantes particularidades da primazia inglesa e do próprio desenvolvimento do século XIX, o que irá nos ajudar deixar mais claros os elos entre as quatro instituições mencionadas por Polanyi.

Em primeiro lugar, considerando uma ótica que é privilegiada pelas vertentes realistas e liberal-institucionalistas, tem-se uma avaliação da atuação estatal (*agency*) na promoção de uma determinada ordem internacional. Como reflexo do próprio período em que o conceito ia sendo desenvolvido, hegemônico seria aquele Estado que, dotado das capacidades materiais necessárias (econômicas, políticas, militares etc.), lograsse estabelecer uma ordem internacional liberal estável (muito mais no

---

<sup>66</sup> Lacher e Germann baseiam suas críticas aos neo-gramscianos apoiados basicamente em três autores: Robert Cox, Kees Van Der Pijl e Henk Overbeek.

sentido econômico), algo que parecia estar se perdendo no início dos anos 1970. A partir deste prisma, o debate avançou no sentido de melhor definir as conexões de causalidade entre as capacidades específicas necessárias, a vontade política ou deliberada do Estado hegemônico e as instituições internacionais adequadas e alinhadas no sentido de sustentar uma determinada ordenação internacional. Por essa via, a avaliação do papel exercido pela Inglaterra no século XIX deu lugar críticas sobre dois pontos importantes: (i) o verdadeiro poder militar inglês e (ii) a atuação do país no sentido de sustentar regimes internacionais de livre-mercado.

Com relação ao primeiro aspecto, o poder militar britânico, o foco evidentemente está na capacidade apresentada pelo país de impor seus interesses pela força, ou pela ameaça de seu uso, frente aos demais países europeus. Aqui, o pioneirismo econômico inglês, atrelado ao notório papel exercido por sua marinha nesse longo processo, poderia nos levar a uma conclusão apressada no sentido de um suposto domínio militar exercido pela Inglaterra no século XIX. Contudo, como argumentam Lacher e Germann, e outros autores, a realidade se mostrou distante dessa possível avaliação. Em termos absolutos ou relativos, é certo que as capacidades econômicas britânicas eram crescentes e se destacavam na primeira parte do século, mas seja por limitação, escolha minimamente consciente ou por não ter sido necessário, o ponto é que o país não transformou seu claro predomínio econômico em uma supremacia militar, e isso nem mesmo com relação à sua marinha.

Its industrial and financial preponderance never, after 1815, translated into military dominance over Europe which would have allowed British governments to secure their interests by force or threat of force (...) Its army was allowed to decay, and even its navy was on the verge of being overtaken by France's new iron-clad warships in the 1850's (Ibid.: 102)

Ainda assim, poder-se-ia argumentar que o poderio militar inglês seria o suficiente para que o país, apoiando-se em sua posição insular, atuasse de forma a manobrar o equilíbrio de poder internacional no sentido de evitar qualquer ameaça ao *status quo* ou aos seus interesses específicos. Contudo, diversos episódios no século XIX demonstram que nem mesmo essa via pode ser tomada como certa.<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> Uma avaliação dos dispêndios militares britânicos no século XIX em comparação a outros momentos anteriores e posteriores confere mais clareza a esta afirmação: "Britain's military expenditure as a proportion of national income was, as Hobson adds, the lowest of the Great Powers for the period from 1820 to 1913; moreover, 'the

Some theorists of hegemony did of course recognize Britain's rather limited role and capabilities in Europe. Gilpin suggests that British hegemony had less to do with ruling Europe than with balancing against European competitors while ruling the waves of distant seas and shores. This view accords well the prevailing self-image of British statemen during the nineteenth century. It obscures, however, the utter inability of Britain to intervene for these purposes at any of the major turning points in the nineteenth century. During the 1850s, repeated waves of hysteria washed over Britain as French invasion seemed imminent. British stateman knew full well that Britain had no real ability to counter such threats. But because of constitutional obstacles and parliamentary opposition, they were unable to build up an army capable of meeting such threats. And despite the clear recognition that Prussia's wars of German unification did indicate the rise of a rival with potential to impact Britain's overseas interests (and notwithstanding a British security guarantee to Denmark), Britain was unable to take credible action against Prussians plans. Once it became obvious that Britain had failed to contain the rise of a potential rival, the British government reneged on "splendid isolation"; but even then the paucity of British military forces in the European theater failed to deter German expansionism (Ibid.: 102).

Ao tratar da civilização do século XIX, Polanyi chama a atenção para o fato extraordinário de uma paz de cem anos entre as grandes nações (2012b: cap. 1). A partir do que vimos acima, resta claro que tal conjuntura não foi uma obra gerada diretamente pelo poder militar britânico, ainda que este não possa ser menosprezado.<sup>68</sup> Na verdade, na inexistência de um poder militar capaz de manobrar com eficácia o sistema de equilíbrio de poder, seria de se esperar que a movimentação das engrenagens desse sistema produzisse ao longo do tempo conflitos de maiores proporções. Como nota Polanyi, a essência do sistema internacional de equilíbrio

---

lowest real military burden that British enjoyed in the 1700-1980 period, was achieved between 1815 and 1914 – the very period of its alleged hegemony” (LACHER e GERMANN, 2012: 102).

<sup>68</sup> “British power certainly made a contribution to the peace by dissuading the French from trying to regain pre-eminence (even though this power would have needed the help of the major continental monarchies’ armies in the eventuality of a general war) (...) Anyway, before 1904, Great Britain asked only one thing from Europe: to remain quiet and not disturb the status quo, i.e. the European equilibrium (which was really a disequilibrium to the detriment of France), which allowed her to concentrate overseas. It was there she effectively ruled, mainly over underdeveloped countries or developing ones (Canada, Australia), because the advanced countries of Europe and the United States were independent of her” (CROUZET, 1999: 450). Robert Latham vai na mesma direção: “We may conclude that Britain was preponderant militarily only outside of Europe. While it could use its navy in a limited range of diplomatic situations in Europe, there is no reason to assume that Britain’s navy was a more effective means of securing a preponderant influence in Europe than were the land armies of the other great powers (...) Despite its success in the Napoleonic Wars, by the time of the Crimean War at mid-century, Britain’s military reputation had reached a low, which would continue for much of the rest of the century” (1997: 426).

poder é preservar a existência dos Estados mais importantes e não sustentar uma conjuntura de paz (Ibid.: cap. 1). Então, como explicar que, em um século tão recheado de transformações, a paz pode ser mantida por tanto tempo? Iremos tratar dessa questão mais à frente. Por ora, continuemos na trilha de Lacher e Germann.

Um outro vetor que caracterizaria os países hegemônicos na produção de uma ordem econômica liberal seria a atuação decidida desse hegemonia na construção e sustentação de instituições internacionais que suportassem tal ordem liberal. Este ponto é fundamental para se entender mais claramente a questão do real papel britânico na promoção de uma ordem econômica liberal nas relações internacionais. O abandono das *Corn Laws* e dos *Navigations Acts* (1846 e 49, respectivamente) são vistos como grandes marcos desta promoção do livre comércio pela Inglaterra (LACHER e GERMANN, 2012: 103). Mas, poderíamos dizer que tais medidas foram mesmo um reflexo pontual de um comportamento mais amplo e ativo da Inglaterra em engendrar uma abertura comercial no mundo, especialmente com relação aos demais países europeus? A resposta é não. Tais medidas, autointeressadas e não desprovidas de uma racionalidade política (no plano da racionalidade dos sujeitos), foram reflexo de uma postura unilateral do governo britânico, que então abriu mão não apenas de forçar os demais países europeus a fazerem o mesmo, como também evitou entrar em negociações mais amistosas, cujas iniciativas partiam justamente de outros países.<sup>69</sup>

British governments did little to foster the institutionalization of free trade principles – or to promote the creation of institutions through which the inevitable drawbacks of free trade for particular countries in particular circumstances could be addressed in order to encourage long-term adherence to free trade (...) The most striking feature of Britain’s free trade policy is thus that it denied its statemen and negotiators the ability to pry open European markets. *When France sought a free treaty with Britain in the 1850s, it was confronted with reluctance on the part of British* (Ibid.: 109, *grifo meu*).

Assim, do ponto de vista de dois dos vetores de projeção hegemônica mais caros aos realistas e aos liberal-institucionalistas, o caso inglês do século XIX não

---

<sup>69</sup> “[t]he Repeal of the Corn Laws was not the inauguration of British hegemonic leadership. Britain not only abandoned commercial treaties with the tariff autonomy principle, and military force to open markets in continental Europe with the policy of political non-intervention, but even friendly persuasion and all the tools of hegemonic leadership” (COUNTAİN apud LACHER e GERMANN, 2012: 103).

condiz com as características de uma hegemonia.<sup>70</sup> Para o nosso caso, o importante é ligar tais conclusões com as quatro instituições que, segundo Polanyi, marcaram aquele século. Já vimos que o equilíbrio de poder não foi colocado a serviço da paz por obra do poder militar inglês. Mas como, então, prosperou o livre comércio internacional, que dialoga claramente com as instituições dos Estados liberais e dos mercados autorregulados? Se a Inglaterra não buscou promovê-las de uma forma mais ativa, como as livres trocas internacionais puderam se espriar tanto desde a primeira parte do século XIX? Haja visto que, nesse momento, a Inglaterra assumia uma competitividade industrial inigualável, é contraintuitivo pensar que os demais países europeus, que possuíam suas próprias burguesias nascentes, abriam-se para o comércio internacional.<sup>71</sup> Novamente, este é um ponto que ficará mais claro conforme avançarmos para a crítica que Lacher e Germann fazem das proposições neo-gramscinianas com relação ao plano doméstico das hegemonias. Esta integração do plano das relações internacionais com o das relações sociais e políticas domésticas fica claro no seguinte trecho dos autores, que, na verdade, reflete o ponto de partida da argumentação geral de Robert Cox:

Where [Hegemonic Stability Theory] had conceived of international order and rule formation as the product of a concentration of material capabilities in preponderant state, Cox's ground-breaking 1981 article on "Social Forces, States and World Orders" inserted a crucial qualification: for hegemony to obtain, the material power of a state needed to be underpinned by a set of ideas and institutions that endowed this order with a degree of universal appeal (Ibid.: 104)

Há duas qualificações gerais importantes aí: (i) o papel do Estado e (ii) de que conjunto de ideias e instituições está se falando. No primeiro caso, o Estado não deixa de ser um elemento importante com a incorporação do plano doméstico. Não se trata de uma transnacionalização radical, ainda que haja, na abordagem neo-gramsciana, vetores que transmitam internacionalmente a hegemonia de um país de forma mais direta, prescindindo dos mecanismos tradicionais de Estado. O ponto é que o Estado passa a ser visto, em boa medida, como uma expressão *histórica do* jogo político e

---

<sup>70</sup> "(...) however extensive and powerful British economic interests were on both a European and global basis, the role of the British state was limited as a leading force in the economic liberalization of Europe" (LATHAM, 1997: 428).

<sup>71</sup> Contudo, é válido ressaltar aqui que a França apresentou uma atuação internacional bem mais ativa do que a Inglaterra na promoção de acordos bilaterais e multilaterais em diferentes frentes, como no comércio e nas finanças (LATHAM, 1997).

social doméstico, de forma que, para se entender as formações das hegemonias, não há como segregar as dinâmicas do plano internacional e do plano doméstico (Ibid.: 104). Já do ponto de vista da qualificação das ideias e instituições, dado que o conceito de hegemonia busca capturar a dinâmica política da conformação de ordens internacionais *no capitalismo*, conferindo um papel fundamental ao jogo político entre classes sociais ou entre frações de classe, uma liderança hegemônica só poderá surgir na medida em que represente um “modo de regulação” ou um caminho de desenvolvimento dentro do capitalismo que seja percebido como de interesse geral (Ibid.: 104).

A hegemonic world order, in the Gramscian sense, would emerge from a transformation of the underlying social relations of production. It would be premised upon a generalized model of accumulation and regulation that would benefit not only the hegemonic state/society complex that pioneered and sponsored it, but provide opportunities to those states and social forces that adopt it (...) From this perspective, the form and direction of world order and capitalist development are shaped by the contest over the definition of the general interest of the capitalist class at both the national and international level for a certain period of time (Ibid.: 104).

Nesse ponto, a avaliação de Lacher e Germann se inicia com a tentativa de identificação dessa hegemonia doméstica que teria fundamentado a hegemonia britânica no século XIX. Porém, como os autores chamam atenção, nem mesmo dentro da corrente neo-gramsciana há consenso quanto a isso. Para Robert Cox, os episódios das revogações das *Corn Laws* e dos *Navigation Acts* representaram um reflexo da acomodação na disputa de poder entre burguesia, trabalhadores e aristocracia, que então se estabilizou num arranjo favorável aos primeiros. Assim, a aristocracia manteve o controle direto do Estado, porém manobrando-o no sentido de regular a economia em favor dos interesses burgueses e, ao mesmo tempo, garantindo algumas medidas que mitigassem as insatisfações dos trabalhadores (Ibid.: 106).<sup>72</sup> Assim, grosso modo, a burguesia manufatureira assumia a hegemonia na arena política interna da Inglaterra, base a partir da qual passaria a formar um bloco

---

<sup>72</sup> “Where Cobden was calling for a middle-class dictatorship, Pell became the architect of a new hegemony. Repeal removed an obstacle to the aristocracy’s regaining its status as Britain’s natural leaders. It also removed the principal reason for the political mobilization of the middle-class, enabling it to return without distraction to its preordained activity of making money. An aristocratic governing class running the state in accordance with the requirements of a liberal economy could also make some concessions to workers without undermining the basis of bourgeois order” (COX apud LACHER e GERMANN, 2012: 106).

internacional alinhado aos seus interesses, o que fundamentaria a ordem internacional liberal que a partir de então foi se constituindo.

Contudo, Overbeek, outro neo-gramsciano, vai na direção contrária, argumentando que o século XIX assistiu a uma continuidade do predomínio dos interesses ligados à terra, ao dinheiro e ao comércio, que refletiam na verdade a manutenção dos interesses aristocráticos. No fundo, para Overbeek, é esta continuidade que explica a superação da Inglaterra por outros países europeus a partir do último quarto do século XIX. Isso porque a incapacidade apresentada pela Inglaterra em fazer frente à concorrência de fim de século esteve ligada ao fato de que sua burguesia industrial nunca esteve mesmo no poder, de forma que outros países europeus onde esta classe triunfou de forma mais clara rapidamente revolucionaram suas economias, colocando fim ao domínio internacional da Inglaterra. Mas, como Overbeek explicaria a postura livre-cambista assumida unilateralmente pela Inglaterra, dado que os interesses da aristocracia, avaliada em retrospectiva, haviam se identificado fundamentalmente às regras e práticas do mercantilismo? Para o autor, basicamente, houve uma reorientação tática do bloco de poder aristocrático no sentido do livre-comércio (Ibid.: 107).

Para Lacher e Germann, o grande problema entre essas duas narrativas é que ambas possuem algum grau de verossimilhança, porém não estão baseadas em evidências mais robustas. Dessa forma, tal discussão *aplicada* do caso inglês, na busca por enquadrá-lo ao conceito de hegemonia, acabou desviando as atenções daquilo que é realmente específico daquele momento histórico, e o que dá sentido para as partes analisadas. Para os autores, o desenvolvimento fundamental da primeira parte do século XIX, que até aquele momento só poderia ser observado na Inglaterra, era que o capitalismo, em si, tornava-se hegemônico, mais do que uma determinada classe ou fração de classe (Ibid.: 108). Esse fato aponta para uma diferença estrutural e decisiva da Inglaterra com relação aos demais países, ajudando a determinar a forma com que o século XIX evoluiu.

O processo de consolidação do capitalismo na Inglaterra nos anos 1830 e 40 envolveu a própria reconstrução do Estado e da arena política interna do país, de modo que os interesses em jogo passaram a competir politicamente *dentro das regras do capitalismo*. O Estado inglês passou, então, a apresentar mecanismos institucionalizados de incorporação de interesses, mitigando significativamente seus

níveis de contestação, inclusive por parte da classe trabalhadora (Ibid.: 108). Esta é uma perspectiva que aponta para uma importante diferença estrutural entre a Inglaterra e os demais países europeus: enquanto na ilha o capitalismo já havia triunfado, no continente este ainda era apenas um processo. Tal estrutura heterogênea, em que as partes, embora conectadas, não se desenvolvem de maneira sincronizada, traz importantes implicações para se entender alguns dos principais desdobramentos do século XIX. É partir desse pano de fundo que Lacher e Germann avaliam criticamente a forma como os neo-gramscianos pensam a projeção da hegemonia inglesa por meio da atuação de seu Estado e, numa via transnacional, de sua burguesia.

Como já vimos, a projeção hegemônica pela via dos mecanismos estatais não encontrou muito terreno de desenvolvimento no caso da Inglaterra. Por um lado, suas claras capacidades econômicas e a própria reorganização política interna não se refletiram, proporcionalmente, em fomentos ao seu poderio militar. Pelo lado da diplomacia e da promoção de instituições liberais que garantissem a sustentação de uma ordenação internacional mais aberta, também não podemos encontrar um papel mais assertivo da Inglaterra: “[t]he most striking feature of Britain’s free trade policy is thus that it denied its statesmen and negotiations the ability to pry open European markets” (Ibid.: 9). Isto é, com relação à atuação estatal, basicamente as mesmas críticas que são feitas aos realistas e aos liberais-institucionalistas podem ser feitas aos neo-gramscianos. Mas, para estes, há ainda um ponto que se torna relevante para o nosso caso: tão importante quanto o comércio internacional é a promoção de um sistema monetário internacional, com o que a discussão toca na associação entre o padrão-ouro internacional e a posição central da Inglaterra no século XIX.

Como vimos, o padrão-ouro, pela sua importância, é colocado por Polanyi como umas das quatro instituições que moldaram o século XIX. Porém, conectando a afirmação de Polanyi com a discussão desenvolvida por Lacher e Germann, qual teria sido papel da Inglaterra na promoção e na sustentação do padrão monetário do final deste século? O padrão-ouro, especialmente na visão que se forma após o seu colapso final no período do entreguerras, passou a ser interpretado como um grande mecanismo disciplinar internacional a que os governos deveriam se adequar, garantindo assim uma gestão ajustada de suas economias segundo os bons princípios de mercado. Iremos explorar mais essa interpretação na parte final dessa seção. Mas

antes, continuemos na tentativa de situar um pouco mais o papel da Inglaterra. Assim como para a questão da promoção de regimes de livre-comércio e da projeção de seu poder militar, as evidências históricas sinalizam uma postura inglesa pouco ativa na construção do padrão-ouro como o sistema monetário que teve seu auge no final do século. Isto não é o mesmo que dizer que a Inglaterra não teve uma participação central nesse processo. Porém, esse papel apresentou uma característica muito mais passiva e, em grande medida, refletiu a centralidade de Londres no comércio e nas finanças internacionais.

The shift to the gold standard and sterling as the international exchange currency was based on their stability and the centrality of the British economy – a reflection of British economic preponderance – rather than any purposive political-economic actions by the British state. In this respect, it was the actions of other European states that build the gold standard as each turned to the metal in the 1870's (LATHAM apud LACHER e GERMANN, 2012: 110).

Note-se, então, que a projeção hegemônica pela perspectiva neo-gramsciana, quando avaliada pelos vetores estatais, não apresenta um poder explicativo superior àquele de realistas e liberais-institucionalistas. Porém, resta ainda uma outra via, a dos vetores transnacionais. Aqui, a discussão passa a ser a da convergência liberal-burguesa, que se transmite internacionalmente por meio da emulação e da liderança pelo exemplo. A força fundamental desse movimento de convergência estaria no surgimento de forças sociais semelhantes em outros países europeus, que então se identificariam com os valores e interesses representados pela burguesia britânica. A partir dessa inspiração projetada de dentro da Inglaterra, as burguesias em ascensão do continente ganhariam impulso e passariam a manobrar politicamente no plano interno de seus países para moldar seus Estados e a organização de suas economias conforme os princípios liberais emanados da Inglaterra. Um consenso internacional surgiria desse processo, abrindo espaço para uma ordem internacional baseada em princípios liberais (Ibid.: 112).

O ponto crítico desta abordagem é a assunção de que haveria uma estrutura sócio-política minimamente homogênea entre os principais países europeus desde a primeira metade do século XIX, de forma que uma hegemonia dos interesses burgueses pudesse prosperar de maneira relativamente sincronizada entre esses países. O raciocínio é que:

The structural similarities of European societies thus made it possible for hegemony to operate across countries even with the bourgeoisie rarely in charge of government. More than political bargain or stalemate, this symbiosis between aristocratic and bourgeois elites oversaw the fundamental reshaping of state/society relations in the image of the self-regulating market and for the purposes of industrial capital. The division of labor between aristocracy and bourgeoisie coincided with the separation of political and economic spheres of activity under a liberal state that stands apart from economy. This separation of politics and economics was then grafted on the international sphere, creating a liberal world economy as a component of the international system (Ibid.: 113).

Para Lacher e Germann, em que pesem os impactos internacionais realmente produzidos pelas transformações sociais e políticas ocorridas na Inglaterra, o prisma colocado pelo conceito de hegemonia termina por simplificar exageradamente a complexidade do desenvolvimento histórico ocorrido no século XIX. Nesse sentido, o quadro evolutivo foi marcado antes pela heterogeneidade sócio-política e pelo desenvolvimento dessincronizado das burguesias nacionais, e isso mesmo com relação aos países da Europa ocidental.

Far from being structurally similar, European societies were substantially different. Politically, moreover, while the social hegemony of capital, after hundreds of years of gestation, had become firmly establish within Britain at the close of the 1840s, the 1848 revolutions in Europe reflected a very different constellation of social forces – on which notions of “bourgeois hegemony” have very little bearing (...). For the failed 1848 revolutions in the German Confederation and beyond were just this: a failure of the bourgeoisie (industrial, commercial, financial, or otherwise) to establish its hegemony (Ibid.: 114).

Assim, se é um fato que a economia mundial passou a ser integrada de uma maneira muito mais vigorosa com a expansão do comércio mundial no século XIX, temos que levar em conta a desigualdade de condições que moldava a forma de integração dos diversos países. Em um plano mais geral, a conjuntura era marcada pela centralidade da Inglaterra, onde o capitalismo estabelecido já havia resolvido a integração de Estado e sociedade de uma maneira específica. Nos demais países, especialmente no continente europeu, tal processo de desenvolvimento do capitalismo ainda estava em curso, incluindo as disputas políticas internas, que muitas vezes encontravam soluções provisórias com contornos mais conservadores. Isso quer dizer que a implantação inicial do capitalismo em outros países pode se

processar num arranjo que mantinha as forças monárquicas e aristocráticas no poder e uma burguesia nascente ainda submissa. E o fundamental é que foi esta conjuntura heterogênea, e não um sincronismo impingido pela ideia de hegemonia transnacional, que serviu de base para a expansão comercial do século XIX e a estruturação de uma divisão internacional do trabalho que, grosso modo, tinha a Inglaterra como centro exportador de produtos industrializados e a Europa, de produtos primários (Ibid.: 114).

Aqui chegamos ao ponto fundamental da argumentação de Lacher e Germann. Os autores, ao buscarem encaixar o conceito de hegemonia no papel exercido pela Inglaterra no século XIX, deixaram claro que a complexidade de uma época, especialmente uma com tal nível observado de transformações, não cabe em um conceito. Nesse sentido, o desenvolvimento internacional do capitalismo no século XIX precisa ser compreendido pela ótica da heterogeneidade das partes, o que implicou ritmos dessincronizados de avanços, marchas e contramarchas, revolução e conservadorismo. É a partir deste pano de fundo, heterogêneo em suas partes e singular em sua configuração geral, que poderemos avançar na integração das quatro grandes instituições que moldaram o século, conforme ressalta Polanyi. Isso demonstrará que imagem de um capitalismo concorrencial, que teria marcado essa primeira parte do século XIX e destaca apenas uma ideia comercial e de estrutura de mercado, é por demais simplória e tende a eclipsar a importante presença da política na forma como os principais componentes da ordem liberal burguesa se conformaram.

A argumentação de Lacher e Germann vai ao encontro da desenvolvida por Robert Latham (1997) em um ponto central: a ordem liberal burguesa do século XIX não pode ser explicada fundamentalmente por um arranjo produzido pelo jogo político interestatal e nem puramente pelo livre fluxo dos mercados. É evidente que, no limite, nenhuma época histórica pode ser entendida por um só prisma, dado que a riqueza de elementos e forças sociais que moldam a evolução histórica e estabelecem as particularidades de cada período não cabem em conceitos, teorias ou recortes únicos. Contudo, há períodos mais suscetíveis a esse tipo de síntese e outros menos, como o caso do século XIX. Frente a esta dificuldade de se estabelecer padrões, acabam ganhando destaque perspectivas que simplificam demais as interpretações, alojando-se em dois extremos: ou a ordenação ocorre fundamentalmente via determinação estatal, a hegemonia britânica, ou via forças do mercado, o período do capitalismo concorrencial. Devemos, contudo, nos esquivar desses extremos, buscando notar que

o século XIX não foi nem o reino incontestado da política nem dos mercados, mas sim o período em que avançam as relações sociais organizadas pelo capitalismo, que conjuga política, economia e mercados num único amalgama.

If we should not look to the mechanisms and forces typically associated with the formation of an international order to drive the emergence of liberal relations, then where should we look? Rather than assume changes were dependent on system-wide order, I want to show that states, alone or in concert, together with non-state actors and whole societies can form part of a wider macrohistorical context that can be described as liberal modernity. This context were in the process of formation during the nineteenth century and depended on numerous forces and mechanisms from bilateral agreements to transnational spread of ideas (Ibid.: 433).

Desse modo, partindo das conclusões dos autores que vimos nessa seção, para entender o século XIX precisamos deixar de procurar por grandes estruturas que lhe confirmem uma homogeneidade unilateral. Na verdade, o século é marcado uma profunda transição da crise do Antigo Regime para a o capitalismo, em que se chocam e se articulam elementos da antiga ordem com os da nova ordem em formação, um processo ao mesmo tempo político e econômico. Seria inviável, no âmbito desse trabalho, enveredarmos numa tentativa de explorar amplamente esse processo, mas podemos tentar dar algumas sinalizações de como essa transição se expressou nas quatro grandes instituições do século XIX a que Polanyi faz referência. Dentre elas, daremos um pouco mais de destaque para o chamado padrão-ouro clássico.

### *3.4.2 – Mercado autorregulado e Estados Liberais*

A difusão dos mercados autorregulados no século XIX pode ser dividida em dois planos. No plano internacional, temos o processo de liberalização das transações comerciais, quebrando antigas travas impostas pelo mercantilismo. Já nos planos domésticos, a história se processa por meio da própria *construção* desses mercados, os mercados nacionais, e da sua liberalização. Em ambas as dimensões, a atuação estatal e os interesses políticos foram fundamentais para os desdobramentos observados.

O movimento de liberalização do comércio internacional que se desenvolve a partir da crise do Antigo Regime tem lugar não exatamente porque o processo de industrialização britânico se difunde mundialmente, superando os elementos da antiga ordenação. O avanço do livre comércio, na verdade, ganha terreno justamente por meio de um alinhamento de interesses produzidos pela crise, que abriu espaço para uma divisão internacional do trabalho fundada na Inglaterra e em velhas elites políticas e sociais da Europa continental que, naquele contexto, tinham suas posições de poder desafiadas. Pode-se dizer, ademais, que o avanço do comércio internacional se apoiou em uma importante faceta conservadora, especialmente nos países continentais. Vejamos rapidamente dois casos exemplares, o alemão e o francês.

Na Alemanha, a elite fundiária, *Junker*, dependia fundamentalmente da exportação de produtos primários para se reproduzir materialmente, enquanto a elite monárquica, premida por motivações fiscais, militares e de desenvolvimento da manufatura local, buscava avançar medidas de maior controle da produção e do comércio de produtos agrícolas. No bojo dessa disputa, a elite Junker passa a repercutir as ideias de Adam Smith e do livre mercado. A formação do *Zollverein*, que se colocava contra as pressões protecionistas das indústrias têxteis locais, foi um desdobramento dessa disputa política interna. A força conservadora dessa elite fundiária passou a se apoiar, desde o final do século XVIII, no comércio desenvolvido com a Inglaterra, o que garantiu, por muito tempo, seu poder político interno contra as pretensões transformadoras de uma nova classe de industriais que então se desenvolvia e cujos interesses eram mais afeitos a ideias protecionistas. Tal disputa, inclusive, refletiu-se no aparecimento de importantes intelectuais alemães que passaram a desenvolver argumentações favoráveis a posturas estatais mais protecionistas da indústria nascente, como é o caso de Friedrich List (LACHER and GERMANN, 2012: 115-6).

O caso francês, conforme apontam Lacher e German (Ibid.: 16-7) é mais complexo, no sentido de que não havia uma divisão de forças mais clara em termos de posições favoráveis ou desfavoráveis ao livre comércio. É certo que havia importantes interesses tanto de um lado como de outro. Nesse contexto mais equilibrado, a implementação das ideias do livre comércio se processou de maneira mais autoritária, fundada em boa medida na necessidade de construir uma malha ferroviária nacional, em um país que não contava com uma indústria minimamente

desenvolvida para fornecer os equipamentos necessários a esse projeto. O movimento contou com uma forte oposição das camadas industriais locais e de outros interesses afetados pelas importações. É importante ressaltar, contudo, que esta liberalização do comércio internacional não implicou uma ampla adoção, pela França, de políticas fundadas no *laissez-faire*, dado que o livre comércio compôs uma estratégia mais ampla de modernização liderada de forma autoritária pelo estado.

With Comte Henri de Saint-Simon rather than Adam Smith as their lodestar, Napoleon III and Chevalier pursued a state-led program of modernization aimed at improving “national warfare” (Ibid.: 116-7)

Do ponto de vista das camadas intelectuais, assim como na Alemanha, as ideias do livre mercado não encontraram ampla guarida na França. Na verdade, foi o protecionismo que aos poucos passou a dominar o cenário intelectual e ideológico francês, ganhando apoio de radicais a conservadores (Ibid.: 116).

Os dois casos acima, ilustrados apenas de forma superficial, servem para sinalizar que o avanço da liberalização das transações internacionais não foi uma obra apenas do avanço do liberalismo enquanto uma ideologia ou da própria força dos movimentos de mercado que se irradiaram a partir da Inglaterra. Este avanço fez parte de um processo de desestruturação da ordenação do Antigo regime que gerou um alinhamento de forças políticas locais favoráveis ao comércio internacional, porém motivadas por interesses políticos forjados em conjunturas de internas de poder. Nesse sentido, é bastante ilustrativo notar que tanto a Prússia quanto a França tiveram, na primeira parte do século XIX, uma postura liberal no comércio internacional muito mais ativa do que a própria Inglaterra, por mais que isso possa parecer contraintuitivo, dada a clara primazia econômica inglesa nesse período (LATHAM, 1997: 434).

Voltemo-nos, agora, para o plano doméstico dos países. Está claro que no século XIX os mercados se desenvolveram de forma generalizada. Porém, nesse ponto, é fundamental ressaltar que no plano doméstico o surgimento dos mercados autorregulados dependeu, de forma ainda mais acentuada do que no plano internacional, da própria *construção* desses mercados. E a história desta construção demonstra que este não foi um processo natural, impulsionado pela fagulha produzida pela revolução industrial inglesa, pelo advento da máquina e pela difusão dos ideais

liberais. Tais mercados nacionais foram forjados em meio aos interesses políticos e econômicos, que se entrelaçavam e eram conduzidos em boa medida pela atuação estatal. Em países como França, Alemanha e Itália (estes dois últimos ainda nem mesmo unificados enquanto países), a atuação estatal se concretizou em diversas frentes, como por exemplo nas medidas fundamentais para integrar o país por meio de sistemas ferroviários e hidroviários, pelas medidas necessárias à conformação de um mercado financeiro e monetário unificado, pela dissolução de antigas formas de organização herdadas do período feudal, como as guildas, a abolição de pedágios internos e de restrições às taxas de juros, a regulamentação das sociedades por ações e da formação de associações econômicas privadas. Soma-se a isso, ainda, a própria abolição dos laços de servidão remanescentes e a liberalização da comercialização de terras (Ibid.: 436-7).

The emergence of domestic market relations was really a twofold process, involving the formation of a market on a national basis and the liberalization of economic activity more generally. *Both aspects depended on state action to various degrees* (Ibid.: 436, *grifos meus*).

A Inglaterra pode ser tomada como o primeiro caso moderno de construção de um mercado nacional minimamente integrado, tendo produzido já em meados do século XVIII, no bojo das políticas mercantilistas da corrida colonial, um espaço econômico doméstico mercantilizado e integrado. Porém, a forma como os mercados nacionais foram sendo produzidos nos demais países ao longo do século XIX dependeu das condições políticas concretas de cada localidade, em que as antigas elites manobravam de forma a manter suas posições de poder em meio as transformações geradas pela crise do Antigo Regime, o avanço da Revolução Industrial e do capitalismo. Isto é, o processo de conformação dos mercados nacionais não é um resultado imediato da revolução industrial e da ascensão das burguesias nacionais. Na verdade, as elites locais buscaram incorporar as transformações econômicas conscientes das ameaças que tais mudanças traziam à suas posições de poder e, dessa forma, “oversaw projects of modernization *and* conservation, far-reaching reforms, in other words, design to maintain, as much as possible, existing forms of authority and hierarchy” (LACHER and GERMANN, 2012: 118, *grifo dos autores*). O trecho seguinte dá uma ideia do descompasso entre a Inglaterra e os demais países, incluindo aí os próprios EUA:

Esta lentidão de mudança no mundo não britânico significava que seus movimentos econômicos continuaram, até o fim do nosso período, a serem controlados pelo antiquado ritmo de boas e más colheitas, em vez de pelo novo ritmo de *booms* e recessões industriais que se alternavam (HOBBSAWM, 2010: 270).

Isso não é dizer que não havia desenvolvimento industrial e de mercados fora da Inglaterra, mas tal desenvolvimento ainda era demasiadamente focalizado, pouco integrado, conformando verdadeiras ilhas de industrialização incipientes rodeadas por antigas formas de reprodução social (Ibid.: 279). Numa conjuntura como essa, o rápido desenvolvimento observado – ao ponto de alguns países, num relativo curto espaço de tempo, implantarem aparelhos industriais mais pujantes e competitivos que o britânico – não poderia ter avançado sem uma atuação mais forte do poder estatal.

Obviamente, em tais circunstâncias (que tem paralelo em inúmeros outros Estados), o desenvolvimento industrial tinha que funcionar de um modo bastante diferente do modelo britânico. Assim, em todo o continente europeu, o governo tinha um controle muito maior sobre a indústria, não apenas porque já estivesse acostumado a isto, mas porque tinha que fazê-lo. Guilherme I, Rei dos Países Baixos Unidos, fundou, em 1822, a *Société Générale pour favoriser l'industrie Nationale de pays Bas*, dotada de terras do Estado, com mais ou menos 40% de suas ações subscritas pelo rei e 5% garantidas a todos os outros subscritores. O Estado prussiano continuou a controlar a operação de uma grande proporção de minas do país. Sem exceção, todos os novos sistemas ferroviários foram planejados pelos governos e, se não foram efetivamente construídos por eles, foram incentivados pela subvenção de concessões favoráveis e pela garantia de investimentos (Ibid.: 281-2).

Vale ressaltar que nada disso quer dizer que as forças emanadas da Inglaterra, seja via ações estatais ou via forças de mercado, não tiveram uma participação significativa na difusão dos mercados no resto da Europa e em outras paradas. Além do país ter sido o centro econômico dinâmico daquela conjuntura, pode-se ainda citar seu importante papel como centro difusor de investimentos internacionais, fornecedor de maquinário para a instalação dos aparelhos industriais nos processos de industrialização que se difundiam, transferência de mão-de-obra qualificada, bem como de gestores e empreendedores. Contudo, a forma como esses fatores emanados da economia britânica foram incorporados na construção dos mercados nacionais dependeu ainda mais fortemente das conjunturas políticas e dos aparelhos de Estado locais (LATHAM, 1997: 428).

### 3.4.3 – O equilíbrio de poder internacional

Com relação ao equilíbrio de poder internacional, como já mencionamos, este mecanismo funciona basicamente no sentido de preservar a existência e a soberania dos principais Estados. Assim, se a paz não é um de seus corolários lógicos, o que explica que, num século tão agitado, marcado por um desenvolvimento material tão vigoroso, nações em rápido crescimento e profundas transformações nos planos domésticos, o equilíbrio internacional de poder tenha operado para preservar uma paz que durou cem anos?

Polanyi explica esse ponto com um argumento ao mesmo tempo simples e sofisticado: nas condições tumultuadas do século XIX, preservar uma conjuntura de paz por um tempo tão longo requereu “controlar o fluxo da vida na sua fonte” (2012b: cap.1). Isso basicamente quer dizer que um interesse pela paz, de alguma maneira, deve estar entranhado organicamente, e se reproduzir continuamente, no próprio fluxo normal da vida social e política. Isto é, a paz duradoura não é imposta de fora para dentro ou de cima para baixo, ela é gestada de dentro da organização social. Na primeira parte do século XIX, esse processo foi conduzido pela Santa Aliança e, posteriormente, pelo Concerto Europeu. Contudo, tais instituições não produziram tal organicidade, e assim não teriam tal eficácia na sustentação da paz, caso não contassem com a atuação de agentes dotados de importância, capilaridade e penetração social. A Santa Aliança, mesmo num momento de crise final do Antigo Regime, pode contar com a mobilização de uma rede ainda bastante vigorosa constituída por laços aristocráticos e eclesiásticos que transpunham as fronteiras nacionais. Já o Concerto Europeu se apoiou num agente ainda mais eficiente, o grupo cosmopolita de grandes financistas internacionais que ficou conhecido com *haute finance*. Foram esses atores que, imersos profundamente nos principais desdobramentos sociais e políticos do século XIX, puderam controlar e desviar o “fluxo da vida” nos momentos em que uma guerra importante entre as grandes nações se avizinhava.

Entretanto, cada um desses conflitos em particular [os menores e mais constantes] foi circunscrito e numerosas outras situações de mudança violenta foram resolvidas pela ação conjunta ou amortecidas num compromisso tácito entre as Grandes Potências. O resultado era sempre o mesmo, independentemente da mudança dos métodos. Enquanto na primeira parte do século o

constitucionalismo foi banido e a Santa Aliança suprimiu a liberdade em nome da paz, durante a outra metade e novamente em nome da paz – as constituições foram impingidas a déspotas turbulentos por banqueiros de visão comercial. Assim, sob formas variadas e ideologias mutáveis – às vezes em nome do progresso e da liberdade, às vezes pela autoridade do trono e do altar, às vezes graças às bolsas de valores e aos livros de cheque, às vezes por corrupção e suborno, às vezes por argumentos morais e apelos iluministas, às vezes à custa de bordoadas e baionetas – o resultado conseguido era sempre o mesmo, e a paz foi preservada (POLANYI, 2012b: 6).

Com isso, contrariando seus resultados mais comuns, o mecanismo internacional de equilíbrio de poder foi posto a serviço da paz, enquanto isso foi possível, isto é, enquanto os interesses em jogo tendiam a estabelecer um preço alto para os conflitos mais generalizados. Isso não quer dizer que não houve conflitos, porém estes terminaram sempre controlados, para que não perturbassem a paz mais geral. A *haute finance* não tinha um apreço absoluto ou moral pela paz em si. Na verdade, as guerras se apresentavam como situações bastante lucrativas, desde que não levassem a um colapso do sistema monetário internacional: “quase todas as guerras foram organizadas pelos financistas, mas eles também organizaram a paz” (POLANYI, 2012b: 17).

#### 3.4.4 – Padrão-ouro clássico

A ideia de desenraizamento do econômico, de uma forma ou de outra, percorreu todo esse trabalho. Especialmente no capítulo 2, buscamos demonstrar que desenraizamento não quer dizer o mesmo que descolamento, embora seja este último prisma aquele que domina as discussões dos diversos temas econômicos. Porém, em poucos casos essa ideia de descolamento aparece com mais força do que quando se pensa no chamado padrão-ouro clássico, que vigorou internacionalmente na parte final do século XIX, até a Primeira Guerra Mundial. Ao modo de funcionamento desse sistema monetário se atribui uma espécie de tipo ideal que reflete a imagem de um sistema que funcionaria baseado em automatismos puxados pelas forças do mercado e pelo respeito estatal às boas regras de governança monetária e financeira. É claro que, no limite, todos admitem que tal sistema nunca funcionou realmente segundo esse modelo de equilíbrios automáticos, porém, a partir dessa constatação, as

discussões tendem a se encaminhar no sentido de se ponderar a realidade e o modelo, para salvá-lo.

Too often scholars see counterfactual evidence as an indication that history did not live up to the theory, that liberal governance was never fully implemented. The notion that the gold standard was a market-led structure of governance, for example, has often been labelled a myth. Yet rare are those who take the further step to rethink liberal financial governance. *For the problem is not that liberal financial governance was only partially implemented, but more importantly that it was never what it claimed to be (...)* (KNAFO, 2013: 44, *grifo meu*).

Com isso, mesmo reconhecendo que o padrão-ouro clássico seja representado por um modelo ideal que nunca funcionou conforme o imaginado, continua-se a tomá-lo como um exemplo de sistema que fundamentalmente servia para impor aos Estados limites que protegiam as forças de mercado contra as interferências da política. O padrão-ouro continua a ser pensado, então, como uma instituição que libertava as forças do mercado. Na verdade, até mais do que isso, o padrão seria uma instituição que difundia as forças de mercado internacionalmente. Em boa medida, esse modelo continua a atuar como referência para grande parte daqueles que se dedicam atualmente a pensar o futuro do sistema monetário internacional. Ainda estamos em busca de algo que se assemelhe, pelo menos na essência, ao padrão-ouro, para não falar nas propostas, não incomuns, de um próprio retorno àquele sistema. Contudo, o sistema monetário do final do século XIX precisa ser repensado, não em termos de suas imperfeições de funcionamento frente ao seu modelo ideal, mas sim reavaliado em sua própria organicidade, significado e função que exercia naquela que conjuntura. É curioso notar que, sempre que se discute o funcionamento do padrão-ouro, busca-se chamar atenção para o paradoxo de o sistema ter chegado ao seu auge justamente no momento em que o mundo avançava para o chamado capitalismo monopolista, gerando um aparente conflito com a lógica liberal que se imputa ao sistema monetário de então. Mas, talvez não haja tanta contradição assim.

Contribuíram decisivamente para o impulsionamento desse modelo ideal a chamada Comissão Cunliffe e o próprio posicionamento de altos membros do Banco da Inglaterra naquele momento. A referida comissão foi criada em 1918 para ser um fórum de discussão sobre a reconversão da economia britânica para tempos de paz, após o fim do primeiro conflito mundial. Com importante participação de membros do Banco da Inglaterra, a comissão levou o nome de seu supervisor, Walter Cunliffe,

então *Governor* do banco inglês. O posicionamento dos representantes do banco era favorável ao retorno rápido da Inglaterra para o padrão-ouro, que, segundo argumentavam, representaria a volta do país às regras objetivas de mercado, protegendo a política monetária dos inevitáveis erros e vícios humanos. Harold van Cleveland afirma que este posicionamento pode ser entendido como “*a bit of ideology invented by later generations of bankers and economists attempting to play down the political dimensions of monetary policy*” (apud KNAFO, 2013b: 6). É importante, então, deixar claro um elemento específico das condições que marcaram a participação do sr. Cunliffe e dos demais membros do banco da Inglaterra na comissão. Naquele contexto, o Banco da Inglaterra era alvo de fortes críticas públicas, que acusavam a instituição de politizar a operacionalização da política monetária. Nesse sentido, esta pressão poderia ser arrefecida com a volta ao padrão-ouro, que segundo a argumentação dos membros do banco inglês garantiria o isolamento técnico da gestão monetária do país, que então deveria favorecer o funcionamento mecanismo de equilíbrio automático produzido pelo mercado (Ibid.: 6). Isto é, as pressões que sofriam naquele momento fizeram com que os membros do Banco da Inglaterra exagerassem os supostos automatismos do padrão-ouro.

A partir da Comissão Cunliffe, os desdobramentos históricos caminharam realmente no sentido de se tentar recriar o padrão-ouro como o sistema monetário internacional. Daí em diante, a ideia fundamental que passou a exprimir a forma de funcionamento do sistema foi emprestada do *price specie mechanism*, elaborado por David Hume ainda no século XVIII. Basicamente, o mecanismo de Hume funcionava a partir dos impactos nos níveis de preço domésticos que os fluxos internacionais de metais monetários produziram. Assim, o influxo de metais aumentaria inicialmente a demanda interna de produtos, gerando como consequência um aumento nos preços. Ao tornar os produtos domésticos mais caros, o mecanismo produziria uma inversão nos fluxos comerciais, na medida em que os produtos importados se tornassem mais atrativos. Por fim, esta inversão no fluxo comercial reconduziria o saldo dos fluxos metálicos para o equilíbrio, fechando a lógica de funcionamento automático do mecanismo. Ou seja, deixado a funcionar livremente, as próprias forças de mercado levariam a um equilíbrio dos fluxos.

Como ressalta Knafo, haja visto que os sistemas monetários domésticos dos países não funcionam com base em um sistema puramente metálico, mas com base

em moedas de emissão bancária suscetíveis a uma gestão descolada dos fluxos metálicos, o processo de reimplantação do padrão-ouro avançou com o estabelecimento das chamadas “regras do jogo” pela Comitê Macmillan em 1929. Tais regras, essencialmente, buscavam fazer com que os Estados realmente funcionassem como transmissores (passivos) dos efeitos dos fluxos metálicos internacionais para sua base monetária nacional, permitindo que o *price specie mechanism* funcionasse conforme o previsto (Ibid.: 23). A discussão proposta por Knafo é sobre a noção de governança financeira liberal que se desenvolveu no próprio bojo do processo de recriação do padrão-ouro, propondo para os Estados um papel passivo de regulação. Isto é, um papel que vai no sentido de deixar que os mercados operem protegidos das potenciais interferências discricionárias oriundas da política. Para o autor, esta noção de uma governança financeira passiva, ditada pelos mercados, consolida-se justamente nesse momento de reimplantação do padrão-ouro internacional, sendo mantida praticamente intacta desde então.

The traditional conception of liberal financial governance emerged in the wake of the First World War. The war had generated significant monetary imbalances at the international level due to debts contracted by many countries and costs of reconstruction. Confronted with fragile and volatile monetary environment, economists and state officials began reflecting on questions of monetary governance, but this time from a distinctly international perspective. In Britain specifically, there was nostalgia for an era of British dominance. Those who testified in front of the Cunliffe commission looked back on the period of the gold standard as a highly desirable and stable period of their history (Ibid.: 22)

Contudo, após a implantação das chamadas regras do jogo, pesquisas acadêmicas começaram a demonstrar que a gestão monetária realizada pelos Estados no entreguerras era, de forma consistente, distinta do que havia sido estabelecido; e em boa parte das vezes tal atuação ia no sentido contrário.<sup>73</sup> Aqui, seria possível pensar que tal inadequação da ação estatal frente às regras do jogo monetário internacional teria sido o resultado de uma conjuntura totalmente diferente daquela que vigorou na parte final do século XIX; como de fato era. Aliás, essa é

---

<sup>73</sup> “First a study by Ragnar Nurske showed that the gold standard during the interwar period was not operating as predicted by theory. Among 26 central banks he examined for the period between 1922 and 1938, he found that all but one bank had followed a logic of intervention which was opposite to that predicted by the idea of the rules of the game. Far from promoting market-led adjustments, central banks seemed more concerned with cushioning the domestic economy from pressures of capital flows” (KNAFO, 2013b: 24).

basicamente a ideia por trás do argumento de que não é possível fazer “o relógio regredir”, isto é, não é possível voltarmos no tempo. De fato, tentar replicar mecanicamente um sistema que funcionava em uma outra época, possuindo uma organicidade com aquela conjuntura, não é uma atitude sensata e certamente isso ajuda a explicar o insucesso da tentativa do entreguerras. Porém, antes, é necessário atentar para o fato de que o padrão-ouro não funcionou segundo as regras do jogo nem mesmo na versão, digamos, original daquele sistema.

Pesquisas históricas subsequentes começaram a levantar um relevante conjunto de evidências que apontavam para uma atuação estatal distinta daquela que é transmitida pelo modelo mais usual do padrão-ouro. Por exemplo, um estudo de Artur Bloomfield demonstrou que os Estados não atuavam no sentido de transmitir, em resposta, os efeitos dos fluxos de reservas metálicas para sua base monetária: *“if anything, this seemed to suggest that central banks led the market rather than followed it; that markets were responding to actions of these banks rather than vice versa”* (Ibid.: 24). Evidentemente, tais estudos tiveram bastante repercussão nos meios acadêmicos, porém, em geral, as respostas tenderam a caminhar no sentido de se manter a essência do sistema. Isto é, se na prática os bancos centrais não atuaram de forma totalmente aderentes às regras do sistema, o importante seria ressaltar que sua essência estava mantida, qual seja, pressionar para que os governos se mantivessem longe de gerar interferências na economia.

As respostas ao desafio encontraram diferentes saídas, mas sempre mantendo a essência acima mencionada. Um primeiro tipo de resposta envolveu basicamente uma retirada de foco das ações concretas tomadas pelos Estados, dando lugar ao mais abstrato conceito de credibilidade. Por essa via, o que passou a importar foi a percepção dos mercados acerca do comprometimento do Estado, de uma perspectiva mais ampla, com uma gestão passiva de sua base monetária, e não especificamente a operacionalização de um conjunto de políticas ou regras. Mas, o que seria exatamente essa credibilidade e o que a sustentaria concretamente nunca fica muito claro. Assim, chega-se a lógicas circulares do tipo: a economia possui estabilidade monetária e financeira porque as autoridades monetárias têm credibilidade junto ao mercado, ao passo que possuem credibilidade justamente porque a economia tem estabilidade monetária. Com isso, as evidências da capacidade dos países se desviarem de forma persistente das regras do padrão-ouro no século XIX passaram a

simplesmente ser justificadas pela credibilidade que este país construiu ao longo do tempo, gerando essa flexibilidade.

Com efeito, a Inglaterra pode se desviar das regras do jogo por quase duas décadas, sem sofrer pressões por parte dos mercados, evitando assim as instabilidades econômicas que isto acarretaria: “[i]n failing to state concretely what constituted liberal financial governance – what liberal governance is in practice – the analysis of the gold standard becomes abstract, vague and increasingly disconnected from history” (Ibid.: 27-8). Veja-se que este tipo de abordagem, no limite, não se preocupa em entender as razões e as consequências do comportamento discricionário dos Estados apontadas pelas evidências históricas. Se tal atuação estatal diverge do modelo ideal, o que se faz é gerar uma flexibilização no modelo que mantenha sua essência, sem levar a sério o comportamento dos Estados concretamente observado. Nesse sentido, os desvios à regra passam ao largo, como meros detalhes históricos. Mas, e se uma avaliação mais detida demonstrasse que são justamente tais atuações fora do modelo as responsáveis pela produção de estabilidade no sistema? (Ibid.: 28).

Na sequência, ainda vale ressaltar a abordagem clássica desenvolvida por Eric Eichengreen, que se constitui num avanço da própria via da credibilidade ressaltada anteriormente. Para o autor, o funcionamento estável do padrão-ouro se apoiava em dois grandes pilares: a livre conversibilidade de moeda fiduciária em ouro a taxas fixas e a rígida independência dos bancos centrais. O ponto é que, com esses dois pilares, os Estados eram capazes de desenvolver uma forte credibilidade junto aos agentes de mercado de que seus bancos centrais iriam atuar para manter a paridade de suas moedas. E o efeito disso era que, na prática, o que se observava era um comportamento estabilizador dos fluxos financeiros especulativos. Qualquer desvio no valor em ouro de uma moeda era prontamente sucedido de um movimento financeiro que, antecipando a atuação do banco central, tinha como consequência a correção no valor da moeda. Com efeito, na maior parte das vezes, o banco central nem precisaria atuar de fato, dado que sua própria credibilidade produziria os fluxos especulativos que corrigiriam os desequilíbrios. Diferentemente do que passou a ocorrer após a I Guerra Mundial, no período do padrão-ouro os fluxos internacionais especulativos teriam sido estabilizadores, justamente por conta deste elemento de credibilidade.

Em todo caso, o resultado é o mesmo do que na versão mais simples do argumento da credibilidade. Em Eichengreen, ainda há alguma atuação mais clara do Estado, mas sua atuação é mais do tipo negativa, isto é, pela imposição de barreiras às suas possibilidades de intervenção na gestão monetária. Isso geraria um grau de credibilidade tal que o sistema se autorregularia, nesse caso via fluxos financeiros. Ou seja, competiria ao Estado emitir os sinais adequados esperados pelo mercado, e este então passaria a atuar a favor do equilíbrio do sistema. Tal ponto de vista, desviando-se da necessidade de se entender as razões que fundamentavam os recorrentes afastamentos das chamadas “regras do jogo”, terminam simplificando os desafios concretamente enfrentados pelos gestores das políticas monetárias (Ibid.: 29).

Da forma como em geral é apresentado, tem-se a impressão de que o padrão-ouro, enquanto um sistema monetário internacional, conformou-se segundo as determinações de um grande arcabouço regulatório pré-determinado, um conjunto de soluções de governança monetária e financeira para problemas conhecidos: *“From this approach, old mercantilist policies, conducted in the arbitrary interest of the Crown, would thus have been discarded and replaced by more ‘objective’ and ‘rational’ policies with the rise of capitalism”* (Id., 2013: 46). Na verdade, como Knafo procura demonstrar, o desenvolvimento das instituições que conformaram o padrão-ouro, primeiro na Inglaterra e depois nos demais países que o adotaram, foi um processo de longo prazo, governado pelo desenvolvimento mútuo entre Estado e mercado. E a lógica desse desenvolvimento nunca foi, de forma unilateral, gerar mecanismos de restrição à ação Estatal ou à interferência da política na liberdade dos mercados. Antes, o que se destaca na conformação de tais instituições de governança é que elas representaram, em boa medida, soluções encontradas pelo Estado para, de alguma forma, lidar com desafios impostos pelo desenvolvimento monetário e financeiro ao longo do processo de formação do capitalismo. Assim, para Knafo, tais soluções foram produzidas *no processo*, em boa medida como um resultado não concebido previamente das ações do Estado com vistas a controlar o desenvolvimento das forças de mercado (Id., 2013b: 35-9). É nesse sentido que, para o autor, a lógica pré-concebida do padrão-ouro clássico subestima os desafios enfrentados por aqueles que os enfrentavam no calor dos acontecimentos. Os problemas não são conhecidos previamente, e as soluções de ocasião encontradas levam a resultados não

antecipados. É a partir desse plano concreto que, com o tempo, se estabelecem as soluções.

Vejamos, então, quais são estas três principais instituições componentes do padrão-ouro clássico e, em linhas gerais, como elas se desenvolveram inicialmente na Inglaterra. A primeira delas, e também a mais antiga, é o que se pode denominar de *sound money* ou a busca pela estabilidade do valor da moeda. Diferentemente dos demais países continentais, a Inglaterra já apresentava um histórico de estabilidade monetária que vinha de antes do século XIX, de modo que não foi necessário o estabelecimento do padrão-ouro para que a Inglaterra passasse a receber “credibilidade” por esse prisma. Assim como outros países continentais, antes do padrão-ouro a Inglaterra possuía um sistema monetário bimetálico, em que a prata exercia um papel bastante relevante, especialmente como meio de pagamento das rendas da elite fundiária (*landlords*). Porém, uma particularidade política britânica, a significativa capacidade de tal elite fundiária exercer pressão sobre o governo central por meio do parlamento, possibilitou que os *landlords* restringissem a capacidade da coroa de executar operações de *debasements* nas cunhagens monetárias. Esta operação, bastante comum em outros países, consistia na cunhagem de moedas com o mesmo valor de face, porém com um menor valor intrínseco via redução do metal nobre contido da moeda. No caso inglês, tal artifício era repellido de forma eficaz pelos *landlords*, que enxergavam nesse processo um potencial impacto negativo na estabilidade de suas rendas. Assim, “[b]y forcing the Crown to avoid debasements as a condition for funding, they protected the value of English coins, making the pound one of the most stable currencies in Europe” (Id., 2013: 48).

Porém, mesmo antes do XIX, os mercados financeiros dos diferentes países já possuíam algum grau de integração, de forma que a manutenção da estabilidade monetária na Inglaterra, em meio a outras praças onde esta gestão era feita de forma distinta, gerou consequências sobre os fluxos financeiros, que então passaram a executar operações de arbitragem envolvendo a moeda britânica. Dado que possuía uma maior concentração de prata, o *pound* inglês passou a ser carregado para fora do país, com o que novas medidas de controle tiveram que ser impostas para a manutenção da estabilidade monetária dentro da Inglaterra. Os pontos essenciais aqui são dois. Em primeiro lugar, a estabilidade monetária na Inglaterra não foi fruto do padrão-ouro já estabelecido, senão um elemento constituído e sustentado muito

tempo antes disso, antes mesmo do capitalismo se estabelecer na ilha. O outro ponto é que, como esse primeiro movimento sinaliza, tal estabilidade não envolveu uma restrição da atuação estatal, mas sim a crescente intervenção dos mecanismos de Estado. Isso porque os resultados de uma determinada ação praticamente nunca são estanques e isolados, gerando desdobramentos em boa parte das vezes não previstos, que então exigem novas intervenções.

These initial historical observations allow us to clarify an important point about later development of liberal monetary governance. For the measures to stabilize currencies – what we now see as policies of “sound money” – did not take part in a pro market framework aimed at protecting the market from state intervention as its generally assumed. The intention behind these policies was not to limit state intervention in relation to the market, nor to foster state credibility. On the contrary, ensuring sound money involved a more active intervention on the part of the Crown because of the need to counter market arbitrage. This highlights a crucial fact too often neglected in the IPE literature: since the pursuit of sound money triggered various forms of arbitrage on the market, it obliged the Crown to intervene more rather than less in markets. As would later be the case, sound monetary policies constituted a driving force toward the increasing involvement of the State in monetary and banking matters. Such a logic would later lead England to become what Rondo Cameron described as the *most regulated banking system of the nineteenth century* (Ibid.: 49, *grifo meu*).

O segundo elemento central da constituição do padrão-ouro, conforme este se estabeleceu na parte final do século XIX, foi a troca do sistema bimetálico para o monometálico baseado no ouro. Esse movimento derivou de um importante desdobramento do mercado financeiro inglês do final do século XVIII: o desenvolvimento do mecanismo de emissão de moeda bancária, que, a partir de Londres, espalhou-se para outras cidades do interior, com consequências importantes para o funcionamento da economia do país. Esta interiorização das instituições bancárias dotadas de capacidade de emissão monetária acompanhou o processo de industrialização da Inglaterra, que avançou a integração econômica do país, exigindo a oferta de um meio circulante mais flexível e ajustado ao crescimento dos mercados internos. O ponto é que o crescimento da importância de tais instituições também ressaltou sua importância política, dado que, cada vez mais, as operações dos bancos emissores assumiam uma relevância sistêmica no comportamento da economia. Conforme ressalta Knafo, isso fica bastante claro nos efeitos produzidos pelas crises

financeiras em diferentes momentos. Antes de 1770, as crises financeiras de qualquer tipo tinham efeitos bastante limitados com relação à sua difusão para a economia em geral. Contribuíam para esse resultado o fato de que os bancos do interior do país ainda não haviam se difundido tanto, não possuíam conexões fortes entre si e entre as instituições da City, assim como não haviam desenvolvido largamente o mecanismo de emissão monetária. Mas, essa situação se altera ao final do século XVIII e início do XIX, quando a bancarização do interior do país se aprofunda, baseada nas suas próprias emissões de moeda bancária e nas suas conexões com as *discount houses* de Londres. Assim, ao mesmo tempo que o processo de bancarização da Inglaterra assumiu uma feição mais moderna, também cresceu a importância sistêmica de tais instituições, na medida em que suas emissões bancárias passam a ter uma mais alta elasticidade com relação ao crescimento econômico e, portanto, um caráter pró-cíclico muito mais acentuado e crítico.

Assim, “[b]anknote issuing thus came to be seen as a matter of public interest. This led to a growing politicization around issues of monetary management and banking, as parliament became increasingly involved in banking regulation” (Ibid.: 50). E um dos resultados das discussões que se desenvolveram acerca da regulação sistema bancário foi, no início do século XIX, a própria decisão do parlamento de estabelecer o padrão-ouro, que então deveria regular a capacidade dos bancos de emitirem moeda bancária, respeitando a necessidade de conversibilidade de suas emissões nos seus lastros em ouro. Veja, o movimento de imposição do padrão-ouro ia contra os chamados interesses do mercado, seja o das próprias instituições bancárias, sejam o de outros interesses de mercado, que se beneficiavam dessa maior capacidade do sistema de gerar liquidez.

While these facts about the debate on the gold standard in the late 1810s are widely accepted in the historical literature, political economists have mostly ignore them when discussing the gold standard. Yet they fundamentally undermine the idea that the gold standard was seen at the time as a means to insulate financial markets from state intervention or to depoliticize monetary governance. In reality, the gold standard represented the exact opposite. It was a crucial step in the gradual politicization of financial governance, a fact clearly demonstrated by the intense debates on money and baking that distinguish the first half of the nineteenth century (Ibid.: 51).

E por que estabelecer o ouro como o lastro padrão? Em geral, a história que se conta é que o ouro teria expulsado a prata do país devido ao resultado de uma decisão errada do célebre Sir Isaac Newton, no início do século XVIII, quando o mesmo era responsável pela casa da moeda britânica. A suposta decisão errada de Newton teria sido uma calibragem mal feita do preço do ouro, que o tornou sobrevalorizado com relação à prata, desencadeando um mecanismo pelo qual os mercados passaram a executar operações internacionais que expulsaram a prata do país. Na verdade, a escolha do ouro, ocorrida apenas um século após ao episódio de Newton, deve-se a um outro motivo. Basicamente, quando os primeiros bancos surgiram na City, desde o início estas instituições passaram a se apoiar no ouro para estabelecer a conversibilidade de suas moedas bancárias. Isso se devia ao fato de que os grandes mercadores londrinos, conectados aos mercados de longa distância, traziam para o país elevadas somas em ouro fruto de suas atividades. Dessa forma, foi natural para as instituições bancárias que então surgiam utilizar o ouro como lastro de suas operações. No movimento de interiorização dos bancos durante o desenvolvimento industrial inglês, esta prática foi copiada por estas novas instituições bancárias que iam surgindo. Daí então que nada mais natural do que utilizar o próprio tipo de lastro que já era utilizado e transformá-lo no padrão.

O último e talvez o principal elemento conformador do padrão-ouro na Inglaterra foi o desenvolvimento do banco central inglês, que evoluiu a partir do Banco da Inglaterra, uma instituição bancária privada. É bastante sintomático que a principal instituição do sistema monetário financeiro internacional da época tenha recebido tão pouca atenção dos acadêmicos, a não ser para dizer que o banco possuía enorme credibilidade junto ao mercado, justamente por estar comprometida com as “regras do jogo”. Knafo ressalta que o desenvolvimento do banco central foi a principal inovação monetária do século XIX, e isso se explica não pelo seu apego a supostas regras, senão o contrário, isto é, pelo significativo desenvolvimento de instrumentos e estratégias de gestão monetária a que a atuação do banco deu lugar. Isto é, este desenvolvimento ocorreu pelo desenvolvimento de instrumentos de interferência e controle do mercado, uma postura ativa e não passiva. O Banco da Inglaterra é fundamental nesse processo porque atuou vigorosamente e de maneira inovadora – inovações que, novamente, se desenvolviam *no processo* – para influenciar e moldar o mercado (Ibid.: 53).

It is striking how most studies of the gold standard ignore central banking in their analysis. In fact, one usually gets the impression that the two were opposed to one another as if gold standard was an obstacle to the development of monetary policy because of the constraints it imposed on the Bank of England (Ibid.: 53).

É interessante notar que o Banco da Inglaterra desde sempre possuiu um caráter *sui generis*, dado que uma instituição privada, porém com privilégios específicos de emissão monetária. Nesse sentido, a história do banco é marcada pelas pressões que sofria tanto pelo lado do poder estatal quanto pelo lado dos demais agentes de mercado. Pelo lado desses últimos, não havia um posicionamento totalmente contra ou a favor do Banco, já que, ainda que se caracterizasse como um competidor privado potencializado por privilégios – o monopólio da emissão monetária em Londres –, sua atuação em vários momentos criava relacionamentos benéficos para outras instituições financeiras, como por exemplo pela oferta de instrumentos de redesconto. Foi exatamente nesse contexto que, já no século XIX, surge o conceito de prestador de última instância, expressão que deixa clara disputa de interesses em que o Banco estava inserido. Criado pelo financista Henry Thorton, a expressão sinaliza, por um lado, a necessidade de se restringir o tipo de atuação ou o papel do Banco da Inglaterra no sistema monetário e financeiro inglês. Por outro lado, a expressão deixa clara a importância da instituição para os demais bancos, sendo a fonte de socorro de última instância (Ibid.: 54).

O fato é que o Banco da Inglaterra, desde sempre, devido a esse seu caráter ambíguo de instituição privada com potenciais poderes públicos, sofria pressão de todos os lados. Dentre as principais fontes de pressão pelo controle de sua atuação, estavam novamente os *landlords*, que enxergavam o Banco como representante máximo dos *monied interests*, isto é, os interesses do setor financeiro. Para esta aristocracia ligada à terra, as práticas do setor financeiro, sejam elas relacionadas à bolsa (stockjobbers como David Ricardo) ou aos bancos, representavam ameaças à estabilidade monetária e, portanto, às suas rendas. Com isso, o Banco da Inglaterra se tornou o principal alvo das pressões por regulação, já que o seu controle representaria, supostamente, também o controle do mercado financeiro de uma forma geral. Esta regulação basicamente visava restringir a capacidade de emissão monetária do Banco, o que, acreditava-se, retiraria o combustível dos demais agentes do mercado financeiro. O problema é que, nas primeiras décadas do século XIX, o poder e a centralidade do Banco da Inglaterra foram demasiadamente exagerados,

de modo que as restrições impostas ao Banco não surtiram o efeito esperado, como deixaram bastante claro as diversas crises ocorridas nos anos 1820 e 1830 (Ibid.: 56-7).

Esta constatação sobre a real posição do Banco da Inglaterra em meio ao desenvolvimento do mercado financeiro britânico deu lugar a uma série de medidas executadas pelo Estado para reformular o sistema financeiro britânico no sentido de conferir um papel de maior destaque e efetividade ao Banco.

(...) state officials were forced to reshape the banking sector in order to have it conform to the idea of the lender of last resort. Through a series of measures, banknotes issuing was centralized in the hands of the Bank. For the gold standard to operate efficiently the banking sector was reconfigured in order for the Bank to occupy a central position and the Bank of England itself was subjected to tight constraint and basically forced into the role of a central bank. In this way, the idea of the lender of last resort became the template to create the very reality it had intended to describe (Ibid.: 57)

O ponto fundamental nesse reposicionamento do Banco da Inglaterra foi a conjugação de uma maior responsabilidade na orquestração do sistema monetário britânico com o reforço dos controles impostos a si mesmo, em especial a necessidade de observar o padrão de conversibilidade em ouro das suas emissões. Este ponto é importante, pois gerou os desafios cujo enfrentamento levou à produção de uma série de novos instrumentos e práticas que então se tornaram a base da gestão monetária em todo o mundo. O impulso básico funcionava do seguinte modo. Estar no centro do sistema monetário como a única instituição com poder de emissão monetária, porém devendo observar os limites impostos pela conversibilidade em ouro, gerava enormes pressões na gestão do Banco da Inglaterra. Isso porque, em momentos de maior estresse, seria função do Banco garantir liquidez para as demais instituições do sistema, porém sem forçar demasiadamente seu lastro em ouro. Esse desafio não apenas passou a fazer parte do dia a dia da gestão do Banco como, especialmente a partir dos anos 1870, tornou-se cada vez mais agudo conforme o padrão ouro ia sendo adotado em outros países, ampliando a disputa pela manutenção das reservas em ouro.

Vale reforçar mais esse ponto. *O Banco da Inglaterra, como uma instituição privada, não possuía qualquer intenção de ter como atribuição o papel de controlador*

*e estabilizador do mercado.* Até então, o Banco não havia assumido de fato o papel de emprestador de última instância, haja visto o comportamento pró-cíclico tradicionalmente observado na gestão de suas emissões. A chave para a alteração dessa postura foi a mencionada reformulação promovida no mercado financeiro britânico, que alterou a posição do Banco. De maneira bastante geral, isso foi obtido pela proibição da emissão de notas por qualquer instituição bancária que não o Banco da Inglaterra, de modo que tais instituições passaram a operar fundamentalmente a partir de suas operações de depósitos, que podiam ser multiplicados por meio do mecanismo de reservas fracionárias. Desse modo, tais instituições, para operar, passaram a depender cada vez mais da liquidez que poderia ser provida pelas emissões do Banco da Inglaterra (Id., 2013b: 159-60).

A partir de então centralizado na estrutura do sistema, as oscilações financeiras e monetárias passaram a impactar mais fortemente o Banco, que então foi forçado a assumir uma postura mais ativa no controle do mercado, reduzindo os riscos mais sistêmicos. Assim, “[t]he gradual transition toward active central banking began after the crisis of 1866 which marked an end to the Bank of England’s attempt to extricate itself from its responsibilities as the main financial institution” (Ibid.: 161). E esta nova postura do Banco da Inglaterra se refletiu num conjunto de práticas e estratégias adotadas ao longo do tempo. Dentre elas podemos citar, por exemplo, a redução de sua postura competitiva frente aos demais bancos privados de Londres, passando a praticar taxas de juros mais acomodáticas. Outro ponto importante foi a busca por se aproximar das demais instituições financeiras, que até então não possuíam contas e empréstimos significativos com o Banco, o que limitava a difusão das políticas adotadas. Seguiram-se a isso a busca pela extensão dos prazos dos empréstimos concedidos a esses agentes, a criação das operações de mercado aberto com os demais bancos (compra e venda de ativos financeiros, especialmente títulos públicos), bem como intervenções mais diretas (isto é, desintermediadas) no mercado para enxugar liquidez. Na expressão dos oficiais do Banco à época, o objetivo de tais estratégias era “*getting control of the market*” ou, numa expressão mais interessante, “*bringing the market into the bank*” (Ibid.: 163).

Nota-se, então, pelas linhas gerais de desenvolvimento apresentadas acima, que o padrão-ouro vai se conformando como uma resposta estatal ao desenvolvimento monetário e financeiro na Inglaterra, especialmente após a

Revolução Industrial e os impulsos então gerados no desenvolvimento dos mercados e das finanças. O padrão, assim, engata seus primeiros passos a partir de questões domésticas e não como fruto de pressões internacionais. É claro que, especialmente no último quarto do século XIX, o padrão se internacionaliza e, como já ressaltamos, passa sim a gerar pressões sobre a estabilidade monetária e financeira dos países. No entanto, veja-se que tais pressões não serviram para estabelecer regras do jogo restritivas à ação estatal, mas sim geraram um impulso ao desenvolvimento de novos instrumentos e estratégias de atuação dos Estados para manter a estabilidade econômica doméstica. Isso é contrário à ideia de que o padrão-ouro se internacionaliza como um meio de garantir os interesses dos agentes de mercado internacionais em suas operações globais.

A ideia de que o padrão-ouro jogaria um papel fundamentalmente restritivo à ação estatal é bem capturada pelo famoso modelo de Mundell-Fleming, cuja trindade impossível forcejaria no sentido da adoção de políticas pró-mercado de modo a assegurar taxas de câmbio fixas e liberdade de circulação de capitais (Ibid.: 150). Contudo, contrário à essa ideia de perda de autonomia implicada pelo modelo de Mundell-Fleming, atuar de forma ativa e desrespeitar as supostas regras do jogo sempre foi a própria regra e não uma exceção a ela. O padrão-ouro se formou e desenvolveu, na sua essência, como um conjunto de elementos de intervenção estatal para regular, controlar e moldar o funcionamento dos mercados. Frente às pressões impostas pela internacionalização do padrão, a ação estatal se projetou no mesmo sentido.

Instead of seeking to facilitate market-led adjustments, states and central banks experimented to regain control over destabilizing market forces. Circumventing the so-called “rules of the game” was thus an integral part of the construction of the liberal financial governance precisely *because the purpose was never to restrict domestic autonomy*. Through these discretionary tools, central banks tried to alleviate the pressure from capital flows and trade imbalances in order to evade market pressures generated by the gold standard (Ibid.: 151, *grifos do autor*)

Da mesma forma que na Inglaterra, os instrumentos do padrão-ouro se difundem para os principais países – aqueles que se desenvolviam mais rapidamente naquele momento – como uma forma de gerar controle sobre os sistemas monetários e financeiros que se desenvolviam. O padrão, portanto, evolui a partir de questões domésticas, e não primeiramente como uma forma de criar um ambiente internacional

favorável à expansão dos mercados. É curioso destacar que alguns elementos componentes do padrão-ouro iam, na verdade, de encontro aos interesses da alta finança internacional, que não era britânica, mas sim composta por grandes *Merchant Banks* continentais: *Barings, Rothschilds, Schroders, Warburgs, Brandts, Lazards, Hambros*, nenhuma dessas importantes casas financeiras era britânica, apesar de todas elas terem fincado pé City. Por exemplo, para estes financistas, formados ao longo das antigas e heterogêneas rotas comerciais internacionais, o monometalismo e o câmbio fixo impostos pelo padrão-ouro retiravam-lhes importantes fontes de negócio. Assim, não foram poucas as campanhas conduzidas por estes expoentes da alta finança contra a implantação de vários elementos do padrão-ouro, dado que eles significavam uma intervenção estatal negativa em seus negócios (Ibid.: 166).

Isso não quer dizer que a Inglaterra não atuou em alguns momentos para impor o padrão-ouro internacionalmente, de modo a favorecer os interesses do capital. Porém, essa intervenção não foi generalizada, mas sim focada em algumas regiões periféricas e de forma a defender os interesses e as particularidades da finança britânica, que por motivos históricos era muito menos afeita às oscilações e incertezas do que a alta finança internacional. Mas, em geral, esta atuação internacional britânica tendeu a ser pragmática, voltada à manutenção da estabilidade de seu sistema monetário e financeiro doméstico. Pragmática, e também ativa, ao ponto de buscar evitar que países dentro de sua esfera de influência imperial se alinhassem ao padrão-ouro, para que este fosse mantido dentro da Inglaterra (Ibid.: 169 e segs).

### 3.5 – O século XIX e a linhas de conexão entre a economia e a política

O eixo deste terceiro capítulo foi a tentativa de demonstrar duas possíveis linhas de conexão entre a economia e a política na conformação do século XIX. Em uma discussão mais geral sobre economicismo, o dezenove se apresenta como um campo bastante fértil para romper com a falácia de uma economia autorregulada, entendida como um descolamento do restante da realidade social. Isso porque é nesse período que despontam elementos como o livre mercado internacional, o livre fluxo de capital, fluxos migratórios de trabalhadores, o liberalismo enquanto ideologia, o desenvolvimento dos mercados, da industrialização e, seu elemento mais brilhante, o padrão-ouro clássico, grande guardião e elemento promotor das forças do mercado.

Durante o capítulo, buscamos sinalizar, então, as duas grandes linhas de conexão da política com a economia. A primeira, de mais longo prazo, conecta o século XIX com os desdobramentos da rivalidade política internacional que desponta com a crise do feudalismo, gerando o chamado Antigo Regime e o seu Sistema Colonial. A ideia foi ressaltar que o processo de industrialização que se acelera no dezenove apresentou raízes fortes na disputa política que se desenrolou entre as principais potências europeias ao longo dos séculos anteriores, particularmente entre Inglaterra e França. Já a segunda linha de conexão centrou foco no próprio século XIX, buscando sinalizar que grande hibernação da política internacional após a Guerras Napoleônicas não significou uma redução de importância da política na produção das realidades sociais, que então se transformavam vigorosamente com o avanço da Revolução Industrial. Ainda que a política internacional não tenha perdido sua relevância, a relativa pacificação do plano internacional abriu espaço para que o jogo político local fulgurasse de forma mais intensa. É no plano doméstico, então, que buscamos apontar as fortes conexões entre a política e a economia na produção das primeiras sociedades de mercado. A relevância do jogo político avaliado pelo prisma doméstico se revela de forma mais eloquente no estudo daquele que é percebido como um dos principais pilares da chamada ordem liberal burguesa, o padrão-ouro clássico.

A partir do ponto de vista do jogo político local, buscamos expor uma visão alternativa sobre as origens e o significado do padrão-ouro clássico, fortemente apoiada nos trabalhos de Samuel Knafo. A abordagem do autor nos revela dois aspectos centrais para discussão que vimos desenvolvendo nesse trabalho. Em primeiro lugar, fica claro que o desenvolvimento de um padrão monetário, assim como de qualquer elemento componente de uma época, necessita ser pensado nos termos em que ocorreu, isto é, situados nas particularidades de sua época. Modelos preconcebidos não se sustentam frente ao teste da história. Veja-se que a diferença de concepção a que se chega sobre o padrão-ouro é muito significativa, contanto que aceitemos analisar o seu desenvolvimento histórico sem querer salvar o modelo a qualquer custo. Na visão mais tradicional sobre o seu funcionamento e papel no século XIX, o padrão-ouro se torna o principal elemento de garantia do isolamento dos mercados frente às irracionalidades da política. Já na perspectiva desenvolvida por Knafo, o padrão-ouro é colocado no bojo do processo mais complexo de

desenvolvimento dos mercados, desde a transição do feudalismo para o capitalismo, com o que economia e política de se entrelaçam de forma intensa. Por esta perspectiva, o padrão-ouro se forma paulatinamente e *nas contingências do processo*, fruto de tensões que brotam desse período de transição, com destaque para as tentativas políticas de controlar o avanço dos mercados e de seus agentes. Nesse sentido, como vimos, escapar às regras do jogo era justamente à própria regra.

O segundo aspecto impacta ainda mais diretamente o debate atual sobre o futuro do sistema monetário internacional centrado no dólar. O que está por trás da visão tradicional sobre o funcionamento do padrão-ouro é a crença nos mecanismos automáticos de ajuste, fundados em última instância nas leis de equilíbrio econômico promovidas pelos mercados. A força do padrão-ouro clássico estaria justamente na sua capacidade responder às forças do mercado e, assim, de garantir o seu isolamento frente à política, com os efeitos econômicos positivos que isso acarretaria. Veja-se que, conforme observamos na discussão feita no capítulo inicial, a ideia de existência de uma economia isolada e funcionando conforme suas próprias leis se mantém firme nas discussões sobre o sistema monetário atual, ainda que encoberta por tentativas de um maior ecletismo. Tais leis estariam a todo momento forcejando para impor suas determinações sobre a configuração do SMI, o que só não ocorre por contingências oriundas de outros domínios, em geral da política, que permitem que tais determinações sejam contornadas. Assim, temos sempre presente nessas análises a ideia de que o sistema monetário atual, com o dólar como divisa-chave, sobrevive *apesar* de seus desajustes. Os autores, então, dividem-se sobre se tal condição é mais ou menos sustentável. Nesse sentido, é possível dizer que o modelo do padrão-ouro, pelo menos na essência, mantém-se como aquilo que se deve buscar para um padrão monetário internacional: um sistema baseado em um lastro não estatal, capaz de impor disciplina à gestão fiscal e monetária doméstica, bem como garantir a liberdade dos fluxos comerciais e de capitais.

## Em busca do ouro: notas conclusivas

A trajetória dessa tese se dividiu em três grandes movimentos. O primeiro deles foi também uma tentativa de apresentar o problema mais geral que o restante do trabalho buscaria discutir, direta ou indiretamente. Esta problemática é, em termos mais gerais, a do economicismo, que pode ser definido como a transformação da esfera econômica, um domínio formal das ciências sociais, numa realidade não apenas autônoma, autocontida em sua lógica de funcionamento, como também definidora, de forma unilateral, das demais esferas. Em última instância, tende-se a explicar a totalidade social a partir do econômico e de suas leis; fora disso, o que existem parecem ser, aos olhos da teoria econômica, anormalidades, irracionalidades. É claro que as interpretações não deixam isso claro a todo momento, de forma que é necessária uma análise mais detida dos argumentos, buscando sua essência. A Economia Política Internacional (EPI), lida aqui por meio de uma amostra de autores de sua vertente americana, serviu-nos de material bastante interessante e ilustrativo para tentarmos demonstrar como este reino da economia é difícil de ser transposto, mesmo quando nos deparamos com avaliações que buscam estabelecer um maior grau de ecletismo em seus estudos e interpretações. Eis, então, o tema mais geral desta tese, que de uma perspectiva mais específica se desdobrou por meio da discussão sobre a forma como predominantemente se discute a configuração e as tendências do Sistema Monetário Internacional. Uma discussão, portanto, sobre moeda, que enseja uma perspectiva privilegiada sobre o economicismo justamente porque a moeda, uma medida e um veículo de contabilização exata das obrigações, permite que se tome relações sociais como processos etéreos, como objetificações, como expressões de mecanismos naturais, passíveis assim de serem explicados e projetados por teorias.

A partir disso, o segundo movimento da tese foi demonstrar que a economia, conforme definida pela ciência econômica, implica pressupostos demasiadamente arbitrários que não se observam de uma maneira geral na história e, em boa medida, nem mesmo nas próprias sociedades modernas de mercado. Basicamente, a definição clássica do domínio econômico e de seus elementos constituintes se baseia em axiomas que tornam as chamadas economias de mercado uma necessidade lógica, cuja formação nada mais seria do que a história do surgimento dos elementos

e instituições que deram vasão a certas determinações naturais, inerentes aos homens e, potencialmente, às formas de convívio social. Buscamos, então, deixar marcado que sociedades economicamente baseadas na troca jamais foram uma necessidade ou uma tendência – antes pelo contrário –, de modo que, historicamente, o surgimento de tal tipo de organização social dependeu da injunção de fatores extraeconômicos tanto para sua formação como para sua reprodução, com destaque para a política.

Porém, nas abordagens econômicas clássicas, as sociedades baseadas na troca, as sociedades de mercado, são uma necessidade latente, assim como a moeda também seria uma necessidade. Esta, a moeda, seria um instrumento ou instituição capaz de dar vasão e fluidez às trocas, ajudando na difusão dessa forma de organização econômica, antes presa à prática do escambo. As moedas nada mais seriam, então, do que um epifenômeno uma expressão de algo verdadeiramente concreto. Dito de outra forma, as moedas se constituiriam ao mesmo tempo como uma necessidade e um produto específico dos mercados, fundamental para o desenvolvimento destes, porém um elemento desprovido de essência social. Esta reificação permite que a moeda se torne, assim como o próprio campo econômico, um objeto estudado e teorizado de uma forma que seja possível passar ao largo de considerações outras que não as da própria ciência econômica clássica. A moeda não seria, portanto, um fenômeno social mais geral, senão apenas um elemento econômico, no sentido restrito em que este campo é definido pela sua ciência. Assim, tanto para gestão monetária doméstica quanto para seu papel no plano internacional, parte-se sempre das leis impostas pela economia, a partir do que as tendências são pensadas conforme a realidade se aproxima em maior ou menor medida dessas leis ou determinações. No caso dos autores da EPI aqui considerados, nota-se que fica aberta a possibilidade de que as determinações da economia não aflorem, mas isso deverá ser sempre o resultado de uma conjuntura em que as leis econômicas possam ser *contornadas*. Porém, deve-se notar que, em tais avaliações, tais leis permanecem existindo e gerando suas tendências, bastando avaliar, então, em que medida suas determinações poderão vir à tona. A pergunta que parece estar sempre presente é: em que momento o real poderá se adequar ao teórico? A teoria, assim, não é aplicada de fato à realidade concreta, senão que é colocada contra esta de uma forma rígida,

como um gabarito, ensejando muito pouco espaço para uma integração mais fluida ou orgânica com a realidade.

A conclusão do segundo movimento da tese foi, assim, a tentativa de deixar marcado que tanto a economia quanto a moeda são elementos umbilicalmente conectados ao todo social, em qualquer época, em qualquer sociedade. As sociedades de mercado produziram um desenraizamento do econômico, mas não um descolamento do mesmo. O que se processou, com o surgimento das sociedades de mercado, foi uma espécie de inversão: enquanto em outros momentos da história era a economia que estava enraizada no funcionamento e no ritmo das demais esferas da vida, a partir do século XIX e da Revolução Industrial são as demais esferas da vida que passam a se enraizar no funcionamento do econômico. E essa ideia é fundamental, porque, como buscamos argumentar, o econômico fundado na lógica dos mercados depende fortemente das demais esferas para existir, para se reproduzir, com destaque aqui para a política. Nesse processo, as moedas executam o papel fundamental de contabilizar, de forma exata, as obrigações sociais, o que pressupõe um elemento de violência que não se nota facilmente, mas que possibilita a transfiguração, ao menos na aparência, de relações sociais em atos etéreos. Assim, as moedas fazem parte central da passagem das sociedades de status para as sociedades do contrato, sendo, portanto, fundamentais ao desenvolvimento dos mercados, em um processo que rompe as barreiras impostas por outras lógicas e laços sociais.

O terceiro e último movimento teve o intuito de sinalizar como o século XIX processou o desenraizamento do econômico, em um movimento que teve a participação fundamental da política. Primeiro, delineamos o jogo político de mais longo prazo, que nos permitiu conectar, de maneira sintética, a evolução do Antigo Regime à Revolução Industrial por meio da rivalidade política internacional. Em seguida, de uma perspectiva política local, a intenção foi demonstrar a importância da política para entender a implantação do mercado autorregulado já no século XIX, em que pese a aparência de uma hibernação da política, especialmente na primeira parte do século, após as guerras napoleônicas. Nesse ponto, maior destaque foi dado para aquele que é tomado como o grande estandarte da sociedade liberal século XIX, o padrão-ouro clássico.

O padrão-ouro é tido, até hoje, como a grande instituição representante dos tempos áureos do liberalismo ocidental, representando na verdade um grande e efetivo mecanismo de controle das interferências estatais com relação à economia, um instrumento de proteção da economia contra as irracionalidades da política. Nesse sentido, o padrão-ouro é visto como um elemento fundamental para o florescimento da dinâmica do livre mercado no século XIX, sendo inclusive um vetor de difusão dos mercados autorregulados naquele momento, dado que, para obter a credibilidade junto aos agentes de mercado, era fundamental aderir às chamadas “regras do jogo”. Contudo, pudemos argumentar que esta é uma visão do padrão-ouro que foi desenvolvida *a posteriori*, e que transformou o padrão monetário internacional do século XIX em símbolo de algo que ele nunca foi. Esta visão, aliás, foi desenvolvida a partir do entreguerras, no próprio movimento que buscava reimplantar o padrão-ouro, em meio aos esforços de reconstrução promovidos após a Primeira Guerra Mundial. Na prática, mais do que buscar fazer o relógio da história voltar no tempo, buscou-se recriar algo que nunca havia existido de fato. Daí, em boa medida, as raízes do insucesso observado.

Como vimos, o padrão-ouro se formou, na verdade, no bojo dos esforços políticos para conter os movimentos da economia, que ganhavam um novo dinamismo com o desenvolvimento dos mercados. Em muitos momentos cruciais, a formação do padrão-ouro clássico se processou pela forte intervenção estatal na economia, para controlar o funcionamento dos mercados, para moldá-los, em meio aos efeitos produzidos pela disseminação dos mercados após a Revolução Industrial. Nesse sentido, não atuar conforme as “regras do jogo” era na verdade o que realmente seria esperado, não uma exceção, isto é, fazia parte dos impulsos políticos iniciais que levaram à própria formação desse padrão monetário. Porém, o interessante é que esta imagem padrão-ouro como representante máximo da boa e austera gestão monetária, aquela que respeita os mecanismos dos mercados, continua não apenas inabalada como parece funcionar como um modelo a partir do qual é pensado o sistema monetário atual, inclusive com a permanência de propostas de um retorno ao próprio padrão-ouro. E isso nos dá uma boa ideia do quão exageradamente presos estamos, ainda, aos modelos mentais estanques da ciência econômica. Estamos, pelo menos num plano mais essencial, há mais de um século pensando os caminhos de

nosso sistema monetário internacional, em maior ou menor medida, nos moldes de um sistema que nem mesmo existiu na prática.

## REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, M.; ORLÉANS, A. *A Violência da Moeda*. São Paulo: Editora Brasilense, 1990.
- ARRIGHI, G. A crisis of hegemony. In: AMIM, S.; ARRIGHI, G; et all. Dynamics of global crisis. London: MacMillan, 1982.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. *O Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- BLANC, J. Penser la pluralité des monnaies à partir de Polanyi: un essai de typologie. In: HILLENKAMP, I.; LAVILLE J., Socioéconomie et démocratie: l'actualité de Karl Polanyi. Toulouse: éd. Érès, coll. Sociologie économique, 2013.
- BLANC, J. Making sense of the plurality of money: a polanyian attempt. In: GÓMEZ, G. M. Monetary plurality in local, regional and global economies. London: Routledge, 2018.
- CANGIANI, M. A teoria institucional de Karl Polanyi. In: POLANYI, P. A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2012.
- CALLEO, D. Twenty-first century geopolitics and the erosion of the dollar order. In: HELLEINER, E.; KIRSHNER, J (Orgs). The Future of the Dollar. Ithaca: Cornell University Press, 2009.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. O capitalismo tardio. São Paulo: editora Brasiliense; 3ª edição, 1984.
- COHEN, B. The geography of money. Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- COHEN, B. Toward a leaderless currency system. In: HELLEINER, E.; KIRSHNER, J (Orgs). The Future of the Dollar. Ithaca: Cornell University Press, 2009.
- CLASTRES, P. A sociedade contra o Estado. São Paulo: Cosac Naif, 2012.
- CROUZET, F. Outside the walls of Europe – the pax Britannica. European Review, Academia Europaea, vol. 7, n. 4, 1999.

- DALTON, G. Economic theory and primitive society. *American Anthropologist*, Arlington, New Series, vol. 63, n. 1, fev. 1961.
- DALTON, G. Primitive money. *American Anthropologist*, Arlington, New Series, Vol. 67, No. 1, fev., 1965.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEPRESS, E.; KINDLEBERGER, C.; and SALANT, W. *The Dollar and World liquidity: a minority view*. Washington: Brookings Institution, 1966.
- DOBB, M. *A Evolução do Capitalismo*. São Paulo: Zahar, 1983.
- DOOLEY, M. P.; FORKERTS-LANDAU, D.; GARBER, P. *An Essay on the Revived Bretton Woods*. National Bureau of Economic Research, Cambridge, set., 2003.
- DOUGLAS, M. "Raffia cloth distribution in the Lele economy". In: *Journal of the International African Institute*. 28: 1958.
- DOUGLAS, M. *The Lele of the Kasai*. London: Oxford University Press, 1963.
- EICHENGREEN, E. *The Globalizing Capital: a history of the international monetary system*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- FOUCAULT, M. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- DOS SANTOS, L. G. *Politizar as Novas Tecnologias: o impacto sociotécnico da informação digital e genética*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- GOWAN, P. *A Roleta Global*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- GRAEBER, D. Debt, violence, and impersonal markets: polanyian meditations. In: HANN, C.; HART, K. (orgs.). *Market and Society: the great transformation today*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- GRAEBER, D. *Debt: the first 5,000 years*. New York: Melville House, 2011.
- GRAEBER, D. "On social currencies and human economies: some notes on the violence of equivalence". *Social Anthropology*. European Association of Social Anthropologists; 2012.
- HARVEY, D. *The condition of postmodernity*. Cambridge MA & Oxford UK: Blackwell, 1990.

- HAUSMANN,R.; STURZENEGGER, F. “Why the U.S. Current Account is Sustainable.” *International Finance*. In: *Business Economics*, 2006.
- HAUSMANN,R.; STURZENEGGER, F. “U.S. and Global Imbalances: Can Dark Matter Prevent a Big Bang?” (Working paper). Cambridge: Kennedy School of Government; November, 2006b.
- HAUSMANN,R.; STURZENEGGER, F. “The Valuation of Hidden Assets in Foreign Transactions: Why “Dark Matter” Matters”. *Business Economics*, 2007.
- HELLEINER, E. *States and the Reemergence of Global Finance: from Bretton Woods to the 1990’s*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
- HELLEINER, E.; KIRSHNER, J (Orgs). *The Future of the Dollar*. Ithaca: Cornell University Press, 2009.
- HELLEINER, E. e KIRSHNER, J. *The Future of the Dollar: whither the key currence?* In: HELLEINER, E.; KIRSHNER, J. (Orgs). *The Future of the Dollar*. Ithaca: Cornell University Press, 2009.
- HILTON, R. *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo: um debate*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- HOBBSAWM, E. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos: o curto século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- HOBBSAWM, E. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra. 25ª edição, 2010.
- HOBBSAWM, E. *A Era do Capital: 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra; 15ª edição, 2011a.
- HOBBSAWM, E. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra; 13ª edição, 2011b.
- JAMES, H. *The Enduring International Preeminence of the Dollar*”. In: HELLEINER, E.; KIRSHNER, J (Orgs). *The Future of the Dollar*. Ithaca: Cornell University Press, 2009.

- KENNEDY, P. Ascensão e queda das grandes potências. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KEYNES, J. M. Teoria Geral do Emprego do Juros e da Moeda. São Paulo: editora Atlas, 1992.
- KINDLEBERGER, C.P. The world in depression, 1929-1930. Berkeley: University of California Press, 1973.
- KIRSHNER, J. After the (relative) fall: dollar diminution and the consequences for the American power. In: HELLEINER, E.; KIRSHNER, J (Orgs). The Future of the Dollar. Ithaca: Cornell University Press, 2009.
- KNAFO, S. The politics of liberal financial governance and the gold standard. *New Political Review*, 18:1, 43-63, 2013.
- KNAFO, S. The making of modern finance: liberal governance and the gold standard. Abingdon: Routledge, 2013b.
- LACHER, H.; GERMANN, J. Before Hegemony: Britain, Free Trade, and Nineteenth-Century World Order Revisited. *International Studies Review*. Março, 2012.
- LANDES, D. Prometeu desacorrentado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LATHAM, R. History, theory, and international order: some lessons from the nineteenth century. *Review of International Studies*, 23, 419-443, 1997.
- MAcKNNON, R. U.S current account deficits and the dollar standard's sustainability: a monetary approach. In: HELLEINER, E.; KIRSHNER, J (Orgs). The Future of the Dollar. Ithaca: Cornell University Press; 2009.
- MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné/Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARIUTTI, E. B. Colonialismo, Imperialismo e o Desenvolvimento Econômico Europeu. São Paulo: editora Hucitec, 2009.
- MARIUTTI, E. B. Balanço do Debate: a transição do feudalismo ao capitalismo. São Paulo: editora Hucitec, 2010.

- MARIUTTI, E. B. Capital comercial autônomo: dinâmica e padrões de reprodução. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 214, dez. 2012.
- MARIUTTI, E. B. Política Internacional, Relações Internacionais e Economia Política Internacional: possibilidades de diálogo. Texto para discussão. IE – Unicamp; 2013.
- MARX, K. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. In: Grundrisse. Buenos Aires: siglo XXI Argentina Editores, v II, 1973.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Trad. Port. São Paulo: Nova Cultural, tomo IV, 1988.
- MAZZUCHELLI, F. A contradição em processo: o capitalismo e suas crises. Campinas – SP: Unicamp (segunda edição), 2004.
- MAZZUCHELLI, F. Os Anos de Chumbo: economia e política no entreguerras. Campinas – SP: editora Unesp (edições Facamp), 2009.
- MEDEIROS, C.A. “O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar”. In: FIORI, J. L. (Org.). O Poder Americano. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2004.
- MENGER, M. Princípios de Economia Política. São Paulo: Editora Abril, 1983.
- MELITZ, “The Polanyi school of anthropology on money: an economist’s view”. American Anthropologist, Arlington, New Series, Vol. 72, No. 5, Out., pp. 1020-1040, 1970.
- MORRIS, C. Os Magnatas: como Andrew Carnegie, John D. Rockefeller, Jay Gould e J. P. Morgan inventaram a supereconomia americana. Porto Alegre – RS: L&PM, 2006.
- NOVAIS, F. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1908). São Paulo: Hucitec Editora, 2011.
- NOVAIS, F. e FORASTIERI, R (orgs.). Nova História em Perspectiva – vol. 1. São Paulo – SP: Cosac Naify, 2011.
- PIRENE, H. História Econômica e Social da Idade Média. São Paulo: Mestre Jou, 1963.

- PLIHON, D. A ascensão e queda das finanças especulativas. *Economia e Sociedade*, Campinas, (5):61-78, dez.,1995.
- POLANYI, K. A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: editora Contraponto, 2012.
- POLANYI, K. A Grande Transformação: as origens de nossa época. São Paulo: Elsevier editora, 2012b.
- ROSSI, P. Taxa de Câmbio e Política Cambial no Brasil: teoria, institucionalidade, papel da arbitragem e da especulação. Rio de Janeiro: editora FGV, 2016.
- RUBIN, I. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2014.
- SAMUELSON, P. Economics. New York: McGraw Hill, 1948.
- SERVET, JM. L'institution monétaire de la société selon Karl Polanyi. *Revue économique*, Paris, volume 44, n°6, pp. 1127-1150, 1993.
- SERVET, JM. Le troc primitif, un mythe fondateur d'une approche économiste de la monnaie. *Revue numismatique*, 6e série - Tome 157, pp. 15-32, 2001.
- SCHWARTZ, H. Housing finance, growth and the US Dollar surprising durability. In: HELLEINER, E.; KIRSHNER, J (Orgs). *The Future of the Dollar*. Ithaca: Cornell University Press, 2009.
- STRANGE, S. *Sterling and British Policy*. Oxford: Oxford University Press, 1971.
- SWEEZY, P et al. A transição do feudalismo ao capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- TAVARES, M.C. & BELLUZZO, L.G. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In: FIORI, J.L. (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: editora Vozes, 2004.